



Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores

Diário da Sessão

(Diário revisto e aguardando aprovação em plenário)

XIII Legislatura

Número: 15

I Sessão Legislativa

Horta, quarta-feira, 12 de junho de 2024

Presidente: *Deputado Luís Garcia*

Secretários: *Deputada Cecília Estácio (em substituição da Deputada Nídia Inácio e Deputado Lubélio Mendonça)*

SUMÁRIO

Os trabalhos tiveram início às 10 horas e 04 minutos.

Após a chamada dos/as Srs./as Deputados/as, passou-se para o Período de Tratamento de Assuntos Políticos, onde foram apresentados vários votos:

- Voto de Congratulação pelo 75º Aniversário do Grupo Folclórico da Casa do Povo da Candelária

O voto supracitado foi aprovado por unanimidade após ter sido apresentado pela Sra. Deputada Ana Jorge (PSD);

- Voto de Congratulação pelo 75.º Aniversário do Grupo Folclórico da Casa do Povo da Candelária

Apresentado o voto pelo Sr. Deputado Mário Tomé (*PS*), o mesmo foi aprovado por unanimidade;

- Voto de Congratulação pela subida à primeira divisão de hóquei em patins do Candelária Sport Clube

O referido voto foi aprovado por unanimidade, após ter sido apresentado pelo Sr. Deputado Fernando Dias (*CH*) e de ter usado da palavra o Sr. Deputado Mário Tomé (*PS*);

- Voto de Congratulação à atleta Sandra Brum por seis recordes nacionais em Apneia Indoor

Apresentado o voto pelo Sr. Deputado Pedro Pinto (*CDS/PP*) e depois de terem usado da palavra os Srs. Deputados Jaime Vieira (*PSD*) e Lúcio Rodrigues (*PS*), o referido voto foi aprovado por maioria.

- Voto de Congratulação pelos 50 anos da Sociedade Recreativa e Filarmónica União de São Brás

Feita a apresentação do voto pelo Sr. Deputado Berto Messias (*PS*) e tendo usado da palavra o Sr. Deputado Paulo Chaves (*PSD*), o mesmo foi aprovado por unanimidade;

- Voto de Congratulação pelo 50.º Aniversário do Futebol Clube da Madalena

Apresentado o voto pelo Sr. Deputado José António Soares (*PSD*) e depois de ter usado da palavra o Sr. Deputado Mário Tomé (*PS*), o referido voto foi aprovado por unanimidade;

- Voto de Congratulação a Matilde Moules pela conquista do Campeonato de Portugal de Vela Optimist, na categoria de juvenis

Apresentado o voto pelo Sr. Deputado Pedro Pinto (*CDS/PP*) e depois de terem usado da palavra os Srs. Deputados Paulo Chaves (*PSD*) e Berto Messias (*PS*), o referido voto foi aprovado por unanimidade;

- Voto de Congratulação ao Dr. Jorge Augusto Paulus Bruno, pela distinção com o prémio de mérito profissional na área da museologia, atribuído pela Associação Portuguesa de Museologia (APOM)

Feita a apresentação do voto pela Sra. Deputada Nídia Inácio (*PSD*) e tendo usado da palavra a Sra. Deputada Andreia Cardoso (*PS*), o mesmo foi aprovado por unanimidade;

- Voto de Congratulação ao atleta açoriano Rui Filipe Cunha Correia (Néne) pelo título de campeão nacional de futebol da Iª Liga Polaca

Apresentado o voto pelo Sr. Deputado José Ávila (*PS*), o mesmo foi aprovado por unanimidade;

- Voto de Congratulação a Rui Correia (Nené) - Campeão Nacional da Polónia

O voto supracitado foi aprovado por unanimidade após ter sido apresentado pelo Sr. Deputado Adolfo Vasconcelos (*PSD*);

- Voto de Congratulação pelo regresso do Sporting Clube da Horta à Primeira Divisão Nacional de Andebol

Feita a apresentação do voto pelo Sr. Deputado Pedro Pinto (*CDS-PP*) e tendo usado da palavra o/a Sr./Sra. Deputado/a Lúcio Rodrigues (*PS*) e Salomé Matos (*PSD*), o mesmo foi aprovado por unanimidade;

- Voto de Congratulação pelos 25 anos do Centro Social e Cultural do Cabouco

Apresentado o voto pelo Sr. Deputado Ruben Cabral (*PSD*) e depois de terem usado da palavra as Sras. Deputadas Sandra Costa Dias (*PS*) e Olivéria Santos (*CH*), o referido voto foi aprovado por unanimidade;

- Voto de Congratulação pelos 35 anos do Clube Naval das Lajes das Flores

Feita a apresentação do voto pelo Sr. Deputado José Sousa (*CH*) e tendo usado da palavra o/a Sr./Sra. Deputado/a Cecília Estácio (*PSD*) e José Eduardo (*PS*), o mesmo foi aprovado por unanimidade;

- Voto de Congratulação pelos 25 anos de funcionamento da Escola Básica Integrada do Topo

O voto supracitado foi aprovado por unanimidade após ter sido apresentado pelo Sr. Deputado Paulo Silveira (*PSD*);

- Voto de Congratulação pelos 25 anos de funcionamento da Escola Básica Integrada do Topo

Apresentado o voto pela Sra. Deputada Isabel Teixeira (*PS*), o mesmo foi aprovado por unanimidade.

Os trabalhos prosseguiram com a apresentação de uma **Declaração Política**, apresentada pelo Sr. Deputado António Lima (*BE*).

Participaram no debate os/as Srs./as Deputados/as: José Pacheco (*CH*), Sandra Costa Dias (*PS*), Joaquim Machado (*PSD*), Pedro Pinto (*CDS/PP*), Nuno Barata (*IL*), bem como o Senhor Secretário Regional dos Assuntos Parlamentares e Comunidades (*Paulo Estêvão*).

Entrando na agenda da reunião foram apreciadas diversas petições:

- Petição n.º 55/XII – “Pela recuperação, requalificação e habitação dos quatro prédios degradados da antiga Estação Rádio Naval da Horta”, apresentada por Paula Rocha Peixoto Decq Mota, na qualidade de primeira subscritora;

Após a leitura do relatório realizada pela Senhora Deputada Isabel Teixeira (*PS*), participaram no debate os/as Srs./as Deputados/as: Salomé Matos (*PSD*), Lúcio Rodrigues (*PS*), Pedro Pinto (*CDS/PP*), António Lima (*BE*), bem como o Senhor Secretário Regional dos Assuntos Parlamentares e Comunidades (*Paulo Estêvão*).

- Petição n.º 54/XII – “Pelo aumento do Acréscimo Regional ao Salário Mínimo Nacional na Região Autónoma dos Açores” apresentada por Vítor Silva, na qualidade de primeiro subscritor;

Após a leitura do relatório realizado pelo Senhor Deputado Paulo Silveira

(*PSD*), participaram no debate os/as Srs./as Deputados/as: António Lima (*BE*), Luis Leal (*PS*), Joaquim Machado (*PSD*) e Pedro Pinto (*CDS/PP*).

- **Petição n.º 57/XII – “Pela resolução dos problemas decorrentes da aplicação das Carreiras Farmacêuticas públicas na Região Autónoma dos Açores”, apresentada por Tiago Filipe Tavares Costa, na qualidade de primeiro subscritor;**

A apresentação do relatório foi feita pela Senhora Deputada Isabel Teixeira (*PS*).

- **Petição n.º 58/XII – “Pela constituição de duas turmas do 1.º ano em Santa Cruz das Flores”, apresentada por Maria João Azevedo Lourenço, na qualidade de primeira subscritora;**

Após a leitura do relatório realizado pelo Senhor Deputado Russel Sousa (*PS*), participaram no debate os/as Srs./as Deputados/as: José Sousa (*CH*), Cecília Estácio (*PSD*), José Gabriel Eduardo (*PS*), Nuno Barata (*IL*), Catarina Cabeceiras (*CDS/PP*), bem como o Senhor Secretário Regional dos Assuntos Parlamentares e Comunidades (*Paulo Estêvão*).

No decorrer do debate pediram a palavra para um protesto e contraprotesto o Senhor Secretário Regional dos Assuntos Parlamentares e Comunidades (*Paulo Estêvão*) e o Senhor Deputado José Eduardo (*PS*), respetivamente.

De seguida foi debatido o **Pedido de urgência e dispensa de exame em comissão da Anteproposta de Lei n.º 3/XIII – “Primeira alteração à Lei n.º 72/2019, de 2 de setembro – Regime Jurídico da Regularização dos «Chãos de Melhoras»”, apresentado pela Representação Parlamentar da IL;**

Após apresentação da urgência realizada pelo Senhor Deputado Nuno Barata (*IL*), pediram a palavra para intervir no debate os/as Srs./as Deputados/as: João Vasco Costa (*PS*), Sabrina Furtado (*PSD*), Pedro Neves (*PAN*) e Pedro Pinto (*CDS/PP*).

Após votação, a urgência foi aprovada por unanimidade, tendo o requerente

pedido para retirar o pedido da dispensa de exame em comissão.

Por fim, foi feita a apreciação do [Pedido de urgência e dispensa de exame em comissão da Proposta de Decreto Legislativo Regional n.º 8/XIII – “Estabelece o regime jurídico da cooperação técnica e financeira entre a Administração Regional Autónoma e as Freguesias e Associações de Freguesias da Região Autónoma dos Açores”, apresentada pelo Governo Regional dos Açores;](#)

Após apresentação da urgência realizada pelo Senhor Secretário Regional dos Assuntos Parlamentares e Comunidades (*Paulo Estêvão*), pediram a palavra para intervir no debate os/as Srs./as Deputados/as: Sabrina Furtado (*PSD*), Sandra Costa Dias (*PS*), Nuno Barata (*IL*), José Pacheco (*CH*) e Pedro Pinto (*CDS/PP*).

Após votação, a urgência foi aprovada por unanimidade.

Os trabalhos terminaram às 18h14.

Presidente: Muito bom dia, Senhoras e Senhores Deputados, Senhores Membros do Governo.

Eram 10 horas e 04 minutos.

Vamos dar início aos nossos trabalhos com a chamada. Faça favor, Senhor Secretário.

Secretário: Obrigado, Senhor Presidente.

Bom dia a todos.

Procedeu-se à chamada, à qual responderam os/as seguintes Deputados/as:

Partido Social Democrata (PSD)

Adolfo Nuno Gregório **Vasconcelos**
Ana Maria dos Santos Silva e **Jorge**
Carlos Henrique Lopes **Rodrigues**
Cecília Maria Soares **Estácio**
Délia Maria **Melo**
Flávio da Silva **Soares**
Francisco Manuel Raposo **Gaspar**
Jaime Luis Melo **Vieira**
João Luis **Bruto** Costa Machado **da Costa**
José **Joaquim** Ferreira **Machado**
José António Marcos **Soares**
José Manuel Resendes **Leal**
Luís Carlos Correia **Garcia**
Luís Miguel Teixeira **Raposo**
Luís Carlos Cota **Soares**
Nídia Manuela de Sousa Lopes **Inácio**
Paulo Rui Paiva Ferreira **Chaves**
Paulo Duarte **Gomes**
Paulo Alberto Bettencourt da **Silveira**
Paulo José da Cunha **Simões**
Rúben Filipe Rebelo **Cabral**
Sabrina Marília Coutinho **Furtado**
Maria **Salomé** Dias de **Matos**

Partido Socialista (PS)

André Filipe **Franqueira Rodrigues**

Andreia Martins **Cardoso** da Costa
Berto José Branco **Messias**
Carlos Emanuel Rego **Silva**
Dora Maria Coelho de Castro e Câmara Freitas **Valadão**
Gualberto Costa **Rita**
Maria **Isabel** Góis **Teixeira**
Joana Sousa **Pombo** **Tavares**
João Fernando Brum de Azevedo e **Castro**
João **Vasco** do Monte Ferreira Pereira da **Costa**
José Manuel Gregório de **Ávila**
José Gabriel Freitas **Eduardo**
José **Miguel** de Freitas **Toste**
Lubélio de Fraga **Mendonça**
Lúcio Manuel da Silva **Rodrigues**
Luís Miguel Vieira **Leal**
Mário José Dinis **Tomé**
Marlene Andrea Martins Oliveira **Damião** de Medeiros
Marta **Ávila** de **Matos**
Patrícia Maria Melo **Miranda**
Russell Michael **Sousa**
Sandra Micaela **Costa** **Dias**

Chega (CH)

António **Fernando** **Dias**
Hélia Maria Pinheiro **Cardoso**
José Eduardo da Cunha **Pacheco**
José Paulo Machado de **Sousa**
Olivéria de Lurdes Cabral dos **Santos**

Partido Popular (CDS/PP)

Catarina de Oliveira **Cabeceiras**

Pedro Gabriel Correia Nunes Teixeira **Pinto**

Bloco de Esquerda (BE)

António Manuel Raposo **Lima**

Iniciativa Liberal (IL)

Nuno Alberto **Barata** Almeida Sousa

Partido Pessoas-Animais-Natureza (PAN)

Pedro Miguel Vicente **Neves**

Presidente: Muito obrigado, Senhor Secretário.

Estão presentes 55 Senhoras e Senhores Deputados.

Declaro aberta a sessão.

Pode entrar o público.

Senhoras e Senhores Deputados, vamos entrar nesta manhã de trabalhos reservados ao Período de Tratamento dos Assuntos Políticos.

Vamos começar pela apresentação e votação dos votos que deram entrada na Mesa.

O primeiro voto de congratulação é apresentado pelo Grupo Parlamentar do PSD, pelo 75.º aniversário do Grupo Folclórico da Casa do Povo da Candelária.

Tem a palavra a Senhora Deputada Ana Jorge para a sua apresentação.

Deputada Ana Jorge (PSD): Muito bom dia.

Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia, Senhoras e Senhores Deputados, Excelentíssimos Senhores Membros do Governo:

Voto de Congratulação

75º Aniversário do Grupo Folclórico da Casa do Povo da Candelária

O Grupo Folclórico da Casa do Povo da Candelária, foi fundado no dia 22 de maio de 1949, celebrando assim o seu 75º aniversário no passado dia 22 de maio.

O Grupo, é o grupo mais antigo da Ilha e da Região Autónoma dos Açores, sendo também um dos mais antigos de Portugal.

O Grupo Folclórico da Casa do Povo da Candelária fez a sua primeira atuação na Quinta de São Lourenço, na cidade da Horta, arrecadando o segundo prémio e tornou-se numa referência do Folclore Regional e Nacional e da cultura da Ilha do Pico, tanto a nível local como nacional e internacional.

Louvamos o seu papel, a sua contribuição contínua para o enriquecimento do folclore nacional, a sua participação em eventos culturais significativos, que incluem atuações memoráveis tanto em território nacional como além-fronteiras.

No ano de 1963 o Grupo Folclórico da Casa do Povo da Candelária, desloca-se pela primeira vez ao continente português, onde fez três atuações, em Viana do Castelo, Lisboa e Figueira da Foz, recebendo as melhores referências por parte dos críticos da altura e grandiosos elogios da organização festivais e pela sua atuação na RTP.

Passados quatro anos, o Grupo Folclórico da Casa do Povo da Candelária, volta a deslocar-se ao continente português para atuar e representar o folclore do distrito e dos Açores.

Evidenciando a sua dedicação em manter vivas as tradições através de ensinamentos passados de geração em geração, refletindo o espírito e a identidade do povo açoriano, após algum tempo de estagnação, o Grupo

Folclórico da Casa do Povo da Candelária rejuvenesceu no ano de 1970, criando um Grupo Juvenil que serviria de escola para o Grupo.

A persistência e o dinamismo dos seus elementos mantiveram desde 1970 o grupo bem ativo, chegando mesmo a ajudar outros grupos do concelho.

O Grupo Folclórico da Casa do Povo da Candelária, foi sócio fundador da Federação de Folclore Português, atuando em todas as ilhas dos Açores à exceção da Ilha do Corvo, atuou também de norte a sul do país e já fez digressões aos Estados Unidos da América no ano de 1976 e ao Canadá em 1977.

Dos números interpretados pelo Grupo Folclórico da Casa do Povo da Candelária existem dois dos seus temas que referem o amor à Terra e à Ilha do Pico, sendo o primeiro o “Eu cá Sei” e o segundo a “Tirana”.

Enaltecemos o Grupo Folclórico da Casa do Povo da Candelária, lembrando todos aqueles que de forma direta e indireta permitiram com o seu esforço e resiliência chegar até este momento celebrativo, bem como do seu significado para a freguesia, concelho, ilha e toda a diáspora.

A cultura faz-se e vive-se nas suas múltiplas formas, esta é indubitavelmente uma das mais nobres que nos liga de forma visceral ao nosso passado, à nossa herança cultural perpetuando-a no tempo através dos mais jovens, contribuindo para o enriquecimento contínuo do nosso património imaterial.

Deste voto, deverá ser dado conhecimento aos órgãos sociais do Grupo Folclórico da Casa do Povo da Candelária, à Junta de Freguesia da Candelária, à Câmara Municipal e Assembleia Municipal da Madalena, à Federação de Folclore Português e à Direção Regional da Cultura.

Muito obrigada.

Horta, Sala das Sessões, 12 de junho de 2024.

Os Deputados Regionais.

Presidente: Muito obrigado, Senhora Deputada.

Estão abertas as inscrições.

(Pausa)

Não havendo, vamos passar à votação deste voto de congratulação:

As Senhoras e os Senhores Deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão.

Secretária: O voto de congratulação pelo 75.º aniversário do Grupo Folclórico da Casa do Povo da Candelária foi aprovado por unanimidade.

Presidente: O próximo voto de congratulação pela mesma data do Grupo Folclórico da Casa do Povo da Candelária, é apresentado pelo Grupo Parlamentar do Partido Socialista e tem a palavra o Senhor Deputado Mário Tomé.

Deputado Mário Tomé (PS): Muito bom dia a todos.

Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados, Senhoras e Senhores Membros do Governo:

Voto de Congratulação

75.º Aniversário do Grupo Folclórico da Casa do Povo da Candelária

O Grupo Folclórico da Casa do Povo da Candelária da freguesia da Candelária, concelho da Madalena, Ilha do Pico, celebrou no passado dia 22 de maio o seu septuagésimo quinto aniversário. As cerimónias comemorativas do aniversário decorreram no passado dia 2 de junho, com um conjunto de iniciativas a celebrar a efeméride.

Fundado a 22 de Maio de 1949, por um grupo de homens e mulheres que, em boa hora, decidiram organizar-se para perpetuarem, através de uma instituição oficializada, os registos de “bailhos” e cantigas, cujas origens remontam aos

primórdios do povoamento, os quais beneficiaram ao longo dos anos, das naturais evoluções da sabedoria e experiência populares e que, nos serões de Inverno, nas festas de Carnaval ou nas Romarias de Verão, (ações que, respetivamente, tinham lugar nas casas particulares, nas “casas da folga” ou no campo), eram o principal entretenimento das populações.

Os seus fundadores foram Maestro José da Rosa Lemos, Manuel Inácio de Sousa Jr. (conhecido por Manuel Cajardo), Francisco Moniz e Alfredo da Costa Nunes (conhecido por Alfredo da Rufina), simbolizam, no registo da fundação do grupo, todos os corajosos que tornaram possível tão honrosa iniciativa.

O Grupo Folclórico da Candelária é o mais antigo dos Açores e um dos mais antigos de Portugal, estando inscrito na Federação do Folclore Português desde 1977, ano da constituição deste organismo de Utilidade Pública Nacional.

Ao longo dos anos o Grupo Folclórico da Candelária tem vindo a ganhar prestígio gravando dois singles, um LP, uma cassete áudio e em 2001 um CD.

O traje dos homens foi idealizado com base no vestuário do povo que trabalhava no campo, o qual se mantém, até hoje, inalterado.

O traje das mulheres foi inspirado no das mulheres do Norte de Portugal, no qual se refere ao tecido da saia.

A sua apresentação pública ocorreu, por convite do então Governador Civil da Horta, durante um “Certame de Folclore” que se realizou na Quinta de S. Lourenço no Faial, no dia 22 de maio de 1949, data esta que ficou a constar como marco da fundação deste Grupo Folclórico.

Este foi o início de um percurso que ao longo destes setenta e cinco anos tem sido memorável de brilhantes atuações quer a nível local, regional, nacional e internacional destacando-se as atuações na diáspora. Muitos foram os intercâmbios culturais realizados com outros grupos e ranchos folclóricos que vieram enriquecer e engradecer as dinâmicas e a divulgação dos usos e

costumes, tradições, poemas, lendas ou crenças expressas em provérbios, contos, canções e danças do nosso povo.

Nos Açores, o grupo atuou em várias ocasiões em todas as ilhas do arquipélago nos mais diversos festivais.

Do seu repertório constam alguns dos maiores êxitos do nosso Folclore: Chamarrita; Pézinho do Pico; Praia; Manjerição; Sapateia; Tirana; Rola; Padeirinha; Eu cá sei.

O seu elenco é constituído por 37 elementos, sendo oito tocadores, vinte e dois bailadores, cinco vocalistas, um porta-estandarte e um porta-voz.

Ao longo destes setenta e cinco anos de existência, foram muitos os sócios que contribuíram para a continuidade e para o sucesso do Grupo Folclórico da Casa do Povo da Candelária, quer através do seu trabalho de gestão associativa e do trabalho artístico com muito empenho, determinação e entrega na defesa do património cultural.

Assim, o Grupo Parlamentar do Partido Socialista propõe que a Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores reunida em sessão plenária no dia 12 do mês de junho de 2024, aprove o voto de congratulação pela passagem do septuagésimo quinto aniversário do Grupo Folclórico da Casa do Povo da Candelária, pelo que esse tempo significa para a cultura da Ilha do Pico e dos Açores, extensivo a todos os quanto, ao longo destes setenta e cinco anos contribuíram com o seu empenho, determinação e entrega para o sucesso deste projeto cultural.

Do presente voto deve ser dado conhecimento, ao Grupo Folclórico da Casa do Povo da Candelária, à junta de Freguesia da Candelária, à Câmara Municipal da Madalena e à Direção Regional da Cultura.

Disse.

Horta, Sala de Sessões 12 de junho de 2024

Os Deputados Regionais.

Presidente: Muito obrigado, Senhor Deputado.

Está apresentado o voto.

Estão abertas as inscrições.

(Pausa)

Não havendo, vamos passar à votação deste voto de congratulação:

As Senhoras e os Senhores Deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão.

Secretária: O voto de congratulação pelo 75.º aniversário do Grupo Folclórico da Casa do Povo da Candelária foi aprovado por unanimidade.

Presidente: O próximo voto de congratulação pela subida à primeira divisão de hóquei em patins do Candelária Sport Clube é apresentado pelo Chega e tem a palavra o Senhor Deputado Fernando Dias.

Deputado Fernando Dias (CH): Senhor Presidente da Assembleia, Senhoras e Senhores Deputados, Senhoras e Senhores Secretários Regionais:

Voto de Congratulação

Pela subida à primeira divisão de hóquei em patins do Candelária Sport Clube

O Candelária Sport Clube regressou, sete anos depois, à primeira divisão de Hóquei em Patins levando o nome do Pico e dos Açores mais além.

Fundado em 1990, na ilha do Pico, o Candelária tem um percurso ainda curto, mas com diversos títulos a nível nacional e com várias participações internacionais, com uma forte aposta nas camadas mais jovens.

Ao longo dos anos foi levando o nome do Pico aos maiores palcos do hóquei em patins europeu, tendo contando com atletas de mérito nacional e internacional.

Ao longo dos anos, o Candelária Sport Clube conquistou diversos títulos, destacando-se especialmente na modalidade de hóquei em patins. A sua equipa sénior tem representado a Região com grande mérito nas competições nacionais e internacionais, elevando o nome dos Açores e inspirando jovens atletas a seguir o mesmo caminho de excelência. A nível nacional é de destacar a presença numa final da taça de Portugal, tendo sido finalista vencido da mesma defrontando a União Desportiva Oliveirense.

No campeonato nacional tem ficado entre os primeiros lugares, tendo na época de 2016-2017, alcançado o 12º lugar, mantendo-se acima da linha de água.

O Candelária Sport Clube tem desempenhado um papel crucial na promoção do desporto e da atividade física na freguesia da Candelária, em particular, e no geral em todas as ilhas dos Açores.

O clube não só tem incentivado a prática desportiva entre os jovens, mas também tem promovido valores de dedicação e de fair play, no panorama do hóquei em patins.

Além do sucesso desportivo, o clube tem sido um pilar fundamental na comunidade, organizando eventos e atividades que mobilizam a população.

A dedicação dos seus dirigentes, treinadores, atletas e voluntários tem sido exemplar, refletindo um compromisso inabalável com o desenvolvimento desportivo e comunitário.

Assim, o CHEGA Açores propõe à Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores, nos termos estatutários e regimentáveis aplicáveis, a aprovação de um voto de congratulação pela subida à primeira divisão do hóquei em patins do Candelária Sport Clube, do qual deve ser dado

conhecimento à Direção do Clube, à Câmara Municipal da Madalena, à Junta de Freguesia da Candelária e à Direção Regional do Desporto.

Horta, Sala das Sessões, 12 de junho de 2024.

Os Deputados Regionais.

Presidente: Muito obrigado, Senhor Deputado.

Está apresentado o voto.

Pergunto se há inscrições?

(Pausa)

Senhor Deputado Mário Tomé, tem a palavra, faça favor.

(*) **Deputado Mário Tomé (PS):** Muito obrigado, Senhor Presidente.

Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados, Senhoras e Senhores, Membros do Governo:

Obviamente, que o parlamentar do Partido Socialista associa-se ao voto de congratulação apresentado pelo Chega, relativamente à subida do Candelária Sport Clube ao escalão maior do hóquei em patins nacional e amanhã iremos apresentar um voto de semelhante teor.

Muito obrigado.

Presidente: Muito obrigado, Senhor Deputado.

Não havendo mais inscrições, vamos passar à votação deste voto: As Senhoras e os Senhores Deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão.

Secretária: O voto de congratulação pela subida à primeira divisão de hóquei em patins do Candelária Sport Clube foi aprovado por unanimidade.

Presidente: Próximo voto de congratulação à atleta Sandra Brum. É apresentado pelo Grupo parlamentar do CDS-PP e tem a palavra o Senhor Deputado Pedro Pinto para a sua apresentação.

Deputado Pedro Pinto (CDS-PP): Senhor Presidente da Assembleia, Senhoras e Senhores Deputados, Senhoras e Senhores Membros do Governo:

Voto de Congratulação

À atleta Sandra Brum por seis recordes nacionais em Apneia *Indoor*

Realizou-se nos dias 1 e 2 de junho a quinta e última etapa do Circuito Nacional de Mergulho em Apneia *Indoor*, em Angra do Heroísmo.

A nadadora Sandra Brum, atleta do Clube Naval de Rabo de Peixe, teve uma prestação digna de distinção, no seguimento do que vinha já demonstrando nas quatro anteriores etapas do circuito.

Na última etapa, atingiu um recorde nacional na disciplina dinâmica com barbatanas, ao alcançar a marca de 145 metros.

Já na disciplina dinâmica sem barbatanas, também obteve o 1.º lugar, com 82 metros.

Na disciplina estática, alcançou o tempo de 5,14 minutos, conquistando o 2.º lugar.

É de realçar que Sandra Brum, nesta última etapa, subiu ao pódio com o primeiro lugar da classificação geral.

No balanço global da participação nas 5 etapas, a atleta do Clube Naval de Rabo de Peixe bateu um total de 6 recordes nacionais, sagrou-se campeã nacional e foi a vencedora da taça de Portugal.

Com esta sucessão de vitórias, Sandra Brum garante a participação na seleção nacional de apneia *indoor* em 2025.

O percurso atlético de Sandra Brum tem sido marcado por diversas conquistas, do que se destaca também, num passado recente, em fevereiro de 2024, a primeira posição na disciplina de Dinâmica com bi-barbatanas, com uma marca de 118 metros, o que constituiu novo recorde nacional na modalidade.

As conquistas de Sara Brum denotam empenho e brio da atleta, e abrilhantam a história do Clube Naval de Rabo de Peixe, que também aqui é merecedor de destaque.

Assim, ao abrigo das disposições regimentais aplicáveis, o Grupo Parlamentar do CDS-PP propõe à Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores a aprovação de um Voto de Congratulação à atleta Sandra Brum pela obtenção de seis recordes nacionais em apneia *indoor*.

Deste voto deve ser dado conhecimento à atleta, ao Clube Naval de Rabo de Peixe, à Direção Regional do Desporto e à Federação Portuguesa de Atividades Subaquáticas.

Muito obrigado.

Horta, Sala das Sessões, 12 de junho de 2024.

Os Deputados Regionais.

Presidente: Muito obrigado, Senhor Deputado.

Está apresentado o voto.

Pergunto se há inscrições?

(Pausa)

Senhor Deputado Jaime Vieira, tem a palavra, faça favor.

(*) **Deputado Jaime Vieira (PSD):** Obrigado, Senhor Presidente.

Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados, Senhores Membros do Governo:

Logicamente que vencer uma prova é sempre digno, mas vencer uma prova nacional demonstra bem a qualidade dos nossos atletas e, acima de tudo, demonstra bem também a qualidade dos clubes e a formação que os membros apresentam.

Para nós é sempre gratificante ver uma atlética regional atingir tais patamares e é neste sentido que vamos nos associar este voto e que iremos apresentar um com o mesmo teor, o mais breve possível.

Muito obrigado, Senhor Presidente.

Presidente: Muito obrigado, Senhor Deputado.

Pergunto se há mais inscrições?

(Pausa)

Senhor Deputado Lúcio Rodrigues, faça favor, tem a palavra.

(*) **Deputado Lúcio Rodrigues (PS):** Bom dia a todos.

Obrigado, Senhor Presidente.

Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados, Senhoras e Senhores Membros do Governo:

Naturalmente que o Partido Socialista se associa a este voto à doutora e amiga Sandra Brum, conterrânea aqui da cidade da Horta e que também já representou o Clube Naval da Horta e que também deixou a sua marca, bem recente.

Naturalmente que o Partido Socialista endereça os parabéns à Sandra, desejando-lhe que esse seja apenas o início dos recordes, partindo do princípio que uma parte desses recordes já eram também aqui de conterrâneos nossos dos Açores, nomeadamente o Paulo Nóbrega e a Simone Martins e a Sandra, e muito bem, com a sua persistência e quem a conhece, sabe efetivamente aquilo que ela trabalha para atingir esses recordes, fez o seu trabalho no sentido de continuar a levar o nome dos Açores e o nome dos clubes dos Açores, em particular o Clube de Rabo de Peixe, o mais longe possível, a nível nacional.

Presidente: Muito obrigado, Senhor Deputado.

Não havendo mais inscrições, vamos passar à votação deste voto de congratulação:

As Senhoras e os Senhores Deputados que concordam, façam o favor se manter como estão.

Secretária: O voto de congratulação à atleta Sandra Brum por 6 recordes nacionais em apneia Indoor foi aprovado por unanimidade.

Presidente: O próximo voto de congratulação é apresentado pelo Grupo Parlamentar do Partido Socialista aos 50 anos da Sociedade Recreativa e Filarmónica União de São Brás. Tem a palavra o Senhor Deputado Berto Messias.

(*) **Deputado Berto Messias (PS):** Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados, Senhoras e Senhores Membros do Governo:

Voto de Congratulação

Pelos 50 anos da Sociedade Recreativa e Filarmónica União de São Brás

Cabe-me apresentar o voto de congratulação pelos 50 anos da Sociedade Recreativa e Filarmónica União de São Brás, que foi fundada a 14 de abril de 1974.

Na apresentação deste voto e numa altura em que se assinalam os 50 anos desta instituição, relembro aqui os fundadores da Filarmónica Recreativa União de São Brás: Luís Machado Cardoso, Isidro Linhares Menezes Andrade, Braz Martins Laranjeira, Armando da Silva Esteves, Francisco Paim Aguiar e João Mendes Areias.

Uma instituição que imprimiu, aquando da sua fundação e desde a sua fundação, uma nova dinâmica cultural, social e recreativa, desde logo na freguesia de São Brás, mas também naquela zona do Concelho da Praia da Vitória, consolidando ao longo destes 50 anos a sua atividade enquanto polo dinamizador de muita cultura e também enquanto escola cívica, como são as nossas filarmónicas.

Hoje, esta escola conta com uma escola de músicos com 23 executantes, sendo o professor da escola de músicos, o professor Gualter Silva e o maestro Evandro Machado.

Ao longo destas cinco décadas de existência, tem desempenhado um papel fundamental na promoção da cultura e da música, não só na freguesia de São Brás, mas também no Concelho da Praia da Vitória e na ilha Terceira.

Fazendo este voto, relembrando todos aqueles que, ao longo de 50 anos, construíram aquilo que é hoje a União Sociedade Recreativa e Filarmónica União de São Brás, saudamos os seus órgãos sociais, os seus sócios, os seus músicos, as respetivas famílias e, permitam-me o abuso regimental, saudamos também todas as filarmónicas da nossa Região e aqueles que todos os dias, de forma abnegada, sem quererem nada em troca, trabalham em prol destas instituições, polos dinamizadores de cultura fundamentais e extraordinárias escolas cívicas para as nossas crianças, adolescentes e jovens.

Assim, ao abrigo das disposições estatutárias e regimentais aplicáveis, o Grupo Parlamentar do Partido Socialista propõe um voto de congratulação pelos 50 anos da Sociedade Recreativa e Filarmónica de São Brás.

Deste voto deve ser dado conhecimento aos Órgãos Sociais desta Instituição, à Assembleia e Junta de Freguesia de São Brás e à Assembleia e Câmara Municipal da Praia da Vitória.

Disse.

Presidente: Muito obrigado, Senhor Deputado.

Está apresentado o voto.

Tem a palavra o Senhor Deputado Paulo Chaves.

(*) **Deputado Paulo Chaves (PSD):** Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados, Senhores Membros do Governo:

Cinquenta anos de dedicação é muito tempo e, portanto, neste sentido, o grupo parlamentar do PSD Açores irá associar-se a este voto, por aqueles que por lá passaram, aos que lá estão e, sem dúvida, aos que passarão num futuro próximo. As sociedades filarmónicas, neste caso a recreativa Filarmónica de São Brás, contribui de uma forma decisiva para a sua comunidade local e para as tradições e culturas, como é o caso em concreto da própria e, neste sentido, reforço, o grupo parlamentar do PSD tem muita honra em associar-se a este voto de congratulação.

Presidente: Muito obrigado, Senhor Deputado.

Pergunto se há mais inscrições?

(Pausa)

Vamos passar à votação:

As Senhoras e os Senhores Deputados que concordam, façam o favor se manter como estão.

Secretária: O voto congratulação pelos 50 anos da Sociedade Recreativa e Filarmónica União de São Brás foi aprovado por unanimidade.

Presidente: O próximo voto de congratulação é apresentado pelo Grupo Parlamentar do PSD, ao 50.º aniversário do Futebol Clube da Madalena e tem a palavra o Senhor Deputado José António Soares.

Deputado José António Soares (PSD): Excelentíssimo Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados, Excelentíssimos Senhores Membros do Governo:

Voto de Congratulação

50.º Aniversário do Futebol Clube da Madalena

No passado dia 1 de junho assinalaram-se os 50 anos da fundação do Futebol Clube da Madalena, na Madalena do Pico.

É com grande satisfação que apresento este voto de congratulação pelos 50 anos de existência do Futebol Clube da Madalena, fundado em junho de 1974. Clube este que tem sido um símbolo de paixão, dedicação e união do nosso concelho, e uma escola de virtudes para as crianças e jovens seus atletas.

Como tal o Futebol Clube da Madalena não é apenas um clube de futebol, é uma instituição concelhia e da ilha que transcende o campo de jogos, para se tornar numa referência de cidadania e participação, e ao longo das últimas cinco décadas foram muitos os atletas, dirigentes, sócios e adeptos que contribuíram para a construção de uma história rica em conquistas desportivas e valores de formação humanista.

Neste meio século de existência, o clube conquistou títulos, formou talentos homens e mulheres e promoveu a amizade e camaradagem entre os seus membros. Além disso, o Futebol Clube da Madalena tem sido um exemplo de integração social, incentivando a prática desportiva entre os jovens e promovendo hábitos de vida saudável.

Ao longo destas cinco décadas o Futebol Clube da Madalena, desenvolveu em vários escalões múltiplas atividades desportivas como o hóquei em patins, corridas em patins, num passado mais recente, o Futebol Clube da Madalena, teve equipas na prática do futsal quer masculino, quer feminino, mas a sua atividade principal gravitou sempre à volta do futebol.

Recentemente também, o Futebol Clube Madalena começou a desenvolver a prática do voleibol feminino, destacando-se a nível de ilha.

O Futebol Clube da Madalena conta hoje com dez equipas de futebol em sete escalões de formação, uma equipa de futebol sénior masculino e uma equipa de seniores feminino.

O Futebol Clube da Madalena tem ainda quatro equipas femininas de formação de voleibol, colaborando com o Centro de Atividades Ocupacionais da Santa Casa da Misericórdia da Madalena na participação de equipas de futsal e de atletismo.

A nível do Futebol Sénior Masculino destacam-se as seguintes conquistas:

Dois Títulos da Terceira Divisão Nacional na época 2004/2005 e na época 2009/2010;

Cinco Títulos de campeão da Associação Futebol da Horta, nas épocas 1983/1984, 1987,1988, 1997,1998, 1997/1998 e 2013/2014;

Dois Títulos da Taça da Associação de Futebol da Horta, nas épocas 2013/2014 e 2020/2021;

Um Título na supertaça da Associação de Futebol da Horta, na época 2018/2019;

Um Título na Supertaça do Triângulo da Associação de Futebol da Horta na época 2020/2021.

Atualmente o Futebol Clube da Madalena conta com cerca de 250 atletas.

Que este aniversário seja um momento de celebração, mas também de reflexão sobre o papel fundamental que o desporto desempenha na nossa sociedade, reconhecendo e apoiando neste caso o trabalho incansável desta instituição em prol do desenvolvimento desportivo da ilha e da coesão social, e até para a saúde integral de todos os envolvidos pelo reconhecido bem estar proporcionado a quem se coloca ao serviço da comunidade e promoção do Concelho e da Ilha no Território regional e nacional e em toda a diáspora.

Possa o futuro continuar a permitir este envolvimento de corpos dirigentes, atletas, seus familiares, demais parceiros e simpatizantes em prol do futuro do Clube.

Assim, nos termos estatutários e regimentais aplicáveis, o Grupo Parlamentar do PSD/Açores, propõe à Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos

Açores, reunida em sessão plenária no mês de junho de 2024, a aprovação de um voto de congratulação pelo 50.º aniversário do Futebol Clube da Madalena. Deste voto, deverá ser dado conhecimento aos órgãos sociais do Futebol Clube da Madalena, à Junta de Freguesia da Madalena, à Câmara Municipal e Assembleia Municipal da Madalena, à Associação de Futebol da Horta e à Direção Regional de Desporto.

Muito obrigado.

Horta, Sala das Sessões, 12 de junho de 2024

Os Deputados Regionais.

Presidente: Obrigado, Senhor Deputado.

Pergunto se há inscrições?

(Pausa)

Senhor Deputado Mário Tomé, tem a palavra, faça favor.

(*) **Deputado Mário Tomé (PS):** Muito obrigado, Senhor Presidente.

Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados, Senhoras e Senhores, Membros do Governo:

Naturalmente que o grupo Parlamentar do Partido Socialista associa-se ao presente voto, de uma celebração tão importante e também informa a câmara que amanhã irá apresentar um voto de semelhante teor.

Muito obrigado.

Presidente: Muito obrigado, Senhor Deputado.

Pergunto se há mais inscrições?

(Pausa)

Não havendo, vamos passar à votação deste voto de congratulação:

As Senhoras e os Senhores Deputados que concordam, façam o favor se manter como estão.

Secretária: O voto de congratulação pelo 50º aniversário do Futebol Clube da Madalena foi aprovado por unanimidade.

Presidente: O próximo voto de congratulação é apresentado pelo Grupo Parlamentar do CDS-PP à atleta Matilde Moules. Faça favor, Senhor Deputado Pedro Pinto.

Deputado Pedro Pinto (CDS-PP): Senhor Presidente da Assembleia, Senhoras e Senhores Deputados, Senhoras e Senhores Membros do Governo:

Voto de Congratulação

A Matilde Moules pela conquista do Campeonato de Portugal de Vela Optimist, na categoria de juvenis

Entre os dias 6 e 9 de junho decorreu no Funchal, ilha da Madeira, o Campeonato Nacional de Vela Optimist, onde a atleta Açoriana do Clube Naval da Praia da Vitória, Matilde Moules, se consagrou campeã nacional na categoria de juvenis.

Em 2020, Matilde Moules, havia conquistado o título de vice-campeã nacional na categoria de juvenis femininos e, no passado mês de maio, o seu bom desempenho garantiu um lugar no ranking com passagem direta para o Campeonato europeu, a acontecer em Carrara, Itália, entre os próximos dias 29 de junho e 6 de julho. Por pouco não foi apurada para o campeonato Mundial.

A atleta Terceirense de 15 anos iniciou a sua atividade na vela aos 6 anos de idade, tendo passado pelas escolas do Angra Iate Clube e sendo, atualmente, atleta do Clube Naval da Praia da Vitória, onde se iniciou nas competições desportivas.

Os resultados alcançados pela atleta, com a indispensável orientação do seu treinador, Carlos Borges, demonstram o talento e o empenho que coloca no seu treino, e consagram-na como uma verdadeira promessa na Vela dos Açores.

Estas conquistas levam o nome da Açores mais longe, tendo como efeito a promoção do desporto e da Região Autónoma dos Açores.

Serve o presente voto para expressar o nosso apoio entusiástico à Atleta Matilde Moules e à equipa do Clube Naval da Praia da Vitória para o desafio europeu que se avizinha, desejando boa sorte e que consiga realizar um desempenho desportivo de superação.

Assim, ao abrigo das disposições regimentais aplicáveis, o Grupo Parlamentar do CDS-PP propõe à Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores a aprovação de um Voto de Congratulação à atleta Matilde Moules pela conquista do título de campeã Nacional de Vela, na classe, Optimist na categoria de juvenis.

Deste voto deve ser dado conhecimento à atleta, ao Clube Naval da Praia da Vitória, à Direção Regional do Desporto, à Associação Regional de Vela dos Açores e à Federação Portuguesa de Vela.

Muito obrigado.

Horta, Sala das Sessões, 12 de junho de 2024

Os Deputados Regionais.

Presidente: Obrigado, Senhor Deputado.

Pergunto se há inscrições?

(Pausa)

Senhor Deputado Paulo Chaves, faça favor.

(*) **Deputado Paulo Chaves (PSD):** Senhor Presidente, Senhores Deputados, Senhores Membros do Governo:

O grupo parlamentar do PSD associa-se também ao voto de congratulação, apresentado aqui pelo grupo parlamentar do CDS, destacando o papel imprescindível que o desporto, e em particular a atleta Matilde Moules contribui para a promoção da Região, e em particular para a ilha Terceira, como na qualidade dos atletas formados na Região, elevando o nome da Região com projeção nacional.

Muito obrigado.

Presidente: Muito obrigado, Senhor Deputado.

Senhor Deputado Berto Messias, faça favor, tem a palavra.

(*) **Deputado Berto Messias (PS):** Muito obrigado, Senhor Presidente.

Senhoras e Senhores Deputados, Senhoras e Senhores Membros do Governo: Quando temos um jovem açoriano no topo nacional, é sempre um motivo de satisfação.

E isso tem ainda maior relevância quando estamos a falar de desportos altamente competitivos, como é o caso da vela, e isso valoriza ainda mais o feito da Matilde e da sua equipa técnica. Aliás, quem acompanha o percurso da Matilde no Clube Naval da Praia da Vitória, na vela, percebe que este feito e esta conquista no campeonato nacional de juvenis de vela, em optimist, não surge por acaso, porque é um trabalho consistente, muito relevante, há longos anos da Matilde Moules neste propósito.

E, portanto, saudamos esta conquista. Esperamos que este Parlamento possa mais vezes pronunciar-se e congratular-se pelos grandes feitos da Matilde. Saudamos por isso, o trabalho empenho e a disciplina e a dedicação que ela coloca, todos os dias, nesta atividade. Saudamos também o Carlos, que tem sido um trabalhador com grande dedicação no treino naquela instituição e que é hoje uma referência na vela, pode dizer-se a nível regional e também a nível nacional, porque existem muitos outros miúdos e miúdas que estão a crescer e a despontar nesta modalidade e, portanto, saudamos a Matilde, este

grande feito, desejamos as maiores felicidades na etapa europeia que se avizinha já este mês. Saudamos o Clube Naval, todos os seus órgãos sociais, o antigo Presidente José António Mendonça, que desde logo, apostou fortemente na formação. A atual Presidente Rita Borges, que mantém esse esforço de aposta na formação na vela, naquela instituição e, portanto, o grupo parlamentar do Partido Socialista associa-se com gosto ao voto aqui trazido pelo Senhor Deputado Pedro Pinto, desejando que mais vezes possamos aqui pronunciar-nos e estou certo que isso acontecerá, pelos grandes feitos da Matilde moldes na vela, quer a nível nacional, quer a nível europeu e internacional.

Muito obrigado.

Presidente: Muito obrigado, Senhor Deputado.

Vamos passar à votação deste voto de congratulação:

As Senhoras e os Senhores Deputados que concordam, façam o favor se manter como estão.

Secretária: O voto de congratulação à atleta Matilde Moules foi aprovado por unanimidade.

Presidente: O próximo voto é apresentado pelo Grupo Parlamentar do PSD ao Dr. Jorge Augusto Paulus Bruno. Tem a palavra a Senhora Deputada Nídia Inácio para a sua apresentação.

Deputada Nídia Inácio (PSD): Senhor Presidente da Assembleia, Senhoras Deputadas, Senhores Deputados, Senhores Membros do Governo:

Voto de Congratulação

Ao Dr. Jorge Augusto Paulus Bruno, pela distinção com o prémio de mérito profissional na área da museologia, atribuído pela Associação Portuguesa de Museologia (APOM)

Jorge Augusto Paulus Bruno, natural da ilha Terceira, nasceu no dia 13 de junho de 1959.

Licenciado em História pela Universidade dos Açores, em 1981, desempenhou, desde essa data, cargos de responsabilidade executiva e política, nomeadamente como Diretor Regional dos Assuntos Culturais, Diretor Regional da Segurança Social, Vice-Presidente do Serviço Regional de Proteção Civil e Diretor de Serviços de Organização e Planeamento na área da Saúde, na Região Autónoma dos Açores.

No início da sua carreira, desempenhou as funções de Chefe de Gabinete dos Secretários Regionais da Educação e Cultura dos II e III Governos Regional dos Açores.

Pertence ao Quadro de Pessoal de Ilha, da Ilha Terceira, na carreira de técnico superior, afeto à Direção Regional dos Assuntos Culturais e é membro de diversas instituições culturais.

Frequentou cursos e ações de formação em instituições regionais, nacionais e estrangeiras, nas suas áreas de especialidade.

É autor de vários artigos e apresentou inúmeras comunicações e conferências, no país e no estrangeiro, nas áreas cultural, de emergência médica, proteção civil, segurança social e ação social.

Assumiu a presidência do IAC-Instituto Açoriano de Cultura de 1990 a 2009 e da “Atlântida – Revista de Cultura” (órgão deste Instituto) vocacionado para a promoção de todas as formas de Cultura.

Foi o coordenador do projeto do Inventário do Património Imóvel dos Açores, cuja execução esteve a cargo do IAC-Instituto Açoriano de Cultura com financiamento da Direção Regional da Cultura do Governo Regional dos Açores.

Na qualidade de presidente da Direção do IAC-Instituto Açoriano de Cultura, coordenou a gestão do Projeto Atlântico de Arte Digital (PAAD) e do projeto

Chronos (que visou a criação de uma plataforma de e-learning com conteúdos relativos à História e Cultura dos arquipélagos na Macaronésia), envolvendo parceiros dos arquipélagos dos Açores, Madeira, Canárias e Cabo Verde.

Atualmente, é Presidente da Assembleia Geral da Sociedade Filarmónica de Instrução e Recreio dos Artistas, da Direção do Cineclube da Ilha Terceira e do Grémio Atlântico – Associação Cívica, Cultural e Solidária.

Exerce, desde 2005, as funções de Diretor do Museu de Angra do Heroísmo, interrompidas no período de 26 de outubro de 2009 a 26 de novembro de 2012, durante o qual assumiu o cargo de Diretor Regional da Cultura do X Governo dos Açores.

Tanto no âmbito do desempenho das suas funções profissionais como da sua atividade associativa, coordenou e foi autor de programas museológicos de dezenas de exposições sobre as mais variadas áreas temáticas, bem como dos planos de dinamização cultural realizados no âmbito das mesmas.

Dr. Jorge Augusto Paulus Bruno foi distinguido, este mês, com o prémio de mérito profissional na área da museologia, atribuído pela Associação Portuguesa de Museologia (APOM).

Reconhecendo o mérito, o empenho e esforço em prol da cultura nos Açores, em geral e na ilha Terceira em particular, e ao abrigo das disposições regimentais aplicáveis, o Grupo Parlamentar do PSD propõe à Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores a aprovação de um voto de congratulação, ao Dr. Jorge Augusto Paulus Bruno do qual deve ser dado formal conhecimento à família, à Secretaria Regional da Educação, Cultura e Desporto, à Direção Regional da Cultura, ao Museu de Angra do Heroísmo, à Câmara Municipal de Angra do Heroísmo, ao Instituto Açoriano de Cultura, à Sociedade Filarmónica de Instrução e Recreio dos Artistas, ao Cineclube da Ilha Terceira, ao Grémio Atlântico – Associação Cívica, Cultural e Solidária e à Associação Portuguesa de Museologia (APOM).

Disse.

Horta, Sala das Sessões, 12 de junho de 2024

Os Deputados Regionais.

Presidente: Muito obrigado, Senhora Deputada.

Senhora Deputada Andreia Cardoso, tem a palavra, faça favor.

(*) **Deputada Andreia Cardoso (PS):** Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados, Senhoras e Senhores, Membros do Governo:

O grupo parlamentar do Partido Socialista associa-se, naturalmente, ao voto apresentado pelo Grupo Parlamentar do PSD, pela Deputada Nídia Inácio. É reconhecido o mérito profissional, cívico e político do Dr. Paulus Bruno, natural da ilha Terceira e que tem, como foi aqui dito e muito bem, em diversas áreas distinguido a ilha Terceira e os Açores, a nível regional e nacional.

Eu gostava de distinguir aqui, de entre as várias atividades que desenvolveu, o facto de ter sido Presidente do IAC e de ter, no fundo, ajudado a construir aquela instituição que é uma instituição de referência a nível local e nacional e, nesse sentido, enquanto foi Presidente do IAC, o IAC foi distinguido com a insígnia de mérito cívico em 2007 e isso é um facto que muito se deve à sua atividade, enquanto presidente daquela instituição.

Também queria, naturalmente, fazer aqui referência à sua atividade, na qualidade de diretor do Museu de Angra do Heroísmo, que tem elevado a qualidade da atividade promovida pelo museu a níveis muito elevados e que nos orgulham, enquanto terceirenses e açorianos.

Naturalmente que também para ele será especialmente satisfatório o facto de receber este prémio no ano em que o Museu de Angra do Heroísmo comemora 75 anos e, portanto, todos estes factos tornam este prémio ainda mais interessante para o próprio, para nós e para os Açores em geral.

De facto, a atividade que o Doutor Paulus Bruno desenvolveu ao longo dos anos, quer em termos em políticos, sobretudo na área da cultura, mas também

na área da solidariedade e até da proteção civil, como aqui já foi evidenciado, faz-nos compreender aquilo que é o homem que estamos hoje aqui a felicitar. Também queria aproveitar para dizer que o seu empenho foi, como já aqui também, de alguma forma evidenciado, transversal aos vários governos regionais, ou seja, quer em governos regionais liderados pelo PSD, quer pelo PS, assumindo funções de responsabilidade que desempenhou com muito zelo e sempre com muita qualidade profissional. Fica, portanto, aqui a nossa associação ao voto aqui apresentado, desejando ao Dr. Paulus Bruno, como carinhosamente o conhecemos, os maiores sucessos no futuro, nas várias instituições que ainda dirige e sempre em prol da Terceira e dos terceirenses e dos Açores, em geral.

Obrigada.

Presidente: Muito obrigado, Senhora Deputada.

Pergunto se há mais inscrições?

(Pausa)

Parecendo não haver, vamos passar à votação deste voto de congratulação:

As Senhoras e os Senhores Deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão.

Secretária: O voto de congratulação ao Dr. Jorge Augusto Paulus Bruno foi aprovado por unanimidade.

Presidente: O próximo voto de congratulação é apresentado pelo Grupo Parlamentar do Partido Socialista, ao atleta açoriano Rui Filipe Cunha Correia. É apresentado pelo Senhor Deputado José Ávila, a quem dou a palavra, faça favor.

Deputado José Ávila (PS): Senhor Presidente da Assembleia, Senhoras e Senhores Deputados, Senhoras e Senhores Membros do Governo:

Voto de Congratulação

Ao atleta açoriano Rui Filipe Cunha Correia (Néne) pelo título de campeão nacional de futebol da Iª Liga Polaca

Rui Filipe Cunha Correia sagrou-se campeão da 1ª Liga de Futebol Profissional da Polónia pelo clube Jagiellonia na época desportiva 2023-2024, envergando a camisola número 8.

O Nené, como é mais conhecido, participou em 33 das 34 jornadas, marcou 9 golos e fez 6 assistências, tendo sido, assim, decisivo para a conquista do título. Este jovem Graciosense ficará para sempre na história do referido clube porque foi a primeira vez que este logrou vencer aquela exigente liga de futebol profissional, apesar de ter mais de 100 anos de história.

O Nené nasceu na ilha Graciosa a 10 de junho de 1995.

Iniciou a sua formação desportiva no Sporting Clube de Guadalupe, da Graciosa, em 2003. Em 2006 vai representar o Sintrense, regressando ao seu clube do coração em 2009 onde jogou até se transferir para o Sporting de Braga em 2012.

Já como sénior, atua no Sporting de Braga B em 2014, onde inicia a sua carreira profissional, passou pelo Montalegre, por cedência, e em 2017 rumou ao Fafe. Assina pelo Santa Clara em 2019 e em 2022 decide rumar à Polónia para impulsionar a sua carreira profissional. Foi uma aposta ganha.

O site Flashscore, a propósito desta importante conquista, referia “Nené: da Graciosa para o topo da Polónia” que, numa entrevista a esse propósito, assumiu que este tinha sido “o momento mais marcante da sua carreira”.

Assim, o Grupo Parlamentar do Partido Socialista, ao abrigo das disposições estatutárias e regimentais aplicáveis, propõe que a Assembleia Legislativa da

Região Autónoma dos Açores, reunida em sessão plenária no dia 12 de junho de 2024, aprova o seguinte Voto de Congratulação:

“A Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores congratula o atleta profissional Graciosense Rui Filipe Cunha Correia, conhecido por Nené, por se ter sagrado campeão da 1ª Liga de Futebol Profissional da Polónia, pelo Jagiellonia.

Esta vitória é um prémio à tenacidade e ao talento de um jovem que saiu da sua terra natal à procura de um sonho.

Nos campos por onde passou, este jovem sempre transportou nos ombros a bandeira dos Açores e o no peito o orgulho de ser Graciosense.

Que deste voto seja dado conhecimento, além do próprio (que nos está a ver neste momento), ao Sporting Clube de Guadalupe, à Associação de Futebol de Angra do Heroísmo e à Federação Portuguesa de Futebol.

Disse.

Horta, Sala das Sessões, 12 de junho de 2024

Os Deputados Regionais.

Presidente: Obrigado, Senhor Deputado.

Pergunto se há inscrições?

(Pausa)

Vamos passar à votação deste voto de congratulação:

As Senhoras e os Senhores Deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão.

Secretária: O voto de congratulação ao atleta açoriano Rui Filipe Cunha Correia, Nenê pelo título de campeão nacional de futebol da primeira liga polaca, foi aprovado por unanimidade.

Presidente: O próximo voto de congratulação, apresentado pelo Grupo Parlamentar do PSD, também ao atleta Rui Correia. Tem a palavra o Senhor Deputado Adolfo Vasconcelos.

Deputado Adolfo Vasconcelos (PSD): Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia, Excelentíssimos Senhores Deputados, Excelentíssimos Membros do Governo:

Voto de Congratulação

Rui Correia (Nené) - Campeão Nacional da Polónia

Rui Filipe Cunha Correia, mais conhecido por “Nené”, a alcunha que herdou o pai, nasceu no dia 10 de junho de 1995, às 11h, filho de Sandra Maria Pavão da Cunha e Fernando Rui Melo Correia. É o mais velho de 4 irmãos, o Roberto, o Carlos e a Núria. A sua primeira morada foi em Santo Amaro, em Santa Cruz da Graciosa.

Começou a formação desportiva com 8 anos de idade no seu clube do coração, e clube do seu pai, o Sporting Clube de Guadalupe. Ainda como Infantil, representou o Sintrense, por ter ido viver para o continente. Mais tarde, voltou à Graciosa, onde novamente representou o SC Guadalupe, no escalão de juvenis.

Já em idade júnior, com 17 anos, embarcou em busca do seu sonho, para representar um histórico do futebol português, o Sporting Clube de Braga, onde jogou durante 4 épocas, 2 delas nos Juniores, onde se sagrou campeão nacional de juniores, e 2 épocas na equipa B. Durante essas épocas, foi internacional pela Seleção portuguesa de Sub-19 e Sub-20 (Estreou-se pelos Sub-19 no dia 14 de novembro de 2013, diante do Luxemburgo).

Entre 2016 e 2019, representou o Montalegre e o Fafe, clubes que disputavam o Campeonato de Portugal. A sua evolução ao longo dessas épocas valeu-lhe a

chamada à Primeira Liga, ao serviço do Santa Clara, clube da região que o viu crescer e que tanto nos orgulha.

Representou o Santa Clara entre 2019 e 2022, tendo feito parte da equipa que alcançou a melhor classificação de sempre da história do clube na Primeira Liga e ainda uma inédita qualificação para a Conference League, que lhe permitiu a estreia nas competições europeias em 2021. Pelo meio, em outubro de 2021, marcou o golo da vitória contra o FC Porto, em pleno Estádio do Dragão, em jogo a contar para a Taça da Liga.

No verão de 2022, seguiu um novo rumo e cumpriu o sonho de jogar num campeonato profissional fora do nosso país. Foi contratado pelo Jagiellonia Bialystok, da Polónia.

Na primeira época pelo clube, realizou 32 jogos, marcou 5 golos e fez 3 assistências.

Nesta época, pela primeira vez na história do clube, sagrou-se Campeão Nacional da Polónia, com uma grande influência na equipa, com 11 golos e 7 assistências em todas as competições.

Foi nomeado Melhor Jogador do Mês de Dezembro do Campeonato, fez parte da equipa da semana do campeonato e apontou grandes golos, muitas vezes decisivos, tal como no jogo que consagrou a sua equipa como campeã, no qual apontou o primeiro golo.

O “Nené” provou que os sonhos dos jovens da nossa Região são possíveis, com muito trabalho, sem nunca deixar de acreditar.

Assim, ao abrigo das disposições regimentais aplicáveis, o Grupo Parlamentar do PSD/Açores, propõe à Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores, reunida em sessão plenária no mês de junho de 2024, a aprovação de um Voto de Congratulação a Rui Filipe Cunha Correia “Nené”, pelo título de Campeão Nacional da Polónia de futebol, e pela sua bem sucedida carreira desportiva.

Do presente voto deverá ser dado conhecimento à sua família, Sporting Clube Guadalupe, Camara Municipal de Santa Cruz da Graciosa e Junta de Freguesia de Guadalupe.

Horta, Sala das Sessões, 12 de junho de 2024

Os Deputados Regionais.

Presidente: Obrigado, Senhor Deputado.

Pergunto se há inscrições?

(Pausa)

Não havendo, vamos passar à votação deste voto de congratulação:

As Senhoras e os Senhores Deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão.

Secretária: O voto de congratulação ao atleta açoriano Rui Correia Nenê, campeão nacional da Polónia, foi aprovado por unanimidade.

Presidente: O próximo voto de congratulação é apresentado pelo Grupo Parlamentar do CDS-PP, pelo regresso do Sporting Clube da Horta à primeira Divisão Nacional de Andebol. Tem a palavra o Senhor Deputado Pedro Pinto.

Deputado Pedro Pinto (CDS-PP): Senhor Presidente da Assembleia, Senhoras e Senhores Deputados, Senhoras e Senhores Membros do Governo:

Voto de Congratulação

Pelo regresso do Sporting Clube da Horta à Primeira Divisão Nacional de Andebol

Nesta passada segunda-feira, dia 10 de junho, o Sporting Clube da Horta garantiu o seu regresso à Primeira Divisão Nacional de Andebol.

Num início de época com algumas dificuldades a equipa batalhou para a sua manutenção na atual divisão tendo, com esforço e dedicação, alcançado resultados numa segunda fase que permitiram ao clube centenário a disputa pela subida à primeira Divisão Nacional de Andebol.

O Clube Açoriano regressou à Primeira Divisão Nacional depois de dois anos de interregno.

Apesar de uma entrada mais difícil na Fase Final, o Sporting da Horta soube-se reinventar e, depois de vencer o novo Campeão Nacional a 20 de abril, os triunfos passaram a ser rotina para o Clube Açoriano: sete vitórias em nove jogos, que valeram o regresso ao principal escalão.

Este feito, considerado por muitos “impossível”, só foi possível devido a uma equipa determinada e pela exemplar liderança do seu treinador, Pedro Silva, que levou à vitória em 5 dos 6 jogos disputados contra as equipas candidatas à subida de divisão.

O Sporting Clube da Horta, clube centenário, irá levar o nome dos Açores a competições de excelência e garantir que em 2024 e 2025 haverá Andebol de Primeira na Horta.

Assim, ao abrigo das disposições regimentais aplicáveis, o Grupo Parlamentar do CDS-PP propõe à Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores a aprovação de um Voto de Congratulação pelo regresso do Sporting Clube da Horta à Primeira Divisão Nacional de Andebol.

Deste voto deve ser dado conhecimento à Direção do Sporting Clube da Horta, à Direção Regional do Desporto e à Federação de Andebol de Portugal.

Muito obrigado.

Horta, Sala das Sessões, 12 de junho de 2024

Os Deputados Regionais.

Presidente: Muito obrigado, Senhor Deputado.

Está apresentado o voto.

Pergunto se há inscrições?

(Pausa)

Senhor Deputado Lúcio Rodrigues, tem a palavra, faça favor.

(*) Deputado Lúcio Rodrigues (PS): Obrigado, Senhor Presidente.

Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados, Senhora e Senhores
Membros do Governo:

Para informar a câmara que, naturalmente, que o grupo parlamentar do Partido
Socialista se associa a este voto apresentado pelo CDS-PP e que amanhã
apresentaremos um voto com o mesmo teor.

Presidente: Obrigado, Senhor Deputado.

Senhora Deputada Salomé Matos, faça favor.

Deputada Salomé Matos (PSD): Obrigada, Senhor Presidente.

Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados, Senhoras e Senhores
Membros do Governo:

O grupo parlamentar do PSD, naturalmente, associa-se ao feito concretizado
pelo Sporting Clube da Horta, na passada segunda-feira e informa que
apresentará voto de igual teor amanhã.

Presidente: Obrigado, Senhora Deputada.

Vamos passar à votação deste voto de congratulação:

As Senhoras e os Senhores Deputados que concordam, façam o favor de se
manter como estão.

Secretária: O voto de congratulação pelo regresso do Sporting Clube da Horta
à primeira Divisão Nacional de Andebol foi aprovado por unanimidade.

*(Neste momento o Deputado Paulo Gomes substituiu a Deputada Cecília
Estácio no lugar de Secretário da Mesa)*

Presidente: O próximo voto de congratulação, apresentado pelo Grupo Parlamentar do PSD, pelos 25 anos do Centro Social e Cultural do Cabouco. Tem a palavra o Senhor Deputado Rúben Cabral para a sua apresentação.

Deputado Rúben Cabral (PSD): Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados, Senhoras e Senhores Membros do Governo:

Voto de Congratulação Pelos 25 anos do Centro Social e Cultural do Cabouco

O Centro Social e Cultural do Cabouco é uma Instituição Particular de Solidariedade Social, sem fins lucrativos, fundada a 11 de abril de 1999. Um espaço onde crianças e jovens podem conviver e se divertir.

Na sua comissão instaladora, contou com personalidades como o Eng. Luís Martins Mota, João Pedro Oliveira e o Padre Cláudio Medeiros Franco. Até ao momento, e para além do Padre Cláudio Medeiros Franco, o Centro já contou com presidentes como Maria Leonor Moniz, João Pedro Oliveira, Eng.º João Ponte e Anabela Calisto.

Desde 2015, mas em especial no corrente ano em que se celebram os 25 anos de existência desta importante instituição de desenvolvimento local, o Centro Social e Cultural do Cabouco tem em Maura Pacheco Ponte a sua presidente, com uma direção constituída por Marina Franco, João Carlos Rebelo, Carina Franco, Ana Paula Medeiros e suplentes Carolina Freitas e Andreia Filipa Vieira.

Atualmente, esta instituição conta com um total de 12 colaboradores, indispensáveis para o bom funcionamento e cumprimento da sua missão de serviço público que é fundamental para o desenvolvimento da freguesia do Cabouco e comunidade lagoense.

A edificação deste Centro foi um processo que começou pela cedência de um terreno, por parte da benemérita D. Amélia Faria e Maia e contou com o apoio da Câmara Municipal da Lagoa, traduzindo-se, assim, na concretização de uma já antiga aspiração da comunidade cabouquense.

O Centro Social e Cultural do Cabouco é uma estrutura polivalente que tem como principais funções desenvolver atividades sociais e culturais; o apoio a crianças e jovens; o apoio à família; a educação e formação profissional dos cidadãos e em todas as restantes atividades de interesse social e cultural.

Na sua atividade, a instituição teve dois momentos especialmente importantes, onde:

Até agosto de 2005, decorreu o Projeto Porto – Ser Criança, que procurou a integração familiar e socioeducativa de crianças em risco de exclusão e marginalização social e familiar, numa perspetiva de prevenção e atuação precoce, promovendo condições adequadas para o seu desenvolvimento global e para o exercício pleno da sua cidadania;

Em 2006, este projeto deu lugar a algumas das atuais valências da instituição, que têm Acordo de Cooperação com o I.S.S.A, com os objetivos de promover um maior desenvolvimento à própria freguesia; aumentar as relações interpessoais entre o “eu” e o “outro”; promover ações educacionais, pedagógica e formação do ser humano e contribuem para reduzir o insucesso escolar e, por fim; promover a inserção sociofamiliar das crianças e dos jovens, bem como prevenir comportamentos de risco e defender os direitos das crianças, garantindo uma vivência em cidadania.

Neste momento, a instituição atua através das suas 4 valências, nomeadamente, 3 Centros de Atividades Tempos Livres e a Animação de Rua, onde se pretende ocupar os tempos livres de crianças e jovens através da realização de atividades como jogos diversos, torneios, dança e ginástica.

Não obstante todo o contributo social e cultural que tem representado ao longo dos seus 25 anos de existência, este Centro quer ir mais além e conta com alguns projetos que farão com que seja um agente ainda mais ativo no desenvolvimento da Lagoa. Porque o serviço assistencial é muito importante no presente e futuro de uma sociedade desenvolvida, onde o futuro passa por encontrarmos no local onde escolhemos viver serviços para educar, exercitar e entreter os nossos filhos e serviços para garantir o bem-estar dos nossos pais.

Face ao exposto, e pela reconhecida importância em serviço social e cultural, nos termos regimentais e estatutários aplicáveis, o Grupo Parlamentar do Partido Social Democrata propõe à Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores, reunida em Sessão Plenária, no período legislativo do mês de junho de 2024, a aprovação deste Voto de Congratulação ao Centro Social e Cultural do Cabouco, pela comemoração dos seus 25 anos de existência em prol da comunidade.

Deste voto deve ser dado conhecimento ao Centro Social e Cultural do Cabouco, à Junta de Freguesia e Assembleia de Freguesia do Cabouco e à Câmara Municipal e Assembleia Municipal da Lagoa.

Horta, Sala das Sessões, 12 de junho de 2024

Os Deputados Regionais.

Presidente: Obrigado, Senhor Deputado. Está apresentado o voto. Pergunto se há inscrições?

(Pausa)

Senhora Deputada Sandra Costa Dias, faça favor.

(*) **Deputada Sandra Costa Dias (PS):** Muito obrigada, Senhor Presidente.

Senhoras e Senhores Deputados, Senhoras e Senhores Membros do Governo:

É com regozijo que o Partido Socialista se associa a este voto, dando nota da importância de instituições, como é o caso do Centro Social e Cultural do Cabouco, naquele que é o papel que desempenham nas suas comunidades, na proximidade, quer com crianças, quer com os idosos, quer ainda, no desenvolvimento de projetos sociais importantes para o desenvolvimento destas comunidades e que são, nada mais, nada menos a execução de muitas das políticas que são aqui desenhadas e promovidas nesta Assembleia, mas que são estas pessoas, num exercício de cidadania, de entrega a estas instituições, que o põe em prática nas suas comunidades e a bem dos outros.

Fazer nota e dar destaque a todos aqueles que, ao longo destes 25 anos, contribuíram para o sucesso que hoje é reconhecido ao Centro Social e Cultural do Cabouco. Os nomes já aqui foram enunciados e destaco hoje na pessoa da sua atual presidente, Maura Pacheco Ponte, estendendo a todos os outros que já por lá passaram, agradecendo o seu empenho, o seu trabalho em prol das suas comunidades.

Fazer nota ainda também do papel da Câmara Municipal, que há 25 anos deu corpo a este projeto, concretizando aquele que era um desejo daquela comunidade e ainda dar nota de que, no decorrer do ano em que se comemoram esses 25 anos, mais propriamente em setembro próximo, será também feito pela Câmara Municipal um reconhecimento ao papel deste centro social e cultural, com a produção de uma medalha comemorativa e a produção do evento também para enaltecer o papel desta instituição de todos aqueles que para ela contribuíram, quer dirigentes, quer também os seus colaboradores e ainda sempre com o propósito final de enaltecer aquele que é o trabalho que nos une a todos: trabalhar para os açorianos, para o bem da das gerações vindouras, mas acima de tudo, dar corpo àquelas que são as políticas aqui desenhadas, que de nada servem se não houver estas pessoas que no terreno dão o seu melhor para que, efetivamente, chegue às populações aquilo que elas necessitam.

Muito obrigada.

Disse.

Presidente: Muito obrigado, Senhora Deputada.

Senhora Deputada Olivéria Santos, faça o favor, tem a palavra.

(*) **Deputada Olivéria Santos (CH):** Muito obrigada, Senhor Presidente da Assembleia.

Senhoras e Senhores Deputados, Senhores Membros do Governo Regional:

O Chega associa-se a este voto pelos 25 anos do Centro Social e Cultural do Cabouco.

De facto, é uma instituição muito importante para o concelho da Lagoa, que merece ser enaltecida, merece ser relevado o seu trabalho. São 25 anos a lutar pela população do concelho de Lagoa. Trabalha não apenas focada na freguesia do Cabouco, mas também às restantes freguesias limítrofes do concelho. Têm ajudado desde crianças, a jovens, pessoas com mais idade.

Portanto, é, contudo, o louvor que nós nos associamos a este voto de congratulação pelos 25 anos do Centro Social e Cultural do Cabouco.

Obrigada.

Presidente: Muito obrigado, Senhora Deputada.

Pergunto se há mais inscrições?

(Pausa)

Parecendo não haver, vamos votar este voto de congratulação:

As Senhoras e os Senhores Deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão.

Secretário: O voto apresentado foi aprovado por unanimidade.

Presidente: O próximo voto de congratulação é apresentado pelo Chega, pelos 35 anos do Clube Naval das Lajes das Flores. Tem a palavra o Senhor Deputado José Sousa.

Deputado José Sousa (CH): Muito obrigado, Senhor Presidente.

Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados:

Voto de Congratulação Pelos 35 anos do Clube Naval das Lajes das Flores

Foi fundado a 31 de maio de 1989 e teve como principal objectivo divulgar e promover as actividades náuticas na ilha das Flores, apostando na prática desportiva e também na preservação do património baleeiro da ilha.

Há 35 anos que o Clube Naval das Lajes das Flores tem proporcionado uma vasta gama de actividades e de eventos que promovem o mar como um recurso recreativo, mas também educacional. Neste sentido, tem sido uma instituição importante na vida da comunidade das Flores, apostando sempre na ligação com o mar, principalmente para as gerações mais novas.

Mas o Clube Naval das Lajes das Flores também mantém uma ligação com o passado, sendo importante a sua dedicação à preservação do património baleeiro. É aquele clube o responsável pelo Museu Baleeiro das Lajes e pela preservação de todo o património e memória histórica da baleação na ilha, estando aberto durante todo o ano para que os visitantes possam admirar os botes São Pedro e Formosa.

Se durante o resto do ano, os mesmos botes podem ser apreciados na Casa dos Botes, entre Maio e Setembro, é possível vê-los a navegar ou a participar em várias regatas de botes baleeiros em toda a Região. Aliás, a primeira edição do Campeonato Regional de Botes Baleeiros foi organizada na ilha das Flores, em 2016, exactamente pelo Clube Naval das Lajes.

A importância do legado baleeiro mantém uma representação do Clube Naval na Comissão Regional do Património Baleeiro, ajudando a manter e preservar as tradições da baleação.

Actividades marítimas, desportivas, culturais na comunidade das Lajes, e em toda a ilha das Flores, são um marco importante do Clube Naval que agrega já várias gerações de Lajenses que por ali passaram.

Várias actividades têm levado muitos florentinos a ver e a entrar, pela primeira vez, num caiaque ou a conhecer mais sobre a história da baleação.

Os cursos oferecidos pelo Clube Naval das Lajes das Flores são uma forma de envolver a população e promover o conhecimento e as habilidades relacionadas com as actividades marítimas. Em concreto os cursos de vela, de navegação e cartografia, pesca desportiva, manutenção e reparação de embarcações, canoagem e caiaque.

São cursos que além de ajudarem a desenvolver habilidades náuticas, também fortalecem a ligação da comunidade com o mar e promovem a importância da preservação ambiental.

Assim, o CHEGA Açores propõe à Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores, nos termos estatutários e regimentáveis aplicáveis, a aprovação de um voto de congratulação pelos 35 anos do Clube Naval das Lajes das Flores, do qual deve ser dado conhecimento à Direcção do Clube, à Câmara Municipal das Lajes das Flores e à Direcção Regional do Desporto.

Disse.

Horta, Sala das Sessões, 12 de junho de 2024.

Os Deputados Regionais.

Presidente: Muito obrigado, Senhor Deputado.

Senhora Deputada Cecília Estácio, tem a palavra.

(*) **Deputada Cecília Estácio (PSD):** Obrigada, Senhor Presidente.

Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados, Senhores Membros do Governo:

O Grupo Parlamentar do PSD associa-se a este voto apresentado pelo Chega, felicitando o Clube Naval das Flores pelos seus 35 anos, pelo excelente trabalho que tem vindo a desenvolver, no âmbito da formação, oferecendo sempre formação em áreas muito distintas, pela oferta da prática de diversas atividades náuticas e pelo papel muito importante que tem tido na preservação e valorização do património baleeiro.

O Clube Naval das Flores aproxima os florentinos ainda mais do mar e das suas raízes do seu património baleeiro, fomentando sempre a preservação com o ambiente.

Obrigada.

Presidente: Muito obrigado, Senhora Deputada.

Senhor Deputado José Eduardo, tem a palavra, faça favor.

(*) **Deputado José Eduardo (PS):** Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados, Senhoras e Senhores Membros do Governo:

Uso a palavra na apresentação deste voto para, antes de mais, referir que, mesmo que este sendo um e que surja um pouco fora daquele que tem sido o entendimento nesta casa para apresentação de votos deste teor, que devem ser apresentados, aquando datas comemorativas, como sejam os 25, 50, 75 ou 100 anos, mas quis o grupo parlamentar do Chega apresentar o presente voto e, independentemente, desta nota prévia que referi, merecerá a nossa solidariedade e voto favorável, por tudo aquilo que o Clube Naval das Lajes das Flores, ao longo desses seus 35 anos de atividade e de vida, tem realizado em prol dos florentinos.

O Clube Naval das Lajes das Flores, como todas as associações e clubes da ilha das Flores e dos Açores, teve uma vida cheia de momentos bons e momentos menos bons.

Hoje, a celebrar os seus 35 anos de existência, é a prova de que nos últimos anos e fruto de muita dedicação dos seus corpos diretivos, tem vindo a crescer e a apostar na divulgação das suas atividades, que se tem diversificado, apostando na prática desportiva, na formação e na preservação do património baleeiro da ilha.

O Clube Naval tem realizado um trabalho que tem o mar como fonte de recursos e inspiração para a promoção de inúmeras atividades que, para além da recreativas, são também de formação e de carácter educativo, sempre com a preocupação na defesa do oceano que nos rodeia.

Também ao nível do património baleeiro, este clube tem feito um trabalho notável e meritório, não só na recuperação e manutenção dos botes e na lancha, como na realização de provas e atividades, que muito tem contribuído para o conhecimento desta atividade que em tempos foi pão para muitos, tal como tem contribuído para a dinamização da prática da atividade desportiva.

Destaco ainda a mais recente novidade: a criação da secção de canoagem, sendo esta mais uma oferta destinada a todos: jovens e menos jovens, para uma cada vez maior proximidade com o nosso mar.

De referir ainda, a oferta de cursos de obtenção da carta de desportista Náutico em categorias como: marinheiro, patrão local e patrão de costa, que tem possibilitado a muitos florentinos a possibilidade de usufruírem da interação com o mar, relação essencial do ser ilhéu.

Aproveito o voto para deixar um apelo ao Governo Regional, apelo esse que eu ouço todos os dias do Presidente deste Clube Naval, que, mesmo compreendendo a questão da obra necessária no Porto das Lajes, solicita a criação de melhores condições e de melhorias urgentes no núcleo de recreio náutico, com o objetivo de oferecer melhores condições a todos aqueles que utilizam e que com pouco se conseguiriam melhorias essenciais, que permitiriam uma melhor receção, por exemplo, a todos quantos nos visitam

nesta altura do ano. A título de exemplo e relembrando, só esta semana, foram 23 os veleiros que vindos de oeste tentaram encontrar nas Flores o seu primeiro porto de entrada nos Açores, mas depararam-se com poucas condições e seguem viagem para outras paragens.

Com este apelo para que o Governo olhe para esta situação, finalizo, solidarizando-me junto com o Grupo Parlamentar do Partido Socialista, com esta reivindicação do Presidente do Clube Naval e também com o voto apresentado pelo Grupo Parlamentar do Chega, a que nos associamos.

Presidente: Muito obrigado, Senhor Deputado.

Pergunto se há mais inscrições?

(Pausa)

Vamos passar à votação deste voto de congratulação:

As Senhoras e os Senhores Deputados que concordam, façam o favor se manter como estão.

Secretário: O voto apresentado foi aprovado por unanimidade.

Presidente: Muito obrigado, Senhor Secretário.

Senhoras e Senhores Deputados, Senhoras e Senhores Secretários Regionais:
Encontram-se na Galeria, a acompanhar os nossos trabalhos, os meninos da Escola Básica Jardim de infância do Pasteleiro, 4.º ano, turma C.
Agradeço a vossa visita e saúdo-vos, em nome desta Assembleia.

(Aplausos da câmara)

Vamos dar continuidade.

O próximo voto de congratulação pelos 25 anos de funcionamento da Escola Básica Integrada do Topo, apresentado pelo Grupo Parlamentar do PSD. Senhor Deputado Paulo Silveira, faça favor.

Deputado Paulo Silveira (PSD): Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados, Senhoras e Senhores Membros do Governo:

Voto de Congratulação

Pelos 25 anos de funcionamento da Escola Básica Integrada do Topo

Na passada semana, assinalaram-se os 25 anos da Escola Básica Integrada do Topo, no concelho da Calheta, em São Jorge.

Foi com o encerramento da “telescola”, em 1997, que se instalou um polo da Escola Básica e Secundária da Calheta na Vila do Topo, presidido pelo Professor José Gonçalves. No ano letivo seguinte, começou a funcionar a Escola Básica Integrada do Topo, de forma autónoma, sendo a comissão instaladora constituída por Susana Maria Freitas Cabral, Maria José Justo Casimiro e Dionísia Lourenço, que a presidia.

Mas foi a partir do ano letivo de 1999/2000 que se viu definitivamente instalada a Escola Básica Integrada do Topo, ainda que funcionasse de forma provisória nas instalações da então Casa do Povo e Convento de São Diogo da Ordem Franciscana dos Frades Menores. Constituía o Conselho Executivo da escola o Presidente Paulo Ribeiro e os vice-presidentes Vasco Pinto Azevedo e Susana Cabral.

A partir de setembro de 2002, a Escola já iniciou o ano letivo num novo edifício construído junto ao antigo convento, que seria inaugurado em 2003. Atualmente, a escola contempla três edifícios: o denominado edifício novo, onde se desenvolve a componente letiva; o antigo edifício, com os serviços administrativos; e o pavilhão gimnodesportivo. No exterior, a Escola Básica

Integrada do Topo dispõe de pátios de recreio cobertos e descobertos, jardins, campo de jogos, parque infantil, campo de voleibol e balneários exteriores.

No início da sua missão educativa, a Escola Básica Integrada do Topo dava resposta a 200 alunos essencialmente oriundos de Santo Antão e da Vila do Topo, ainda que agora tenha cerca de 91 alunos aí inscritos. Ao longo destes 25 anos, a Escola Básica Integrada do Topo mantém um corpo de pessoal docente de cerca de 27 professores, sendo que atualmente conta com um corpo de pessoal não-docente de 15 profissionais.

É, por isso, uma Escola Básica Integrada de pequena dimensão, que não condiciona a sua qualidade, motivação e diligência em assegurar uma educação básica de excelência às crianças e jovens da zona mais distante da ilha de São Jorge.

É, pois, na determinação de todos os que construíram e fizeram parte da História destes 25 anos da Escola Básica Integrada do Topo, assim como na perspetiva futura de todos os que continuarão a enformar e a formar as gerações futuras de crianças e jovens que aí estudam, que importa assinalar esta data.

Assim, nos termos estatutários e regimentais aplicáveis, o Grupo Parlamentar do PSD/Açores, propõe à Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores, reunida em sessão plenária do mês de junho de 2024, a aprovação de um voto de congratulação pelos 25 anos de funcionamento da Escola Básica Integrada do Topo.

Do presente voto, deverá ser dado conhecimento ao Conselho Executivo da Escola Básica Integrada do Topo, à Direção Regional de Educação e Administração Educativa, à Câmara Municipal e Assembleia Municipal da Calheta e à Junta de Freguesia da Vila do Topo.

Disse.

Horta, Sala das Sessões, 12 de junho de 2024

Os Deputados Regionais.

Presidente: Obrigado, Senhor Deputado.

Está apresentado o voto

Pergunto se há inscrições?

(Pausa)

Senhora Deputada Catarina Cabeceiras, tem a palavra, faça favor.

(*) **Deputada Catarina Cabeceiras (CDS-PP):** Obrigado, Senhor Presidente.

Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados, Senhores Membros do Governo:

Informar a Câmara que, como é natural, o grupo parlamentar associa-se a este voto de congratulação e informar que amanhã também teremos um voto de igual teor.

Presidente: Muito obrigado, Senhora Deputada.

Creio que não existem mais intervenções.

Vamos passar à votação deste voto:

As Senhoras e os Senhores Deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão.

Secretária: O voto apresentado foi aprovado por unanimidade.

Presidente: Próximo voto de congratulação, também à Escola Básica Integrada da Vila do Topo, apresentado pelo Grupo Parlamentar do Partido Socialista. Tem a palavra a Senhora Deputada Isabel Teixeira, para a sua apresentação.

Deputada Isabel Teixeira (PS): Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados, Senhoras e Senhores Secretários Regionais:

Voto de Congratulação
Escola Básica e Integrada da Vila do Topo

A Escola Básica e Integrada da Vila do Topo celebrou 25 anos de educação e formação.

O Decreto Legislativo Regional 2/98/A, de 28 de janeiro criou as escolas básicas integradas na RAA que foram regulamentadas pelo Decreto Regulamentar Regional 10/98/A de 2 maio. No seu artigo 2º, alínea g) e foi criada a EBI do Topo nos termos seguintes: “Escola Básica Integrada do Topo, englobando todos os estabelecimentos da educação pré-escolar e do ensino básico da rede oficial, bem como a educação especial, o ensino recorrente de adultos e a educação extra-escolar, das freguesias de Topo e Santo Antão, do concelho da Calheta”.

Em 1997 e, após o encerramento da “telescola”, que funcionou durante alguns anos na zona do Topo, foi criado um polo da Escola Básica e Secundária da Calheta.

A 1 de setembro de 1998 a EBI do Topo começou a funcionar de forma autónoma, sendo a comissão instaladora presidida pela docente Dionísia Lourenço, tendo como vice-presidentes: Susana Maria Freitas Cabral e M^a José Justo Casimiro.

A partir do ano letivo 1999-2000 já estava definitivamente instalada a escola e funcionava provisoriamente nas instalações da então Casa do Povo e Convento de São Diogo.

Em setembro de 2002, a escola iniciou o ano letivo no novo edifício, construído junto do antigo convento, sendo inaugurado em 2003.

Mais tarde, a escola passou a designar-se Escola Básica Integrada da Vila do Topo.

O primeiro Conselho Executivo da EBI da Vila do Topo, exerceu funções entre 1999-2005, e foi constituído pelos docentes seguintes: Presidente: Paulo Jorge Ribeiro, Vice-presidente: Vasco Pinto Azevedo e Vice-presidente: Susana Maria Freitas Cabral.

O Conselho Executivo atual é composto pelas docentes Ana Bela Teixeira Oliveira, Presidente; Paula Cristina da Silva e Alexandra de Fátima Lima Dias, Vice-Presidentes.

O papel da escola é fomentar o conhecimento, sendo seu dever atuar na formação das crianças e jovens, é essa soma de esforço que promove o pleno desenvolvimento dos alunos como cidadãos.

A escola é, assim, o lugar onde as crianças e os jovens deverão encontrar os meios para se preparar para realizar os seus sonhos e os seus projetos de vida, e assim acontece há 25 anos na EBI do Topo.

Por tudo isto, e pela reconhecida importância económica, social e educativa desta escola nas freguesias de Santo Antão e Topo, pela afirmação e conhecimento transmitido às crianças e jovens, vem o Grupo Parlamentar do Partido Socialista – Açores, apresentar um Voto de Congratulação pelos 25 anos da Escola Básica e Integrada da Vila do Topo.

Deste voto deve ser dado conhecimento à escola, nomeadamente aos seus órgãos sociais, à Assembleia Municipal da Calheta, à Câmara Municipal da Calheta, às Juntas de Freguesia do Topo e de Santo Antão.

Disse.

Horta, Sala das Sessões, 12 de junho de 2024

Os Deputados Regionais.

Presidente: Muito obrigado, Senhora Deputada.

Pergunto se há inscrições?

(Pausa)

Não havendo, vamos passar à votação deste voto de congratulação:

As Senhoras e os Senhores Deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão.

Secretário: O voto apresentado foi aprovado por unanimidade.

Presidente: Senhoras e Senhores Deputados, encerramos assim a apresentação e votação de votos.

Vamos fazer um intervalo e regressamos depois para as declarações políticas.

Regressamos às 11 horas e 50 minutos.

Eram 11 horas e 30 minutos.

Presidente: Senhoras e os Senhores Deputados, vamos continuar os nossos trabalhos.

Eram 11 horas e 54 minutos.

(Neste momento a Deputada Nídia Inácio retomou o seu lugar de Secretária da Mesa)

Vamos dar continuidade aos nossos trabalhos com as declarações políticas. Cabe ao Bloco de Esquerda fazer a sua declaração política. Senhor Deputado António Lima, tem a palavra.

Deputado António Lima (BE): Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados, Senhoras e Senhores Membros do Governo:

O emprego, os direitos do trabalho, o salário e a qualidade desse mesmo emprego são determinantes para fixar e atrair pessoas.

Trabalhar nos Açores é reconhecidamente difícil.

Os salários são baixos e em média mais baixos do que no resto do país.

O rendimento mensal líquido de quem trabalha nos Açores é 64 euros inferior à média nacional, de acordo com os dados do Instituto Nacional de Estatística (INE) referentes ao 1º trimestre deste ano.

O desemprego, mesmo em tempos de baixas generalizadas de emprego e de falta de mão de obra, e de acordo com dados no INE, subiu no primeiro trimestre do ano, atingindo os 7%, segundo valor mais elevado do país e acima da média nacional.

Difícilmente há uma vida estável e perspectivas de futuro para quem tem não tem emprego mas também para quem tem emprego precário.

Aceder à habitação, planear uma vida é para estas pessoas tarefa impossível.

Os trabalhadores precários são os primeiros a serem despedidos. A sua vida é instável.

Basta olhar para as estatísticas do emprego: quando baixa o número de contratos a termo, sobe o desemprego.

A precariedade existe no setor privado, existe no setor público e existe das mais variadas formas, algumas bastante violentas.

São as plataformas – Nos Açores não há TVDEs mas há estafetas de entrega de refeições – são os recibos verdes, são novas e velhas formas de precariedade.

Algumas promovidas até pelos próprios governos, como os programas ocupacionais, os bolseiros ocupacionais, o regime de trabalho precário que subsiste para as amas, que anos a fio trabalham a recibos verdes porque a lei assim o obriga.

Combater a precariedade é garantir futuro a milhares de pessoas.

Apoiar os trabalhadores e apresentar soluções que tragam esperança às vidas precárias é também dar consequência à própria democracia.

Só nos tempos recentes, o Bloco apresentou e propôs a integração dos trabalhadores com contratos covid que serviram para responder à pandemia mas que ainda não têm direito a estabilidade.

Apresentamos também já nesta legislatura uma proposta de integração nos quadros para os trabalhadores precários da administração pública, programas e

bolseiros ocupacionais, contratos a prazo que garantem o funcionamento das escolas, por exemplo.

Saudamos e acompanhamos a sua luta corajosa nos últimos tempos.

Mas não ficamos por aqui.

Iremos trazer a este parlamento também uma proposta que garante um contrato de trabalho às mulheres que desenvolvem a atividade de amas na região.

Trabalham a recibos verdes para cuidarem de centenas de crianças e é hora de lhes garantir estabilidade e justiça.

Só com este combate sem tréguas pela estabilidade é possível dar esperança a quem trabalha nos Açores.

Não o fazer é continuar este triste caminho do despovoamento.

Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados, Senhoras e Senhores Membros do Governo:

É também urgente promover aumento de rendimentos.

Aumentar o complemento regional ao salário mínimo, como tantas vezes propusemos.

Aumentar e alargar o âmbito da remuneração complementar.

Considerando que o salário mais praticado nos Açores é mesmo o salário mínimo, estas são medidas de grande impacto para combater a pobreza.

E se o conselho económico e social tem de facto alguma utilidade para as questões laborais e do rendimento nos Açores, o governo regional deveria promover um acordo que garantisse sim, um aumento do rendimento médio também no setor privado, assim como a redução do horário de trabalho nos Açores.

Segundo o Eurostat, Portugal é dos países em que mais horas semanais se trabalha.

No que respeita a empregos a tempo inteiro, em Portugal a média é de 41,2 horas, o 4.º valor mais elevado da União Europeia.

A média dos 27 é de 40,4 horas semanais.

9% dos trabalhadores em Portugal trabalha mais de 49 horas por semana.

Pior, só na Grécia (11.6%), Chipre (10.4%), França (10.1%) e Itália (9,6%).

A redução do horário de trabalho é uma medida justa e eficaz do ponto de vista económico.

Melhora as condições de trabalho.

Permite uma melhor conciliação entre as várias esferas da vida.

Se bem executada, esta medida serve para promover uma distribuição mais igualitária do trabalho reprodutivo e doméstico.

A recente luta dos trabalhadores nos Açores para a redução do horário de trabalho é justa e deve ser acompanhada.

Seja no setor das conserveiras, onde a progressão na carreira é uma miragem, seja no comércio, na hotelaria, seja no setor social, esta aspiração antiga, mas cada vez mais atual, tem de ter resposta política.

É por isso que o Bloco trará a este Parlamento uma anteproposta de lei para reduzir o horário de trabalho para 35 horas para todos.

Este Parlamento tem de debater todas as matérias determinantes para o desenvolvimento e para as condições de vida nos Açores.

Passamos uma grande parte dos nossos dias, das nossas vidas, a trabalhar.

Este Parlamento não pode deixar de dizer o que pensa sobre a redução do horário de trabalho.

Promoveremos esse debate, lutando para que dele saia um sinal claro de que nos Açores queremos igualdade para todos os setores, público ou privado. 35 horas para todos!

No salário, no combate à precariedade, na redução do horário de trabalho, é preciso dar prioridade à esperança e à estabilidade da vida das pessoas. Mais tempo para viver e para a família. Condições para uma vida boa, para viver bem nos Açores.

Disse.

Presidente: Muito obrigado, Senhor Deputado.

Senhor Deputado José Pacheco, tem a palavra.

(*) **Deputado José Pacheco (CH):** Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados, Senhoras e Senhores Membros do Governo:

A vantagem de ser do Chega: não temos palas nos olhos!

Eu subscrevo, quase na íntegra, o que disse ali o Senhor Deputado do Bloco de Esquerda.

Nós defendemos, até começando aqui quase pela parte final, se há coisa que nós defendemos é ter tempo para a família. As pessoas não devem ser escravas do trabalho, as pessoas devem ter um tempo útil para a família, para pescar, para tocar, viola, para jogar à bola ou até para não fazer nada. É um tempo útil, é dele, é um tempo das pessoas. Nós não devemos ser.

Agora, há também um reverso dessa medalha. Eu concordo com os horários de trabalho devem ser equiparados, mas também concordo com outra coisa, é que se retire a hora do Facebook, a hora de falar da vizinha, a hora de falar dos filhos.

Nós temos um problema, o senhor sabe isso muito bem, nós temos um problema de produtividade e isto não é com legislação que se faz, é cultural e acho que sim, aliás, já tenho dito várias vezes e vai entrar uma proposta nesse sentido das grandes superfícies, esses horários que só em Portugal é que existem, até às 11 da noite, 10 da noite e depois escravizam os trabalhadores, o que também não me agrada. Eu acho que tem que haver um equilíbrio de uma sociedade. Eu já fui patrão e também já fui empregado. Conheço os dois mundos, conheço o privado e agora, certa forma, um pouco o público. Tem que haver esse equilíbrio. Nós não podemos aos patrões tudo exigir. É verdade que ganhamos muito pouco nos Açores e em Portugal. Mas também é verdade que, a maior parte dos patrões sérios, não conseguem pagar muito mais, porque tem

uma carga de impostos e de obrigações financeiras sociais que não lhes permite e continuamos e volto a referir, em muitos casos, uma produtividade baixa. Vão-me dizer, as pessoas estão desmotivadas. Sim, podem até estar. Mas, eu recordo um amigo que dizia-me: “Quando a pessoa vem ter contigo, está disponível para tudo. No dia a seguir, já tem uma série de direitos, só tem direitos, não tem deveres nenhuns.” Se o patrão tem o dever de pagar o ordenado, o empregado tem o dever moral, ético, profissional de cumprir com a tarefa e na administração pública (perdoe-me a malta da administração pública) é onde muitas vezes vemos esse tempo inútil a ser gasto, salvo aqueles que não têm outro remédio.

Mas também acontece nos privados, o mestre que às 3 da tarde já está a lavar a ferramenta.

Mas sim, Senhor Deputado António Lima, eu só não concordo aqui com isso, os entregadores ... é uma opção de cada um, não é propriamente o mesmo que as plataformas, os tvde, os uber, etc, é uma opção de cada um. Aliás, hoje, temos uma oferta de trabalho muito superior à procura. O eu mais vejo são anúncios de funcionários.

Tem de haver um pouco de tudo, tem de haver também quem quiser entregador na motinha, na bicicleta, faça o favor de o fazer. Não pode é, no dia a seguir dizer que quer o ordenado x, as regalias...não, são as condições daquele trabalho.

Quer um trabalho melhor, vai para outro trabalho. Isso é verdade. Agora que nós temos um problema de desequilíbrio que vende as duas partes, temos. Coitado de quem é patrão e que depois tem que pagar dois, como muitos têm dito, para fazer o trabalho de um. Isso também é preciso ser dito. Coitado de quem está há 30 anos a trabalhar e recebe 30 euros a mais, do que o rapaz que acabou de entrar. Também já o disse aqui várias vezes.

São esses desequilíbrios que não é bem por decreto que nós vamos fazer, também um trabalho que compete a todos nós desta casa e de todos os outros que estão lá fora. E depois temos o velho problema que, sem fazer nada em casa, recebendo um subsídio, ganha-se mais do que a trabalhar. Algo está errado, e esse algo que está errado, nós também temos que corrigir. Ou seja, o mundo só não se ajusta porque nós não queremos, ou porque não temos a coragem de querer, ou porque então está tudo a pensar na *corisca* da cruzinha, no papelinho. Da minha parte, eu não estou preocupado com a cruzinha, eu estou muito preocupado que a vida das pessoas e eu recebo relatos dramáticos de pessoas que tentam, e não conseguem, porque nem todos temos a capacidade de sermos deputados ou de sermos outras coisas. Há pessoas que não têm, não tiveram oportunidade, não tiveram um percurso de vida que lhes permitisse. Nós não podemos descuidar, agora não podemos alimentar aquele que diz que se ficar quietinho, está garantido. E o senhor falou aí dos programas ocupacionais, quantas vezes o Chega disse aqui. Se as escolas têm falta de funcionários, temos que pôr funcionários. Nós não podemos viver com programas ocupacionais e isso foi sendo corrigido, foi sendo corrigido.

E também disse, e volto a repetir, eu compreendo que uma pessoa com 55 anos, se calhar, vamos precisar de um programa especial, porque às vezes é difícil encaixar no mercado de trabalho. O que é que está errado? O que está errado não são às vezes os programas, não só às vezes os apoios sociais. O que está errado é não terem data de começar, nem data de acabar e não haver qualquer responsabilidade, porque noutros países tem data de começar, data de acabar e até, em alguns casos, as pessoas são obrigadas a reembolsar parte daquilo que receberam. Se nós responsabilizarmos os cidadãos, nós também vamos conseguir ter um feedback muito melhor, porque a pessoa, se quiser comer e quiser trabalhar, vai conseguir (salvo os casos excecionais).

Nós não podemos é fazer disto *terra queimada* ou *tábua rasa*, como queiram, e pôr tudo ao mesmo nível. Não, não está tudo ao mesmo nível.

Senhor Deputado, se conhecer bem sua terra, há pessoas que se recusam a trabalhar. Senhora Secretária do Emprego, é verdade ou mentira? Quantas cartas são rasgadas nas caras dos seus colaboradores? Quantas? Pessoas que se recusam. Quantas pessoas vão às empresas e dizem: “ponha aí que eu não sirvo para o lugar?” Quantos? São imensos! E estes estão a concorrer deslealmente com aqueles que querem trabalhar de forma séria e são estes que depois, eu como patrão, não os queria na minha casa, porque se ele não presta para trabalhar, também não vem para minha casa fazer sombra. É esta responsabilidade, de uma vez por todas, que nós temos que fazer.

Agora, quanto à declaração política e para encerrar, Senhor Deputado, tem razão, acompanhámos, ponha as propostas, acompanhámos.

Nós queremos é que esta Região vá para a frente pela força do trabalho e da dignidade humana. Nós não queremos é que esta Região continue a viver de subsídios, que é o que eu vejo todos os dias.

Muito obrigado, Senhor Presidente.

(Aplausos dos Deputados da Bancada do CH)

Presidente: Muito obrigado, Senhor Deputado.

Pergunto se há mais inscrições?

(Pausa)

Senhor Secretário Regional dos Assuntos Parlamentares, faça favor, tem a palavra.

(*) **Secretário Regional dos Assuntos Parlamentares e Comunidades** *(Paulo*

Estêvão): Senhor Presidente, Senhores Deputados, Senhores Membros do Governo:

Senhor Deputado António Lima, eu quero dizer-lhe desde já, que este Governo partilha aquelas que são as suas preocupações nesta matéria. E posso lhe dizer que temos muito orgulho nos resultados conseguidos, mas o nosso grau de exigência nesta matéria não diminui, queremos fazer obviamente mais.

Mas, posso dizer que nenhum governo conseguiu resultados tão significativos no combate à precariedade na Região Autónoma dos Açores. Isso é um facto.

Também nenhum outro governo conseguiu que tantos trabalhadores pudessem desempenhar as suas funções em diferentes setores.

Temos o maior número de sempre de empregados na Região Autónoma dos Açores e isso é também um resultado muito significativo.

É claro que queremos mais. É claro que a nossa ambição é a mesma que Vossa Excelência aqui teve a oportunidade de verbalizar, que é uma preocupação que o rendimento das pessoas melhore, que as condições de trabalho dos nossos trabalhadores melhorem e que esses resultados têm que ser conseguidos, têm que ser alcançados e é para isso que se trabalha todos os dias.

Quero dar-vos aqui alguns dados que considero que são bastante significativos, por exemplo, em relação à questão da precariedade, em que Vossa Excelência referenciou, e bem, a questão dos programas ocupacionais. A questão dos programas ocupacionais era, de facto, uma forma de precariedade bastante significativa e que diminuía e muito aqueles que eram os direitos dos trabalhadores que estavam integrados nestes programas ocupacionais.

Em 2020, o número de trabalhadores ocupacionais era de 1365. Agora, em 2023, o número é de 150. Portanto, uma redução de 1111 trabalhadores ocupacionais.

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM, e dos Membros do Governo)

É uma diminuição muito significativa.

Mais, a mesma coisa, uma evolução bastante significativa, no que diz respeito aos recibos verdes, como a diminuição também significativa de trabalhadores que desempenham as suas funções na administração regional e o número de trabalhadores a recibo verde diminuiu significativamente.

Depois, posso lhe dizer também que, em relação aos trabalhadores que trabalhavam nas empresas públicas distintas, estamos a falar de 251 trabalhadores que foram integrados na administração pública, 251.

A mesma coisa também na administração pública regional. A mesma coisa em relação aos contratos covid.

No âmbito que Vossa Excelência também referenciou que Vossa Excelência também referenciou e muito bem no seu discurso, que são os contratos covid. As pessoas que estavam e que foram integradas para realizar, nomeadamente na área da saúde, um grande conjunto de atividades que eram necessárias, o que nós fizemos foi integrá-las e, portanto, integrou-se na carreira 515 pessoas oriundas da destes contratos covid. Portanto, também uma evolução bastante significativa.

E Senhor Deputado, em relação à remuneração média mensal de base contratual, também tem esta evolução: em 2018 – 844€, em 2022 alcançámos um resultado de 977€. E, portanto, podem ver a evolução bastante significativa. É evidente que se tem de continuar a incrementar estes dados.

A mesma coisa em relação ao número de trabalhadores abrangidos pelo salário mínimo. Como podem verificar, o número de trabalhadores tem vindo a decrescer e a decrescer de forma significativa.

Deputado Berto Messias (PS): Só temos 150 trabalhadores ocupacionais?!

Isso não é verdade, Sr. Secretário. Pergunte à sua colega da Educação. Impossível!

O Orador: Senhor Deputado, está correto.

Portanto, o Senhor Deputado Berto Messias, estava aqui a tentar dizer-me que as curvas não eram estas, estavam ao contrário. Não estão, a curva é mesmo esta e nós temos este resultado, que é um resultado bastante significativo e é um resultado que vai ao encontro daquelas que são as preocupações que o Bloco de Esquerda aqui apresentou nesta matéria e que nós partilhamos.

É evidente, e torno a referenciar, que são bons resultados. Não são um ponto de paragem, não é um ponto final. Queremos melhorar muito, no sentido também da intervenção que o Senhor Deputado realizou.

Depois, em relação à semana de trabalho de quatro dias, que também foi abordado por Vossa Excelência - estou a ser necessariamente breve nesta intervenção, porque Vossa Excelência fez um conjunto de referências bastante numerosas, eu não sei se vou conseguir chegar a todos os pontos, tendo em conta já o tempo que já gastei, mas e não estou a adjectivar quase nada, estou apenas a dar-lhe dados - também em relação em relação a semana de trabalho de quatro dias, dizer-lhe o seguinte: que nós vamos implementar aquilo que estava previsto no programa do Governo e que, já para o ano, teremos oportunidade de arrancar com projetos experimentais e que nos permitirão depois poder ter o desenvolvimento deste processo, de acordo com aquilo que estava previsto no programa do Governo e que vi que é também a preocupação de Vossa Excelência nesta matéria.

Finalmente, não tenho tempo para mais, dizer-vos que, em relação aos trabalhadores da administração direta e indireta e os três hospitais da Região, até 2030, 5828 alcançarão ou ultrapassarão os 66 anos de idade, representando 30% do total da força de trabalho ativa e, para além disso, até aquela data, cerca de 9000 trabalhadores terão 60 ou mais anos, correspondendo a 48% do

universo total.

Ou seja, também como Vossa Excelência, referenciou, o rejuvenescimento dos trabalhadores da administração pública é também um grande desafio, mas também é uma grande oportunidade, ou seja, o que é necessário é que se planifique bem, juntamente com as universidades, as entidades representativas, os sindicatos. Temos que trabalhar todos em conjunto para enfrentar este grande desafio, que é o rejuvenescimento da administração pública e, portanto, é um desafio tremendo, atinge praticamente até 2030, em 2030 já está aí. Quase 50% dos trabalhadores da função pública com mais de 60 anos de idade.

E, portanto, significa criação de oportunidades de trabalho para muita gente, mas também significa que temos que aproveitar para modernizar processos, para melhorar as condições de trabalho e para aumentar a eficiência nesta matéria e, portanto, é um grande desafio em que se conta com todos.

Portanto, da parte do Governo Regional, Senhor Deputado, em relação àquelas que são as preocupações de Vossa Excelência, partilhamos essas preocupações, obviamente. Temos resultados nesta matéria, que eu posso aqui transmitir com orgulho, por parte do Governo Regional, mas também temos o mesmo grau de exigência que Vossa Excelência, ou seja, queremos melhorar e muito para ultrapassar este conjunto de dificuldades e de circunstâncias que partilhamos com Vossa Excelência. Ainda está muito longe daquilo que os trabalhadores merecem e têm direito.

Muito obrigado.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Isto deixou o PS sem palavras!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM, e dos Membros do Governo)

Presidente: Muito obrigado, Senhor Secretário Regional.

Pergunto se há mais inscrições?

(Pausa)

Senhora Deputada Sandra Costa Dias.

(*) Deputada Sandra Costa Dias (PS): Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados, Senhoras e Senhores Membros do Governo:

Face àquelas que foram as declarações apresentadas pelo Bloco de Esquerda e que nos trazem aqui uma matéria de suma importância para a Região, aprez nos dizer, e depois também da intervenção do Senhor Secretário Regional sobre esta matéria e também no seguimento de várias notícias que têm sido veiculadas nos últimos dias, há que frisar aqui e repor a verdade em alguns dos aspetos e dos números que foram aqui hoje apresentados.

Em primeiro lugar, dizer-se que o emprego tem vindo a diminuir sistematicamente ou continuamente já há 36 meses, não é verdade, basta olhar para os números publicados pelo Instituto de Emprego e Formação Profissional, que nos dizem que houve oscilações ao longo desse tempo. Portanto, não foi um decréscimo contínuo e mesmo, se olharmos para isto de forma global, o número de desempregados inscritos nos serviços de emprego verificou uma descida sensivelmente ao mesmo ritmo, não desde 2021, mas sim desde 2014. E, desde 2014, que essa tem tendência tem-se vindo a manter e, portanto, não é um resultado exclusivo das políticas deste governo, como muitos querem fazer parecer.

(Risos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM, e dos Membros do Governo)

A Oradora: E para o dizer, entre janeiro de 2014 e janeiro de 2021 ritmo de

decréscimo tem sido entre 2014 e 2021, volto a repetir, o número de desempregados inscritos foi na média de 827.

Secretária Regional do Turismo, Mobilidade e Infraestruturas (*Berta Cabral*): Isso não lhe fica bem!

A Oradora: Senhora Secretária. Não me fica bem, a si também não fica bem, muita coisa, portanto, eu ressalvo que guarde para si esse comentário.

Secretária Regional do Turismo, Mobilidade e Infraestruturas (*Berta Cabral*): Os apartes são permitidos!

A Oradora: E as minhas respostas também!

2021 e 2024 decresceram 693. Portanto, estes são dados publicados e faço nota de que estamos a falar de dados do Instituto de Emprego...

(*Ruído na câmara*)

Presidente: Senhoras e Senhores Deputados, eu não consigo ouvir a Senhora Deputada.

A Oradora: Então vou retomar Senhor Presidente, agradecendo a sua ajuda. Há que dizer que, o nível de desempregados, e os dados que aqui são referenciados são do Instituto de Emprego e Formação Profissional, dados esses fornecidos pelo próprio Governo Regional e não dizem respeito aos dados do INE, estes sim, dados imparciais, devidamente validados e que nos dizem exatamente o contrário, que na Região Autónoma dos Açores temos assistido sim, a um aumento da taxa de desemprego e, olhando para os dados do primeiro trimestre de 2024, os últimos dados publicados, temos uma taxa de desemprego que aumentou nos Açores 7 %, face ao trimestre homólogo do ano anterior, portanto, mais 0.8 % e, relativamente ao trimestre anterior, portanto, o quarto trimestre de 2024, aumentou 0.1 pontos percentuais. E, portanto, está ainda acima da média nacional que se cinge aos 6.8% e nós estamos com 7%.

Há que dizer ainda que há um facto que merece a nossa atenção e enquanto legisladores nesta Região e ao Governo também este desafio, de atenção

àqueles que são os dados que foram publicados no primeiro trimestre de 2024 e que dizem respeito ao desemprego jovem. Nós estamos a falar, no primeiro trimestre de 2024, de uma taxa de desemprego jovem na ordem dos 20,3%, o que quer dizer que um, em cada cinco jovens estão desempregados neste momento.

No primeiro trimestre de 2023 esta taxa era de 19.8%. No quarto trimestre de 2023, 18.8% e chegámos a 2024 a aumentar este valor para 20,3%, o que para nós é um sinal de alerta e volto a ligar à questão da qualificação profissional e da oportunidade que tem sido desperdiçada com o PRR e com as verbas do PRR destinadas a esta área e que devem ser por este Governo assumida essa responsabilidade e as canalizar para estes públicos e para outros e não fazer desperdiçar estas verbas, dando solução, porque é para isto que aqui estamos, dar solução aos problemas dos açorianos e aos mais jovens, com particular importância.

A taxa de desemprego nos Açores, há que dizer ainda, que é a terceira mais alta das regiões a nível nacional e já estamos à frente, de forma negativa, obviamente, da Madeira, invertendo aquela que era a tendência que se vinha a marcar nos últimos anos.

É verdade que a população ativa e a população empregada, a primeira, a população ativa aumentou 2.2% e a população empregada 1.5%. Mas esse aumento é numa proporção muito inferior àquilo que aumentou a população desempregada 15.6%, face ao trimestre homólogo. Temos mais 8.9000 desempregados, quase 9000 e no último ano apenas aumentou em 1200 desempregados.

E, portanto, aqui hoje já foi mencionada a questão dos programas ocupacionais. Faço lembrar uma iniciativa do Partido Socialista na legislatura anterior, na tentativa também de integrar esses programas ocupacionais.

Perfil aqui também hoje anunciado muitas vezes de pessoas que dificilmente

entram no mercado de trabalho normal e foi chumbada nesta casa e que, por isso, nós também deixamos aqui essa nota.

E agora, quando se fala o Senhor Secretário Regional de 150 programas ocupacionais. A sua amostra deve ser cingida a um universo muito reduzido, porque o próprio Instituto de Emprego e Formação Profissional dá conta (dados fornecidos pelo próprio Governo) de que são 1822.

Secretário Regional dos Assuntos Parlamentares e Comunidades (*Paulo Estêvão*): Nem pensar! Isso não é verdade!

A Oradora: E, se olharmos às bolseiras nas escolas são 102 bolseiras nas escolas, que são uma forma também de programas ocupacionais e, portanto, convido o Senhor Secretário a fazer-nos chegar estes dados.

E, se me é permitido, fazer um alerta de uma preocupação que também nos chegou, de vários setores de atividade e que cabe também Governo com as ferramentas que têm e com os instrumentos que têm ao seu dispor, dar resposta a estas preocupações. Estou a falar de contratos coletivos de trabalho em setores de atividade cruciais à economia açoriana e, que neste momento, debatem-se com dificuldades preocupantes, quer na captação, mas mais ainda na retenção de quadros e estamos a falar, por exemplo, de áreas como transporte coletivo de passageiros, ou ainda na área do turismo, da restauração e da hotelaria, sectores esses, cujos contratos coletivos de trabalho precisam de ser revistos, porque são único instrumento para manter/reter esta mão de obra que tanta falta faz aos açorianos.

Muito obrigada.

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS)

Presidente: Obrigado, Senhora Deputada.

Senhor Deputado Joaquim Machado, tem a palavra, faça favor.

(*) **Deputado Joaquim Machado (PSD):** Senhor Presidente, Senhores Deputados, Senhores Membros do Governo Regional:

(Ruído na Câmara)

Presidente: Senhoras e Senhores, Senhores Membros do Governo, vamos permitir que o Senhor Deputado Joaquim Machado use da palavra.

Faça favor, Senhor Deputado.

O Orador: Muito obrigado, Senhor Presidente.

Não creio que tenha sido a minha inscrição a suscitar essa excitação ali na bancada do Partido Socialista.

Senhor Deputado Berto Messias, agora que insinuou a sua candidatura à Câmara Municipal da Praia da Vitória, talvez queira dizer algumas coisas sobre esta matéria.

Senhor Presidente, Senhores Deputados, Senhores, Membros do Governo Regional:

Senhor Deputado António Lima, o tema que o senhor escolheu por esta declaração política do Bloco de Esquerda é, naturalmente, um tema sempre pertinente, sempre atual. O desemprego, eu diria até, a qualidade do emprego é matéria que nunca pode ser descurada, permitindo, todavia, dizer que talvez a escolha para o tema no dia de hoje possa ser uma forma de tentar esvaziar a petição que vamos apreciar logo à tarde, ...

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Bem lembrado!

O Orador: ... que tem origem num militante do Partido Comunista e, portanto, nessa disputa entre o Bloco de Esquerda e o Partido Comunista, se calhar a estratégia está aí.

Mas, isso não retira qualquer legitimidade à sua intervenção, nem diminui a importância da matéria que estamos a apreciar e, de facto, a questão da

qualidade do emprego é matéria que nos convoca sempre, nomeadamente também o grupo parlamentar do PSD e também às funções que eu desempenho numa estrutura partidária do meu partido, destinada às relações laborais e ao movimento sindical, sempre tenho dito que nós, ultrapassado que está o problema do desemprego, hoje precisamos de ter emprego com qualidade e emprego com qualidade significa emprego devidamente remunerado, justamente remunerado e com estabilidade, com segurança e também com horários compatíveis com aquilo que são as exigências da vida familiar, mas também o conforto que a vida de cada cidadão deve ter.

E neste domínio, julgo que a proposta do Governo Regional expressa no seu programa ratificado maioritariamente pelos açorianos e aprovado também neste Parlamento de iniciar uma experiência de semana de trabalho de quatro dias, poderá ser um passo também a dar nesse sentido, de facultar às famílias melhores condições para usufruírem do seu tempo.

Dito isto, também não posso deixar de fazer uma referência ao facto de este Governo Regional da Coligação do PSD, do CDS e do PPM, este como o anterior, desde 2020, terem vindo a fazer um esforço significativo para reduzir a precariedade, naquilo que nos diz respeito, nomeadamente na área da função pública. E os números são hoje s indesmentíveis.

Os números são indesmentíveis, como aliás, o Senhor Secretário Regional dos Assuntos Parlamentares já teve oportunidade de dizer, mas também as medidas que aqui aprovamos nesse sentido, comprovam-no. Como a integração dos quadros de mais de 400 trabalhadores das nossas escolas, mais de 500 professores que viram a sua vida regularizada e estabilizada pela integração nos quadros, mais aqueles 500 que vão entrar daqui a dias quando se fizer a regularização dos contratados, ao abrigo das medidas de combate à covid, que só não foram mais cedo, porque os senhores chumbaram o orçamento que tinha previsto e, portanto, em vez de entrar em vigor agora em junho, podia ter

entrado em vigor em janeiro e esse processo já estar a decorrer. Portanto, tudo isso tem concorrido exatamente para essa estabilidade, para o fim dessa precariedade.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

O Orador: Tanto assim é, quando hoje nós analisamos os os números dos centros de emprego, o que é que nós verificamos? Em vez dos 4317 ocupados que existiam no tempo do Partido Socialista, no último mês em Partido Socialista foi Governo, nós hoje temos apenas 1599. E para encontrar um número tão baixo quanto este é preciso recuar a 2012, há 12 anos atrás.

O Senhor Deputado, ali da bancada do Partido Socialista, tem várias dificuldades e uma delas também é auditiva.

O que o Senhor Secretário Regional dos Assuntos Parlamentares disse, é que ao serviço da administração pública, hoje só há 150 trabalhadores de programas ocupacionais. E eu estou a referir o número total de trabalhadores ocupados nos Açores, dados do Instituto de Emprego e Formação Profissional de abril, são apenas de 1599 e para encontrar um número tão baixo, Senhora Deputada Sandra Costa Dias, é preciso recuar a 2012.

Aliás, sobre desemprego, é preciso dizer mais uma coisa, é que em nenhum trimestre da governação do PSD, do CDS e do PPM, nós encontramos uma taxa de desemprego mais alta, do que todas as verificadas em 32 trimestres da governação de Vasco Cordeiro.

32 trimestres de governação de Vasco Cordeiro, as taxas de desemprego foram sempre superiores às taxas dos governos do PSD, do CDS, e do PPM. Com exceção de dois trimestres de 2 trimestres de 2020, quando estávamos todos confinados e tecnicamente, eu já disse isso aqui várias vezes, o desemprego baixou quando toda a gente estava em casa, por uma questão de metodologia e apenas isso. Tanto assim é, que o Partido Socialista nunca invoca esses dois trimestres para dizer que foram os melhores de sempre, porque ironicamente,

toda a gente percebe isto, que no trimestre em que toda a gente teve que ficar em casa e não podia trabalhar, o desemprego baixo. Coisa notável, parece que o movimento se tinha feito em sentido contrário. Aliás, relativamente ao número de inscritos, também é preciso dizer que baixou desde que o Partido Socialista saiu do Governo, baixou 32,5%. E, relativamente até ao desemprego jovem, que a Senhora Deputada Sandra Costa Dias, se entusiasmou na crítica dizendo que, neste momento, há um desempregado jovem, em cada quatro. Ó Senhora Deputada, em 2019 era um em cada três, ...

Deputada Andreia Cardoso (PS): Sim e em que é que isso alegra os outros 4 que estão desempregados?!

O Orador: ... e, portanto, era apenas de 32,7%. Acha que é melhor do que os 25 atual?

Outra coisa notável, que é a senhora falar de que a taxa de desemprego no último trimestre está acima da média nacional. Está, sim senhora! Mas, em algum ano de governação de Vasco Cordeiro, de 2013 a 2020, em algum ano, a taxa de desemprego nos Açores foi inferior à taxa de desemprego nacional?

Deputada Andreia Cardoso (PS): Várias vezes!

O Orador: Não foi! Em 2013, nos Açores foi 17, a nível nacional foi 16,2. Em 2014: 16,3 nos Açores, 13,9 a nível nacional. Em 2015: 12,8 nos Açores, 12,4 no país. 2016, atenção, foi exatamente igual, 11,1-11,1. 2017: 9% nos Açores, 8,9 no país. 2018: 8,6 nos Açores, 7% em Portugal. 2019: 7,9% nos Açores, 6,50 em Portugal.

2020 (cá está, o tal ano da pandemia), 6,8 nacional, 6,1.

E, portanto, sobre a diferença da taxa de desemprego nos Açores, para o nível nacional, também aí, os senhores não têm boca de abrir e, aliás, vou terminar com isto, bastaria atender ao facto de nós termos hoje a maior população empregada de sempre nos Açores, para se verificar, constatar-se e comprovar-se que as medidas de emprego dos governos do PSD, do CDS e do PPM são boas,

produzem efeito, estamos no bom caminho e só os senhores é que não conseguem ver isso.

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM, e dos Membros do Governo)

Presidente: Muito obrigado, Senhor Deputado.

Pergunto se há mais inscrições?

(Pausa)

Para uma interpelação, tem a palavra Senhora Deputada Sandra Costa Dias.

(*) **Deputada Sandra Costa Dias (PS):** Muito obrigada, Senhor Presidente.

Peço uma interpelação para pedir ao Senhor Presidente que entregarei à Mesa um documento confirmando aquele que foi o valor que eu apresentei e desmentindo aquilo que foi aqui apresentado, quer pelo Governo, referindo-se a 150 programas ocupacionais, quer pelo Senhor Deputado Joaquim Machado, que referiu-se a 1599. Vou fazer chegar à Mesa o documento que diz que são 1822, portanto, peço ao Senhor Presidente, que seja distribuído.

Presidente: Muito obrigado, Senhora Deputada.

Senhor Secretário Regional para?

(*) **Secretário Regional dos Assuntos Parlamentares e Comunidades (Paulo Estêvão):** Uma interpelação, Senhor Presidente.

Presidente: Para uma interpelação faça favor, Senhor Secretário.

(*) **Secretário Regional dos Assuntos Parlamentares e Comunidades (Paulo Estêvão):** Muito obrigado, Senhor Presidente.

Da parte do Governo, também vamos fazer chegar à Mesa um documento que comprova que, no âmbito da administração pública regional, em 2020 existiam

1365 trabalhadores nos programas ocupacionais e em março de 2024, apenas 150.

E portanto, esta é que é a verdade e o Governo dos Açores nunca mente.

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM, e dos Membros do Governo)

Presidente: Muito obrigado, Senhor Secretário Regional.

Pergunto se há mais inscrições?

(Pausa)

Senhor Deputado Joaquim Machado pede a palavra para entregar um documento. Faça favor, tem a palavra.

(*) **Deputado Joaquim Machado (PSD):** Senhor Presidente, Senhores Deputados, Senhores Membros do Governo Regional:

Senhor Presidente, peço a palavra para uma interpelação, exatamente para anunciar, tal como o Senhor Presidente já antecipou, que vou entregar uma cópia da publicação do Instituto de Emprego e Formação Profissional, que comprova o que já disse.

Não vou entregar em mão, vou fazê-lo por forma eletrónica, que é sempre mais barato e ambientalmente mais amigo.

Presidente: Muito obrigado.

Para uma intervenção tem a palavra o Senhor Deputado Pedro Pinto, faça favor, Senhor Deputado.

(*) **Deputado Pedro Pinto (CDS-PP):** Muito obrigado, Senhor Presidente.

Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados, Senhoras e Senhores Membros do Governo:

O Bloco de Esquerda trouxe-nos uma declaração política para debatermos as condições de trabalho e de emprego na Região Autónoma dos Açores, fazendo ênfase ao baixo rendimento das famílias e à dificuldade que alguns trabalhadores têm em conciliar a sua vida profissional com a sua vida pessoal e familiar, devido aos horários de trabalho.

É um problema, não é um problema novo, não é um problema exclusivo dos Açores, é um problema do país e é um problema que já existe no país há muitos anos.

É também uma matéria que, em termos legislativos, foge à competência legislativa desta Assembleia. É da competência da Assembleia da República, mas obviamente, sendo um problema, é legítimo que aqui o analisemos e é legítimo que nos pronunciemos sobre ele. E, portanto, é óbvio que para o CDS é uma matéria importante a conciliação entre aquilo que é a vida pessoal e familiar com, obviamente, a vida profissional.

Mas, também é para nós, fundamental o rendimento das famílias e desde há vários anos que o CDS tem vindo a apresentar aqui e têm sido aprovadas aqui neste Parlamento, medidas que apoiam as famílias, desagravando os custos que elas têm e, portanto, acaba por ser um apoio financeiro às famílias. Relembro, por exemplo, desde 2008 que os idosos, que nós sabemos serem uma classe de nossa sociedade com baixos rendimentos, que tem um apoio substancial para a aquisição dos seus medicamentos, através do programa Compamid e, neste governo de coligação, temos vindo a aumentar substancialmente o valor desse apoio à aquisição dos remédios e, portanto, por essa forma, fica há mais rendimento disponível para os nossos idosos.

Também, desde 2012, que por iniciativa do CDS, implementou nos Açores um programa de empréstimo de manuais escolares gratuitos para todas as famílias, porque já nessa altura, a avaliação que fizemos da sociedade açoriana era de que, sobretudo, os trabalhadores da classe média e aqueles que recebiam

rendimentos mais baixos, todos os anos, no início do ano letivo, enfrentavam dificuldades para pagar para adquirir o material escolar e os livros para os seus filhos estudarem. E, portanto, isto traduzia-se numa falta de oportunidade e, por forma a poder criar condições de equidade entre todas as famílias, propusemos e foi aprovado e está implementado desde 2012, esse programa de empréstimo de manuais escolares para quem quisesse, não havendo aqui nenhuma restrição ao rendimento à classe social de quem quisesse usufruir dessa importante medida de apoio.

E, portanto, são medidas que não dando dinheiro diretamente através de um subsídio às pessoas, como muito bem gosta o Partido Socialista, aliás, as políticas do Partido Socialista são geralmente dar subsídios, dar dinheiro às pessoas, mantê-los agarrados por essa via aos subsídios. A nossa política vai exatamente noutra sentido, com o mesmo objetivo de ajudar. Mas nós ensinamos a pescar e damos a cana, ao passo que o Partido Socialista prefere entregar o peixe e, portanto, são duas filosofias, duas abordagens políticas diferentes, entre aquilo que é a esquerda e o centro de direita.

Aliás, também a outra diferença entre aquilo que é o centro de direita e aquilo que é esquerda, que a esquerda gosta de ter aqueles preferenciais a quem apoia e a quem dá tudo, discriminando os outros, que trabalham e só têm direito a pagar impostos para sustentar os outros que recebem todos os apoios que a esquerda quer dar.

E, portanto, a nossa redistribuição da riqueza é uma redistribuição mais uniforme e mais justa, porque não discriminamos quem trabalha.

Depois, obviamente que temos também a questão do prémio de mérito quando os jovens ingressam no ensino superior e é isso mesmo, é o reconhecimento do mérito, do seu esforço, o mérito do empenho, o mérito do investimento de que as famílias fizeram e foi aqui também, reconhecendo que quem vai para a universidade tem um acréscimo de custos muito significativo, instituímos esse

apoio e quando chegámos ao governo, reforçamos o valor concedido e, portanto, isto exemplifica, Senhor Deputado António Lima, em matéria social quais são as nossas as nossas preocupações.

Mas, também refiro as creches gratuitas, que com o nosso governo de coligação são gratuitas para todas as famílias, ou seja, não discriminamos. Quem trabalha e paga impostos não é discriminado, não recebe um apoio financeiro, não recebe um envelope com dinheiro.

Presidente: Senhora Deputado, agradeço que termine.

O Orador: Obrigado, Senhor Presidente.

Recebe ou tem direito a um apoio, em circunstâncias equitativas a quem não tem rendimentos.

E, portanto, por esta via, nós estamos a desonerar. Estamos a reduzir os encargos que as famílias têm e, portanto, isto constitui uma importante ajuda.

E, portanto, Senhor Deputado, não, não está tudo feito. Não, ainda há açorianos, ainda há portugueses neste país que têm dificuldade em conciliar a sua vida profissional com a sua vida pessoal, sim, é verdade, mas, nos Açores, felizmente nos Açores, desde 2021, ...

Presidente: Tem que terminar, Senhor Deputado.

O Orador: ... em termos sociais, em termos laborais, o panorama tem vindo a melhorar muito significativamente e o Senhor Secretário Regional exemplificou isso muito bem, com números e com gráficos.

Combatemos a precariedade na função pública, demos o exemplo.

Muito obrigado.

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM, e dos Membros do Governo)

Presidente: Obrigado, Senhor Deputado.

Tem a palavra o Senhor Deputado Nuno Barata.

(*) **Deputado Nuno Barata (IL):** Senhor Presidente, Senhores Deputados, Senhores Membros do Governo:

O assunto que aqui nos traz o Bloco de Esquerda é de facto relevante para os dias que vivemos.

Tem a importância social que todos reconhecamos, mas tem também um certo enviesamento.

Até na resposta que o Senhor Secretário Regional nos deu, há um certo enviesamento.

Ao contrário do Bloco de Esquerda, a Iniciativa Liberal não vê com grande preocupação a precariedade que existe neste momento nos Açores, bem pelo contrário, essa precariedade tem permitido a mobilidade de trabalhadores entre vários setores e tem permitido que esses trabalhadores procurem em setores que estão a pagar melhor, melhor trabalho, do que estarem amarrados a contratos de trabalho sem termo.

Mas há aqui nesta questão do emprego e do desemprego, uns falam em taxa de desemprego, os outros falam em empregabilidade, um dado que acho que a todos nós devia preocupar e eu não vou aqui fazer a análise do passado. Eu gosto pouco de usar o retrovisor, a não ser que o perigo se avizinha.

Há uma certa incongruência nestes números, porque por um lado, existem inscritos nos centros de emprego. Por outro lado, nós andamos na rua e toda a gente se queixa de ter falta de trabalhadores.

O programa não deve estar na oferta de emprego e na falta de trabalhadores. Eu penso que o problema está na qualificação desses trabalhadores e na sua vontade de, de facto, procurarem emprego.

E para isso, basta perguntar aos viticultores do Pico, que daqui a dias estão a entrar numa fase aguda dos seus trabalhos, o que é que padeceram no ano passado. Basta perguntar aos construtores civis de São Miguel que estão

assoberbados de trabalho e que não conseguem arranjar gente para trabalhar. Basta percorrer as nove ilhas dos Açores para perceber que nós temos aqui um problema que temos que enfrentar com muita determinação. Um problema de qualificação e um problema de fiscalização do fundo do subsídio de desemprego.

E isso para já não falar num setor emergente da nossa economia, que já aqui essa semana falamos, que é o setor do turismo, onde, nomeadamente o canal ORECA, hotelaria, restauração e cafetaria, neste momento lida com muita falta de mão-de-obra, muita falta de gente para trabalhar.

Eu ainda na semana passada estive com um empresário que está a acabar uma obra de recuperação de uma unidade que teve um acidente, caiu um telhado e que vai fechar uma outra unidade para abrir aquela, porque não tem gente para ter as duas abertas.

Este é que é, de facto, o problema que nós temos que enfrentar, com determinação.

Qualificar e fiscalizar a atribuição do subsídio de desemprego, fiscalizar se, de facto, as pessoas procuram um emprego, se aceitam as ofertas de emprego que lhes são oferecidas, ou se, pelo contrário, estão acomodadas a algo que é um subsídio de desemprego e é uma coisa que tem que acabar na economia açoriana de uma vez por todas, que é estarem no subsídio de desemprego e continuarem a fazer biscates e continuarem a receber pela porta do cavalo aqui, ali e acolá.

Disse.

Presidente: Obrigado, Senhor Deputado.

Pergunto se há mais inscrições, no âmbito desta declaração política?

(Pausa)

Não havendo, dou a palavra ao Senhor Deputado António Lima para a encerrar, faz favor, Senhor Deputado.

(Pausa)

Senhor Deputado Joaquim Machado, para uma interpelação, faça favor.

(*) **Deputado Joaquim Machado (PSD):** Senhor Presidente, a interpretação é no sentido de confirmar que vou entregar o documento, mas de facto, o número que eu citei não estava correto. Não eram 1599, são 1822 e é preciso regressar a dezembro de 2012 para encontrar um número tão baixo. O que significa que desde que o PS chegou ao governo, o número de ocupados baixou 38,9 %.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

Presidente: Obrigado, Senhor Deputado.

Senhor Deputado António Lima, faz favor.

(*) **Deputado António Lima (BE):** Muito obrigado, Senhor Presidente.

Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados, Senhoras e Senhores, Membros do Governo:

As intervenções que se seguiram à minha intervenção inicial revelam efetivamente que, as matérias das condições de trabalho, as matérias ligadas às condições de vida, ligadas aos salários são importantes, todos o reconhecem, mas há de facto visões muito diferentes sobre aquilo que deve ser o caminho a seguir e sobre a perspetiva que se tem sobre o trabalho e os direitos de quem trabalha e as diferenças ficaram bem patentes nas intervenções que se seguiram. Senhor Presidente, eu antes de responder ao Senhor Secretário Paulo Estêvão, não posso deixar de dizer que, por um lado o Chega, Senhor Deputado José Pacheco, vem dizer que até concordou com a minha intervenção, mas na verdade passou a sua intervenção a discorrer sobre uma perspetiva totalmente oposta àquela que referi na minha intervenção. Uma perspetiva que, por um

lado, coloca a suspeita permanente sobre os trabalhadores dos Açores, que são a maioria da população, a vasta maioria da população, a suspeita permanente e depois preocupa porque vê uma região a viver de subsídios. Esquece, no entanto, que o Chega defendeu o subsídio que se chama nascer mais, que é um subsídio, não é mais nada do que isso.

(Aparte inaudível)

O Orador: Mas aquilo que me preocupa não é ver uma região a viver subsídios, é ver uma região onde sem os subsídios, a maior parte das pessoas morria à fome. Esse é que é o problema! É uma região onde não há rendimento para tanta gente para chegar ao fim do mês, nem com subsídios. Esse é que é o problema e é esse que nos preocupa e é o problema dos baixos rendimentos que se tem que se resolver. Essa perspetiva é que é preciso colocar em cima da mesa.

Deputado José Pacheco (CH): Tenha vergonha!

O Orador: Mas também não posso deixar de dizer e de contrastar a posição da Iniciativa Liberal sobre esta matéria. Senhor Deputado Nuno Barata diz que eu que a precariedade é uma oportunidade para mudar para um emprego melhor. Senhor Deputado Nuno barata, qualquer pessoa com vínculo estável, com um contrato de trabalho sem termo pode procurar um emprego melhor. Nada o obriga a estar amarrado. A estabilidade não é uma prisão, é uma segurança. Aliás, mais facilmente. alguém com contrato de trabalho estável, encontra um trabalho melhor, do que alguém que não sabe se, no dia seguinte, tem emprego. Esse é que é o problema e quem está numa posição confortável é muito fácil dizer isso. Quem vive as dificuldades do dia a dia, esses é que sofrem e viver de forma precária não é *pêra doce*.

Senhor Secretário, naturalmente, agradeço a intervenção e, embora estando cá a Senhora Secretária da tutela esperava que fosse ela a assumir essa incumbência, mas tenho todo o gosto em debater com o Secretário dos Assuntos

Parlamentares.

Senhor Secretário, eu julgo que o Governo tem dito que quer combater a precariedade. Em primeiro lugar, faço um desafio: se quer combater a precariedade, tem no Parlamento neste momento, uma proposta para integrar estes 150 trabalhadores que o senhor diz que estão na administração pública e são programas ocupacionais. Não são 150, toda a gente sabe, toda a gente já percebeu. Eu se calhar pessoalmente conheço quase 150 e não conheço assim tanta gente, por isso, será impossível serem 150 na administração pública.

Secretário Regional dos Assuntos Parlamentares e Comunidades (*Paulo Estêvão*): São sim, na Administração Pública!

O Orador: Nós vamos perceber que critério é esse, mas Senhor Secretário, se são assim tão poucos, então o senhor tem de aprovar a proposta que o Bloco de Esquerda já entregou. É muito fácil! São assim tão poucos? É um problema pequeno? Então vamos embora e vamos aprovar. É o desafio que deixe ao Governo e à coligação.

Mas, eu não posso deixar de dizer que não é verdade, que a precariedade, no caso da administração pública, seja assim tão reduzida. Nós temos, segundo dados da Direção-Geral da Administração Pública e Emprego Público - termino já Senhor Presidente, sei que já levou microfone - mais de 2100 contratos, contratos a termo, excluindo Sata, Eda e Portos dos Açores. Temos mais de 160 recibos verdes, a maior parte deles falsos recibos verdes, é que não há dúvidas. E, e sobre isto, não nos enganemos, nem na administração pública a precariedade está assim tão bem, aliás, pelo contrário.

Para além disso, a questão do salário mínimo. Nós já aqui debatemos por diversas vezes e vamos debater logo à tarde, numa nova petição. Mas é curioso que, a partir do momento em que se começou e se percebeu o nível de prática do salário mínimo da região, que beirava os 40% e é muito superior a nível nacional, começaram a aparecer uns dados novos que o Senhor Secretário

apresentou como a redução do número de trabalhadores com salário mínimo.

Presidente: Senhor Deputado, tem que terminar, faz favor,

O Orador: Termino já, Senhor.

E o que é que aconteceu? Aconteceu que os contratos coletivos começaram a ser assinados, começaram a ter níveis salariais base, ou próximo disso, com 1€ ou 2€, acima do salário mínimo. Um bom truque para enganar a estatística e fingir que as coisas estão melhores, quando 1€ por mês não significa nada, para quem ganha o salário mínimo.

Uma última palavra e termino, Senhor Presidente, para a questão do horário de trabalho. Há trabalhadores na Região, neste momento, em luta para redução do horário de trabalho, há desigualdades gritantes nas mesmas instituições, até onde uns trabalham 37 e meio ou 40 e outros trabalham 35. É preciso eliminar essa desigualdade e não deixaremos de fazer este debate.

Muito obrigado.

Presidente: Muito obrigado, Senhor Deputado.

Está encerrada a declaração política e também atendendo ao nosso horário vamos encerrar para o almoço.

Regressamos às 15 horas.

Eram 13 horas.

Presidente: Senhoras e Senhores Deputados, vamos dar continuidade aos nossos trabalhos com a agenda.

Eram 15 horas e 04 minutos.

Vamos entrar no ponto 5 da nossa agenda, Petição n.º 54/XII – pelo aumento do

acréscimo regional ao salário mínimo nacional na Região Autónoma dos Açores. É uma petição cujo primeiro subscritor é o Senhor Vítor Silva.

Estão estipulados já no nosso painel os tempos que a Conferência de Líderes deliberou para apreciação desta petição.

O relatório desta petição foi elaborado pela Comissão de Economia e para a apresentação do relatório tem a palavra o Senhor Deputado Relator Paulo Silveira.

(Pausa)

Tem a palavra o Senhor Deputado Paulo Silveira.

Não tem.

Podemos avançar para a próxima petição?

Senhora Relatora, está preparada? Estão todos de acordo?

Petição n.º 55/XII, Pela recuperação, requalificação e habitação dos quatro prédios degradados da antiga estação Rádio Naval da Horta, apresentada por Paula Rocha Peixoto Decq Mota, na qualidade de primeira subscritora.

O relatório desta Comissão foi elaborado pela Comissão de Política Geral. Tem a palavra a Senhora Deputada Isabel Teixeira para apresentação do relatório. Faz favor, Senhora Deputada.

Deputada Isabel Teixeira (PS): Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados, Senhor Secretário Regional:

RELATÓRIO E PARECER

**PETIÇÃO N.º 55/XII - “PELA RECUPERAÇÃO, REQUALIFICAÇÃO E HABITAÇÃO
DOS QUATRO
PRÉDIOS DEGRADADOS DA ANTIGA ESTAÇÃO RÁDIO NAVAL DA HORTA”**

INTRODUÇÃO

A Comissão Permanente de Política Geral reuniu no dia 5 de junho de 2023, presencial e com recurso a meios telemáticos, para apreciação e relato sobre a **Petição n.º 55/XII – “Pela recuperação, requalificação e habitação dos quatro prédios degradados da antiga Estação Rádio Naval da Horta”**.

A presente Petição reúne 725 assinaturas, das quais apenas 719 apresentam correta identificação, tendo como primeira subscritora, Paula Rocha Peixoto Decq Mota, e deu entrada na Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores a 25 de maio de 2023.

Por despacho do Presidente da Assembleia Legislativa Regional da Região Autónoma dos Açores, a referida Petição foi remetida à Comissão Permanente de Política Geral, por se tratar de matéria da competência desta – *habitação*, conforme determina o artigo 3.º da Resolução da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores n.º 1/2021/A, de 6 de janeiro, alterada pela Resolução n.º 49/2021/A, de 11 de agosto e pela Resolução n.º 52/2021/A, de 25 de outubro.

CAPÍTULO I

ENQUADRAMENTO JURÍDICO

O direito de petição enquadra-se no âmbito do artigo 52.º da Constituição da República Portuguesa e exerce-se nos termos do disposto no artigo 9.º do Estatuto Político-Administrativo da Região Autónoma dos Açores, na redação que lhe foi dada pela Lei n.º 2/2009, de 12 de janeiro, nos artigos 189.º a 193.º do Regimento da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores e na Lei n.º 43/90, de 10 de agosto, na atual redação.

A apreciação da petição e a elaboração do respetivo relatório cabe à Comissão

Especializada Permanente competente em razão da matéria, nos termos do disposto nos artigos 190.º e 191.º do Regimento, bem como do n.º 4 do artigo 73.º do Estatuto Político-Administrativo da Região Autónoma dos Açores.

CAPÍTULO II

ADMISSIBILIDADE

Verificada a conformidade do exercício do direito de petição com os requisitos legais (Lei n.º 43/90, de 10 de agosto, na sua redação atual) e regimentais (artigo 189.º do Regimento da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores), a Comissão Permanente de Política Geral procedeu à apreciação da sua admissibilidade, nos termos do disposto no n.º 2 do artigo 190.º do referido Regimento tendo a mesma sido admitida em reunião ocorrida a 5 de junho de 2023.

CAPÍTULO III

OBJETO DA PETIÇÃO

Os subscritores da presente Petição, vêm, através deste instrumento de participação política democrática, apelar à Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores que recomende ao Governo Regional que tome, com carácter de urgência, junto do Governo da República, as medidas necessárias para que os quatro prédios habitacionais degradados da antiga Estação Rádio Naval da Horta possam ser reabilitados e as suas instalações possam ser postas, definitivamente, ao serviço da população residente no Faial.

Afirmam os peticionários que, “Em 2009 foi acordada, entre o Governo Regional dos Açores e o Governo da República a cedência mútua de direitos de utilização, por 30 anos, dos terrenos e imóveis anexos à Rádio Naval. Em 2013, com o encerramento, em definitivo, deste importante complexo militar, a

maioria dos edifícios de apoio à Rádio Naval passou a estar desabitada e de portas fechadas.

Em 2016, aquando do lançamento da primeira pedra da Escola do Mar dos Açores, o Presidente do Governo Regional então em funções prometeu a recuperação dos quatro edifícios de apartamentos da antiga Rádio Naval da Horta. Os atuais governantes já reafirmaram a mesma intenção, mas até à data de hoje nada foi feito.

De então para cá, durante 10 anos, aqueles edifícios continuaram de portas fechadas e a humidade, vegetação, o vandalismo e a ruína foram tomando, cada vez mais, conta de, pelo menos, 24 apartamentos de boa dimensão que poderiam servir a população faialense, que se defronta com muitas dificuldades em construir casa própria e em arrendar habitação, a valores acessíveis, face à inflação galopante e aos fortes constrangimentos que o setor da construção civil atravessa.

Concordando com a necessidade de políticas que facilitem, incentivem e promovam a construção pública e privada de novas habitações, defendemos que é indispensável, ao mesmo tempo, recuperar e requalificar os edifícios degradados que podem ser utilizados para habitação. A requalificação desse património construindo não só será de grande utilidade social, como embelezará a nossa paisagem urbana”.

CAPÍTULO IV

DILIGÊNCIAS EFETUADAS

Na reunião da Comissão, ocorrida a 5 de junho de 2023, esta deliberou ouvir, presencialmente ou com recurso a meios telemáticos, a primeira petionária, a Câmara Municipal da Horta, o Secretário Regional do Mar e das Pescas e a Presidente do Conselho de Administração da Associação para o Desenvolvimento e formação do Mar dos Açores, bem como, pedir parecer à

Câmara de Comércio e Indústria da Horta e ao Ministério da Defesa Nacional. De referir que nos serviços desta Assembleia Legislativa apenas se regista a entrada do parecer do Ministério da Defesa Nacional, o qual se encontra anexo ao presente Relatório e dele faz parte integrante.

Da audição à primeira subscritora da Petição, ocorrida a 19 de junho de 2023:

A primeira subscritora, Paula Rocha Peixoto Decq Mota, iniciou a audição com uma apresentação genérica do objeto da Petição, referindo que há muito tempo que os prédios da antiga Estação Rádio Naval da Horta estão ao abandono e a carecer de uma requalificação urgente, mas sempre sem qualquer avanço nesse sentido. Considerou que, tendo em conta os problemas graves de falta de habitação na ilha do Faial em particular, mas também em toda a Região, que a recuperação e requalificação daqueles prédios poderá ser um forte contributo para a diminuição dessa carência e aproveitou para deixar alguns exemplos das dificuldades que existem na ilha do Faial para obter habitação, nomeadamente para a classe docente que procura habitação durante o período letivo, mas que tem de se sujeitar, a par de muitos Faialenses, de habitações sem dignidade e condições básicas de habitabilidade, entre muitos outros profissionais que se dirigem à ilha do Faial para exercerem a sua profissão e têm imensas dificuldades em encontrar uma habitação.

Questionado pelo Senhor Deputado Rui Martins (CDS-PP) sobre o acordo de cedência e os exatos termos desse acordo entre o Governo da República e o Governo Regional dos Açores e sobre o seu conhecimento acerca dos procedimentos normais e legais para este tipo de cedências, a Senhora Paula Decq Mota começou por responder que não tem conhecimento dos termos do acordo entre o Governo da República e o Governo Regional, mas que isso não passaria apenas de uma questão meramente técnica e que o importante é resolver um assunto que tem vindo a ser muito debatido, em especial em

momentos de campanhas eleitorais, onde tem sido apresentadas diversas soluções, mas que, até ao presente momento, não teve qualquer evolução e recordou que esteve inscrito no Plano e Orçamento da Região verba para a reabilitação destes prédios. Defendeu ainda que a solução passa por reabilitar os prédios e atribuir parte para a Escola do Mar dos Açores para que possa também ser um motor de desenvolvimento daquelas Escola, mas e tendo em conta a quantidade de apartamentos ali existentes, outra parte poderia ser canalizada para minimizar a dificuldade habitacional que mencionou anteriormente. Relembrou que no passado, o Governo Regional criou condições de alojamento para vários setores, nomeadamente educação, saúde, entre outros, e que estes prédios poderiam passar por voltar a criar condições nesse sentido e estabilizar quadros na ilha do Faial. Para além de situações destes profissionais, existem problemas habitacionais graves na ilha para jovens casais que querem iniciar o seu percurso familiar, mas que não têm condições para adquirir casa devido a constrangimentos financeiros, sendo esta mais uma boa solução e utilidade para aqueles apartamentos. Terminou reforçando que importa primeiramente resolver e requalificar urgentemente os prédios da Antiga Estação Rádio Naval da Horta e depois encontrar a melhor utilidade destes.

A Deputada Salomé Matos (PSD) começou por questionar que, havendo necessidade e justificação de utilizar a totalidade dos apartamentos pela Escola do Mar dos Açores, se os peticionários concordam que deve ser esta a prioridade, não obstante toda a carência habitacional que se vive na ilha. Perguntou também que, havendo apartamentos destinados aos formandos e formadores da Escola do Mar dos Açores e outros para colmatar dificuldades habitacionais da ilha, que essa habitação concomitantemente poderia fazer com que houvesse algum tipo de constrangimentos e, por fim, se tem conhecimento se existe algum prédio que seja irrecuperável, tendo em conta que não se conhece o estado real da sua degradação.

A Senhora Peticionário respondeu que não acredita que haja qualquer constrangimento havendo vários tipos de utilidade para os apartamentos tendo em conta a dimensão da ilha e deu o exemplo de existirem já outros formadores e formandos, desta vez da Escola Profissional da Horta, que partilham prédios ou até casas com residentes sem qualquer tipo de problemas, pelo menos que sejam do conhecimento público. No que diz respeito à questão da prioridade e se esta deve ser para a Escola do Mar dos Açores, a Senhora Paula Decq Mota afirmou que a questão nunca foi colocada nesses termos, mas que o que realmente importava era, como já afirmou, a reabilitação de todos aqueles espaços e a sua utilidade e lembrou que a Escola do Mar tem tido alguma dificuldade no seu arranque, uma vez que tem sido de forma muito lenta, e que precisa haver uma estratégia e visão mais ampla de longo prazo, mas que tem de ser apresentado aos Faialenses. No que concerne à questão da recuperação dos prédios a Senhora peticionária diz desconhecer o estado atual, mas que qualquer prédio pode ser recuperado desde que haja essa vontade política.

Questionada pela Senhora Deputada Ana Luís (PS) sobre se concordava que aqueles apartamentos devem estar disponíveis para a utilização da Escola do Mar dos Açores para que possa alojar alunos e formadores externos que possam participar nos cursos lecionados pela Escola do Mar dos Açores, reconhecendo a necessidade de se agir com rapidez, tendo em conta a oportunidade de serem utilizados fundos comunitários para tal, a Senhora Peticionária respondeu uma vez mais que não pode responder por todos os peticionários, uma vez que essa questão não foi colocada de forma tão direta e voltou a assumir que a petição sublinha a necessidade de serem tomadas medidas para que aqueles prédios sejam reabilitados rapidamente para que possam estar, definitivamente, disponíveis e ao serviço da população residente no faial e que seja explicado o projeto que pretendem implementar. Se, porventura, o projeto apresentado seja suficientemente robusto e que se consiga perceber que a Escola do Mar dos

Açores necessita de todos aqueles apartamentos para levar por diante uma boa estratégia de desenvolvimento para aquela Escola, acredita a peticionária, que os Faialenses irão acolher bem a decisão.

Questionada pelo Senhor Deputado Rui Martins (CDS-PP) sobre os moldes para uma possível utilização pelas pessoas em dificuldades de construir casa própria ou arrendar habitação a valores acessíveis, tendo em conta que a utilização destes prédios poderá não ser continuamente ao longo de todo o ano, a Senhora Paula Decq Mota respondeu que existem cursos de curta duração e que poderão levar à utilização esporádica de apartamentos. Voltou a reforçar que, na sua visão e opinião pessoal, por mais que a Escola do Mar dos Açores tenha um programa bastante ambicioso e amplo, não acredita que a utilização seja da totalidade dos apartamentos, existindo assim espaço para outra utilização.

Da audição do Presidente da Câmara Municipal da Horta, ocorrida a 19 de junho de 2023:

O Presidente da Câmara Municipal da Horta, Carlos Manuel da Silva Ferreira, iniciou a audição referindo que a habitação é um dos maiores problemas que a sociedade atravessa neste momento por diversas ordens de razão, desde logo a falta de capacidade financeira para adquirir novas habitações e a pouca disponibilidade de casas e o seu valor. O Município da Horta tem vindo a promover medidas que possam colmatar esta dificuldade, desde logo com o reforço de 10% no valor dos apoios às pequenas reparações de habitações, com a criação do Programa Municipal de Apoio ao Arrendamento e o desenvolvimento de uma estratégia local de habitação, que será um instrumento fundamental para que o Município possa candidatar-se a verbas do Plano de Recuperação e Resiliência.

Deu nota ainda que a Estratégia Local de Habitação do Município da Horta contempla 224 situações de carência habitacional, identificadas na ilha do Faial, das quais 205 preenchem já os requisitos para financiamento através do Programa de Apoio ao Acesso à Habitação, intitulado 1.º Direito. Referiu também que em 2022 o Município desencadeou a revisão do Plano Diretor Municipal (PDM) da Horta no qual prevê a criação de novas áreas habitacionais. Para além disto, disse ainda que a Câmara Municipal da Horta será parceira do Governo Regional dos Açores em afetar um terreno deste para a habitação.

Relativamente aos prédios da antiga Estação Rádio Naval da Horta, o Senhor Presidente da Câmara referiu ser fundamental o acordo de cedência destes blocos ao Governo Regional para que possa afetar aos seus superiores interesses para a ilha do Faial, desde logo com a expansão da atividade da Escola do Mar dos Açores, uma vez que foi para esse fim que os blocos estão cedidos. Reiterou que a Escola do Mar dos Açores começou a trilhar um caminho de expansão da sua atividade, com enorme potencial ao nível da qualificação e formação para as profissões do mar e, através disto, receber formandos e formadores externos à ilha do Faial, mas para isso é preciso criar condições de alojamento e o Município acredita que estes prédios são, efetivamente, a melhor solução.

A Senhora Deputada Salomé Matos (PSD) começou por perguntar como a Câmara Municipal da Horta considera a necessidade imediata de habitação e os prédios em causa constituem uma última e a ímpar oportunidade de habitação para os faialenses. Seguidamente questionou se a Câmara Municipal tomou alguma diligência no sentido de tomar responsabilidade daqueles prédios para outros fins, uma vez que se situam numa zona nobre da cidade da Horta.

O Senhor Presidente da Câmara Municipal respondeu que a Câmara Municipal está a trabalhar de forma focada e séria na elaboração de medidas que possam

colmatar esta problemática de habitação que a ilha vive, aliás facilmente comprovadamente com as medidas que apresentou anteriormente, mas que acredita aqueles prédios poderão dar uma outra resposta e que está relacionada com a expansão da atividade da Escola do Mar dos Açores e do seu próprio desenvolvimento. No que diz respeito às diligências tomadas pela Câmara Municipal, o Senhor Presidente esclareceu que não tem conhecimento de diligências tomadas por anteriores executivos camarários. Já em relação à necessidade imediata de habitação e os estes prédios serem uma última oportunidade, referiu que este é um problema que vem confirmar a falta de estratégia e ação durante diversos anos e que resultou nesta situação deveras preocupante. Salientou que é um processo em progressão, que demora o seu tempo tendo em conta a capacidade financeiras das instituições e, em termos práticos, a própria construção que é demorada, mas é preciso agir e esse tem sido o papel da Câmara Municipal.

Relembrou que, no âmbito da Estratégia Local de Habitação, das 205 situações enquadráveis no programa 1.º Direito, existem 108 situações de carência habitacional que serão supridas em parceria entre a Câmara Municipal e os proprietários e 97 potenciais candidatos diretos, cujas habitações necessitam de intervenção. Destas 108 situações, que serão executados em parceria com a Câmara Municipal, existem 8 habitações que são municipais. Há ainda a necessidade de construção de 30 novas habitações e outras 70 situações de aquisição para reabilitação. Tudo isto exige um investimento muito significativo dos quais 15,8 milhões que serão executados pela Câmara Municipal, mas que no global serão quase 30 milhões de euros para colmatar esta problemática da habitação na ilha do Faial.

Questionado pela Senhora Deputada Ana Luís (PS) qual o terreno a ser cedido pelo Governo Regional e que foi abordado pelo Senhor Presidente da Câmara e o que prevê executar nesse mesmo terreno, o Senhor Presidente da Câmara

Municipal entendeu que deve ser o Governo Regional a dar indicação do terreno, mas garantiu que esse terreno servirá para habitação e que vai ser protocolado com o Governo Regional a melhor solução dentro das necessidades da ilha. Explicou os diversos programas existentes no Município para apoiar várias classes sociais e não apenas os mais desfavorecidos, com instrumentos de habitação para cada situação específica.

O Senhor Deputado Rui Martins (CDS-PP) perguntou se a Câmara Municipal da Horta teve acesso ao protocolo de cedência celebrado entre o Governo da República e o Governo Regional e ainda para quando a integração da Câmara Municipal da Horta nos órgãos da Associação para o Desenvolvimento e Formação do Mar dos Açores (ADFMA) para que possa ser depois voz ativa na definição da estratégia e dos destinos destes prédios da antiga Rádio Naval da Horta, através da Assembleia Geral da ADFMA, uma vez que a Câmara Municipal teve de abandonar aqueles órgãos por decisão do Tribunal de Contas. O Senhor Presidente da Câmara Municipal da Horta, Carlos Ferreira, respondeu que a Câmara Municipal tem vindo a prestar todos os esclarecimentos necessários ao Tribunal de Contas sobre a sua integração na ADFMA, tendo inclusivamente contratado uma empresa para realizar um estudo de viabilidade económico financeira que sustente a participação da Câmara Municipal da Horta nos órgãos daquela Associação. Salientou que logo que este estudo esteja concluído que a Câmara fará parte formalmente e oficialmente dos órgãos sociais da ADFMA.

Da audição do Secretário Regional do Mar e das Pescas, ocorrida a 28 de junho de 2023:

O Secretário Regional do Mar e das Pescas, Manuel Humberto São João, iniciou a audição referindo que tem sido estratégia do Governo dos Açores a

promoção, o desenvolvimento e a potenciação das atividades ligadas à economia azul, através da implementação de vários projetos como a própria Associação para o Desenvolvimento e Formação do Mar dos Açores (ADFMA), mas também o navio de investigação oceanográfico e o Tecnopolo - Martec.

A ADFMA desenvolve um trabalho de excelência com várias valências, sendo uma delas a Escola do Mar dos Açores que se encontra finalmente licenciada e em velocidade cruzeiro naqueles que são os seus propósitos. Advém, que a Escola do Mar dos Açores disponibilizará formações para pessoas de todas ilhas e, portanto, é necessário alojar quem irá participar nesses cursos, mas também para quem vai lecionar estes mesmos cursos, havendo a necessidade de recorrer à contratação de formadores externos e ainda disponibilizar alojamento aos parceiros ativos deste projeto da Escola do Mar. Nesse sentido, o Governo dos Açores pretende requalificar aqueles apartamentos para disponibilizá-los precisamente à Escola do Mar dos Açores para prosseguir esse seu trabalho.

Deu nota que no ano letivo de 2022/2023 houve 1000 formandos em formação na Escola do Mar, ou seja, na ilha do Faial e que grande parte desses formandos não são residentes na ilha do Faial e por isso tiveram de ser alojados em alojamentos ou unidades hoteleiras. No entanto, como a disponibilidade de alojamentos, em especial na época alta, é muito reduzida o que inviabiliza a continuidade das formações e, portanto, foi nessa lógica que o Governo dos Açores considerou que esta seria uma excelente solução.

Questionado pelo Senhor Deputado Tiago Branco (PS) quando foi realizada a primeira abordagem, junto da Marinha Portuguesa, para tratar deste assunto, se existe alguma previsão para o lançamento do concurso para a realização da obra e ainda se existe alguma estimativa do valor do investimento para recuperar aqueles prédios da antiga Rádio Naval da Horta, o Senhor Secretário Regional respondeu que houve várias diligências para se conseguir assinar o protocolo de

cedência dos prédios e que esse trabalho envolveu vários departamentos, justificando com isto a demora de todo o processo. Relativamente à data para lançamento do concurso e uma estimativa do valor para a recuperação dos prédios, o Senhor Secretário Regional respondeu que não poderia avançar com estes dados para todos os prédios, mas que o levantamento feito para o prédio que está menos danificado a estimativa é de 800 mil euros.

Questionado pela Senhora Deputada Salomé Matos (PSD) pelos termos do acordo celebrado para a cedência dos prédios e se, neste momento, o Governo dos Açores considera que há possibilidade de algum dos prédios servir para colmatar necessidades habitacionais da ilha, o Senhor Secretário Regional respondeu que iria enviar cópia dos documentos à Comissão. Quanto à possibilidade de alguns prédios servirem para colmatar necessidades habitacionais, respondeu que a Escola do Mar dos Açores é escola com uma estratégia delineada e com o objetivo claro de progredir e crescer e, por isso, a utilização de todos aqueles apartamentos será fundamental para dar resposta a essa estratégia, porque através destes cursos e da disponibilização de alojamento será possível fixar mais pessoas na ilha do Faial.

Da audição da Presidente do Conselho de Administração da Associação para o Desenvolvimento e formação do Mar dos Açores, ocorrida a 25 de julho de 2023:

A Presidente do Conselho de Administração da Associação para o Desenvolvimento e formação do Mar dos Açores, Ana Rodrigues, iniciou a audição referindo que a Associação para o Desenvolvimento e Formação do Mar dos Açores (ADFMA) é mais do que apenas a Escola do Mar dos Açores, uma vez que integra outras valências importantes para o desenvolvimento dos Açores na área do mar, quer ao. Nível da formação, da qualificação, da proteção, entre outras áreas fundamentais para a estratégia delineada para a

economia azul que este Governo Regional pretende. A ADFMA desenvolve um papel importante na conservação e manutenção de todo o espaço em redor da própria Escola do Mar dos Açores, mas também em redor dos prédios que precisam de ser requalificados. Continuou afirmando que todos estes projetos estão a trilhar o seu percurso normal e aquele que foi definido, mas que tudo isto é um processo gradual e demorado, no entanto até à presente data muito já foi alcançado com esforço de todos, do Governo dos Açores, da Câmara Municipal da Horta, mas sobretudo da ADFMA.

Questionada pela Senhora Deputada Salomé Matos (PSD) se considera, neste momento, que há hipóteses de algum dos prédios sirvam para colmatar necessidades habitacionais que se vive na ilha do Faial, a Senhora Presidente do Conselho de Administração respondeu que, tendo em conta todos os projetos que estão a ser delineados para a ADFMA, não haverá margem para haver prédios dedicados à ADFMA e outros prédios dedicados a habitação para a população residente, compreendendo a necessidade de habitação, mas que esta não é a estratégia que foi desenhada para aqueles apartamentos.

CAPÍTULO V

CONCLUSÕES

No âmbito da apreciação da **Petição n.º 55/XII – “Pela recuperação, requalificação e habitação dos quatro prédios degradados da antiga Estação Rádio Naval da Horta”**, a Comissão de Política Geral aprovou, por unanimidade, as seguintes conclusões:

- 1) A Petição foi devidamente subscrita, no mínimo, por 300 cidadãos, nos termos da alínea a) do n.º 1) do artigo 192.º do Regimento da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores, pelo que reúne as condições legais para ser apreciada em reunião plenária da Assembleia Legislativa;
- 2) As pretensões espelhadas na Petição em apreço surgem na sequência da

necessidade de requalificação dos prédios da antiga Estação Rádio Naval da Horta e que se encontram em elevado estado de degradação;

- 3) Os peticionários entendem que os prédios da antiga Estação Rádio Naval da Horta estão ao abandono há vários anos e a carecer de uma requalificação urgente e consideram que a recuperação daqueles prédios poderá ser um forte contributo para a diminuição dessa carência habitacional que a ilha do Faial enfrenta;
- 4) A Câmara Municipal da Horta considera ser fundamental a cedência definitiva, do Governo da República ao Governo dos Açores, dos prédios para a expansão da atividade da ADFMA e de todos os seus projetos que irão contribuir o desenvolvimento da ilha do Faial e na atração de pessoas qualificadas para ilha;
- 5) O Governo dos Açores entende que a cedência definitiva dos quatro blocos de apartamentos existentes, do Governo da República ao Governo dos Açores, será um forte contributo para o desenvolvimento e crescimento da ADFMA e que vai ao encontro da estratégia delineada;
- 6) A Associação para o Desenvolvimento e formação do Mar dos Açores está a trilhar o seu percurso normal e aquele que foi definido para o seu crescimento e que os prédios devem ser alocados à sua atividade para dar resposta à necessidade de alojamento para todos aqueles que frequentam e integram os seus projetos;
- 7) Do presente relatório deve ser dado conhecimento à primeira subscritora, à Câmara Municipal da Horta, à Associação para o Desenvolvimento e formação do Mar dos Açores, bem como ao membro do Governo Regional com responsabilidade e competência na matéria.

CAPÍTULO VI

SÍNTESE DAS POSIÇÕES DOS DEPUTADOS

De modo genérico, os Deputados que integram a presente Comissão revelaram-

se esclarecidos à pretensão plasmada na presente Petição, reconhecendo a necessidade da recuperação e requalificação dos quatro prédios degradados da antiga Estação Rádio Naval da Horta.

Ponta Delgada, 31 de agosto de 2023

O Relator, Flávio Soares.

O presente relatório foi aprovado por unanimidade.

A Presidente, Elisa Sousa.

Presidente: Muito obrigado, Senhora Deputada.

Está apresentado o relatório.

Estão abertas as inscrições para apreciação desta petição.

(Pausa)

Senhora Deputada Salomé Matos, faça favor.

Deputada Salomé Matos (PSD): Obrigada, Senhor Presidente.

Senhoras e Senhores Deputados, Senhoras e Senhores Membros do Governo:

Começo por saudar os 719 peticionários para apresentação desta iniciativa, cumprimentando a Senhora Paula Rocha Peixoto Decq Mota, primeira peticionária. Lembrando que, de facto, iniciativas como estas aproximam a população daqueles que são os seus os seus eleitos. A presente petição já data de maio de 2023 e, tal como vimos aqui no relatório, recomendava ao Governo Regional que estabelecesse medidas no sentido da reabilitação destes prédios, com o objetivo de as mesmas serem colocadas ao serviço da população, nomeadamente destinando-se à habitação social.

Ora, a habitação é, de facto, um direito que está a consignado na Constituição da República Portuguesa. Nem sempre, ou nunca podemos dizer, esteve plenamente satisfeito, mas de facto, nos últimos anos este cenário veio a agravar-se e, efetivamente, a escassez de habitação, quer a nível regional, quer a

nível local também tornou-se num grande problema e, se antes disso, quer o Governo Regional, quer a própria Câmara Municipal, ao nível da atuação local tem dado uma atenção a este assunto, registando-se no caso do município, o desenvolvimento de várias medidas e programas de apoio, nomeadamente o desenvolvimento de estratégia local para a habitação do concelho, que era um instrumento fundamental para que o município se pudesse candidatar às verbas disponíveis no plano de recuperação e resiliência. Criou também o programa municipal de apoio ao arrendamento, o reforço das verbas de apoio a reparações às habitações, no sentido de efetivamente colmatar alguns problemas na área da habitação.

Ao abrigo do PRR, a Câmara Municipal poderá dispor um total de 30 milhões, que são financiados pelo PRR, cabendo-lhe aproximadamente metade.

De facto, os peticionários, em sede de comissão nas audições, reconheceram que, de facto, essa tinha sido a sua principal motivação, a falta de habitação e entendiam que a recuperação daqueles prédios e o usufruto pela população poderia ser um contributo para minimizar esta situação.

Não obstante disso, os peticionários tinham conhecimento de que aqueles prédios decorriam de um acordo firmado entre o Governo Regional, entre a Região Autónoma dos Açores e o Ministério da Defesa Nacional em 2009 e que previa uma cedência de direitos de utilização, à data, por 30 anos e inclusive os terrenos e os imóveis sitos naquele que hoje é o complexo da ex Rádio Naval, serviram de troca para a cedência de outros prédios noutra ilha, destinando-se também a um centro de comunicações.

Este acordo, bem como as alterações posteriores que veio a sofrer, tinha uma premissa e essa premissa era que, de facto, estes estes prédios seriam cedidos ao Governo Regional, mas que implicavam a plena utilização dos mesmos, exclusivamente dedicados a atividades desenvolvidas no âmbito da qualificação e da formação profissional, pelo que destinar-se a habitação de particulares ou a

habitação social nunca esteve e continua a não ser possível, à luz do previsto no tal acordo, firmado em 2009.

Entretanto, em 2013, como toda a Gente sabe, deu-se o encerramento deste complexo e, alegadamente por motivos de racionalização de custos e devido à modernização dos equipamentos e das comunicações da marinha, estas justificações, à data, não foram bem aceites, nem compreendidas, efetivamente também pelos faialenses.

A verdade é que, desde então, foi assumido pelo Governo de então, que estes edifícios, parte deles seriam ocupados por um projeto que se denominava na altura a escola de formação de marítimos, que veio mais tarde a concretizar-se na construção da escola do Mar dos Açores e foi sendo reiteradamente afirmada esta possibilidade destes prédios virem a ser recuperados, mas na realidade, destinando-se a satisfazer os objetivos com que inicialmente haviam sido decididos, que seria no âmbito daquelas que são as competências da escola do mar.

A ADFAMA é constituída em 2019, é então a associação que, entre outras funções, gere e administra a Escola do Mar e a realidade é que, hoje e passados estes anos e em funcionamento pleno, a verdade é que, apesar de ser uma construção recente, veio a revelar-se com exiguidade de salas, com ausência de infraestruturas, nomeadamente um estaleiro. Veio a revelar-se que a existência, estes foram aspetos que também nos foram verbalizados aquando das audições, portanto, para a concretização daqueles que são os seus propósitos, a escola do mar necessita de se expandir em termos de infraestruturas e, obviamente a recuperação dos prédios faz parte destes objetivos e esta escassez notória nesta altura, a uma infraestrutura construída há relativamente pouco tempo é bem indicativo daquela que foi a falta de visão na época da sua conceção.

Os objetivos, efetivamente os prédios, para satisfazerem o alojamento quer de formandos, quer de formadores, quer para poder alocar alguns serviços, no

âmbito daqueles que são os projetos necessários para impulsionar a economia azul, necessitam, de facto, de ser reabilitados para tal. Também foi-nos avançado que urge previamente ser feita uma avaliação do estado estrutural dos mesmos, uma vez que estão ao abandono há muito tempo, sob pena de, eventualmente, a sua recuperação ser mais onerosa...

Presidente: Agradeço que termine, Senhora Deputada.

A Oradora: ... do que uma construção de raiz.

E, portanto, o Governo Regional, fez diligências. O Ministério da Defesa também assumiu que está disponível para a negociação e aquilo, de facto, que se espera é que estes prédios, não podendo ser afetos à habitação de particulares possam futuramente ser recuperados e servir para satisfazer aquelas são as necessidades da Escola do Mar.

Obrigada.

Deputado Flávio Soares (PSD): Muito bem!

Presidente: Obrigado, Senhora Deputada.

Pergunto se há mais inscrições?

(Pausa)

Senhor Deputado Lúcio Rodrigues, faça favor, tem a palavra.

(*) **Deputado Lúcio Rodrigues (PS):** Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados, Senhoras e Senhores Membros do Governo: Em primeiro lugar, o grupo parlamentar do Partido Socialista gostaria de saudar o grupo de cidadãos que subscreveram a petição pela recuperação, requalificação e habitação dos quatro prédios degradados da antiga estação Rádio Naval da Horta.

Os peticionários solicitam à Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores que recomende ao Governo Regional dos Açores que tome medidas

para que os quatro prédios habitacionais degradados possam ser reabilitados e as suas instalações colocadas ao serviço da população residente do Faial.

Como é do conhecimento público, aqueles prédios foram cedidos à Região, ...

Deputados Joaquim Machado (PSD) e Pedro Pinto (CDS/PP): Quando?!

O Orador: ... com vista à sua reabilitação e disponibilizados posteriormente à Escola do Mar dos Açores para apoiar o seu desenvolvimento.

É sabido que vivemos tempos em que os constrangimentos, no que diz respeito à oferta de habitação, para fazer face às necessidades das nossas comunidades são evidentes, quer para satisfazer as necessidades dos cá vivem e os que procuram novas soluções habitacionais para a sua vida, quer para dar resposta às necessidades de quem cá se quer fixar para obter formação e/ou trabalhar.

Este é um aspeto central, senão mesmo o principal, para gerar desenvolvimento e fixar pessoas e a ilha do Faial naturalmente que não é exceção.

É neste contexto que se torna difícil assistir à inércia do Governo Regional perante quatro blocos de apartamentos que foram cedidos à Região e que, pela ausência de iniciativa da Região para os reabilitar, está a bloquear o desenvolvimento da Escola do Mar e da ilha do Faial.

E, ao contrário daquilo que se diz, ou do que os senhores tentam passar nas suas mensagens, a Escola do Mar é efetivamente um grande ativo da nossa Região.

Secretário Regional das Finanças, Planeamento e Administração Pública (Duarte Freitas): Agora é. Antes eram só paredes!

O Orador: E o que é preciso é meter mãos à obra. Não é só dizer que é preciso fazer, é preciso fazer e, como eu já disse várias vezes, e vou repetir, os senhores estão no governo é para trabalhar, para fazer, executar.

Bastava que o Governo Regional do PSD, CDS e PPM cumprisse aquilo que tem sido assumido pelo próprio em sucessivos planos e orçamentos, desde 2021, o compromisso de reabilitar aqueles edifícios para servir de desenvolvimento da Escola do Mar e da ilha do Faial.

É nesse sentido que o grupo parlamentar do Partido Socialista entende que o Governo Regional deve, de uma vez por todas, passado da propaganda – como já foi aqui há bem poucos minutos proclamada – à concretização efetiva, atribuindo prioridade àqueles edifícios que se estão a degradar, reabilitando-os e colocando-os ao serviço da Escola do Mar e da ilha do Faial.

Não basta continuar a dizer – e não é só no Espírito Santo que o dizem – que no mar e as profissões do mar existem infindáveis oportunidades a explorar e criar valor acrescentado e continuar este Governo a assobiar para o lado.

Por isso, mantemos a nossa coerência: estes prédios devem ser recuperados e colocados ao serviço da Escola do Mar.

Disse.

Secretário Regional das Finanças, Planeamento e Administração Pública

(Duarte Freitas): Só faltou dizer “Horta, Sala das Sessões, junho de 2017”!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS)

Presidente: Muito obrigado, Senhor Deputado.

Senhor Secretário Regional pede a palavra para?

(*) **Secretário Regional dos Assuntos Parlamentares e Comunidades** *(Paulo Estêvão):* Senhor Presidente, para uma interpelação.

Presidente: Tem a palavra para uma interpelação, faça favor, Senhor Secretário.

(*) **Secretário Regional dos Assuntos Parlamentares e Comunidades** *(Paulo Estêvão):* Até já estou destreinado aqui com a maquina!

Deputado Nuno Barata *(IL):* Atenção, Senhor Presidente, atenção! Isto começa a ser um abuso!

O Orador: Não, não, é verdadeiramente uma interpelação parlamentar e já perceberá a seguir.

Tendo em conta o teor das afirmações produzidas agora pelo Senhor Deputado que usou da palavra, eu tenho que lhe perguntar, Senhor Presidente, se o Governo, neste momento regimental pode realmente realizar intervenções?

Presidente: Muito obrigado, Senhor. Secretário Regional.

Não pode, efetivamente, em termos regimentais usar da palavra nas petições.

(*) **Secretário Regional dos Assuntos Parlamentares e Comunidades** (*Paulo Estêvão*): Muito obrigado, Senhor Presidente.

Presidente: Tem a palavra o Senhor Deputado Pedro Pinto. Faz favor, Senhor Deputado.

(Ruído na câmara)

Senhoras e Senhores Deputados, eu dei a palavra ao Senhor Deputado Pedro Pinto, é ele que tem a palavra. Faça favor, Senhor Deputado.

(*) **Deputado Pedro Pinto** (*CDS-PP*): Muito obrigado, Senhor Presidente.

Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados, Senhoras e Senhores Membros do Governo:

Uma primeira palavra para os peticionários, reconhecendo a importância desta petição e a motivação que ela nos convoca para falarmos desta questão dos quatro prédios, de um total de seis, da antiga Rádio Naval da Horta e que foram passados, por um período temporário de 30 anos, para o projeto da Escola do Mar dos Açores.

Sabemos que, tradicionalmente, na República, os departamentos governamentais têm muita dificuldade em alienar o património do Estado. Aqui nos Açores a história é rica nisso. No país conhecemos e é público a quantidade de prédios, de edificado do Estado que não é usado, está devoluto, está ao abandono, está degradado e não é por isso que o Estado faz qualquer coisa para alienar e pôr ao serviço da sociedade.

Portanto, temos aqui uma dificuldade, sobre a qual o Governo Regional, este Parlamento não tem qualquer tipo de controlo, que é a República tem sempre muita dificuldade em alienar o seu património. Este é apenas mais um dos exemplos, aqui nos Açores, de património da República que, por uma circunstância da história, até foi cedido, mas foi cedido para um fim muito específico e por um período limitado de tempo. Isto não significa que não haja empenho dos partidos da coligação e, por consequência, empenho deste governo de coligação, no sentido de passar para a posse administrativa definitiva do património regional estes quatro edifícios.

No entanto, sabemos que é difícil, mas é um caminho que tem que ser trilhado. É um caminho longo, é um caminho tortuoso, cheio de dificuldades, mas não deixa de ser um objetivo desta coligação.

Uma segunda palavra para os peticionários, relativamente à instrumentalização desta figura da petição com propósitos políticos.

Não se pode criar a falsa expectativa de que com a petição se vai resolver o problema da habitação na ilha do Faial ou em qualquer outra ilha dos Açores. Mesmo que, por hipótese, fosse possível à Região tomar posse imediata daqueles prédios e colocá-los à disposição da população, não seriam aqueles quatro prédios que iriam resolver o problema da falta ou da dificuldade de acesso à habitação na ilha do Faial. E, portanto, criar falsas expectativas na população através de uma petição não é aceitável de todo. Agora vamos à questão da administração do património na Região.

Na ilha Terceira temos um exemplo, ...

Deputado António Lima (BE): Fale do Faial!

O Orador: ... sobejamente conhecido, que são as casas da base das Lajes, que também não passaram para a posse administrativa da Região Autónoma dos Açores e só mais recentemente é que um dos dois bairros passou para a posse administrativa da Região Autónoma dos Açores e foi este governo da coligação

que tratou de todo o procedimento de legalização, porque nada foi feito no passado e já desde 2015 que esses dois bairros americanos estavam disponíveis para que passassem para a posse administrativa da Região Autónoma dos Açores. E, portanto, também a inércia do passado ou a falta de ação (que ainda é pior do que a inércia), também isso condiciona o que se está vivendo no presente.

E, portanto, relativamente a esta matéria, sabemos que aqui no Faial os prédios da antiga Rádio Naval foram cedidos para um efeito muito específico que é a Escola do Mar, Tecnopolo Martec e a Incubadora de Empresas e, portanto, enquanto os prédios não passarem para a posse administrativa da Região, não lhes pode ser dado outro destino, não lhes pode ser dado outro uso, que não estes que eu acabei de referir.

Isto para que tenhamos um debate esclarecido e, sobretudo um debate esclarecedor para que não se criem falsas expectativas. de política de habitação pública.

Durante demasiados anos, o país, conseqüentemente, a nossa Região Autónoma, padeceu da falta de política de habitação pública (não é habitação social, é política de habitação pública) e hoje estamos vivendo as conseqüências dessa falta de estratégia e não vai ser com estes quatro prédios que vamos resolver o problema da habitação na ilha do Faial.

Muito obrigado.

Deputado Flávio Soares (PSD): Muito bem!

Presidente: Obrigado, Senhor Deputado.

Tem a palavra o Senhor Deputado António Lima.

(*) **Deputado António Lima (BE):** Muito obrigado, Senhor Presidente.

Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados, Senhor Presidente do Governo, Senhoras e Senhores Membros do Governo:

Começo por saudar os petiçãoários, na pessoa da Senhora Paula Decq Mota,

que trazem a esta Assembleia uma matéria que é efetivamente importante por dois motivos: em primeiro lugar, porque trata de uma questão ligada, em particular à ilha do Faial, um problema concreto da ilha do Faial, mas também porque trata de outra questão que é efetivamente a questão da habitação, uma matéria urgente de resolução e que leva, inclusive a que surja esta petição, porque efetivamente há inúmeros problemas que urge resolver na área da habitação e, não posso deixar de dizer que, não partilhamos de modo algum da visão que o CDS nos trouxe neste debate sobre esta petição de que há instrumentalização e aproveitamento político desta matéria.

Os cidadãos quando trazem uma petição ao Parlamento, quer se concorde, quer não com o objetivo da petição, com aquilo que é solicitado, devem merecer o nosso respeito e, por isso, não podemos deixar de salientar esta visão de que quem se dirige ao Parlamento, logo à partida, é classificado como alguém que pretende instrumentalizar qualquer matéria para fins políticos. Rejeitamos esta visão.

Os peticionários consideram que a recuperação dos prédios da rádio naval pode ser um contributo para a diminuição da carência habitacional que existe na ilha do Faial e entendem que há, efetivamente, nesses apartamentos a possibilidade de até de uma parte ficar ao serviço da Escola do Mar, mas que outra parte pode ficar ao serviço do resto da população, ou seja, do ponto de vista da resolução ou da atenuação do problema da habitação.

E 26 apartamentos não irão resolver o problema todo da habitação na ilha do Faial, como é evidente. Como não se resolve o problema da habitação nos Açores com 100 ou 200 casas, agora ficar de braços cruzados sem fazer nada, aí é que não se resolve de certeza. Resolver o problema de 20 pessoas ou 15 pessoas é, efetivamente, importante.

Os antigos edifícios da Rádio Naval foram apontados, quer pelo governo da coligação, quer pelo anterior governo do Partido Socialista, como necessários

para alojamento de formadores e formandos da Escola do Mar. No entanto, hoje 2024, esse projeto não foi ainda cumprido. Nem sequer e muito menos, aliás, foi feita a disponibilização dessas casas para habitação pública.

O próprio município, nas audições da Comissão, reconhece que a habitação é um dos maiores problemas que a sociedade atravessa. E, efetivamente, o Bloco de Esquerda já por mais de uma vez, chamou a atenção para os problemas habitacionais na ilha, onde os preços elevados para compra, arrendamento ou construção de casas têm impedido pessoas e famílias de avançar com os seus projetos de vida.

No momento em que os diferentes órgãos de poder, seja regional, nacional ou autárquico, se debatem com dificuldades de resolução do problema da habitação, a não utilização deste bem público para aliviar este problema é um capricho incompreensível por parte do Governo Regional.

Mesmo que a utilização final fosse elogiar o pessoal afeto à Escola do Mar, a reabilitação desses fogos significaria, pelo menos, uma diminuição da pressão no restante parque habitacional.

Uma solução de compromisso seria a transformação de um dos edifícios em residência para alojamento temporário para o pessoal da Escola do Mar e os restantes para arrendamento de longa duração, a custos acessíveis para a população. Esta solução de compromisso não coloca em causa o projeto de desenvolvimento da Escola do Mar e estamos à espera que esse projeto avance, mas responde à emergência do problema da habitação e parece-nos ser a melhor solução, a mais exequível e a mais urgente.

Disse.

Presidente: Muito obrigado, Senhor Deputado.

Pergunto se há mais inscrições, no âmbito desta petição?

(Pausa)

Não havendo, vamos passar à próxima petição.

Voltamos ao ponto 5 da nossa agenda, Petição n.º 54/XII, pelo aumento do acréscimo regional ao salário mínimo nacional na Região Autónoma dos Açores, apresentada por Vítor Silva, na qualidade de primeiro subscritor.

Tem a palavra o Senhor Deputado Paulo Silveira, para apresentação do relatório da Comissão.

Deputado Paulo Silveira (PSD): Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados, Senhor Presidente do Governo, Senhoras e Senhores, Membros do Governo:

COMISSÃO ESPECIALIZADA PERMANENTE DE ECONOMIA

RELATÓRIO E PARECER

Petição n.º 54/XII

“Pelo aumento do Acréscimo Regional ao Salário Mínimo Nacional na Região Autónoma dos Açores”

INTRODUÇÃO

A 10 de maio de 2022, deu entrada na Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores uma petição, à qual foi atribuído o n.º 54/XII, intitulada “Pelo aumento do Acréscimo Regional ao Salário Mínimo Nacional na Região Autónoma dos Açores”, cujo primeiro signatário é o cidadão Vítor Silva.

Por despacho do Presidente da Assembleia Legislativa da Região Autónoma

dos Açores, a referida petição foi remetida à Comissão Especializada Permanente de Economia, para relato e emissão de parecer.

ENQUADRAMENTO JURÍDICO

O direito de petição, previsto no artigo 52.º da Constituição da República Portuguesa, é exercido nos termos do disposto no artigo 9.º do Estatuto Político-Administrativo da Região Autónoma dos Açores, na redação que lhe foi dada pela Lei n.º 2/2009, de 12 de janeiro, nos artigos 189.º a 193.º do Regimento da Assembleia Legislativa e na Lei n.º 43/90, de 10 de agosto.

Cabe à comissão permanente especializada com competência na matéria a apreciação da petição e elaboração do respetivo relatório, nos termos do disposto nos n.ºs 1 dos artigos 190.º e 191.º do Regimento, bem como do artigo 73.º, n.º 4 do Estatuto Político-administrativo da Região Autónoma dos Açores. Nos termos do disposto na Resolução da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores n.º 1/2021/A, de 6 de janeiro, alterada pelas Resoluções da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores n.º 49/2021/A, de 11 de agosto, e n.º 52/2021/A, de 25 de outubro, que aprova as competências das comissões especializadas permanentes, as matérias relativas a “Orçamento”, onde se enquadra a presente petição, são competência da Comissão de Economia.

ADMISSIBILIDADE

Verificada a conformidade do exercício do direito de petição com os requisitos legais (Lei n.º 43/90) e regimentais (artigo 189.º do Regimento da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores), a Comissão de Assuntos Sociais procedeu à apreciação da sua admissibilidade, nos termos do disposto no n.º 2 do artigo 190.º do referido regimento e deliberou admiti-la, por unanimidade.

OBJETO DA PETIÇÃO

Os peticionários referem, em sede de exposição de motivos, que “O Acréscimo Regional ao Salário Mínimo Nacional tem sido um instrumento importante para minorar as dificuldades dos açorianos. No entanto, o aumento do custo de vida faz com que o acréscimo de 5% não seja suficiente para assegurar condições de vida dignas a quem trabalha nos Açores.

Os trabalhadores açorianos têm de fazer face a um custo de vida que é agravado pela insularidade e continuam a ter um rendimento médio bastante inferior ao dos trabalhadores do Continente.

Propõe-se, assim, o Acréscimo Regional à Retribuição Mínima Mensal Garantida de 5% para 10%, para os trabalhadores por conta de outrem, mantendo a sua indexação à Retribuição Mínima Mensal Garantida Nacional, para que possa contribuir para atenuar as consequências do aumento do custo de vida sobre as camadas sociais mais fragilizadas e repor alguma justiça relativa nas remunerações dos trabalhadores açorianos”.

DILIGÊNCIAS EFETUADAS

A Comissão de Economia deliberou, na sua reunião do dia 18 de maio de 2023, proceder à audição do cidadão Vítor Silva, na qualidade de primeiro peticionário, bem como do membro do Governo Regional com competência na matéria. Deliberou, ademais, solicitar os seguintes pareceres escritos: UGT-A - União Geral de Trabalhadores dos Açores, CGTP/IN-Açores e Câmara do Comércio e Indústria dos Açores.

- Audição do primeiro subscritor, o cidadão Vítor Silva, ocorrida no dia 6 de junho de 2023:

O Sr. Vítor Silva começou por dizer que esta petição teve um número bastante significativo de assinaturas, e num curto espaço de tempo, o que demonstra a disponibilidade e a aceitação da parte dos trabalhadores em relação ao que está aqui em causa. Ou seja, o que se verifica nos últimos tempos é um aumento brutal do custo de vida, e o que tem sido os aumentos salariais, de facto, não fazem face a este aumento do custo de vida. Outra situação que preocupa os peticionários tem a ver com a pobreza que existe na Região, disse que um número muito significativo de trabalhadores nos Açores, acima dos 11%, mesmo tendo trabalho, mesmo tendo um rendimento fixo vive abaixo do limiar da pobreza.

Justificando que “é face a todas estas situações que nós trazemos esta petição para que o Parlamento dos Açores também possa contribuir no sentido de se fazer alguma coisa para corrigir, de facto, a atual situação”.

O Deputado António Vasco Viveiros reconhece que o valor do salário mínimo é insuficiente para a subsistência de muitas famílias, isso não está em causa. A questão aqui é a ponderação daquilo que é a capacidade do tecido empresarial da Região, lembrou que as posições das Associações Empresariais tem sido, naturalmente, sempre contra e justificam argumentando que o próprio diferencial de 5% penaliza as empresas regionais, ou algumas delas. Nesse sentido, questionou se as empresas regionais neste momento teriam melhores condições do que no passado para a aplicação desta medida.

O Sr. Vítor Silva respondeu que, tendo em conta aquilo que tem sido divulgado pelos próprios empresários, de facto a Região, do ponto de vista empresarial, está mais bem-dotada de instrumentos para fazer face à aplicação desta medida do que estava anteriormente.

O Deputado António Lima perguntou o que é que nos Açores tem sido entrave e que não estão a permitir, como os números assim indicam, promover melhores salários. Relacionando a falta de mão-de-obra em alguns setores a

baixos salários.

O Sr. Vítor Silva disse que de facto, a situação dos baixos salários tem uma influência muito grande naquilo que é a aquisição de mão-de-obra.

O Deputado Carlos Silva começou por dizer que não podemos minorizar as dificuldades que alguns trabalhadores enfrentam hoje para fazer face ao aumento dos custos que com a inflação ainda se tornaram mais elevados e dificultam o dia-a-dia das famílias e nessa perspetiva qualquer aumento salarial seria bem-vindo para os trabalhadores.

No entanto, é preciso que haja um equilíbrio entre a capacidade de aumentar os salários e a capacidade de as empresas conseguirem suportar esses aumentos salariais. Porque se é verdade que algumas empresas têm crescimentos significativos no seu volume de negócios, e há setores que acompanham esse crescimento de forma mais significativa, também é verdade que o nosso tecido empresarial é constituído por microempresas, e em alguns casos com margens muito reduzidas, portanto, nem todas conseguem fazer face aos aumentos salariais na mesma proporção, e por isso devemos ter alguma cautela na análise deste assunto.

Dessa forma, o Deputado questionou o que se pode fazer para agilizar o processo de negociação coletiva, sendo que a nível nacional, a concertação estratégica que houve no ano passado deu alguma perspetiva e estabilidade para os próximos anos, quer no aumento do salário mínimo, quer na compensação das empresas para o aumento dos encargos salariais. E como é que vêm um acordo desta natureza realizado nos Açores, que aspetos devem ser tidos em consideração nas duas perspetivas.

O Sr. Vítor Silva explicou que nos últimos anos mesmo com este aumento do salário mínimo e depois com o acréscimo que ele sofre do ponto de vista regional, as pequenas e microempresas têm-se mantido estáveis na Região e que era importante que as empresas tivessem mais capacidade de assumirem o seu

papel também do ponto de vista social. Disse que, do ponto de vista da contratação coletiva, é preciso haver uma negociação salarial de acordo com aquilo que são as condições do setor. Portanto, reunidas estas condições, do ponto de vista da contratação coletiva, teríamos capacidades para evoluir de uma forma diferente. Por fim, defendeu que tem de haver uma evolução na contratação coletiva dos Açores, e de uma vez por todas passarmos a ter contratos com a Câmara de Comércio e Indústria dos Açores porque têm capacidade para negociar para as nove ilhas.

O Deputado Rui Martins perguntou se o Peticionário não vê da parte dos empresários vontade em pagar mais quando têm mão-de-obra qualificada.

O Sr. Vítor Silva explicou que o que lhe preocupa é o facto de não existirem as condições salariais, nem as condições em relação ao tipo de contrato e ao vínculo de trabalho que é feito, nem as condições de formação, factos que levam a que muitos dos jovens quando saem da sua ilha para estudar acabam por não regressar porque, na verdade, sabem que não vão ter as condições desejadas.

- Audição do Secretário Regional das Finanças, Planeamento e Administração Pública:

O Secretário começou por dizer que o diferencial fiscal foi a abordagem fiscal para a compensação com os sobrecustos da insularidade, começou com um diferencial no âmbito do IVA e depois passando para o IRC e para o IRS. Para as pessoas que não pagavam impostos criou-se a renumeração complementar, o acréscimo ao abono de família e o acréscimo ao salário mínimo. Concorda que é um assunto pertinente, que merece atenção, mas também muita reflexão para impedir situações que causem litigância.

O Deputado António Lima perguntou se o acordo que o Governo pretende firmar com os parceiros sociais, prevê compensações financeiras às entidades patronais pelo aumento dos salários e se pretende, pela via da negociação coletiva, promover aumentos salariais gerais.

O Secretário Regional respondeu que, de facto, é algo que deve ser decidido em sede de concertação social e que neste momento seria prematuro dar nota dos entendimentos a que se pode chegar.

Por fim, de referir que a Comissão de Economia rececionou os seguintes pareceres escritos, os quais se encontram anexos ao presente relatório:

- CGTP/IN-Açores
- Câmara do Comércio e Indústria dos Açores

CONCLUSÕES E PARECER

Considerando as pretensões dos peticionários bem como o teor das audições, a Comissão Permanente de Economia deliberou, por unanimidade, com votos do PS, PSD, CDS-PP e do Deputado Independente, emitir o seguinte parecer:

1. Considerando que a presente petição foi subscrita por 1755 cidadãos, dos quais 1747 com correta identificação, deve a mesma ser apreciada em Plenário da Assembleia Legislativa, nos termos e para os efeitos do disposto no respetivo Regimento;
2. O Decreto Legislativo Regional 8/2002/A, estabelece um acréscimo regional de 5% em relação ao valor do salário mínimo nacional;
3. Os peticionários reconhecem que o Acréscimo Regional ao Salário Mínimo Nacional na Região Autónoma dos Açores tem sido “um instrumento

importante para minorar as dificuldades dos açorianos”;

4. Tendo em conta o aumento do custo de vida, os peticionários entendem que o acréscimo de 5% deve passar para 10% para os trabalhadores por conta de outrem, mantendo a indexação à Retribuição Mínima Garantida Nacional;

5. Justificam esse aumento como um contributo para atenuar as consequências do aumento do custo de vida, sobretudo das camadas sociais mais vulneráveis;

6. Referem que um número muito significativo de trabalhadores nos Açores, acima dos 11%, mesmo tendo trabalho, vive abaixo do limiar da pobreza;

7. Entendem também que este é o caminho para repor alguma justiça na distribuição do rendimento;

8. O Governo entende que este é um assunto pertinente e que deve merecer alguma atenção para não criar litigância;

9. Devido à natureza deste assunto, o Governo entende que este deve ser analisado em sede de concertação;

10. Do presente relatório deve ser dado conhecimento ao peticionário, bem como ao membro do Governo Regional com responsabilidade e competência na matéria.

Ponta Delgada, 4 de julho de 2023.

A Relatora, Patrícia Miranda.

O presente relatório foi aprovado por unanimidade.

O Presidente, José Ávila.

Disse.

Presidente: Muito obrigado, Senhor Deputado.

Apresentado o relatório, estão abertas as inscrições para a apreciação desta petição.

(Pausa)

Senhor Deputado António Lima, faça favor, tem a palavra.

(*) **Deputado António Lima (BE):** Muito obrigado, Senhor Presidente.

Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados, Senhor Presidente do Governo, Senhoras e Senhores Membros do Governo:

Começo por saudar os peticionários, na pessoa do Senhor Vítor Silva, que traz esta questão, a reivindicação pelo aumento do complemento regional ao salário mínimo, uma matéria que, por diversas vezes, tem sido debatida nesta Assembleia e que nunca é demais nos debruçarmos sobre ela, porque efetivamente as questões salariais e as questões das condições de vida e de trabalho são extremamente importantes.

E o complemento regional ao salário mínimo, e o seu aumento no momento em que vivemos, consideramos uma medida de urgente justiça.

Ainda no mês passado, apresentámos esta mesma proposta, embora não com o valor que é proposto nesta petição, de um aumento para 10%, relativamente ao salário mínimo nacional, mas tendo apresentado 7,5 % e essa mesma proposta foi rejeitada.

Ainda há pouco ouvimos na leitura do relatório que esta matéria que o Governo referiu na legislatura passada, que esta matéria deveria ser abordada em concertação social. Aguardamos, impacientemente, os resultados dessa negociação. Não ouvimos nada sobre isso e nem conhecemos qualquer proposta apresentada pelo Governo, em sede de concertação social sobre o aumento do complemento regional ao salário mínimo e, não podendo o governo falar, seria bom que essa proposta surgisse, mas surgisse para melhor.

E o salário mínimo é, de facto, infelizmente, a remuneração mais praticada na Região e essa medida é, por isso, justa porque garante um aumento salarial imediato para a maioria dos trabalhadores nos Açores.

Isto porque, para que os salários aumentem nos Açores, é infelizmente, na

maior parte das vezes, necessário que o salário mínimo aumente.

Basta olhar para os as tabelas salariais que se praticam na Região e que são publicadas no início de cada ano, com a revisão das tabelas salariais. Revisão essa que não é apenas necessária, porque a cada ano é preciso aumentar um pouco os salários. Não, é necessária porque se assim não for, grande parte dos salários ficam abaixo do salário mínimo todos os anos e essa situação é dramática, porque vemos tabelas salariais que quase na sua totalidade, com exceção de dois ou três níveis, estão 1€, 2€, 3€, 10€, acima do salário mínimo.

Esta é, infelizmente, a Região que temos e é a economia que temos. E se não fosse o aumento do salário mínimo a cada ano, uma grande parte dos trabalhadores ficaria a marcar passo e o seu salário não passaria de alguns euros acima do salário mínimo.

E é uma medida também, o aumento do complemento regional ao salário mínimo de justiça, porque na legislatura passada, a maioria que suportava o Governo e o Governo decidiu tomar uma medida que beneficiou uma parte dos açorianos.

Uma parte que é exatamente a parte que recebe melhores salários, porque aqueles que recebem o salário mínimo ou pouco menos, em nada beneficiaram. Ficaram exatamente na mesma, desceram o IRS para quem mais ganha, levando a que, quem tem salários ou quem tinha salários de 800, 900€ ficasse exatamente na mesma e, por isso é uma medida de justiça, para atenuar a injustiça que o Governo Regional criou.

E a realidade da maior parte dos açorianos terem baixos salários e pouco acima do salário mínimo é o reflexo de uma economia. frágil, cada vez mais concentrada em serviços de baixo valor acrescentado.

E é reflexo disso a aposta no turismo como único motor da economia. Para além dos baixos salários, as condições de trabalho, as longas horas de trabalho são a prática mais comum nesses setores de mão-de-obra intensiva e de baixos

salários.

É por isso que a qualificação da economia é também determinante para aumentar rendimentos, para que eles não estejam colados ao salário mínimo. Apostar na ciência na tecnologia, na criação de polos de desenvolvimento em que o mar, por exemplo, possa ser, de facto, um fator de potencial de crescimento e desenvolvimento económico.

Resumindo, é urgente aumentar o complemento regional ao salário mínimo. Como é urgente criar uma economia mais qualificada, coisa que não vemos este Governo a fazer, mas é urgente aumentar o complemento regional ao salário mínimo, porque é uma medida de justiça. Aumentar rendimentos de quem tem os salários mais baixos e repor um pouco da injustiça criada por este Governo e por esta maioria.

Disse.

Presidente: Muito obrigado, Senhor Deputado.

Pergunto se há mais inscrições?

(Pausa)

Senhor Deputado Luís Leal, faça favor, tem a palavra.

(*) **Deputado Luís Leal (PS):** Muito obrigado, Senhor Presidente.

Senhoras e Senhores Deputados, Senhor Presidente do Governo, bem haja, Senhoras e Senhores Membros do Governo:

Em primeiro lugar, congratulamos os petiçãoários pelo exercício da cidadania para a defesa dos seus direitos.

Esta petição pelo aumento do acréscimo regional de 5 para 10%, para os trabalhadores por conta de outrem, merece compreensão e reflexão por parte do Partido Socialista.

O acréscimo regional ao salário mínimo nacional, visa atenuar a diferença do

nível do custo de vida dos Açores, em relação ao continente, designadamente, os derivados dos custos da insularidade e, por outro, diminuir as desigualdades resultantes do baixo valor das remunerações ou pensões auferidas por uma faixa da população residente nos Açores, traduzindo-se numa medida de justiça social.

Aliás, todo o mecanismo que permita melhorar os rendimentos dos trabalhadores e das suas famílias merecem abertura e discussão.

O PS sempre defendeu o equilíbrio de forças no mercado laboral, na recuperação de rendimentos e na revitalização da negociação coletiva e fê-lo com sucesso, com base numa estratégia ancorada num diálogo tripartido.

O trabalho é fonte de liberdade, dignidade, prosperidade e segurança. Dedicamos-lhe uma grande parte da nossa vida e em muitos casos, é mesmo parte integrante da nossa identidade.

Esta visão permitiu derrubar mitos importantes. Afinal, não é verdade que a melhoria dos salários tem de ser sempre adiada, em função da produção de riqueza. Ao favorecer um equilíbrio entre o trabalho e o capital, os governos do PS mostraram que aumentar salários, desde logo o salário mínimo, não só não aumenta o desemprego, como não impede o emprego crescer.

Reconhecemos que é preciso continuar a trabalhar a convicção de que o mercado de trabalho regular não é apenas uma necessidade, mas um motor essencial do progresso e da igualdade.

Defendemos por isso, o aumento do salário mínimo nacional numa perspetiva plurianual, o fortalecimento da negociação coletiva e o investimento em qualificação e informação para promoção do ato formativo, não como ato casuístico, mas como uma necessidade inerente à atividade profissional durante toda a vida ativa, ao mesmo tempo que devemos explorar formas inovadoras de redução da jornada de trabalho.

Foram os governos do Partido Socialista que aumentaram mais o salário

mínimo, do que os governos do PSD, nos últimos 20 anos. É nesta linha que o Partido Socialista define estas novas metas para os próximos anos, colocando no topo das prioridades, tornar possível que quem trabalha tenha um rendimento que permita a cada pessoa ter a vida que deseja.

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS)

Presidente: Muito obrigado, Senhor Deputado.

Senhor Deputado Joaquim Machado, tem a palavra.

(*) **Deputado Joaquim Machado (PSD):** Senhor Presidente, Senhores Deputados, Senhor Presidente, Senhores Membros do Governo Regional: Naturalmente, como é praxe deste Parlamento, saudamos o peticionário, o Senhor Vítor Silva, pelas suas convicções.

Também já não é uma novidade fazer a apreciação de petições, que têm como primeiro subscritor este cidadão, dirigente sindical a quem nós cumprimentamos, com ele também comungando do princípio de que os salários e um salário justo concorre decididamente para a dignificação de cada cidadão e de cada trabalhador.

E, portanto, nessa medida, nós estamos de acordo com os intuitos da petição. Aliás, não só relativamente ao salário mínimo, como também ao salário médio da Região e do país.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

O Orador: Porque não só apenas aqueles cidadãos que estão com a remuneração mínima que sentem dificuldades no seu dia a dia. Aquilo que habitualmente chamamos de classe média, de salários um pouco acima do valor mínimo nacional, também são cidadãos que experimentam as dificuldades de ter de pagar renda de casa, de ter de pagar uma prestação ao banco por via da aquisição de uma habitação, dos seus encargos com a educação dos seus filhos

e, portanto, são cidadãos que vivem também com dificuldades.

E nesse sentido, nós temos procurado ajudar toda essa classe de cidadãos, através de medidas que, sendo transversais, concorrem para aumentar o seu rendimento disponível no fim de cada mês.

Fizemo-lo com a diferenciação máxima do IVA que se pratica na Região, com a diferenciação máxima do IRS, mas também com um conjunto de outras medidas que concorrem para aumentar o rendimento dos cidadãos açorianos.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

O Orador: A saber, entre outras, o complemento para o pagamento de crédito à habitação, as creches gratuitas que resultam de uma economia significativa para as nossas famílias e outro conjunto de ajudas ao rendimento, como o complemento do abono de família, o complemento para a aquisição de medicamentos, porque não estamos a falar apenas de famílias mais jovens, só de uma família, no seu conjunto. Portanto, há um conjunto de ajudas que, de facto, ajudam significativamente a aumentar ou, pelo menos, a melhorar o rendimento disponível das famílias nos Açores.

E, portanto, nessa medida, nós temos a consciência tranquila de que estamos a fazer aquilo que é possível com os recursos disponíveis. Queremos fazer mais, com certeza que sim, mas temos que fazê-lo também de forma sustentada e equilibrada, sem pôr em risco também aquilo que será a herança que deixaremos para as gerações futuras.

Dito isto, também faço notar o seguinte: é uma evidência de que o salário mínimo subiu muito nos últimos anos, por via de circunstâncias que permitiram ao país fazer essa trajetória. Mas, essa subida do salário mínimo, não acompanhado pela subida dos outros salários imediatamente acima, criou alguns problemas que também não podem ser ignorados e que nos devem mobilizar para a sua resolução.

Desde logo, os primeiros 4 níveis remuneratórios da tabela de remuneração

única da função pública, neste momento foram absorvidos pelo salário mínimo, ou seja, até ao quinto nível da função pública todos os funcionários recebem um salário mínimo. Isso significa que um cidadão que entre hoje para a função pública ganha exatamente o mesmo que aquele funcionário público que está nos quadros há 9, 10 e 15 anos e isso também provoca alguma injustiça.

A injustiça não é não é o salário mínimo ter subido, a injustiça é também esses efeitos que provoca na base da tabela da função pública, por exemplo, e o mesmo se dirá também na atividade privada.

E, portanto, ainda que resolvendo uma parte do problema, cria outros problemas, nomeadamente ao nível de uma equidade, de uma justiça que deve reconhecer o tempo de serviço que cada cidadão já prestou naquela empresa ou na função pública e que não é reconhecido por via remuneratória.

Dito isto, também tenho que dizer uma coisa que o PSD sempre diz a este propósito, é que a subida dos salários deve fazer-se de forma ponderada, equilibrada e sustentável. Quer isto dizer que tem que ser também de acordo com a capacidade das empresas, porque sem empresas robustas, devidamente sustentáveis, não há emprego. E, portanto, tem que ser na conjugação e no equilíbrio destes dois fatores que o salário mínimo deve subir.

Nos últimos três anos, o salário mínimo nos Açores subiu a 23,3%. Isso representa mais de 2270€ de rendimento ilíquido para o cidadão que usufrui desse salário, o que significa que de 2021 a 2024, ele está a ganhar mais 3,2 salários.

Isso é bom? É sim senhora. É suficiente? Ainda não é. Mas, também temos que ver o que é que isso representa para as empresas e, por exemplo, se nós se nós fizéssemos a diferenciação de 10 pontos percentuais sobre o salário mínimo nacional na Região, isso significaria que qualquer empresa teria de pagar no fim do ano mais 1473€, por cada trabalhador que recebe o salário mínimo regional. Eu não creio que as empresas dos Açores, onde infelizmente há uma

prevalência ainda muito grande do salário mínimo, estejam em condições de assumir mais esse encargo. Não só pelo que isso representa na sua liquidez, mas sobretudo pelo que isso representa de redução da sua capacidade competitiva, face a empresas do continente que atuam no mesmo mercado e que, por exemplo, não têm a imputação de custos de transportes que nós aqui temos.

E, portanto, para terminar, comungando do princípio de que o salário mínimo deve subir de forma sustentável, de que por essa via nós garantimos mais dignidade aos nossos cidadãos, mas isso deve ser feito no equilíbrio entre aquilo que é o desejável e aquilo que é possível, nomeadamente por parte também das empresas, porque sem elas sustentáveis e dinâmicas, também não há geração de emprego e nós queremos continuar a ter o melhor emprego de sempre nos Açores, como temos hoje.

Disse.

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM, e dos Membros do Governo)

Presidente: Obrigado, Senhor Deputado.

Pergunto se há mais inscrições no âmbito desta petição?

(Pausa)

Senhor Deputado Pedro Pinto, faça favor.

(*) **Deputado Pedro Pinto (CDS-PP):** Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados, Senhoras e Senhores Membros, Senhor Presidente do Governo, Senhoras e Senhores Membros do Governo:

Saudar os peticionários, na pessoa do seu primeiro peticionário, Vítor Silva, que é um incansável sindicalista que luta pelos direitos dos trabalhadores.

Também aqui não esquecemos os trabalhadores, tão pouco aquilo que são os seus direitos ou as suas legítimas expectativas. Tanto é, que a primeira medida que esta coligação implementou nos Açores, quando aprovou o seu primeiro orçamento, o orçamento para o ano de 2021, foi a baixa de impostos na Região Autónoma dos Açores, para o mínimo possível, ou seja, menos 30% do que os impostos que são cobrados ao nível da República.

E, portanto, isto é a evidência de que estamos preocupados com o rendimento e com a disponibilidade financeira das famílias e dos trabalhadores.

A par disso, muitas são as medidas de âmbito social que já implementamos, como seja os manuais escolares gratuitos, que, para quem tem filhos a estudar é um encargo elevadíssimo, no início de cada ano escolar. Implementamos a gratuidade dos manuais em todos os níveis escolares e, portanto, dessa forma, desoneramos as famílias e aumentamos o seu rendimento disponível.

O prémio de mérito para os alunos que concluem o seu ciclo de ensino básico e ingressam na universidade é o reconhecimento do mérito e é uma grande ajuda para as primeiras necessidades de quem sai de casa e tem que se instalar numa nova cidade para prosseguir estudos superiores.

Aumentamos também o apoio aos idosos que necessitam de comprar medicamentos, o Compamid.

Aumentamos e ampliamos as creches gratuitas e as amas gratuitas a todos os açorianos e, não apenas e só, a alguns, como acontecia no passado.

No passado, os trabalhadores de baixos rendimentos eram excluídos das creches gratuitas. Pois, com a nossa coligação todos, independentemente do seu rendimento, beneficiam desse grande apoio que se traduz em poupanças significativas todos os meses, por cada filho que tenham numa creche ou em idade escolar.

Também implementamos o Nascer Mais, que é um apoio à natalidade e é um apoio muito significativo, sobretudo à classe média. À classe média que se vê

estrangulada financeiramente com o aumento das taxas de juro para os créditos à habitação, porque por falta de uma política de habitação no nosso país, a classe média foi empurrada para os bancos, para os empréstimos bancários, para poder ter acesso a uma habitação condigna e, portanto, nessa matéria, o Nascer Mais é um apoio substancial para quem diariamente faz contas ao seu salário líquido.

Aumentamos também o cheque pequenino para aqueles que, tendo pensões muito baixas, também possam ter um rendimento disponível maior.

E, podia continuar e o tempo que tenho disponível não chegaria para enumerar todas as medidas de âmbito social, já implementadas por esta coligação nos últimos três anos e meio.

E, portanto, isto é a prova de que o centro-direita é preocupado com os cidadãos, com as famílias e com o rendimento líquido dos nossos trabalhadores. É certo que os salários são baixos, não é só o salário mínimo que é baixo, são todos os salários que são baixos. E, como o Senhor Deputado Joaquim Machado, já aqui muito bem evidenciou, nos últimos anos, o salário mínimo aumentou significativamente e veio estrangular os salários que estavam um pouco acima do salário mínimo, pessoas que já trabalhavam há 15 e 20 anos e que já estavam acima do salário mínimo, voltaram a ganhar o salário mínimo.

E isto também não é dignificante, e isto é um fator de desmotivação e também para as empresas é um fator que agrava os custos operacionais e a tesouraria das empresas.

E, portanto, é desejável aumentar os salários? É, todos os salários.

É desejável todos ganharmos mais? Claro que é.

Gostaríamos? Sim.

A economia permite de momento? Infelizmente, ainda não, mas estamos a trabalhar aqui nos Açores e os dados estatísticos que temos do emprego, da evolução e da dinâmica da nossa economia apontam que estamos no bom

caminho. Estamos num caminho de progresso e é isso que nos motiva a continuar na esperança de podermos ver cada vez mais açorianos a trabalhar e a ganharem acima do salário mínimo, não porque exista uma lei que aumente o salário mínimo, mas porque pelas qualificações que eles têm e pelo seu mérito académico e profissional, conseguem obter empregos mais bem remunerados. Muito obrigado.

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM, e dos Membros do Governo)

Presidente: Muito obrigado, Senhor Deputado.

Pergunto se há mais inscrições, no âmbito desta petição?

(Pausa)

Não havendo, damos por encerrada a apreciação da mesma e avançamos para o ponto 7 da nossa agenda, Petição n.º 57/XII, pela resolução dos problemas decorrentes da aplicação das carreiras farmacêuticas públicas na Região Autónoma dos Açores. Apresentada por Tiago Filipe Tavares Costa, na qualidade de primeiro subscritor.

O relatório desta petição foi elaborado pela Comissão de Política Geral e para apresentar o relatório tem a palavra a Senhora Deputada Isabel Teixeira.

Deputada Isabel Teixeira (PS): Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados, Senhor Presidente do Governo Regional, Senhoras e Senhores, Membros do Governo:

RELATÓRIO E PARECER

PETIÇÃO N.º 57/XII

Pela resolução dos problemas decorrentes da aplicação das carreiras farmacêuticas públicas na Região Autónoma dos Açores

INTRODUÇÃO

A 24 de julho de 2023, deu entrada na Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores a presente petição, à qual foi atribuído o n.º 57/XII, intitulada “Pela resolução dos problemas decorrentes da aplicação das carreiras farmacêuticas públicas na Região Autónoma dos Açores”, subscrita por 570 cidadãos, dos quais 563 com correta identificação, cujo primeiro signatário é o senhor Tiago Filipe Tavares Costa.

Por despacho do Presidente da Assembleia Legislativa Regional da Região Autónoma dos Açores, a mesma foi remetida à Comissão Especializada Permanente de Política Geral, para relato e emissão de parecer, por se tratar de matéria da competência desta.

Finda a XII Legislatura e considerando que a tramitação processual da petição em análise não se encontrava concluída, a mesma transitou para a XIII Legislatura, conforme dispõe o artigo 25.º da Lei n.º 43/90, de 10 de agosto, na sua atual redação.

CAPÍTULO I

ENQUADRAMENTO JURÍDICO

O direito de petição enquadra-se no âmbito do artigo 52.º da Constituição da República Portuguesa e exerce-se nos termos do disposto no artigo 9.º do anexo da Lei n.º 2/2009, de 12 de janeiro, que aprovou a terceira revisão do Estatuto

Político-Administrativo da Região Autónoma dos Açores, nos artigos 189.º a 193.º do Regimento da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores e na Lei n.º 43/90, de 10 de agosto, na sua redação atual.

A apreciação da petição e a elaboração do respetivo relatório cabe à Comissão Especializada Permanente competente em razão da matéria, nos termos do disposto nos artigos 190.º e 191.º do Regimento, bem como do n.º 4 do artigo 73.º do Estatuto Político-Administrativo da Região Autónoma dos Açores.

Considerando que a matéria da presente Petição incide sobre *administração pública regional*, constata-se que a competência para emitir parecer é da Comissão de Política Geral, nos termos do artigo 3.º da Resolução da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores n.º 1/2024/A, de 8 de abril.

CAPÍTULO II ADMISSIBILIDADE

Verificada a conformidade do exercício do direito de petição com os requisitos legais fixados na Lei n.º 43/90, de 10 de agosto, na sua redação atual, e com o artigo 189.º do Regimento da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores, a Comissão de Política Geral procedeu à apreciação da sua admissibilidade nos termos do disposto no n.º 2 do artigo 190.º do Regimento, e deliberou admiti-la, por unanimidade, em reunião ocorrida a 4 de setembro de 2023, tendo tal decisão sido comunicada formalmente ao primeiro subscritor.

De referir que apesar da petição apresentar 570 subscritores, nos termos do n.º 3 do artigo 6.º da Lei n.º 43/90, de 10 de agosto, na sua redação atual, apenas 563 possuem correta identificação.

CAPÍTULO III

OBJETO DA PETIÇÃO

Os peticionários vêm, através deste instrumento de participação cívica, apresentar «a seguinte petição em nome dos Farmacêuticos a exercer funções públicas em instituições do Serviço Regional de Saúde dos Açores para expressar e enunciar as nossas preocupações e reivindicações no que respeita aos problemas que ainda decorrem da aplicação da Carreira Farmacêutica e Carreira Especial Farmacêutica na Região Autónoma dos Açores.

Realizámos nos dias 22 e 27 do passado mês de junho a nossa segunda greve em 30 anos, com uma elevada taxa de adesão, sendo cerca de 90% nos Açores. Embora estas greves tenham um carácter nacional, existem também motivos regionais que motivam os Farmacêuticos a exercer funções públicas nos Açores a aderir às mesmas.

Como é do vosso conhecimento, a Carreira Farmacêutica e a Carreira Especial Farmacêutica, aplicadas no Serviço Nacional de Saúde em 2017 (Decreto-lei n.º 108/2017 e Decreto-lei n.º 109/2017, ambos de 30 de agosto), apenas foram aplicadas na Região Autónoma dos Açores através do artigo 13º do Orçamento da Região Autónoma dos Açores para 2021 (Decreto Legislativo Regional n.º 15-A/2021/A de 31 de maio), sob a responsabilidade da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores.

Do decorrer desta aplicação, surgiram alguns problemas que ainda se encontram por resolver e que dos quais não obtivemos respostas, mas que dependem apenas da ação do Governo Regional dos Açores e da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores para a sua resolução, dado a autonomia regional definida na Constituição Portuguesa, no Estatuto Político-Administrativo da Região Autónoma dos Açores (Lei n.º 39/80, de 5 de agosto) e no Estatuto do Serviço Regional de Saúde (Decreto Legislativo Regional n.º 28/99/A, de 31 de julho):

- Necessidade de uniformidade dos processos administrativos relativos à integração na Carreira Farmacêutica e Carreira Especial Farmacêutica nos Hospitais e Unidades de Saúde de Ilha, ou seja, a integração com retroativos à data da obtenção da especialidade pela Ordem dos Farmacêuticos, tal como foi feito em 2021 para os Hospitais dos Açores. Neste momento existem farmacêuticos exercendo funções públicas com especialidade atribuída em maio de 2021 e novembro de 2022 pela Ordem dos Farmacêuticos, com contratos individuais de trabalho (CIT) ou com contrato em funções públicas (CTFP) anteriores à aplicação das Carreiras Farmacêuticas nos Açores e que estão, ou deficitariamente nas carreiras (ex: mobilidade intercarreiras temporária e sem retroativos) ou nem sequer foram integrados, promovendo um tratamento desigual perante colegas com as mesmas atribuições e competências, com alto prejuízo em termos de tempo de serviço e remuneração;
- Conclusão célere dos processos administrativos relativos à progressão na carreira dos farmacêuticos inseridos nas Carreiras Farmacêuticas nos Hospitais e Unidades de Saúde de Ilha dos Açores, incluindo Acordo Coletivo de Trabalho n.º 1/2021 de 8 de outubro e o Decreto Legislativo Regional n.º 23/2022/A de 7 de outubro, respetivamente;
- Reparação da Injustiça e Discriminação no que respeita ao acesso à especialidade promovida pela ACSS por parte dos Farmacêuticos exercendo funções públicas nos Açores. Neste momento, nenhum Farmacêutico a exercer funções públicas, residente nos Açores, pode aceder à equiparação à residência farmacêutica definida no Decreto-lei 6/2020, de 24 de fevereiro, uma vez que só se aplica ao Serviço Nacional de Saúde. Este problema está a impedir que diversos farmacêuticos consigam obter o devido reconhecimento e especialidade que é condição sine qua non para a integração na Carreira Farmacêutica e Carreira Especial Farmacêutica nos Açores;

Para além dos problemas acima referidos, associados à aplicação das Carreiras Farmacêuticas públicas nos Açores, gostaríamos de solicitar a vossa intervenção de forma a corrigir as seguintes situações que nos causam preocupação e que afetam a qualidade do serviço farmacêutico prestado à população:

- Eliminação da precariedade dos farmacêuticos exercendo funções públicas no Serviço Regional de Saúde, nomeadamente através da integração nos quadros dos farmacêuticos a exercer funções para colmatar necessidades permanentes dos serviços e com contratos celebrados no âmbito do regime excecional de contratação pública estabelecido em resposta aos efeitos da pandemia COVID-19;
- Inconformidade, de acordo com o Manual de Boas Práticas Laboratoriais de Patologia Clínica/Análises Clínicas previsto na Portaria 392/2019, de 5 de novembro, no que respeita aos recursos humanos dos laboratórios de análises clínicas das Unidades de Saúde de Ilha dos Açores, onde existe a carência ou ausência de farmacêuticos especialistas nos quadros destas mesmas instituições, sendo estes os profissionais que permitem garantir a qualidade de serviço no funcionamento destas unidades;
- Adequação do número de Farmacêuticos exercendo funções públicas de acordo com as necessidades e complexidade das atividades desenvolvidas nos respetivos serviços, de forma que não se comprometa a qualidade dos serviços prestados, a segurança no circuito do medicamento e o acesso adequado à saúde pela população;

Acreditamos na importância de investimentos adequados, políticas públicas consistentes e na valorização dos profissionais de saúde para garantir o acesso universal e de qualidade aos Cuidados de Saúde.

Assim, os abaixo-assinados vêm junto dos mais altos representantes da Sociedade Açoriana, que foram por estes eleitos e juraram cumprir a

Constituição, solicitar a mais cuidada atenção e rápida resolução dos pontos expostos anteriormente. O prolongar das injustiças descritas prejudica não só os Farmacêuticos a exercer funções públicas no Serviço Regional de Saúde como também a qualidade dos serviços prestados aos seus utentes.»

CAPÍTULO IV

DILIGÊNCIAS EFETUADAS

Na reunião da Comissão, ocorrida a 4 de setembro de 2023, esta deliberou ouvir presencialmente o primeiro subscritor da petição, o membro do Governo com competência na matéria, a Ordem dos Farmacêuticos e o Sindicato Nacional dos Farmacêuticos.

Da Audição do 1.º subscritor, cidadão Tiago Filipe Tavares Costa, ocorrida a 3 de outubro de 2023:

[Parlamento online - Audição do Sr. Tiago Costa, 1.º peticionário - Petição 57/XII – “Pela resolução dos problemas decorrentes da aplicação das Carreiras Farmacêuticas públicas na Região Autónoma dos Açores” \(alra.pt\)](#)

O peticionário Tiago Costa começou por agradecer o convite para estar presencialmente na Comissão, considerando que os problemas expostos na petição são bastante sérios e graves para os farmacêuticos que se encontram a exercer funções públicas na Região Autónoma dos Açores.

Referiu que o que está em causa pretende reivindicar e exigir que haja regularização e valorização da carreira farmacêutica nos Açores.

Esclareceu que a petição surgiu de um movimento cívico e democrático que teve origem na Plataforma WhatsApp, em que vários farmacêuticos do Serviço Regional de Saúde discutiram os diversos problemas e elaboraram esta petição que foi presente à Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores.

Referiu também que por respeito aos farmacêuticos e aos petiçãoários, iria iniciar a sua intervenção com a leitura da petição e depois iria abordar cada um dos pontos que estão definidos na mesma, e que também iria entregar documentação de suporte, para os efeitos que os Deputados da Comissão entenderem ser convenientes.

Após terminar a leitura da petição, reiniciou a sua explanação lendo uma nota informativa do PSD, sobre a saúde, de 31 de agosto de 2023, citando uma frase: *“falamos de seis ilhas açorianas com cem por cento de cobertura de especialistas de medicina geral e familiar, falamos da valorização das carreiras dos enfermeiros, dos técnicos de diagnóstico e terapêutica, da regularização das horas extraordinárias dos médicos”*, tendo salientado a ausência, nesta nota, da referência aos farmacêuticos, ou por não quererem referir ou porque reconhecem que efetivamente há problemas a resolver nas carreiras, sendo esta a sua interpretação.

Referiu também que a integração da carreira nos hospitais e nas unidades de saúde de ilha, da carreira especial farmacêutica e da carreira farmacêutica, só foram aplicadas na Região através do orçamento de 2021.

O petiçãoário citou duas notícias que se encontram publicadas no site do Governo Regional, onde o Secretário Regional da Saúde e Desporto, Clélio Menezes, deu orientações aos hospitais e às unidades de saúde de ilha para operacionalização, com efeitos imediatos, da integração dos profissionais com contrato individual de trabalho nas carreira farmacêutica e na carreira especial farmacêutica, se bem que com contrato individual de trabalho é nas carreiras farmacêuticas e contrato em funções públicas é na carreira especial farmacêutica.

Referiu também outra situação, tudo isto em 2021, um esforço da Região em mais de cem mil euros, diz também que este ano todos os farmacêuticos do Serviço Regional de Saúde, nomeadamente nos hospitais da Região, tem uma

repercussão financeira desta regularização, expõe também uma notícia de 21 de dezembro de 2021, que fala em cinco farmacêuticos, quatro com contrato individual de trabalho dos hospitais e um da unidade de saúde de ilha de São Miguel, acrescenta que quatro desses farmacêuticos já ficaram com a sua situação regularizada com efeitos retroativos à data de obtenção da especialidade, sendo o peticionário o único desta leva que após ter concluído a sua especialidade em 24 de maio ainda continua sem perceber como vai ficar a sua situação.

Aproveitou para dizer que entende que a aplicação da lei nacional, sem ter em conta algumas especificidades da Região, como as unidades saúde de ilha, que não existem no Continente, embora possam ter semelhanças legais parecidas, entende que é necessário ter alguma atenção porque pode ter influência nessas decisões, dando como exemplo o seu caso, acontece que o especialista solicita à unidade saúde de ilha a sua integração na carreira, e a tutela na sua análise entende que não poderia ser integrado diretamente porque a lei n.º.109-A/2017 só refere a transição dos técnicos superiores de saúde para a carreira e não refere técnicos superiores da área de farmácia.

Assim, neste seguimento, refere que enviou um email à Direção Regional de Saúde expondo a sua situação e pediu um parecer à ACSS. Mais acrescenta, que a integração nos hospitais foi de acordo com a circular normativa CINF/2021/35, onde segundo o peticionário: *“os farmacêuticos dos hospitais especialistas são integrados através do n.º. 3, do artigo 18, do decreto-lei n.º.108/2017, que é exatamente igual ao n.º. 2, do artigo 23, do decreto-Lei n.º. 109/2017, que é de funções públicas, portanto pediram parecer a ACSS, se bem que a ACSS é no Continente não é cá, há sempre diferenças, o estatuto administrativo, dá-nos liberdade para tomar decisões por nós próprios. E então foi esta a situação que basearam a integração nos hospitais.”*

Deu nota da situação que referiu dos dois artigos que são semelhantes nas duas carreiras, tendo deixado os mesmos para registo, bem como deu conta da resposta da Direção Regional de Saúde, tendo lido o seguinte: *“de facto, não há qualquer enquadramento legal para que um técnico superior do regime geral da área de Farmácia, mas que tenha as condições de especialistas, possa transitar para a nova carreira especial farmacêutica. Apenas o podem fazer, caso reúnam os correspondentes requisitos, os trabalhadores que vêm da carreira técnicos superiores de saúde em qualquer uma das áreas que pressupõe licenciatura e título de especialista.”*

E continuou: “Há que referir que os técnicos superiores de saúde fizeram estágio para entrar na carreira, especialidade em farmácia hospitalar, para a ordem dos farmacêuticos é outra coisa. Portanto, quando a carreira, no Decreto-Lei n.º. 109/2017, prevê transição, até vejo isso com bons olhos, que a mesma não tem especialidade na ordem dos farmacêuticos, têm de ter algum mecanismo que os possa permitir passar para a outra carreira.”

O peticionário, de seguida, relatou a sua situação de mobilidade e os constrangimentos que tem sentido na sua carreira, tendo referido que a sua: *“mobilidade foi feita em fevereiro/2023 o que significa que perdi neste tempo, desde que sou especialista, 667 dias que correspondem mais ou menos a 7700 euros brutos, 6300 euros líquidos e que não sejam contados os pontos do biénio 2021/2022 para o SIADRAPA na carreira farmacêutica que é preciso quase 10 pontos, portanto, qualquer ponto atrasa todo o processo e que não seja contado o tempo de serviço para a progressão na carreira especial farmacêutica, para que a admissão à categoria de farmacêutico são exigidos 6 anos, de serviço efetivo com a categoria farmacêutica assistente ou seja perco 1,7 anos de exercício efetivo na categoria de farmacêutico assistente, e então pedi aqui a consolidação da mobilidade, porque eu estou temporariamente, ou seja, se ninguém me aceitasse a consolidação, eu volto para trás e isso não faz sentido,*

na minha opinião, isto alguma coisa aqui está mal e então deixo aqui todo o pedido até deixo o curriculum e outras declarações que já tinha feito.”

Relatou também a situação de uma colega da ilha de Santa Maria, que fez a especialidade em novembro de 2022, que não está também em mobilidade, está parada, e porque ouvi dizer que colegas também do hospital do Divino Espírito Santo que também fizeram a sua especialidade em 2022, e que também não sabem o que é que vai acontecer à sua especialidade.

Deixou uma notícia que saiu no Atlântico Expresso que fala sobre a petição, destacando um ponto sobre a emigração, onde refere que sem condições muitos pensam em emigrar, e que apesar de muitos quererem viver e trabalhar nos Açores, existem propostas, como a referida na notícia, e que o próprio recebeu da Irlanda, em que lhe ofereciam cerca de 4500 euros, o que é bastante aliciante, se atendermos a todas estas situações referidas que não ajudam o profissional que quer trabalhar com as condições corretas na sua terra.

O peticionário referiu ainda, em jeito de curiosidade, os princípios do Código do Procedimento Administrativo, tendo deixado um alerta para algumas violações dos mesmos, dando exemplos quanto ao princípio da proporcionalidade, por entender que a situação dos outros colegas não está sendo proporcional, sobre o princípio da justiça e da razoabilidade, tendo referido que esta situação não é razoável e não é justa e sobre o princípio da boa-fé, que entende que tem que existir boa-fé e acreditar que o que se pretende é fazer o melhor pelos profissionais de saúde que dão o melhor de si pela sua Região e pelos seus utentes.

Para finalizar este ponto, o peticionário deixou nota de mais uma notícia de que o Governo Regional e da ordem dos farmacêuticos em 2017, em que dizem: *“a implementação estruturada dos serviços farmacêuticos ao nível dos cuidados primários dirigidos por farmacêuticos especialistas em farmácia hospitalar, tal como é exigido legalmente e com um quadro de profissionais experientes,*

potenciaria ganhos de eficiência muito elevado, tanto a nível de cuidados como a nível da despesa total com medicamentos do SRS.”

De seguida, passou para o segundo ponto, sobre a progressão das carreiras em funções públicas e CIT, dando nota de mais duas notícias de 2021, novamente do Governo Regional, onde vem referido que em 2021 vão aplicar o acordo coletivo de trabalho e que vão dar 1,5 pontos por ano para a progressão da carreira, isto tudo em 2021. Posteriormente em 2022, há a questão da regularização dos técnicos superiores de saúde, que passaram para a carreira farmacêutica e que também vão dar 1.5 pontos por cada ano.

Referiu também uma notícia PSD, onde é referido que vão fazer com justiça e celeridade, e deu nota que, esta celeridade pela informação que lhe chegou é que esses processos não avançaram, que as pessoas ainda não estão nas suas categorias ou nos seus patamares.

E lamentou, atendendo às notícias de 2023, que o Governo Regional dos Açores tendo iniciado o processo de reposicionamento das carreiras dos enfermeiros e das carreiras dos técnicos de diagnóstico e terapêutica, tenha deixado para trás as carreiras dos farmacêuticos, e por tal entende que embora sendo poucos, o Governo tem de atender às suas reivindicações para que ninguém fique lesado nessa situação.

Relativamente ao acesso à especialidade, à equiparação e aos problemas de discriminação, o peticionário referiu que o que está a acontecer é que o decreto-lei nº. 6/2020, no seu artigo 43, equivalência à residência farmacêutica, diz-nos que só os farmacêuticos que se encontrem a exercer em serviços ou em estabelecimentos integrados no Serviço Nacional de Saúde é que podem requerer o grau especialista, e este é o problema, uma vez que existem colegas nas unidades de saúde e nos hospitais que por causa disto, não conseguem fazer nada, pois não conseguem requerer o seu grau de especialista. Tudo isto por causa da sigla SNS e SRS, e esta situação já se arrasta há algum tempo, tendo

deixado a citação de uma notícia, de 2022, sobre uma reunião do Presidente do Governo Regional com a Ordem dos Farmacêuticos, onde vem referido que foi abordado neste encontro: *“a questão em torno da atual exclusão dos profissionais dos Açores na residência farmacêutica nacional, que neste caso é a equipação à residência farmacêutica, algo que José Manuel Bolieiro considera inaceitável”*.

Em relação à precariedade dos contratos COVID, o peticionário deixou a pergunta se irá existir nova regularização, tendo por base uma notícia de janeiro de 2022, onde era noticiada uma regularização extraordinária, de situações precárias, de 465 trabalhadores, e de que forma esta regularização será feita.

Relativamente aos outros pontos, o peticionário referiu: *“que não tem muito a ver com a carreira, mas falamos aqui da ausência de recursos humanos, dos laboratórios de análises clínicas, das unidades de saúde de ilha dos Açores, pelo que eu percebi só temos uma colega, e é no Pico que é técnica, está na carreira especial farmacêutica, vinda da carreira técnica superior de saúde e, portanto, todos os outros laboratórios estão sem técnicos especializados na área para garantir que os cuidados sejam bem prestados. E até digo outro, porque lembro-me na minha altura que entrei em 2017 pediram-me para ver as convenções de análises clínicas, porque tem a conferência e chamaram-me para ver se estava de acordo, e se havia algum problema e o que é que verifiquei, na minha ótica, primeiro não estava muito habilitado que eu sou especialista em farmácia hospitalar, o que é muito diferente especialista em análises clínicas e reparei só de ver que havia ali incongruências que provavelmente só nesta parte, deve ter um especialista em análises clínicas-farmacêutica para verificar as convenções de forma a ver se as faturas estão todas direitas porque aquilo são códigos e análise, e é preciso ter cuidado o que é que se fatura, versus tudo o resto e também há que referir, o que é que acontece nas unidades de saúde de ilha, trago alguns mapas da orgânica da*

unidade saúde de ilha de S. Miguel, das Flores que é idêntico e do Pico, este parece que ainda não foi atualizado que é de 2003, e o que é que acontece, em nada disto é falado, nem do circuito do medicamento, nem dos farmacêuticos, nem dos serviços farmacêuticos, nem das direções técnicas, depois vai-se ver no privado qualquer farmácia, qualquer laboratório tem direção técnica, portanto, o que é que eu vejo nesses mapas orgânicos, não vejo nada de medicamentos, estamos século XXI, e não vejo nada de medicamento, acha isso gravíssimo. E, depois vê-se um mapa de dirigente e chefia, dirigente e chefia só tem na parte técnica, diretor clínico e diretor de enfermagem, falta aqui o diretor técnico da área farmacêutica, assume-se essa responsabilidade, tal como existe no privado, está em falta nesses mapas orgânicos.”

Falou também de outra situação, em 2018, em que enviou um e-mail à ordem a perguntar, o que é que se passava na unidade de saúde de ilha, o que lhe foi dito foi que: *“da leitura deste normativo legal que enquadra a atividade desta unidade, não consta qualquer referência a serviços farmacêuticos ao invés do que sucede quando se trata de serviços clínicos ou de enfermagem quando as direções dos centros ora mencionados tem participação no Conselho Técnico. Impõem-se de futuro uma alteração legislativa que enquadre serviços farmacêuticos enquanto tal não ocorrer, não pode o senhor doutor ter a responsabilidade ao nível da direção técnica de um serviço inexistente”,* e acrescentou que se trata de uma falha que tem de ser corrigida o quanto antes, porque se o privado tem, o público também tem de ter e referiu que é preciso que alguém assuma essa responsabilidade.

Referiu também um caso por causa da orgânica, relatando que: *“tem a ver com os serviços de farmacêuticos que foram criados por atribuição do CA, que tem essa competência para criar fora da orgânica, em 22/09/2022, e fizeram muito bem porque antes não havia, estávamos dependentes do serviço de aprovisionamento o que não estava correto, já em 20/01/2023, nomearam um*

coordenador dos serviços farmacêuticos, ainda bem, digo eu, o que é que acontece é que os coordenadores não estavam previstos na orgânica, o que é um problema. Segundo o que tenho aqui porque a direção regional questiona, como é que o senhor sendo nomeado coordenador, se o cargo não está previsto na respetiva orgânica da unidade saúde de ilha. Estando a desempenhar funções na carreira, em mobilidade de afetação temporária, intercarreiras, ou seja, aquilo do início está a prejudicar-me agora o que para mim não, não faz diferença, mas já devia estar resolvido. Exigem cinco anos de exercício de funções na área profissional correspondente, em determinada categoria. A lei não refere determinada categoria, refere exercício de funções na área correspondente a farmácia hospitalar, e até tenho um parecer do sindicato dizendo isso.”

Posto isto, mencionou uma outra notícia muito recente em que o Conselho de Governo aprova um decreto regulamentar regional que procede à criação na orgânica da unidade de saúde de ilha de S. Miguel, no centro de saúde da Lagoa, e referiu: *“eu não tenho nada contra isso, acho muito bem, aumenta os serviços à população, mas aumentar a complexidade e não alterar o mapa orgânico da instituição no global que está cheia de serviços que não estão contemplados na orgânica. Portanto, como é que vamos funcionar se o conselho administração não consegue tratar de tudo, não tem chefias intermédias, não temos nada, portanto não sei como é, muitas vezes é a boa vontade dos profissionais, que são os coordenadores ou outras pessoas estão a assumir papéis que não podem assumir no ponto de vista da orgânica. É neste sentido, que acho que é urgente a revisão das unidades de saúde de ilha de forma que a gente consiga ter processos, mais céleres, eu para comprar um medicamento, não consigo fazer um ajuste direto no dia, levo quase uma semana, tem de ao conselho de administração, tem de ter a nota encomenda e tem de comprar para os continuados no dia, considera que isto não pode*

continuar, até precisam de pedir ao hospital para os salvaguardar muitas vezes, tudo isto por causa de uma questão orgânica, portanto fica aqui o meu apelo a todos que puderem lutar por esta alteração.”

Relativamente aqui a adequação dos farmacêuticos à complexidade das funções dos serviços, o peticionário apresentou algumas informações que se transcrevem: *“Contrataram um técnico superior para a unidade de saúde da ilha Terceira, já com a carreira em vigor, nem sequer pediram um especialista, sendo um bocado contraditório, antes não tinha farmacêutico na USIT sendo só a segunda maior dos Açores, só em 2023 é que parece que o circuito do medicamento vai ficar assegurado. No hospital da Horta estão a tentar contratar um farmacêutico, pela terceira vez, no entanto parece que não consegue arranjar, é difícil arranjar especialistas, portanto, alguma coisa tem de ser feita para atrair profissionais. E vejo aqui também alterações de categoria no hospital do divino espírito santo e no hospital santo espírito, isto foi para progredirem na carreira.”*

Deu conhecimento também do mapa de contratação para 2023 para funções públicas: *“tendo o mesmo para unidade de ilha de Santa Maria um farmacêutico, faltando integrar a colega que é especialista, mas ainda não está na carreira, portanto estão a contratar sem regularizar a situação, na unidade saúde ilha São Miguel tem dois farmacêuticos, não há contratação de mais nenhum farmacêutico para este ano, a unidade de saúde da ilha Terceira tem agora um técnico superior, também não tem mais nenhum farmacêutico a contratar, a unidade saúde da ilha Graciosa, só tem um técnico superior diagnóstico na área de farmácia, não tem farmacêutico e não vai contratar, a unidade de saúde da ilha de São Jorge não tem farmacêutico e não vai contratar, a unidade saúde da ilha do Pico têm um farmacêutico na área hospitalar e outro farmacêutico nas análises clínicas e também não vai contratar, a unidade da ilha do Faial não tem farmacêutico, a unidade de*

saúde da ilha das Flores tem um farmacêutico especialista da carreira superior de saúde e a unidade saúde da ilha do Corvo sem farmacêutico. Portanto, as unidades de saúde que estão aqui sem farmacêutico, provavelmente não tem o seu circuito de medicamentos assegurado por técnico responsável, que acaba por ser um farmacêutico por lei.”

Deixou também uma nota sobre as dotações seguras: *“falam sempre muito nos profissionais das dotações seguras e eu nunca ouvi falar de dotações seguras para os farmacêuticos e eu fico na dúvida de quais serão as nossas dotações, se bem que acho que isso é um trabalho para a ordem dos farmacêuticos divulgar.”*

Também acrescentou que: *“existem alguns outros profissionais nas unidades de saúde de ilha, que é aquilo que eu conheço mais, que estão a ficar com competências exclusivas dos farmacêuticos, não tem nada contra, mas entende que cada um tem as suas competências, temos profissionais a ceder contraceptivos diretamente à população, medicação para o ROCCRA, temos um técnico de medicina dentária a gerir as vacinas da COVID na direção regional da saúde, portanto, penso que essas áreas são farmacêuticas, portanto devem ter um farmacêutico a gerir esta situação.”*

Referiu também na área da carteira de serviços que: *“precisamos de mais pessoas para aumentar a carteira de serviços, temos várias notícias de opções para aumentarmos o nível farmacêutico na região: o hospital de São João cria a consulta farmacêutica, parece que não temos isso ainda na Região e é uma boa medida, tenho também aqui outra notícia de 2018, sendo Fernando Araújo, Secretário de Estado Adjunto da Saúde, referiu a necessidade de tomar a unidade familiar num conceito mais lato, abrangente outros profissionais mencionando a eventualidade da criação do farmacêutico de família.”*

Considera que: *“na questão da terapêutica o farmacêutico é o profissional mais habilitado para rever questões de polimedicação, numa consulta, que pode ser*

referenciada pelo médico, e nós na unidade saúde de ilha que somos os cuidados primários se não temos profissionais, não conseguimos avançar com isto.”

Refere também que: *“num caso de polimedicação os farmacêuticos da ARS Lisboa e Vale do Tejo, ajudam os utentes a gerir a polimedicação, é uma medida do programa de estabilização do doente nos cuidados primários. Também pode ser aplicado cá.”*

Outra notícia que apresentou referia que: *“os farmacêuticos nas enfermarias a apoiar internados pode reduzir o desperdício de fármacos, defende a associação portuguesa de administradores hospitalares. Portanto sem recursos, não conseguimos fazer milagres.”*

Sobre a hospitalização domiciliária referiu que: *“o farmacêutico hospitalar também pode participar e até acho interessante que quando vi este mapa só aparece Portugal e Madeira e os Açores não aparecem.”*

Falou também de um projeto da sua autoria que era a unidose para os cuidados continuados, projeto esse que foi alvo de uma menção honrosa por parte da Ordem e que ficou dentro dos dez projetos finalistas com uma bolsa da Associação Portuguesa dos Centros Hospitalares.

Referiu que, infelizmente, estes projetos não avançam por diversas razões, sendo a falta de profissionais uma delas, considerando importante também que tenham acesso aos dados clínicos dos utentes como por exemplo acesso à vacinação, só conseguem aceder se for no internamento, considera imperativo aceder a esses dados.

Referiu que criaram uma folha excel para aceder às vacinas para saberem quais são os utentes que vão tomar, porque existe umas que são de justificação e outras não o são, e adiantou que existe a diferença entre as unidades saúde de ilha e os hospitais, dizendo que os hospitais tem flexibilidade, e já as unidades saúde de ilha são pouco flexíveis, muito rígido e qualquer decisão leva tempo

para comprar um medicamento, sobretudo devido à questão da orgânica que já referiu anteriormente e por tal torna-se imperativo mudar esta situação.

Para finalizar, o peticionário, apresentou a petição nacional dos farmacêuticos, que tem 7500 assinaturas, para referir um dos pontos que é o da revisão e atualização da tabela remuneratória que não é atualizada há 24 anos, datada de 1999, que deveria ser atendida tendo em consideração a formação altamente diferenciada destes técnicos, 5 anos de mestrado integrado, mais 4 anos de especialização e o facto destes técnicos serem os responsáveis pela gestão da segunda maior rubrica do orçamento de Estado para a saúde poupando milhões de euros anualmente.

Deu nota de um aviso de greve do Sindicato que tem vários pontos, em que um dos pontos fala na parte da coordenação, da direção e das carreiras, e por fim apresentou um estudo sobre a valorização do desempenho do farmacêutico hospitalar, que foi elaborado pela nova SBS, School of Business Economics, que retrata aqui o papel do farmacêutico nos cuidados hospitalares.

Após a intervenção do 1º peticionário a Presidente da Comissão passou à inscrição para esclarecimentos por parte dos deputados, tendo-se inscrito a deputada Alexandra Manes (BE).

A deputada Alexandra Manes (BE) agradeceu primeiramente a exposição feita pelo peticionário, Tiago Costa, referindo que tem três questões para colocar. A primeira é se o mesmo tem ideia de quantos profissionais se encontram nas situações que elencou? A segunda é um detalhe, que não consegui captar na altura, que tem a ver com a disponibilidade de material, quem é que fornece este material, se estão ou não habilitados para isso, referindo-se às unidades de saúde sem farmacêuticos, e por último que não é uma questão, mas sim em

pedido, se o peticionário pode disponibilizar à comissão todo o material de suporte que trouxe.

O peticionário Tiago Costa, em resposta refere que em relação aos profissionais, não tem um número em concreto, espera que a ordem dos farmacêuticos ou sindicato, que nas audições que vão fazer nesta comissão tenham esses dados. Em relação à segunda questão, também não sabe quem está a dar essa medicação, presume que seja um enfermeiro. Relativamente à documentação vai entregar o dossier na íntegra.

Da Audição da Sra. Dra. Daniela Garcia, do Sr. Dr. Henrique Reguengo, da Sra. Dra. Maria Luís Queirós e do Sr. Dr. Norberto Cardoso, Presidente e membros dos Corpos Sociais do Sindicato Nacional dos Farmacêuticos, ocorrida a 3 de outubro de 2023:

[Parlamento online - Audição da Sra. Dra. Daniela Garcia, do Sr. Dr. Henrique Reguengo, da Sra. Dra. Maria Luís Queirós e do Sr. Dr. Norberto Cardoso, Presidente e membros dos Corpos Sociais do Sindicato Nacional dos Farmacêuticos, respetivamente - Petição 57/XII – “Pela resolução dos problemas decorrentes da aplicação das Carreiras Farmacêuticas públicas na Região Autónoma dos Açores” \(alra.pt\)](#)

A Dra. Daniela Garcia iniciou a sua explanação fazendo uma breve contextualização da situação da carreira farmacêutica e da especial farmacêutica na região dizendo que: *“eu acho que primeiro vou começar por explicar qual é a diferença, porque isto tem gerado às vezes alguma confusão, porque é que nós temos carreira farmacêutica e carreira especial farmacêutica, que são cópia uma da outra, quase, mas que geram às vezes alguma confusão, a carreira farmacêutica inclui todos os colegas com contrato individual de trabalho, os colegas que estavam na carreira de técnicos superiores de saúde antiga, e que transitaram para a carreira farmacêutica, são colegas que estão, para a carreira especial farmacêutica, são os colegas que estão e que estavam*

em funções públicas. A carreira especial farmacêutica é uma carreira em vias de extinção porque estes colegas quando se reformarem, praticamente deixará de haver carreira especial farmacêutica e haverá só a carreira farmacêutica. Foi uma forma de integrar os colegas que estavam com contrato individual de trabalho numa estrutura em todo semelhante à que estava a ser criada para a carreira farmacêutica.”

E continuou: “Na Região Autónoma dos Açores são cerca de cinquenta e nove farmacêuticos, na carreira especial farmacêutica, somos dezanove, doze em farmácia hospitalar e sete em análises clínicas na carreira farmacêutica temos vinte e cinco colegas, vinte e dois em farmácia hospitalar e três em análises clínicas. Técnicos superiores do regime geral, ou seja, farmacêuticos, a desempenhar funções nas instituições de saúde da Região, mas que não estão integrados na carreira farmacêutica temos catorze, sendo que destes catorze, sete se tivessem sido incluídos na residência, na equiparação à residência poderiam já estar integrados na carreira e há uma farmacêutica que eu não consegui perceber se já estava, de análises clínicas, que não consegui saber se está integrada na carreira ou se ainda está como técnica superior do regime geral. Destes colegas, portanto, eu fiz o apanhado mais ou menos da situação do panorama regional e depois, seguindo aqui a ordem da petição do colega Tiago, que foi subscrita por muitos de nós, vou-vos fazer um ponto situação da carreira que foi criada em 2021 na Região, e que ainda se encontra com algumas situações pendentes, nomeadamente os colegas que estão na carreira farmacêutica, ou seja, os colegas com contrato individual de trabalho transitaram para a carreira, mas foram todos colocados na base da carreira. Nunca foi feito o posicionamento remuneratório destes colegas, portanto, os colegas transitaram, estão na carreira farmacêutica na base da carreira. Foi assinado um acordo coletivo de trabalho pelo sindicato, pelo Governo Regional e algumas instituições da Região, nomeadamente os hospitais EPE por forma a

conseguirmos anular alguma da discrepância que pudesse haver, ao colocar toda a gente na base da carreira que se considerasse a data da celebração do contrato individual de trabalho sem termo, para contagem dos pontos de serviço a estes colegas e fazendo isto, conseguíamos que os colegas que têm mais anos de profissão, tivessem na mesma categoria, mas num escalão um bocadinho diferente, acima dos colegas que começaram a trabalhar há cinco anos porque transitando toda a gente na base da carreira, criávamos algumas injustiças, os colegas com vinte anos, estavam no mesmo patamar de colegas com cinco anos de profissão.”

Adiantou que em nenhum hospital da Região ainda foi feito este reposicionamento, porque surgiram algumas dúvidas e porque existe um parecer da DRS que diz: *“que a contagem de pontos reporta-se ao momento da celebração do contrato individual de trabalho sem termo ou por tempo indeterminado se a essa data, os técnicos superiores já eram detentores do grau de especialista, sem prejuízo de atento ao disposto no n.º 3, do artigo 18, do decreto-lei n.º.108, de 30 de agosto/2017, até à data da entrada em vigor do diploma da residência farmacêutica, ser condição suficiente para integração da nova carreira a posse do título de especialista conferido na altura pela ordem dos farmacêuticos.”*

E explicou, que nalguns hospitais com base neste parecer foi aplicado ou queriam aplicar a data do exame de especialidade da ordem, os retroativos, alguns colegas não concordaram, foram pedidos parecer ao sindicato, foram pedidos pareceres a advogados externo, qualquer um deles considera que, para efeitos de atribuição de pontos pelo tempo de serviço prestado anterior à entrada em vigor do acordo coletivo, releva a data de celebração do contrato individual de trabalho sem termo ou da conversão do contrato individual de trabalho a termo em sem termo e o ano de 2019 inclusive, dizendo que isto é o que estava no acordo coletivo de trabalho.

Concluindo disse que: *“têm sido feitas algumas interpretações a este acordo, e isto é uma situação que não está resolvida em nenhum dos três hospitais, que é o primeiro ponto da petição.”*

Relativamente ao segundo ponto da petição que é a conclusão dos processos administrativos relativos à progressão do acordo coletivo de trabalho, e que tem a ver com algumas situações de colegas que, mesmo sendo detentores do título de especialista pela ordem dos farmacêuticos e podendo integrar a carreira farmacêutica, não foram integrados, foi dizendo que: *“isto aconteceu sobretudo nas Unidades de Saúde de Ilha, em virtude dos quadros das Unidades de Saúde de Ilha não contemplarem farmacêuticos, alguns deles, porque no Pico nós temos uma colega que está em funções públicas na carreira especial farmacêutica, em análises clínicas e nas Flores temos uma colega que também está a exercer como farmacêutica, ela é farmacêutica hospitalar e está a exercer como farmacêutica hospitalar na unidade de saúde de ilha das Flores. Estas duas situações que já existiam, previamente, à implementação da carreira já eram colegas em funções públicas mantiveram-se. Os colegas que estavam contratados como técnicos superiores do regime geral nas outras Unidades de Saúde de Ilha, mesmo tendo o título de especialista continuaram na carreira técnica geral, um deles foi o colega Tiago, que foi o autor da petição e outra colega na unidade de saúde Ilha de Santa Maria. São os dois detentores do título de especialista pela ordem e nenhum deles está integrado, o Tiago agora está na mobilidade intercarreiras, que é uma situação um bocadinho injusta porque ele perde tempo de serviço, se o tivessem integrado quando foi a aplicação da carreira na região, recuperaria algum tempo serviço com a mobilidade intercarreiras é uma situação um pouco instável, porque tanto quanto me foi dado saber, tem que ser renovada essa situação e não conta para a progressão na carreira.”*

Continuou dizendo: *“temos além destas situações, salvo erro, oito colegas a quem foi recusada pela ACSS, a equiparação à residência farmacêutica, que é atualmente o modo de entrada na carreira farmacêutica, é uma coisa semelhante ao internato médico, os médicos para integrarem a carreira tem que fazer o internato médico, os farmacêuticos para integrarem a carreira tem de fazer quatro anos de residência farmacêutica. Como a residência farmacêutica foi aberta pela primeira vez no ano passado, na antiga carreira havia um estágio de carreira dos técnicos superiores de saúde, que era uma coisa que só abria de vez em quando, eram feitas periodicamente equiparações, com intervalo, às vezes de dez anos, portanto, era um período alargado, mas eram feitas pontualmente equiparações a esse estágio de carreira. A ACSS de forma a conseguir resolver a situação dos colegas que já estavam a trabalhar há vários anos nos hospitais, que já tinham passado pelas valências que iriam ser obrigatórias na residência, permitiu a esses colegas enviar um relatório detalhado, enviar um currículo, e ser feita, poderem pedir, a equiparação total ou parcial, total se tivessem passado por todas as valências exigidas na residência, parcial, se tivessem uma parte dessas valências.”*

Sobre este assunto concluiu que: *“aqui na Região, houve oito colegas que pediram e aos quais foi recusada a equiparação pela ACSS, à especialidade, pasme-se, porque SRS não é SNS, e a equiparação só foi aceite para os colegas do Serviço Nacional de Saúde, portanto, na Região temos oito colegas que estavam em condições de estar na carreira e que não estão porque foi recusada a equiparação aos estágios de carreira, inclusive situações caricatas do género de num serviço, uma colega com vinte anos que é especialista em genética humana e trabalha há vinte anos em análises clínicas, pediu equiparação total, análises clínicas porque ela já passou nas valências todas das análises clínicas, não foi aceite porque trabalhava no Serviço Regional de Saúde e a equiparação era só para o Serviço Nacional de Saúde. Essa mesma colega está*

a dar estágio ao residente que entrou no ano passado para análises clínicas no hospital onde ela trabalha, portanto, a ACSS não aceita a colega como especialista, mas permite que ela dê formação a um aspirante a especialista.”

Dito isto apelou para que haja alguma pressão junto da ACSS para esta situação que estes profissionais pretendem ver resolvida, de modo a conseguir que não sejam discriminados relativamente aos colegas que exercem as suas funções no Serviço Nacional de Saúde.

Alertou ainda para algumas situações na regularização dos contratos Covid, dizendo que: *“estas pessoas só podem ser integradas na carreira através de concursos e de equiparações totais ou parciais, portanto, é uma situação que eu não sei como é que se poderá resolver na Região, uma vez que neste momento todos os concursos têm que ser abertos na carreira farmacêutica, apesar de na Região termos colegas que estão ainda com contrato como técnico superior do regime geral.”*

Referiu outra situação sobre a irregularidade que existe nas Unidades de Saúde de Ilha relativamente aos laboratórios de análises clínicas de quase todas as ilhas, à exceção do Pico, que funcionam sem especialista em patologia clínica ou em análises clínicas nos seus quadros e esclareceu que: *“são técnicos de diagnóstico e terapêutica que estão à frente dos laboratórios na maioria das ilhas, e isto é uma situação ilegal, completamente contrária ao manual das boas práticas laboratoriais.”*

Por último, referiu que: *“a adequação do número de farmacêuticos que exercem funções nas Unidades de Saúde da Região, de acordo com as necessidades e complexidades das atividades desenvolvidas, alguns hospitais na Região que estão com dotações razoáveis de farmacêuticos, mas, por exemplo, temos o Hospital de Ponta Delgada, que está com imensa dificuldade em termos de recursos humanos, tem vários colegas de atestado, tem uma situação que está a deixar-nos preocupados porque neste momento os colegas*

colocam mesmo algumas situações que podem ter que deixar de fazer prejudicando o atendimento aos utentes por falta de recursos humanos, pela dificuldade que tem no seu recrutamento.”

Após esta explanação a presidente da Comissão, abriu o período de esclarecimentos ou de questões aos deputados, inscreveram-se o deputado Tiago Lopes (PS), a deputada Ana Quental e o deputado Pedro Pinto.

No uso da palavra o deputado Tiago Lopes (PS), referiu que tinha três questões para colocar, no âmbito da primeira audição que houve sobre esta petição, bem como nesta explanação, tendo a primeira a ver com o impasse, que é perceptível pelo menos da sua parte, e que surge relativamente ao primeiro ponto que consta nesta petição, e por isso perguntou se da parte do sindicato há algum vislumbre de resolução desse impasse, ou seja, se há algum compromisso da parte da Direção-Geral da Saúde (do Governo) de ter um outro entendimento que vá ao encontro daquilo que a Dr.^a Daniela Garcia teve a oportunidade de transmitir, e que é entendimento que os próprios juristas do sindicato e os próprios juristas de alguns dos farmacêuticos, a quem recorreram a título particular, mostram e que é diferente daquele que é o entendimento e o parecer da Direção-Geral da Saúde.

Na segunda questão sobre a progressão na carreira, questionou se da parte do sindicato existe algum tipo de compromisso da parte do Governo, para que exista um entendimento que pode ser em tudo semelhante, àquele que o Governo teve naquilo que concerne à carreira dos enfermeiros. E complementou com o exemplo que a Dr.^a Daniela Garcia deu do primeiro peticionário, que também já foi ouvido na audição anterior, e que está numa situação que lhe trará constrangimentos pelo facto de estar em regime de mobilidade, e recordou que: *“relativamente aos enfermeiros, isso foi*

contemplado na proposta de decreto legislativo regional que o governo levou à Assembleia, e eu recordo da parte das senhoras e senhores deputados está vedada a propositura de iniciativas deste âmbito, que possam ir contra aquilo que dispõe a lei travão, aquilo que todos nós conhecemos, a lei travão, ou seja, aquilo que acarrete despesa para além daquilo que está previsto no orçamento para o ano civil em execução na Região.” E assim questionou: “se da parte do sindicato existe algum tipo de conversação com o Governo para que exista um entendimento em tudo semelhante àquilo que aconteceu para os enfermeiros, que se possa também converter de forma semelhante também para os farmacêuticos.”

Na última questão sobre os contratos ao abrigo da Covid 19, questionou: “*se no entendimento do sindicato, estes farmacêuticos que foram contratados neste momento, correspondem a necessidades permanentes e não aquilo que o Governo, até no âmbito de uma iniciativa do Bloco de Esquerda que esteve em discussão na Assembleia Regional, considerou que não eram necessidades permanentes, eram ao fim e ao cabo, contratações apenas e só no âmbito do combate à pandemia e eu gostaria de perguntar se no entendimento do sindicato neste momento, estes profissionais são essenciais e se correspondem a necessidades permanentes do Serviço Regional de Saúde.”*

Em resposta ao deputado o Dr.º Henrique Reguengo refere que o sindicato tem um pedido de audiência ao Governo Regional, no entanto ainda não tiveram resposta até à data.

Complementando a informação a Dr.ª Daniela Garcia relativamente à primeira questão, referiu que: “*na contagem de pontos o parecer da Direção-Geral de Saúde foi aquele que eu vos li, e que me foi enviado por uma colega do HDES, portanto, isto é a resposta às questões por eles colocadas.”*

Acrescentou que: “*houve alguns colegas sindicalizados que nos colocaram a questão e o advogado do sindicato deu o parecer dele, eu também vos li o*

parágrafo que achei que fazia o ponto de situação. No entanto, nós temos, nomeadamente no Hospital Santo Espírito da ilha Terceira, três colegas que não são sindicalizados e que foram elas próprias que contrataram um advogado de fora, e o parecer do advogado externo vem exatamente ao encontro do parecer que deu o advogado do sindicato, porque o objetivo daquele ponto, os farmacêuticos, apesar de alguns deles não serem especialistas, à data da transição do contrato, desempenhavam as mesmas funções que desempenhavam os outros colegas, e era uma forma de no fundo não nos prejudicar na progressão da carreira e de não criar injustiças, foi esse o objetivo.”

Concluindo a resposta a esta primeira questão disse: *“nós sabemos qual foi o objetivo de incluirmos aquilo no acordo, pois as pessoas que fazem as leis, são sempre muito dadas a várias interpretações, mas o objetivo, o intuito de quem fez aquilo era este.”*

Relativamente à progressão na carreira, a Dr^a Daniela Garcia informou que foi solicitada uma reunião com a nova Secretária Regional da Saúde, para tentarem perceber qual era a possibilidade de resolverem algumas das situações que estão ainda pendentes, aproveitando o momento, em relação à progressão da carreira e à contagem dos pontos para dizer que: *“eu esqueci-me de um pormenor quando vos fiz a apresentação inicial, que é quem está na carreira especial farmacêutica também ainda não foi contemplado com um ponto e meio, nós transitamos com um ponto, depois houve a atualização do acordo coletivo de trabalho e houve a publicação em 2022 do despacho regional a dizer que os farmacêuticos na carreira especial farmacêutica, também deveriam ter um ponto e meio, e em nenhum dos três hospitais isso também foi ainda aplicado.”*

E adiantou que: *“eu fui ao Hospital de Angra saber porquê, disseram-me que (nós somos, no hospital de Angra, quatro farmacêuticas na carreira especial), que tinha voltado da DRS, o quadro que tinham enviado, porque tinham que*

completar com alguma informação, mas tinham recebido ordens superiores que a carreira de enfermagem era prioritária, portanto, a nossa ia ter que ficar em standby, portanto, quatro pessoas dava muito trabalho fazer é melhor aguardar e virem 800 ou 900, portanto, esta foi a informação que me deram, eu acredito que nós sejamos poucos, seria fácil resolver também somos poucos votos, como já nos disseram na Assembleia da República.” E concluindo este ponto disse: “Somos poucos para resolver, mas também somos poucos votos, portanto, não temos grande impacto, quando chegam as horas da decisão, o que me entristece um bocadinho, mas pronto.”

Relativamente aos contratos COVID disse que: *“efetivamente, os contratos COVID foram para resolver uma situação pontual, acresce que nalguns hospitais, as tarefas que eram feitas também foram aumentadas, por exemplo, no meu hospital, nós não fazíamos farmacocinética clínica, neste momento fazemos, portanto, temos que ter recursos alocados a isso, nós preparamos a quimioterapia e neste momento, avançámos com os estéreis, fazemos as preparações das entre-vivias, fazemos a preparação de alguns anticorpos monoclonais que eram coisas que não eram feitas na altura, portanto, nós vamos alargando o leque dos serviços que prestamos de acordo com as pessoas que temos. E, efetivamente aquilo era por um período curto, mas neste momento foi-se criando a necessidade de ter mais profissionais a desempenhar essas tarefas. Tivemos colegas que saíram e foram para outros hospitais que não foram substituídos, temos colegas que entraram em licença de maternidade, não foram substituídas e, portanto, os contratos Covid foram com aquele objetivo, mas no fundo, depois acabam por ir arrastando e cobrindo outras necessidades dos serviços.”*

De seguida tomou da palavra a deputada Ana Quental (PSD), começou por agradecer os esclarecimentos de muitas dívidas que temos em relação a uma carreira que tem tanto de especificidade como todas as outras carreiras da saúde

e que, neste momento este Governo está a tentar resolver efetivamente o Decreto-Lei n.º 109/2017, que foi aplicado à região em maio de 2021, solicitando esclarecimento sobre os cinquenta e nove farmacêuticos integrados no Serviço Regional de Saúde e essencialmente nos hospitais, que já viram a sua situação resolvida, embora alguns deles com um ponto e não um ponto e meio, faltando neste momento catorze. Refere que de cinquenta e nove, catorze são situações muito específicas que provavelmente aguardam alterações à legislação e à carreira, lembrou que o primeiro peticionário falou nos quadros das orgânicas das unidades de saúde de ilha, que antigamente não contemplavam um farmacêutico e que neste momento há essa necessidade. Mais refere que, *“neste momento nós temos os cuidados continuados com determinado tipo de medicação, cada vez mais exigente que vai para a comunidade, e que efetivamente é preciso que haja alguém da área específica da farmácia.”* Considera, pelo que percebeu, que dos catorze que precisam resolver a situação, sete já poderiam ter essa situação resolvida, se tivessem a tal chamada residência que não é mais do que a sua especialização. No intuito de perceber melhor este motivo, questiona, o que é que a ordem dos farmacêuticos necessita para efetivamente certificar estas pessoas? E qual a ligação com a ACSS, sabendo que nós somos todos serviços de saúde?

Em resposta à deputada a Dr.ª Daniela, diz que dos cinquenta e nove, efetivamente, sete poderiam integrar a carreira se tivessem sido contemplados na equiparação à residência farmacêutica que não foram, na orgânica das unidades, e os outros estão na carreira, mas como disse, posicionados muitos deles na base porque não tiveram ainda a progressão, com o ponto e meio nenhum se encontra, com um ponto já se encontram. Relativamente, às Unidades de Saúde de Ilha as mesmas já há muito tempo que utilizam medicamentos derivados do plasma e derivados do sangue humano, todas as unidades de saúde utilizam imunoglobulinas anti D para as grávidas, dizendo

que isto é um medicamento derivado do plasma, e que a legislação dos derivados do plasma, obriga a que sejam os farmacêuticos a fazer esta dispensa. Refere também que: *“Ainda há Unidades de Saúde Ilha, que não tem, nomeadamente a Graciosa, é uma técnica de diagnóstico e terapêutica, não tem farmacêutico, o Corvo também não. Acho que neste momento são as duas que não têm, todas as outras unidades saúde ilha já têm farmacêutico, tem um, mas tem. Nalgumas ilhas, parece-me que é um bocadinho insuficiente, porque há Unidades de Saúde de Ilha com dois e com três centros de saúde em que com um único farmacêutico é impossível conseguir fazer tudo aquilo que deviam nomeadamente, dar apoio aos cuidados paliativos, aos cuidados continuados, aos hemoderivados, aos PP sirah, distribuição de contraceptivos, que é dispensado pelos enfermeiros nas unidades de saúde de ilha.”* Refere que, o farmacêutico nas Unidades de Saúde Ilha tem outro papel, fundamental de apoio aos hospitais, porque todos os doentes das patologias legisladas sejam hepatite C, HIV, esclerose múltipla e outras, que enviam a terapêutica desses doentes para as Unidades de Saúde de Ilha, de forma a evitar que estes doentes tenham que se deslocar aos hospitais para levantar a medicação, realça também que nos ambulatórios hospitalares, as colegas fazem, dão-nos apoio e poderiam em articulação connosco também de ter um papel ainda mais ativo, fazem aquisição de medicamentos, distribuição de medicamentos e todos os dispositivos médicos das unidades de saúde de ilha, material de penso, estes produtos estão centralizados nestas colegas, portanto, eu custa-me a crer que uma unidade de saúde de ilha com o Pico com uma única colega que consiga fazer isto, eu não conseguiria e tenho trinta anos de profissão, duvida que uma colega mais nova também o conseguisse fazer, há que adaptar não só o ter o farmacêutico, mas adaptar às necessidades de cada ilha, se calhar o Corvo, não sei se um seria demais, deixou um alerta, de não só criar um número de recursos humanos mas criar também condições para as pessoas poderem desenvolver as

suas atividades. Deu um exemplo, *“nós aqui tivemos uma criança, que precisa fazer um doseamento de um medicamento, os medicamentos são comercializados, a maior parte deles para patologias de adultos, mas há crianças que precisam tomar medicamentos que não existem na dose pediátrica e nós temos que os fazer, e que os preparar quando acontece uma situação destas numa unidade de saúde de ilha somos nós que preparamos nos hospitais e que enviamos porque os colegas, não têm condições para fazer essa preparação lá e poderiam ter que há coisas que são simples, basta um espaço, uma balança que elas sabem fazer tão bem como nós, e muitas vezes perde porque aquilo tem um prazo de validade limitado, depois dessa preparação em que se perde já alguns dias, pelo menos no transporte, então de inverno nas nossas ilhas é muito arriscado”*.

Logo de seguida o Dr.º Henrique Reguengos deu alguns contributos, mais precisamente sobre o título de especialidade da ACSS e da ordem, referindo que quando foi feita negociação da residência farmacêutica, esteve sempre subjacente um entendimento de reciprocidade no reconhecimento dos títulos, quem titula, quem dá títulos de especialidade em Portugal até hoje têm sido as ordens profissionais e, portanto, era o espírito, teve subjacente quer por parte de quem negociava por parte dos sindicatos. *“No nosso entendimento por quem estava a negociar por parte da ACSS, realmente, depois de ter sido feita essa negociação e de um diploma ter sido publicado nos termos em que foi, veio o juristas da ACSS, um ano e meio depois talvez dois anos, porque a implementação da residência demorou enfim, tempo demais, mas passado esse tempo realmente houve uma interpretação mais restritiva por parte dos juristas da ACSS, que entendiam que o título da ordem só era reconhecido para efeitos de ingresso na carreira farmacêutica até à data da publicação do diploma que regulamentava a residência e, portanto, todos aqueles colegas que ficaram especialistas ou que eram especialistas, depois de Março de 2020, apesar de*

serem especialistas, apesar de terem a formação, apesar da ordem que regula a profissão nos reconhecer a competência para serem especialistas, o facto é que não podiam integrar e não podem integrar a carreira farmacêutica.”

Considera que a Ordem neste momento está em negociações com o Governo da República, precisamente para colmatar essa discrepância que não faz qualquer sentido. Reconhece que para a equiparação das pessoas que estavam nos Açores, que provavelmente foi um lapso na altura da negociação, mas quer no entendimento dos sindicatos, quer da própria ACSS, que sempre encararam, sempre falaram, nisto como um todo, nunca foi feita, nem encarada, qualquer separação entre aquilo que eram os farmacêuticos do Continente e os farmacêuticos das Regiões Autónomas, mas efetivamente depois no texto e fazendo a tal leitura mais restritiva, o que está lá escrito no que diz respeito às equiparações, *“refere efetivamente SNS e não os serviços regionais e portanto, vimo-nos na contingência de mais essa irracionalidade, esta é mais uma situação que eu penso que o bom senso e a vontade política de resolver as coisas rapidamente estaria sanada do ponto de vista técnico e do ponto de vista da racionalidade”*, não há nada que obste a que a situação fosse rapidamente reconhecida, mas mais uma vez a burocracia que nós vemos imperar aqui em Portugal faz com que estejamos meses, neste caso anos, para resolver situações simples que o bom senso resolveria.

A deputada Ana Quental voltou a questionar, concordando com o Dr.º Henrique, em relação à equiparação e à ordem, pensa que tem que haver conversações, porque efetivamente nós somos todos portugueses, pertencemos todos à saúde. Em relação aos medicamentos que passam pelas mãos dos farmacêuticos nos centros de saúde, lembra que há alguns desses medicamentos que se referiram, que já se usavam nos centros de saúde há mais de vinte anos e sem farmacêutico, e que a sua questão é sobre a criação das Unidades de Saúde de Ilha, que foi em 2009 ou 2010, se à data já havia algum farmacêutico ou se

houve alguma pretensão da parte do sindicato, alguma força para que quando foram criadas as Unidades de Saúde de Ilha, de haver nos quadros farmacêuticos ou se a partir daí não existindo se da vossa parte houve efetivamente alguma força nesse sentido?

Em resposta à deputada a Dr.^a Daniela Garcia, refere que em 2009, pensa que só existia um farmacêutico, na Unidade de Saúde da Ilha das Flores, e que durante anos, não houve farmacêuticos nas restantes Unidades de Saúde Ilha, porque nem constavam dos quadros. E que, foi por pressão da ordem, sobretudo da bastonária, da Professora Ana Paula, que fez várias visitas aos Centros de Saúde, às Unidades de Saúde de Ilha da Região, e que na altura insistiu junto do Governo Regional na necessidade de haver farmacêuticos nas Unidades de Saúde de Ilha, e que também foi posterior a isso que algumas Unidades de Saúde de Ilha contrataram farmacêuticos como técnicos superiores do regime geral porque não tinham ninguém que concorresse da carreira, nem de técnicos superior de saúde, mesmo que abrissem concursos, não havia colegas a concorrer, e referiu que tinham o mesmo problema no hospital, que só conseguiram abrir como técnico superior do regime geral e, portanto, esses colegas integraram essas Unidades de Saúde Ilha, lembra-se da Unidade de Saúde da Ilha de São Jorge, que foi, há poucos anos, no entanto, São Jorge tinha um protocolo com o Hospital de Angra, em que havia uma colega que ia pontualmente, umas duas a três vezes no ano, a São Jorge, dar-lhes algum apoio.

Refere também que em Ponta Delgada havia uma colega que dava apoio no Centro de Saúde de Vila Franca e ao Centro de Saúde da Ilha de Santa Maria, ia lá algumas vezes no ano também, mas eram coisas pontuais, não era um trabalho contínuo. Refere também que foram algumas Unidades de Saúde de Ilha que sentiram a necessidade de ter apoio, e que se lembra que a Unidade de Saúde da Ilha Terceira, antes de ter farmacêutico também nalgumas situações

em que tinham dúvidas ou que precisavam de apoio, nomeadamente quando quiseram montar o armazém de medicamentos na Praia da Vitória, pediram ajuda, que foi lá duas a três vezes, que eram coisas pontuais, e não coisas estruturadas nem integradas na orgânica das Unidades de Saúde de Ilha.

O deputado Pedro Pinto começou por agradecer a presença dos convidados e os esclarecimentos prestados, e que relativamente à última intervenção do senhor Presidente do Sindicato, colocou uma questão, para esclarecimento, que estando falando da Região Autónoma dos Açores, que é a nossa área de competência, mas que gostava de saber se o problema também se coloca em relação à Região Autónoma da Madeira, neste capítulo dos reconhecimentos e, em tudo o que resulta desta intervenção da ACSS.

Em resposta o Dr.º Henrique Reguengo, reconhece que o problema das valências nas Regiões Autónomas é comum, quer aos Açores, quer à Madeira, foi algo que passou despercebido tanto à ACSS como ao sindicato, *“falávamos com um entendimento subjacente de que estávamos a falar de todos e, portanto, eu penso que esta anomalia que efetivamente foi deixada passar de tratarmos de um modo diferente as Regiões Autónomas e o Continente, foi algo que não estava no espírito nem das entidades sindicais, que fizeram o acordo nem da própria ACSS, por isso é que, enfim me causa aqui algum desconforto.”*

Refere a ineficácia e a lentidão com que este problema está a ser resolvido, porque existe aqui um lapso, e é preciso corrigi-lo, e considera que não há do ponto de vista técnico, formal ou nem legal, nada que obste a que isso seja rapidamente feito, mas que continuam nesta paragem administrativa que para o sindicato é incompreensível.

A Dr.ª Daniela pediu novamente da palavra, referindo que queria só fazer um ponto de situação relativamente à Madeira, porque na altura tinha falado com alguns colegas da Madeira, e que eles tinham colegas nesta situação, mas como houve a reprimenda, que foi a inclusão dos farmacêuticos que tivessem o

título da ordem até 31/12/2022, pensa que as situações que eles tinham ficaram resolvidas desta forma, acrescenta *“que nos Açores tinham três colegas que fizeram o título de especialista à ordem a 22/11/2022, uma colega em Santa Maria, duas no hospital de Ponta Delgada (HDES), que foi enviado pelas Unidades de Saúde para a DRS ainda durante o mês de dezembro de 2022 e a DRS em 2023, responde dizendo que para integrar a carreira tinha que ser até ao dia 31 de dezembro e, portanto, já estava fora do prazo para integrar a carreira na região. Portanto, na região temos estas 3 situações que poderiam ter sido resolvidas se a DRS tivesse feito, tivesse sido célere e tivesse conseguido resolver esta situação ainda em 2022, portanto, estas colegas que eu não referi no início e que me estou a lembrar agora são situações que também ficaram de fora da carreira por esta situação.”*

Considera que estas três colegas poderiam e cumpriam os critérios para estar na carreira e que foi enviado ainda dentro do prazo, para a Direção Regional de Saúde, que sabe que há trâmites legais a cumprir, no entanto fizeram as coisas dentro do prazo, depois os trâmites legais na Região é que não permitiram que elas integrassem a carreira até 31 de dezembro.

No uso da palavra o deputado Pedro Pinto, questionou o Dr.º Henrique Reguengo, na qualidade de sindicalista, se o entendimento que o sindicato tem sobre esta exclusão dos Serviços Regionais de Saúde da alçada da ACSS é o reconhecimento, mesmo que não formal, da falta de jurisdição da ACSS sobre os Serviços Regionais de Saúde.

O Dr.º Henrique Resende em resposta, considera que há matérias que têm de ser tratadas a nível nacional e matérias tem de ser tratadas a nível regional. O que lhe parece é que há algumas matérias em que tem que haver entendimento entre as duas estruturas, SNS e o SRS, de modo a que todos os seus profissionais sejam tratados de igual forma, que não faz sentido que um farmacêutico que faça a sua especialidade no Continente não possa exercer nos Açores, e que

também não faz sentido que alguém que faça a sua formação nos Açores, depois não possa exercer no Continente, refere também que não sabe qual será a melhor maneira do ponto de vista prático, para que rapidamente esta situação se resolva, considerando que é urgente que o Serviço Regional de Saúde e o Serviço Nacional de Saúde se entendam relativamente a esta matéria. *“Não vou dizer qual é o documento que efetivamente deva ser produzido, que os senhores saberão melhor do que eu agora, o que realmente faz sentido e que, no que diz respeito ao reconhecimento dos títulos profissionais, e a formação para a residência farmacêutica, nós tenhamos as Regiões Autónomas a serem tratadas da mesma forma que o continente, esse é o entendimento do sindicato”*, defendeu, dizendo que é isso que defendem quer a nível do Continente, quer a nível da Região Autónoma e se precisarem da sua colaboração do sindicato, para que assim seja, que tem todo o empenho e apoio.

O deputado Tiago Lopes colocou uma questão dentro do âmbito e no seguimento daquilo que tinham sido as anteriores intervenções, e que tem a ver precisamente com o terceiro ponto da petição, qual terá sido o entendimento do *“Ministério da Saúde e que depois culminou na publicação do decreto-lei n.º 119-A/2021, de 22 de dezembro, se a aplicação veio ao fim ao cabo, como referiu a Dr.ª Daniela Garcia ripristinar a vigência do n.º 3 do artigo 18.º do decreto-lei n.º 108/2017, e do número 2 do artigo 23.º e do decreto-lei n.º 109/2017, se este decreto tivesse sido aplicado na Região, a situação que nós temos relativamente aos farmacêuticos que não viram o reconhecimento da sua especialidade efetuado”*, se teria sido resolvido.

Em resposta a Dr.ª Daniela Garcia, acha este decreto não foi aplicado na Região porque o exame da ordem foi em novembro, e esclareceu dando um exemplo: *“eu tenho uma das colegas que fez o exame a 28 de novembro, a 30 de novembro solicitou a transição para a carreira, portanto, 30 de novembro, durante o mês de dezembro, os colegas podiam ter sido integrados na carreira*

porque dia 30, já tinham comprovativo de especialista pela ordem. O problema foi que os pedidos foram feitos, mas depois até haver uma decisão final, já tinha passado os prazos, que era até 31 de dezembro, se ele tivesse sido aplicado,” e que pelo menos três destes colegas teriam sido integrados ao abrigo desta reprimenda.

O Dr.º Henrique Resende pediu a palavra, de forma a fazer uma observação relativamente ao farmacêutico, especialista em análises clínicas, que o sindicato, e pensa que a própria ordem dos farmacêuticos também, já chamaram por várias vezes a atenção do Governo Regional de que existem laboratórios de análises clínicas nas Unidades de Saúde de Ilha, que estão a trabalhar sem responsável técnico, visto que os laboratórios de análises clínicas/patologia clínica tem para poderem efetivamente trabalhar, que ter um especialista, seja um médico em patologia clínica, seja um farmacêutico especialista em análises clínicas, *“tem alguém que é o responsável por esse laboratório, e é ele que, além de garantir que as normas de qualidade e de boas práticas são efetuadas nesses laboratórios. Fazem também a ligação clínica com os médicos que requisitam os serviços aos laboratórios de análises, ora o que acontece nos Açores e que nós temos vários desses laboratórios de análises clínicas que estão a trabalhar sem qualquer direção técnica. Temos lá os técnicos de diagnóstico e terapêutica que fazem, como lhes compete a sua parte do trabalho, portanto, efetivamente, a função dos técnicos de diagnóstico e terapêutica consiste na parte da execução prática de uma boa parte desses exames laboratoriais, mas depois é necessário que alguém olhe para esses resultados, faça a sua conjugação com os aspetos clínicos que valide a congruência desses resultados e faça a sua comunicação com a parte clínica, nomeadamente com os médicos que requisitaram esses exames, nos Açores, isso não está a acontecer, e continua reiteradamente a não acontecer, eu penso que isso é bastante perigoso para a saúde pública e pergunto se um dia houver,*

nós sabemos que todos os dias nos nossos laboratórios ocorrem inúmeras situações onde, apesar de todo o nosso cuidado e de toda a nossa atenção, ocorrem situações que não deveriam ocorrer, mas nós pelo menos nos laboratórios que eu conheço e aqui no continente temos sempre alguém a quem podemos chamar e acatar a responsabilidade pelo bom funcionamento dessa instituição...”. Nos Açores e nesses laboratórios, questiona quem será o responsável, por algum erro que aconteça, pois o mesmo pode ter consequências negativas dramáticas para as pessoas, e daí a legislação nacional exigir que haja um especialista responsável por estas unidades, e chama a atenção desta Comissão para este facto e instar a que efetivamente sejam efetuadas as diligências para termos a certeza que todas as unidades de laboratórios de análises clínicas da Região Autónoma tenham um responsável pelos mesmos. Deixou este alerta de forma que tenham atenção em contratem especialistas para essas unidades ou estabeleçam protocolos de colaboração entre laboratórios, com os hospitais que façam com que os laboratórios trabalhem nas condições de segurança e de qualidade, é necessário um especialista que seja responsável, que seja o diretor dessas unidades.

O deputado Tiago Lopes solicitou à Dr^a. Daniela Garcia a cedência da documentação relativa à troca de correspondência com a Direção-Geral da Saúde, devidamente ocultada a identidade dos intervenientes a esta Comissão.

Da Audição da Sra. Dra. Juliana Matos, representante da Ordem dos Farmacêuticos, ocorrida a 3 de outubro de 2023:

[Parlamento online - Audição da Sra. Dra. Juliana Matos, representante da Ordem dos Farmacêuticos - Petição 57/XII – “Pela resolução dos problemas decorrentes da aplicação das Carreiras Farmacêuticas públicas na Região Autónoma dos Açores” \(alra.pt\)](#)

Começa por referir que no dia anterior numa visita em Ponta Delgada, tiveram a oportunidade de reunir tanto com os colegas dos serviços farmacêuticos, como com os colegas de patologia clínica e que o descontentamento é geral, que existe um sentimento de injustiça em relação à não aplicação de coisas que já estão perfeitamente legisladas e regulamentadas, que os colegas também levantam outra questão que é haver grandes disparidades de tratamento dentro de colegas que estão a exercer exatamente as mesmas funções e nas mesmas condições e depois com grandes disparidades, quer no acesso, quer nos que já acederam à carreira e que têm dificuldades nos entendimentos dos recursos humanos de cada um dos hospitais, quer na integração, quer na progressão, quer na contagem do tempo de carreira. Considera que o descontentamento é geral que além dos colegas do Hospital de Ponta Delgada, também tem conhecimento da situação dos outros hospitais, nomeadamente do Hospital da Ilha Terceira, onde é farmacêutica, que existem questões que continuam pendentes e pedidos de esclarecimentos, tanto da parte dos recursos humanos, como da parte de pedidos de apoio à DRS e à Inspeção Regional do Trabalho, e que continuam a aguardar esclarecimentos.

De seguida a Presidente da Comissão abriu as inscrições para perguntas ou esclarecimentos, inscreveu-se os deputados Ana Quental (PSD), Tiago Lopes (PS) e Pedro Pinto (CDS-PP)

A deputada Ana Quental (PSD), referindo que sendo a convidada membro da Ordem dos Farmacêuticos que se ia centrar em questões que dizem mais respeito à ordem, e que a colega que tinha sido ouvida anteriormente, tinha indicado o número total de farmacêuticos na Região, cinquenta e nove, dezanove que são da carreira especial, vinte e cinco que são da carreira farmacêutica, e que existiam catorze que não conseguiram ser integrados, sete dos quais porque efetivamente não lhes era aceite a residência, que já se tinha

falado do reconhecimento por parte da ACSS, e que a sua questão ia precisamente ao encontro, do que a ordem poderia fazer neste sentido, uma vez que estas sete pessoas já têm formação e que efetivamente precisam apenas do aval. Questionou também em relação aos quadros das Unidades de Saúde de Ilha, visto que o proponente da petição referiu que não estavam previstos nos quadros, e que o trabalho de algumas instituições já era muito, que já implicava um coordenador e um farmacêutico, só que não esclareceu sobre as dotações seguras, se a ordem já tinha definido o que são dotações seguras para os farmacêuticos.

A representante da ordem explica que os colegas que se candidataram à equiparação, tanto à total, como à parcial são colegas que teoricamente, já reúnem os requisitos para terem a equiparação à especialidade pela ACSS, que foi este período foi transitório entre entrarem os residentes e os colegas que já estavam integrados nos quadros e que já tinham experiência suficiente para terem este período equiparação, que esses colegas fizeram os pedidos e foi-lhes recusado pela ACSS, porque a mesma considera que este tempo de serviço não foi prestado em entidades do Serviço Nacional de Saúde. Consideram enquanto Ordem é que, a ACSS alega uma alínea b), que diz exatamente que não foram integrados na equiparação e que não cumprem critérios porque a atividade não foi exercida nos hospitais do Serviço Nacional de Saúde, consideram que as Regiões Autónomas, tanto Açores como Madeira, não são Serviço Nacional de Saúde, mas depois consideram os nossos hospitais como tendo idoneidade formativa para os colegas que vêm fazer a residência, tanto farmácia hospitalar como de análises clínicas, considerando que é uma discrepância que tem de ser resolvida ao nível da equiparação e conversada com a ACSS para se retirar esta alínea que exclui os colegas das Regiões Autónomas. Relativamente, à questão de haver uma equiparação regional, que isso não lhes parece ser uma alternativa muito viável, porque vedaria estes colegas a só poderem trabalhar na Região

Autónoma e essa especialidade só ser reconhecida na Região Autónoma, a não ser que se criasse um mecanismo de haver uma equiparação regional, mas que fosse reconhecida a nível nacional, porque se for uma coisa só nossa vai vedar depois estes colegas a poderem exercer atividades em outros sítios.

A segunda questão acerca da dotação dos centros de saúde, informou que cinco Unidade de Saúde de Ilha já tem farmacêuticos, pelo menos um por Unidade de Saúde de farmácia hospitalar, mas que carecem nas análises clínicas, pois tendo posto de análises e laboratório de análises clínicas a avaliação deve ser feita por um farmacêutico.

A deputada Ana Quental (PSD) persistiu no esclarecimento em relação às dotações seguras, visto o peticionário ter insistido nesta situação, considerando como exemplo a Unidade de Saúde de S. Miguel que já tinha uma grande densidade de trabalho.

Em resposta, a doutora Juliana Costa refere que não estão definidas estas dotações seguras, pela ordem e que que irá averiguar, visto que a nível regional não sabe se estarão definidas por número de habitantes, considera também que a ilha de São Miguel tem uma população um bocadinho maior e que o que sabem é que existindo centros de saúde com farmacêuticos é sempre uma mais valia, quer na articulação com os hospitais no âmbito das dispensas de proximidade que vão fazendo, que é sempre uma mais-valia, e que se essas dotações seguras estão definidas, não tem conhecimento.

De seguida o deputado Pedro Pinto (CDS-PP) interveio, em relação à questão da ACSS e do reconhecimento que faz às competências profissionais e académicas dos farmacêuticos, sendo que a Ordem é que tutela a profissão, é a Ordem que cria ou não cria especialidades para a respetiva profissão especialidades farmacêuticas, a Ordem tutela essa formação e o acesso à formação ao título de especialista, percebemos na audição anterior que houve aqui uma negociação ao nível dos sindicatos, que é preciso perceber se ao nível

da Ordem, no relacionamento com a ACSS, há um entendimento perfeito sobre o que é que é competência da Ordem, e o que é que é competência da ACSS ou se há aqui uma atropelo, por parte da ACSS relativamente àquilo que são as competências da Ordem na atribuição dos títulos de especialista.

Em resposta ao deputado, a representante da Ordem não considera que exista um atropelo, e que a única questão subjacente é o período de transição de colegas que teoricamente já cumpriam as condições para serem integrados ao abrigo do antigo título que era atribuído pela Ordem, pois existem colegas com vinte anos de experiência que nunca fizeram a especialidade por vários motivos, e que agora veem-lhes negado o acesso pela ACSS pelo processo de equiparação, teoricamente se fosse pelo processo antigo, pela Ordem dos farmacêuticos, bastava-lhes fazer um exame no caso da especialidade de farmácia hospitalar, considera que houve aqui uma negociação, se calhar, menos conseguida e que efetivamente veda este acesso aos colegas das Regiões Autónomas dos Açores e da Madeira neste processo de equiparação. Mais referiu que a partir do momento em que a residência está instituída, os colegas dos Açores têm acesso à residência, sendo que os colegas que já têm anos de experiência suficiente para terem acesso à equiparação, ficam num limbo, sendo que os colegas das Regiões Autónomas estão a ser excluídos desse acesso.

O deputado Pedro Pinto (CDS-PP) voltou a questionar visto entender que se adensam mais as dúvidas, visto que referiu que a ACSS não reconheceu a equiparação, de alguns profissionais da Região, alegando que o tempo de serviço desses profissionais, não tinha sido exercício em Unidades do Serviço Nacional de Saúde, mas que no entanto, reconheciam a idoneidade aos Hospitais Regionais para darem essa formação, esse estágio, dizendo que estão aqui num limbo entre a obtenção do título farmacêutico, com base no exercício profissional no Serviço Regional de Saúde, pedindo que esclareça melhor, em

que pé é que está a situação para os farmacêuticos, em que é que fica esta idoneidade reconhecida?

A responsável da Ordem dos farmacêuticos respondeu, dizendo que eles próprios tem dificuldade em perceber esta situação, que a mesma não faz sentido, pois o levantamento que foi feito dos hospitais e das competências de cada hospital, que foi feito pela Ordem, mas passado pela ACSS e a ACSS é que reconhece essa idoneidade e o número de vagas por cada hospital. Refere também que no ano passado tiveram uma vaga no hospital de Angra em termos de farmácia hospitalar, e que em 2024 vão ter duas vagas no hospital de Ponta Delgada e uma vaga no hospital de Angra, que não faz sentido haver um reconhecimento pela ACSS de idoneidade formativa, e não haver um reconhecimento dos anos de experiência, vedando o acesso à equiparação. Mais declara, que já deram conhecimento dessa situação, tanto a nível regional como à ACSS, mas o que eles dizem é que o decreto-lei que define a equiparação e que regulamenta a equiparação só fala em entidades tuteladas pelo Serviço Nacional de Saúde.

O deputado Pedro Pinto (CDS-PP) insiste, questionando novamente sobre o que é que vai acontecer a estes novos farmacêuticos que estão a entrar ao abrigo dessas vagas que a ACSS está atribuindo aos hospitais regionais, se lhes vai ser reconhecido o título de especialista ou se vão entrar no mesmo limbo em que estão os outros profissionais que trabalharam nos Açores ao longo destes anos todos.

No uso da palavra a Dr. Juliana Matos afirma que estes colegas têm de fazer um processo de residência durante quatro anos em hospitais, com idoneidade formativa reconhecida pela ACSS, e quando acabarem são especialistas em farmácia hospitalar, em genética ou em análises clínicas e que o processo de equiparação é um processo aqui intermédio. Antigamente até sair o diploma da residência farmacêutica, as especialidades eram dadas pela ordem, com

cumprimento de quatro anos de trabalho em funções, ou no caso de farmácia hospitalar em farmácia hospitalar. Acrescenta que: *“Depois nós propúnhamo-nos com currículo a um exame, fazíamos um exame escrito depois havia uma avaliação oral e era nos atribuído o título de especialidade apenas pela ordem e para haver um processo mais uniforme, este novo mecanismo de residência farmacêutica foi negociado com ACSS e a partir de 2023, os novos colegas submetem-se a um exame, são seriados e depois concorrem a vagas que já estão atribuídas pela ACSS em hospitais, sendo que algumas dessas vagas são nos Açores. O que se passa aqui é que havia colegas que já estavam a exercer no serviço regional de saúde, que acham e com razão que já tem anos suficientes de experiência que não nos obriguem a fazer um exame, a exercer e a entrar noutros contratos de trabalho, para fazerem estes quatro anos de experiência para terem a sua especialidade reconhecida. Estes colegas que têm estes anos de serviço teoricamente, submetem-se a este processo de equiparação que foi criado pela ACSS aqui como uma solução intermédia, mas este processo de equiparação veda o acesso aos colegas da Região Autónoma dos Açores e da Região Autónoma da Madeira, pela questão de não terem exercido em hospitais do Serviço Nacional de Saúde”,* que são legislações diferentes, que existe residência e que existe equiparação, e que esta da equiparação é que tem efetivamente aqui uma alínea que veda o acesso aos colegas das Regiões Autónomas.

A deputada Ana Quental (PSD) inscreveu-se para solicitar um esclarecimento, na sequência da conversa anterior, se estes farmacêuticos que estão nesta situação, injusta, digamos, se atualmente se candidatassem ao exame como os atuais ficaria tudo bem, ou se não se candidatando a este exame porque não acham justo, uma vez que já trabalharam x anos e que anteriormente, na carreira antiga se fizessem os tais 4 anos eram automaticamente equiparados pela ordem dos farmacêuticos, questionou se está correta nesta afirmação?

Em resposta a Dr. Juliana, afirma, que não era automaticamente, mas que se podem propor a exame, apresentando um currículo com todas as suas funções, no caso dos colegas de análises clínicas, de farmácia hospitalar deu como exemplo, o seu caso, que submetiam um currículo a uma avaliação curricular, que há um exame escrito, um exame oral e que lhes era atribuída a especialidade. No caso dos colegas de análises clínicas, que é diferente, o colégio de análises é que era responsável pela especialidade, tem um curso, tem um exame final e tem outros requisitos.

Da Audição da Secretária Regional da Saúde e Desporto, ocorrida a 13 de outubro de 2023:

[Parlamento online - Audição da Secretária Regional da Saúde e Desporto, Dra. Mónica Seidi - Petição n.º 57/XII – “Pela resolução dos problemas decorrentes da aplicação das Carreiras Farmacêuticas públicas na Região Autónoma dos Açores” \(alra.pt\)](#)

A Secretária Regional da Saúde e Desporto, iniciou a audição saudando em primeiro lugar os peticionários, referindo logo de seguida que este Governo Regional tem tido total abertura para a resolução dos diferentes problemas que tem vindo a encontrar nas diferentes carreiras relacionadas com o setor da saúde, e que os farmacêuticos não serão tratados de outra forma, reconhecendo também, que poderá haver eventualmente problemas e que a postura do Governo é de abertura ao diálogo e estabelecimento de pontes com vista ao consenso e à resolução dos problemas. Referiu também, que gostaria que se chegasse a um bom entendimento e que não se andasse aqui a criar qualquer clima de crispação ou de atrito entre as diferentes classes profissionais, porque no fundo, o serviço regional de saúde é forte com a presença de todos, precisa

de todos e, que os utentes precisam de todas as categorias profissionais, afirmando também que estão abertos a reunir com todas as classes profissionais que sintam essa necessidade.

Em relação à petição, referiu que a valorização das carreiras destes técnicos foi iniciada na Região em 2021, sendo que a nível nacional o processo foi iniciado em 2017. Pretendem dar respostas às pretensões, querem arranjar soluções de forma que estes profissionais se sintam valorizados. Afirma que já tinham iniciado este processo, que existem situações que não foram e não estão resolvidas, tal como, a contabilização dos pontos, aprovado e publicado em decreto legislativo regional em 2022, e que da forma como foi feita não é aquela que estariam inicialmente à espera. Nesta ótica, encontram-se abertos ao diálogo e disponíveis a reunir com o sindicato, reunião esta que já está marcada para a próxima semana. Referiu, novamente, que o Governo Regional está disposto a analisar as situações, para perceber do ponto de vista do enquadramento legal, porque é que só foi contabilizado um ponto e não um ponto e meio, e afirmou que estão disponíveis para fazer essa correção, ou, pelo menos para conseguirem identificar onde está o problema para que este processo não esteja concluído.

Terminada a apresentação por parte da Secretária Regional, a Presidente da Comissão abriu inscrições para apresentação de pedidos de esclarecimentos, tendo-se inscrito os deputados Pedro Pinto (CDS-PP), Ana Quental (PSD) e Tiago Lopes (PS).

O deputado Pedro Pinto (CDS-PP) no uso da palavra referiu ter ficado com dúvidas, após as audições ao peticionário e aos sindicatos, sobre o número de casos que não foram totalmente satisfeitos, ou os que não ficaram totalmente resolvidos no processo de regularização. E questionou se a Secretária Regional possui estes números de forma a esclarecer melhor os elementos desta Comissão.

Em resposta, a Secretária Regional refere que na Região existem no total cerca de setenta e três profissionais de saúde, na área de farmácia. Relativamente ao número de casos não resolvidos, afirmou que, sem certezas, devem ser entre doze e quinze, mas que independentemente do número de casos, está disponível para na reunião com o sindicato analisar todas as situações pendentes, de forma cautelosa.

O deputado Pedro Pinto (CDS-PP) agradeceu as explicações e que efetivamente tinha ficado com essa convicção, de que algumas situações tinham ficado pendentes, no entanto, a maioria tinha sido resolvida, reiterando que o Governo Regional deve como foi referido pela Senhora Secretária estar disponível para analisar e tentar resolver as situações pendentes, bem como Parlamento se houver necessidade de alterar as regras estará presente e disponível para o fazer. A deputada Ana Quental (PSD) interveio no sentido de que sabendo que existem 14 ou 15 farmacêuticos que não conseguem aceder à carreira de especialista de equiparação à chamada residência farmacêutica, segundo o que foi esclarecido nas audições anteriores, estes necessitam desta equiparação, sendo-lhe exigido uma formação específica para o fazerem, e a ACSS não aceita, não os equipara, remetendo para a legislação que diz que é Serviço Nacional de Saúde, ou seja, eles teriam que fazer esta equiparação, teriam que trabalhar no Serviço Nacional de Saúde e não no Serviço Regional de Saúde, a própria ordem dos farmacêuticos não soube propriamente dar uma solução, e a verdade é que estes 14 ou 15 farmacêuticos estão numa situação de impasse em relação à sua carreira. Perguntou, se a nível regional existe autonomia administrativa, para que juntamente com a ordem dos farmacêuticos, seja possível legislar de modo que aqueles que já têm condições para serem equiparados à residência farmacêutica sejam contemplados.

Em resposta, a governante referiu que a direção regional solicitou um parecer à ACSS, em janeiro de 2023, relativamente a esta situação. Visto que para estes profissionais a aquisição de título de especialista só é reconhecida se os farmacêuticos tiverem residência num hospital do SNS, mas que até à data não tinham obtido qualquer tipo de resposta da ACSS.

Mais refere que estão a analisar a possibilidade de avançarem para a equiparação, pois precisam de resolver o problema aos farmacêuticos e solucionarem este imbróglio, obtendo para isso um júri de prova regional com reconhecidas competências, ideia de que se encontram a amadurecer, pois não querem fazer nada que depois no futuro, possa vir a prejudicar os farmacêuticos. Reforçando que seria importante ter uma tomada de posição a nível da ACSS.

O deputado Tiago Lopes (PS) usou da palavra, começando por referir que iria colocar duas ou três questões, na sequência da intervenção da Secretária Regional e das audições já realizadas, sobre esta petição. Referiu o seguinte: *“no que se refere à progressão na carreira e à contagem de pontos, os farmacêuticos já integrados na carreira por aquilo que foi a explanação do sindicato, na audição que nos concedeu, estes farmacêuticos já foram colocados na base da carreira, ora o acordo coletivo de trabalho que foi assinado entre o Governo e as estruturas sindicais e os hospitais foi assinado de modo a precisamente a anular possíveis assimetrias e injustiças entre profissionais com diferentes tempos de serviço e para tal, foi definido que se consideraria a data de celebração do contrato individual de trabalho sem termo para efeitos da contagem dos pontos de serviço.”*

Referiu também, que em nenhum hospital da região foi feito este reposicionamento, sobretudo, porque surgiram dúvidas mediante até um parecer da Direção Regional da Saúde, que se prende com a contagem de pontos, que a mesma entende que a contagem de pontos se reporta ao momento da celebração

do contrato individual de trabalho, sem termo ou por tempo indeterminado se a essa data os técnicos superiores já eram detentores do grau de especialista, sem prejuízo do atento e ao disposto no n.º 3, do artigo 18.º, do Decreto-Lei n.º.108/2017, até à data de entrada em vigor do diploma de residência farmacêutica, seriam condição suficiente para integração na nova carreira, a posse do título de especialista conferido na altura pela ordem dos enfermeiros, e por via deste parecer da Direção Regional da Saúde, alguns hospitais estão a querer considerar a data de realização do exame especialista para efeito da contagem destes pontos com efeitos retroativos. Nas audições anteriores deram-nos a entender que mediante a solicitação de pareceres externos que, coincidem com a posição do sindicato, entende-se que, para efeitos de atribuição de pontos pelo tempo de serviço prestado anterior à entrada em vigor do acordo coletivo de trabalho, releva a data de celebração do contrato de trabalho sem termo ou da conversão do contrato de trabalho a termo, para sem termo no ano 2019 inclusive e, portanto, aquilo que disseram foi que esta situação se encontra por resolver nos três hospitais, por falta de entendimento da tutela relativamente a este aspeto, questionando o Governo Regional porque ainda não resolveu esta situação e para quando pretende resolver.

A segunda questão que colocou têm a ver com aquilo que a senhora deputada Ana Quental (PSD) também questionou, a equiparação à residência farmacêutica. Acrescenta o seguinte: *“todos nós sabemos por aquilo que nos também foi dado a conhecer que houve farmacêuticos na Região que viram recusada a sua equiparação à residência farmacêutica pela ACSS. Por aquilo que nos deram a conhecer também nas audições anteriores isto também aconteceu na Região Autónoma da Madeira, agora, aquilo que aconteceu na Região Autónoma da Madeira é que foi feito o seguinte, ou seja, o Governo da República, no sentido de resolver o impasse que se tinha criado e que se encontrava no reconhecimento dos títulos de especialista atribuídos pela ordem*

dos farmacêuticos, o Governo da República ripristinou a vigência do número 3 do artigo 18º do decreto-lei número 108 e do número 2 do artigo 23º do decreto-lei número 109. Até à efetiva implementação da residência farmacêutica ou, neste caso, conforme está no diploma até 31/12/2022, consoante aquilo que ocorresse primeiro e aquilo que nos deram a conhecer nas audições que nós realizamos é de que houve farmacêuticos na Região que tinham concluído a sua especialidade, tiveram o título de especialista reconhecido pela ordem dos farmacêuticos, e que entraram em contato em tempo útil, antes de terminar a data que eu referi, 31/12/2022, entraram em contato com a Direção Regional da Saúde para que ao abrigo desta ripristinação feita pelo Governo da República, verem a sua situação resolvida. No entanto, a Direção Regional da Saúde respondeu, em 2023, que o prazo já tinha sido ultrapassado por parte da tutela”.

Sendo assim, questionou sobre que resposta vai ser dada para esta falta de atenção e falta de cuidado para com os farmacêuticos que a tempo e horas pediram a resolução da sua situação. E por último, uma questão sobre os contratos ao abrigo da Covid, e tal como foi declarado pelo sindicato nesta comissão os mesmos correspondem a necessidades permanentes, questionou o Governo Regional se vai integrar estes farmacêuticos no Serviço Regional de Saúde e acabar com a precariedade que eles têm neste momento, em termos de vínculo contratual.

A Secretária Mónica Seidi, começou por reforçar que o Governo Regional não tem falta de atenção nem falta de cuidado com estes profissionais de saúde, e reforçou que estão disponíveis para analisar a situação, e que pela primeira vez desde que se encontra em funções recebeu um pedido de reunião por parte do sindicato, que se encontram disponíveis para perceber as expetativas dos sindicatos e dos seus associados. Mais refere, que a interpretação da lei não é igual para todos, e que isso, por vezes gera discordância, mesmo entre os

departamentos jurídicos das instituições do Serviço Regional de Saúde, e que já aconteceu com outras carreiras, mas que com persistência e abertura têm conseguido levar a bom porto aquilo que são as pretensões das diferentes classes, que se encontram dispostos a avaliar as situações.

Em relação à mobilidade intercarreiras, não esquecendo que se fala de dois casos, não sendo por isso que deixa de ser significativo e que merece menos atenção. Admite que houve uma diferença de interpretação, um pedido chegou no final de novembro, sendo avaliado no final de dezembro, não tendo reunido as condições atendendo às datas que foi avaliado. Pensa que a solução para esses dois casos seria avançarem para abertura de concurso, no entanto vão avaliar com o Sindicato, com a Direção Regional da Saúde e com a Direção Regional da Organização, Planeamento e Emprego Público qual será a melhor solução para aquilo que a seu ver foi menos correto para estes dois trabalhadores.

O deputado Tiago Lopes (PS) voltou a usar da palavra, solicitando à Governante que respondesse às outras duas questões que colocou, mais precisamente no que concerne à falta de resposta da Direção Regional da Saúde aos pedidos que os farmacêuticos fizeram ao abrigo da reprimenda que o Governo da República concedeu, e a outra questão sobre os profissionais desta área contratados ao abrigo da COVID.

A Secretária Regional em resposta ao deputado, pediu desculpa pelo facto de se ter esquecido de responder apenas a uma das questões, que tinha respondido à primeira, dizendo que a solução seria eventualmente passar pela abertura de um concurso para os dois casos. Relativamente aos contratos COVID, admitiu que são necessidades permanentes e essenciais para o normal funcionamento do Serviço Regional de Saúde, que terão de encontrar uma solução, referindo também, que apesar de ter sido declarado o fim do estado de emergência, não se pode dizer de forma taxativa que a pandemia terminou, afirmou que o Governo

Regional está sensível tanto com os farmacêuticos como com outros trabalhadores que foram contratados ao abrigo dessa condição especial e que sendo necessidades permanentes, o Governo Regional está a trabalhar numa solução.

O deputado Tiago Lopes (PS) pediu novamente a palavra, visto considerar que a Secretária Regional não tinha compreendido a questão que tinha colocado, sendo a mesma sobre a resposta fora de prazo da Direção Regional da Saúde, não se refere aos farmacêuticos que estão no regime de mobilidade intercarreiras temporárias, referiu-se sim aos farmacêuticos que no final de 2022, solicitaram ao abrigo da repriminção feita pelo Governo da República, relativamente ao impasse que foi criado pela equiparação desses técnicos no que concerne à sua residência, por via do facto do decreto lei mencionar Serviço Nacional de Saúde e não Serviço Regional de Saúde, e a questão colocada foi porque é que o Governo Regional, respondendo fora de prazo, não deu a resposta atempada e quando era devida a estes farmacêuticos, que cumpriram com aquilo que estava disposto, e ao abrigo da repriminção que o Governo da República abriu e concedeu, porque isto foi feito na Região Autónoma da Madeira e nos Açores não foi feito, e por tal questionou como irá o Governo Regional resolver a situação destes técnicos, considerando que os mesmos foram prejudicados pela própria tutela, por não ter dado a resposta dentro do tempo útil.

Em resposta, a Secretária Regional considera que devem estar com um problema de comunicação, visto entender que são dois que se encontram nessas circunstâncias e que a solução para esses dois casos, reconhecendo que foram prejudicados, seria eventualmente a abertura de concurso. Assumiu que se existem outros casos, para além destes dois, que não tem conhecimento dos mesmos e que tem de se inteirar da situação.

O deputado Tiago Lopes (PS), voltou a usar da palavra, insistindo nos esclarecimentos dados na última reunião desta comissão, esclarecendo que se está a referir a três casos, nomeadamente, três farmacêuticos, um em Santa Maria e os outros dois no Hospital do Divino Espírito Santo, tendo os mesmos solicitado à Direção Regional da Saúde a sua equiparação a especialista, por via do reconhecimento da sua residência ao abrigo do decreto-lei que o Governo da República concedeu e abriu essa exceção, atendendo ao impasse que tinha sido criado pelo decreto-lei anterior com a repriminção dos artigos da carreira especial e da carreira farmacêutica. Insistiu que estes farmacêuticos solicitaram a tempo e horas este reconhecimento à Direção Regional da Saúde, tendo a mesma respondido em 2023, por isso, considera que os mesmos estão a ser prejudicados por uma falta de resposta por parte da tutela, questionando a tutela acerca da resposta que vai dar a esses casos em concreto.

A Secretária Regional no uso da palavra, insistiu que estão com um grave problema de comunicação, e que a solução que for encontrada para os primeiros dois que referiu, será também acautelada para o terceiro. Referiu também que reconhece que estes trabalhadores foram prejudicados e que precisam de perceber se ao abrirem concurso irão resolver essa situação.

No seguimento desta audição inscreveu-se o deputado Pedro Pinto (CDS-PP), proferindo que: *“Percebemos nas audições passadas que há aqui, portanto esta ação por via da lei por parte da ACSS, também por via da lei os serviços regionais de saúde estão excluídos do âmbito da atuação da ACSS e percebe-se a razão para isso, agora a ACSS passa a exercer uma espécie de tutela sobre a especialidade na carreira farmacêutica, passando por cima das competências da ordem, mas também por via da lei, não é isto uma ingerência da ACSS relativamente aos serviços regionais de saúde, ou seja a ACSS é que determina a equiparação ao estágio ou não, é que determina se há ou não especialidade, mas depois não tem formalmente uma competência sobre o Serviço Regional de*

Saúde e, portanto, estamos aqui num limbo em que queremos atuar a nível regional, mas estamos condicionados pela ACSS, portanto a criação deste vínculo por via da lei, obviamente não é por vontade da ACSS que ela cumprirá a lei”, questionando se isto que lhe compete fazer não é uma ingerência sobre os Serviços Regionais de Saúde, criando dificuldades ao mesmo, no caso concreto ao nosso.

A Secretária Regional em resposta, referiu que gostava que esta situação fosse ultrapassada e que por aí, se calhar, bastaria que a ACSS respondesse ao pedido que foi feito em janeiro de 2023, mais refere que: *“obviamente que este silêncio nos dificulta, porque por um lado, poderemos interpretar este silêncio como um vazio e poderemos nós, enquanto Direção Regional da Saúde, avançar com a tal solução que estamos a amadurecer do ponto de vista jurídico, que é a criação do júri regional para resolver esta situação, infelizmente é a realidade com a qual nos deparamos, que já leva alguns meses de evolução e que até agora não tive resposta. Mas aquilo que enquanto membro da tutela, o que posso dizer é que o nosso empenho em ultrapassar a situação é total e vamos fazer fé, até porque penso que será importante a própria reunião com os sindicatos para que possamos aqui construir um caminho e ultrapassar de uma vez por todas estas situações,”* ressaltando que neste caso, são os farmacêuticos que estão a ser prejudicados.

O deputado Tiago Lopes, voltou a pedir a palavra dizendo que em relação à questão levantada pelo deputado Pedro Pinto (CDS-PP), o que dá a entender, é que parece haver aqui uma tentação de tentar imputar responsabilidades à ACSS ou à República pelo impasse legal que se encontra em torno da equivalência à residência farmacêutica. O mesmo frisa que o diploma que estabelece a equivalência à residência farmacêutica é o DL nº. 6/ 2020, e que este decreto-lei foi enviado para audição da Assembleia Legislativa Regional em 2020 e discutido na comissão de assuntos sociais, na qual a senhora

Secretária Regional estava presente, como deputada do PSD e deu parecer favorável, por conseguinte não considera correto imputar apenas e só a responsabilidade a ACSS porque a Região foi ouvida e, nomeadamente o PSD e o CDS votaram favoravelmente à proposta apresentada na altura. Considerou também que esta legislação está em vigor mediante o parecer favorável do PSD e do CDS. Mais referiu, que aquilo que acontece aqui é um impasse, os farmacêuticos solicitaram a resolução da sua situação junto da Direção Regional da Saúde e por questão de timing a mesma não foi atendida. Mais considerou, que estes farmacêuticos estão a ser prejudicados pela tutela e que por aquilo que percebe, não há efetivamente resposta para estes casos em concreto.

Em resposta, a Governante refere que não importa imputar culpar à ACSS, o que importa é resolver os problemas dos farmacêuticos da RAA, mais referiu que já por diversas vezes o senhor Deputado, tentou ser desagradável com ela e que se vai abstrair desses comentários, e que o que importa é ultrapassar este constrangimento. Refere também que: *“o senhor deputado não terá votado nesse parecer que foi pedido da Assembleia da República, porque assumia cargos executivos, mas o que é certo é que enquanto lá esteve nos cargos executivos, não tratou de resolver os problemas aos farmacêuticos da Região e, portanto, foi este Governo que iniciou todo este processo. Em relação ao parecer, efetivamente até lhe posso ler. O parecer foi pedido no dia 20/01/2023, faz alguns, considerandos relativamente à implementação da residência farmacêutica e da sua equiparação e o que se pede de forma bastante clara à ACSS é que haja aqui colaboração para clarificar a posição do organismo ACSS nesta matéria.”* Esclareceu também que gostariam que a ACSS já tivesse respondido e que desse à Região a competência para resolver esta situação e que estão disponíveis para amadurecer essa solução.

No uso da palavra a Presidente da Comissão solicitou a ambas as partes para se cingirem a esclarecimentos sobre a petição.

O deputado Tiago Lopes pediu novamente a palavra, referindo que no seu entender colocou questões e que versou sobre o motivo da petição. Mais disse: *“Eu peço imensa desculpa se da parte do Governo, eventualmente há alguma dificuldade em compreender aquilo que eu questionei ou aquilo que eu transmiti e por isso é que eu disse eventualmente, no sentido da possibilidade de ser mais claro e mais esclarecedor, ouvir então pelo menos a audição do sindicato dos farmacêuticos, porque as questões que eu coloquei foram as questões que eles também nos apresentaram e também que, sobre as quais versa sobre esta petição, portanto, reitero novamente, ou seja, não vou voltar e por isso é que eu há pouco não pedi novamente a palavra, porque eu penso que efetivamente não há da parte aqui do Governo das duas uma ou uma compreensão daquilo que está aqui subjacente e que está aqui expresso nesta petição e naquilo que foram as audições que nós já fizemos nesta comissão política geral ou não há, por outro lado, eu não quero crer que isso possa vir a acontecer, que o Governo não queira resolver a situação dos farmacêuticos.”*

Mais referiu, que os sindicatos dos farmacêuticos declararam que não obtiveram resposta da própria tutela, entende que por não ter havido resposta para as questões, é que os membros desta comissão o estão a fazer, e que estão ali a fazer o papel das pessoas que nos elegeram e a colocar as questões que nos colocaram.

A Presidente da Comissão abriu novamente inscrições para apresentação de pedidos de esclarecimentos, tendo-se inscrito os deputados Ana Quental (PSD) e Berto Messias (PS).

A deputada Ana Quental (PSD) começou por referir, que o que foi dito pela representante da Ordem dos Farmacêuticos, foi que considera que os juristas da ACSS interpretaram de uma forma mais restritiva, uma vez que dizem que o termo Serviço Nacional de Saúde não está lá implícito Serviços Regionais, uma vez que a Madeira também ficou excluída e segundo a mesma, portanto, não consegue dar uma explicação para a frase que lá está. Em relação à interpretação da frase que lá está, diz que provavelmente consideraram um lapso “*nosso*”. Relembrou também e considera estranho, que se da parte da ACSS não é reconhecido os farmacêuticos que fazem a sua equiparação a nível regional como é que reconhecem a idoneidade aos campos de estágio na Região. Considera contraditório por um lado ser reconhecida idoneidade para a realização de estágios nos Açores e não ser reconhecido o trabalho feito pelos profissionais para terem o seu trabalho reconhecido na carreira de especialistas. Em seguida o deputado Berto Messias tomou da palavra, referindo que a senhora Secretária invocou um ofício remetido à ACSS sobre o qual não obteve resposta, e que gostaria que a mesma deixasse uma cópia desse ofício a esta comissão, pedindo à Presidente que possa depois distribuir o mesmo ofício por todos os membros desta comissão, de forma que todos possam ter, enfim, uma visão mais concreta e fidedigna dos termos do pedido que foi feito pelo Governo Regional à ACSS.

Aquando da audição do primeiro subscritor, foi entregue pelo mesmo, à Comissão, um documento de suporte que por conter dados pessoais, não está, por isso, disponível na página da ALRAA nem se encontra anexo ao presente relatório, tendo sido distribuído internamente por todos os Grupos e Representações Parlamentares.

De igual modo, no seguimento da audição da Dr.^a Daniela Garcia do Sindicato Nacional dos Farmacêuticos, e por solicitação do deputado Tiago Lopes, a mesma entregou à Comissão diversos documentos, os quais também foram

distribuídos internamente por todos os Grupos e Representações Parlamentares. Ainda foram rececionados, na sequência da audição da Secretária Regional da Saúde e Desporto, e-mail e ofícios trocados entre a DRS e a ACSS, que também foram distribuídos internamente por todos os Grupos e Representações Parlamentares.

Por fim, importa mencionar que, e tendo a petição em apreço transitado para a XIII Legislatura, conforme dispõe o artigo 25.º da Lei n.º 43/90, de 10 de agosto, na sua redação atual, a Comissão de Política Geral, na sua reunião de 17 de abril de 2024, deliberou não efetuar quaisquer diligências adicionais.

CAPÍTULO V

CONCLUSÕES E PARECER

Considerando as pretensões dos peticionários e na sequência das diligências realizadas no âmbito da apreciação da Petição n.º 57/XII, a Comissão de Política Geral aprovou, por unanimidade, as seguintes conclusões:

A petição foi devidamente subscrita, no mínimo, por 300 cidadãos, nos termos da alínea a) do n.º 1) do artigo 192.º do Regimento da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores, pelo que reúne as condições legais para ser apreciada em reunião plenária da Assembleia;

1. As pretensões dos peticionários são as seguintes:
 - 1.1- Necessidade de uniformidade dos processos administrativos relativos à integração na Carreira Farmacêutica e Carreira Especial Farmacêutica nos Hospitais e Unidades de Saúde de Ilha, ou seja, a integração com retroativos à data da obtenção da especialidade pela Ordem dos Farmacêuticos, tal como foi feito em 2021 para os Hospitais dos Açores;
 - 1.2 Conclusão célere dos processos administrativos relativos à progressão na carreira dos farmacêuticos inseridos nas Carreiras Farmacêuticas nos Hospitais e Unidades de Saúde de Ilha dos Açores;
 - 1.3 Reparação da Injustiça e Discriminação no que respeita ao acesso à especialidade promovida pela ACSS por parte dos Farmacêuticos exercendo funções públicas nos Açores;
 - 1.4 Eliminação da precariedade dos farmacêuticos exercendo funções públicas no Serviço Regional de Saúde;
 - 1.5 Inconformidade, de acordo com o Manual de Boas Práticas Laboratoriais de Patologia Clínica/Análises Clínicas previsto na Portaria 392/2019, de 5 de novembro, no que respeita aos recursos humanos dos laboratórios de análises clínicas das Unidades de Saúde de Ilha dos Açores;
 - 1.6 Adequação do número de Farmacêuticos exercendo funções públicas de acordo com as necessidades e complexidade das atividades desenvolvidas nos respetivos serviços.

2. O Sindicato Nacional dos Farmacêuticos em audição referiu:
 - 2.1 Em relação à progressão da carreira e à contagem dos pontos que em nenhum dos três hospitais da Região foi ainda aplicado o Despacho Regional de 2022 de contemplar quem está na carreira especial farmacêutica com um ponto e meio;
 - 2.2 Ser importante alguma pressão junto da ACSS para esta situação que estes profissionais pretendem ver resolvida, de modo a conseguir que não sejam

discriminados relativamente aos colegas que exercem as suas funções no Serviço Nacional de Saúde, atendendo a que tal se deveu a um lapso na altura da negociação, mas que quer no entendimento dos sindicatos, quer da própria ACSS, sempre encararam como um todo, nunca foi feita, nem encarada, qualquer separação entre aquilo que eram os farmacêuticos do Continente e os farmacêuticos das Regiões Autónomas;

2.3A ineficácia e a lentidão com que este problema está a ser resolvido, e denunciam esta paragem administrativa que não tem do ponto de vista técnico, formal ou legal, nada que obste a que possa ser rapidamente resolvido;

2.4O alerta feito já por diversas vezes ao Governo Regional de que existem laboratórios de análises clínicas nas Unidades de Saúde de Ilha, que estão a trabalhar sem responsável técnico e apelaram para que sejam efetuadas as diligências para que todas as unidades de laboratórios de análises clínicas da Região Autónoma tenham um responsável pelos mesmos.

3. Da audição à representante da Ordem dos Farmacêuticos foi abordado:

3.1O descontentamento geral que existe nos profissionais dos serviços farmacêuticos e nos de patologia clínica, e um sentimento de injustiça em relação à não aplicação de direitos que já estão perfeitamente legislados e regulamentados;

3.2A questão dos profissionais que não foram integrados na equiparação, porque, segundo a ACSS, a atividade não foi exercida nos hospitais do Serviço Nacional de Saúde, mas sim nos do Serviço Regional de Saúde, mas depois estes Hospitais da Região já são considerados como tendo idoneidade formativa para os profissionais que vêm fazer a residência, tanto em farmácia hospitalar como de análises clínicas, contradição que tem de ser resolvida ao nível da equiparação e conversada com a ACSS para se retirar esta alínea que exclui os profissionais das Regiões Autónomas.

4. Da audição ao membro do Governo Regional foi referido:
 - 4.1 Que o Governo Regional tem tido total abertura para a resolução dos diferentes problemas que tem vindo a encontrar nas diferentes carreiras relacionadas com o setor da saúde, e que a postura do Governo é de abertura ao diálogo e estabelecimento de pontes com vista ao consenso e à resolução dos problemas;
 - 4.2 Que o processo de valorização das carreiras destes técnicos foi iniciado na Região em 2021, sendo que a nível nacional o processo foi iniciado em 2017, que existem situações que não foram e não estão resolvidas, tal como, a contabilização dos pontos e que o Governo Regional está disposto a analisar as situações, para perceber do ponto de vista do enquadramento legal, porque é que só foi contabilizado um ponto e não um ponto e meio, e que estão disponíveis para fazer essa correção, ou, pelo menos conseguirem identificar onde está o problema para que este processo seja concluído;
 - 4.3 A solicitação de um parecer à ACSS, em janeiro de 2023, ainda sem resposta, relativamente à situação destes profissionais para a aquisição de título de especialista que só é reconhecida se os farmacêuticos tiverem residência num hospital do SNS;
 - 4.4 A ideia da criação de uma solução regional para a equiparação, obtendo para isso um júri de prova regional com reconhecidas competências, ideia que ainda se encontra em análise.
5. Do presente relatório deve ser dado conhecimento ao primeiro subscritor, bem como ao membro do Governo Regional com competência na matéria.

Ponta Delgada, 30 de abril de 2024

A Relatora, Maria Isabel Teixeira.

O presente relatório foi aprovado por unanimidade.

O Presidente, José Eduardo.

Presidente: Muito obrigado, Senhora Relatora.

Estão abertas as inscrições para a apreciação desta petição.

(Pausa)

Não há inscrições. Vamos então avançar para a próxima petição, Petição n.º 58/XII, pela constituição de duas turmas do primeiro ano em Santa Cruz Das Flores. A petição apresentada por Maria João Azevedo Lourenço, na qualidade primeira subscritora.

O relatório desta petição foi elaborado pela Comissão de Assuntos Sociais, assim para apresentar o relatório tem a palavra o Senhor Deputado Russel Sousa.

Deputado Russel Sousa (PS): Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados, Senhor Presidente do Governo, Senhores Membros do Governo:

RELATÓRIO E PARECER

Petição n.º 58/XII

“Pela constituição de duas turmas do 1º ano em Santa Cruz das Flores”

INTRODUÇÃO

A 29 de agosto de 2023, deu entrada na Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores uma petição, à qual foi atribuído o n.º 58/XII, intitulada “Pela constituição de duas turmas do 1º ano em Santa Cruz das Flores”, cuja primeira signatária é a cidadã Maria João Azevedo Lourenço.

Por despacho do Presidente da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores, a referida petição foi remetida à Comissão de Assuntos Sociais, para relato e emissão de parecer.

ENQUADRAMENTO JURÍDICO

O direito de petição, previsto no artigo 52.º da Constituição da República Portuguesa, é exercido nos termos do disposto no artigo 9.º do Estatuto Político-Administrativo da Região Autónoma dos Açores, na redação que lhe foi dada pela Lei n.º 2/2009, de 12 de janeiro, nos artigos 189.º a 193.º do Regimento da Assembleia Legislativa e na Lei n.º 43/90, de 10 de agosto.

Cabe à comissão permanente especializada com competência na matéria a apreciação da petição e elaboração do respetivo relatório, nos termos do disposto nos n.ºs 1 dos artigos 190.º e 191.º do Regimento, bem como do artigo 73.º, n.º 4 do Estatuto Político-administrativo da Região Autónoma dos Açores.

Nos termos do disposto na Resolução da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores n.º 1/2021/A, de 6 de janeiro, alterada pelas Resoluções da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores n.º 49/2021/A, de 11 de agosto, e n.º 52/2021/A, de 25 de outubro, que aprova as competências das comissões especializadas permanentes, as matérias relativas a “*educação*”, onde se enquadra a presente petição, são competência da Comissão de Assuntos Sociais.

ADMISSIBILIDADE

Verificada a conformidade do exercício do direito de petição com os requisitos legais (Lei n.º 43/90) e regimentais (artigo 189.º do Regimento da Assembleia

Legislativa da Região Autónoma dos Açores), a Comissão de Assuntos Sociais procedeu à apreciação da sua admissibilidade, nos termos do disposto no n.º 2 do artigo 190.º do referido regimento, e deliberou admiti-la, por unanimidade, em reunião do dia 4 de setembro de 2023, tendo tal decisão sido comunicada formalmente à primeira subscritora.

OBJETO DA PETIÇÃO

A peticionária refere, em sede de exposição de motivos, que *“O Decreto Legislativo Regional n.º 5/2023/A diz que "Um dos compromissos assumidos pelo XIII Governo Regional dos Açores, no seu programa, consiste na condução de políticas educativas centradas no progresso de cada aluno, promovendo uma estratégia que potencie as competências de cada aluno e promova o sucesso. Mais se comprometeu em investir no apoio e acompanhamento especializado dos docentes de alunos de educação especial, em parceria com os seus pares desta modalidade de ensino, por forma a garantir respostas educativas eficazmente direcionadas à situação particular de cada um destes alunos. Dando cumprimento a este desiderato, e inculcando transparência na gestão do sistema educativo regional, privilegiando mecanismos de concertação e de ação participada, o presente diploma visa a organização do sistema educativo regional, prosseguindo o princípio da educação inclusiva. A educação inclusiva, que se preconiza enquanto processo que visa responder à diversidade de necessidades dos alunos, através do investimento na intervenção multidisciplinar e do aumento da participação de todos na aprendizagem e na vida da comunidade escolar, tem como missão a promoção do sucesso educativo de todos os alunos, garantindo equidade educativa, em linha com os objetivos do desenvolvimento sustentável da Agenda 2030 da Organização das Nações Unidas (ONU), e pressupõe o*

estabelecimento de princípios orientadores, em torno dos quais se organiza a comunidade escolar."

Os abaixo-assinados entendem que, a constituição da turma do 1º/4º ano para o próximo ano letivo que se inicia em setembro na EBS das Flores, em Santa Cruz das Flores, não respeita nem reconhece o estabelecido no diploma atrás mencionado.

Ao contrário do proposto pela EBS das Flores, reiterado pelo Conselho Pedagógico daquela escola, a constituição de duas turmas de 1º ano, tendo uma turma 8 alunos e outra 15, foi rejeitada pela Secretaria Regional da Educação e Cultura (SREC) /Direção Regional da Educação (ORE), que entendeu constituir uma turma só de 1º ano, e uma turma de 1º e 4º ano, à qual estamos veemente em desacordo.

Entendemos que só numa das turmas do mesmo nível de ensino (1º ano) prevalece o critério de natureza pedagógica, de acordo com o art. 18º do RGAPA.

Considerando que:

1- A turma que foi constituída para o 1º ano, turma A, tem na sua constituição um aluno com problemáticas específicas de aprendizagem e, segundo a legislação em vigor (nomeadamente o art.º 20º do RGAPA), aquela não deverá ultrapassar os 15 alunos;

2- A EBS das Flores propôs a constituição da turma A do 1º ano com 11 alunos, o que respeita a legislação em vigor;

3- A turma de 4º ano, na qual os educandos dos abaixo-assinados foram introduzidos, também tem um aluno com as mesmas problemáticas, não devendo ultrapassar os 15 alunos;

4- A turma que está atualmente constituída de 1º e 4º anos tem 18 alunos, não respeitando a legislação em vigor supracitada;

5- Segundo o Decreto Legislativo Regional n.º 12/2013/A, de 23 de agosto, art.º 22º, todos os alunos têm direito a “a) Usufruir de uma educação de qualidade de acordo com o previsto na lei, em condições de efetiva igualdade de oportunidades no acesso, possibilitando-lhe a realização de aprendizagens bem sucedidas”;

6- A constituição de uma turma só de 1º ano e uma turma de 1º e 4º ano na mesma unidade orgânica não respeita o princípio da igualdade de oportunidades, nem da possibilidade de realização de aprendizagens bem sucedidas para os alunos do 1º ano de ambas as turmas;

7- Nos anos letivos precedentes, por falta de espaço no edifício do 1º ciclo da EBS das Flores, as turmas de 4º ano têm sido deslocadas para o edifício de 2º e 3º ciclos e Ensino Secundário;

8- O art.º 10º do RGAPA preconiza que “3. Na distribuição das crianças da educação pré-escolar e dos alunos do 1.º ciclo do ensino básico pelos diversos edifícios escolares integrados numa unidade orgânica, devem ser observados os seguintes princípios: a) Exceto quando o estabelecimento seja extinto, a criança deve completar a educação pré escolar e o 1.º ciclo do ensino básico, sempre que adequado, no mesmo estabelecimento;”

9- Sendo os alunos de 1º ano integrados na turma de 4º ano, e caso suceda o mesmo de anos letivos anteriores, estes alunos de 6 anos, além de serem integrados numa turma com alunos de 9/10 anos, serão também deslocalizados do seu edifício, para um edifício com alunos com mais de 18 anos;

10- Devido à ultraperiferidade da ilha das Flores, deverá ser autorizada a proposta inicialmente à RE pela EBS das Flores e pelo seu Conselho Pedagógico, órgãos que bem conhecem o projeto educativo de escola, a realidade social da comunidade em que a escola se insere, de acordo com o artigo 18º do RGAPA;

11- O artigo 18º do RGAPA estabelece ainda "b) A continuidade, se possível, do grupo-turma do ano letivo precedente(...)", o que não sucede na proposta de turma de 1º e 4º anos;

12- O mesmo artigo estabelece que "Na constituição das turmas devem considerar-se, entre outros, os seguintes critérios: e) O nível etário dos alunos; h) As características dos espaços escolares/infraestruturas escolares"; o que não é considerado na turma do 1º e 4º anos.

Os abaixo-assinados solicitam à SREC e à ORE que aceite a proposta inicial feita pela EBS das Flores, aprovada pelo seu Conselho Pedagógico, da constituição de duas turmas de 1º ano”.

DILIGÊNCIAS EFETUADAS

A Comissão de Assuntos Sociais deliberou, na sua reunião do dia 4 de setembro de 2023, proceder às audições da primeira peticionária, Maria João Lourenço, do Conselho Executivo da Escola Básica e Secundária das Flores e do membro do Governo com competência na matéria.

Ademais, deliberou a Comissão solicitar parecer escrito ao Conselho Pedagógico da Escola Básica e Secundária das Flores, o qual não foi rececionado até à elaboração do presente relatório.

- **Audição da primeira peticionária, a cidadã Maria João Lourenço, ocorrida no dia 24 de outubro de 2023:**

A primeira peticionária começou por referir que estava a falar em nome de um grupo de pais e encarregados de educação que se sentiu lesado com a formação das turmas. Explicou que, no arranque do ano letivo, uma parte das reivindicações explanadas na petição foi já sanada, ou seja, os meninos do

primeiro ano ficaram todos juntos, uma turma de 23 alunos e os do quarto ano ficaram separados. Inicialmente estava previsto a junção de dois níveis, isto é, a turma mais pequena do primeiro ano iria untar-se à do quarto ano, mas recuou-se na decisão, o que, para os pais e encarregados de educação resolve parte da reivindicação.

Não obstante a situação, continua a ser intenção dos pais que a turma fosse dividida em duas, para garantir maior qualidade das aprendizagens e um acompanhamento mais próximo aos alunos, visto que o número de alunos na turma (23) está acima do previsto por lei e, a acrescentar a esta situação, há um aluno com necessidades especiais, pelo que requer maior atenção. Para a peticionária, o elevado número de alunos na turma é uma circunstância que comprometerá o desempenho dos mesmos e terá implicações no futuro destas crianças. Na ótica dos peticionários, os alunos da ilha das Flores são muitas vezes prejudicados devido à condição ultraperiférica da ilha, sublinhando que em ilhas maiores há mais respostas.

Para a cidadã Maria José Lourenço, a escola tem feito o possível para ajudar os alunos da turma, mas reitera que é preocupante a dimensão do grupo e as consequências que daí possam advir, pelo que os pais e encarregados de educação continuam a considerar que o melhor seria separar os alunos dos primeiro ano em duas turmas.

Aberta a primeira ronda de questões, pediu a palavra a deputada Alexandra Manes (BE) que questionou se havia algum acompanhamento, em sala de aula, do aluno com necessidades especiais, tendo sido informada que devido ao encerramento da escola do 1.º ciclo de Ponta Delgada, o professor que lá estava ficou disponível para trabalhar também com a turma do primeiro ano. Assim sendo, sabe que existem dois docentes do 1.º ciclo em sala de aula, mas não sabe

se é em permanência nem se um está afeto somente à criança com necessidades especiais.

Em réplica, a deputada bloquista solicitou esclarecimentos em relação às preocupações dos pais e encarregados de educação, questionando se o problema era com a possível falta de condições pedagógicas no trabalho desenvolvido com a criança com necessidades especiais ou se era com as restantes crianças, por eventualmente serem prejudicadas pelo facto de a turma ser extensa e ainda ter um caso que merece especial atenção.

De acordo com a peticionária, o Conselho Pedagógico, no final do ano passado, sabendo da existência deste menino com necessidades educativas especiais, propôs a abertura de duas turmas, porque entendeu este órgão que esta seria a solução ideal, tanto para esse menino que teria um apoio mais personalizado como para os outros que seriam divididos em duas turmas. A peticionária reconhece a importância da inclusão e continua a defender que duas turmas mais pequenas seriam benéficas tanto para o aluno com necessidades especiais como para os colegas, porque todos poderiam usufruir de um acompanhamento mais personalizado.

Seguidamente, usou da palavra o deputado José Eduardo (PS) que enalteceu a atitude cívica dos peticionários e lembrou que a proposta inicial do Conselho Pedagógico era a constituição de três turmas, sendo duas do primeiro ano e uma do quarto ano. Porém, a tutela não aceitou, tendo sugerido que fossem feitas duas turmas, em que uma seria composta por dois níveis (primeiro e quarto anos) e outra somente pelo primeiro ano, situação que gerou desagrado entre os pais e encarregados de educação e, conseqüentemente, levou à elaboração da presente petição. Mais tarde, foi proposta a junção dos alunos do primeiro ano numa turma única e os do quarto ano em separado, uma proposta votada e

aceite por todos. Contudo, e após a explanação feita pela peticionária, o deputado questionou se ainda era pretensão dos subscritores da petição que se voltasse à primeira hipótese formulada pelo Conselho Pedagógico, isto é, a separação dos alunos do primeiro ano em duas turmas.

Para a peticionária, a senhora Maria João Lourenço, os pais e encarregados de educação gostariam que a sugestão inicial do Conselho Pedagógico fosse concretizada, isto é, que a turma do primeiro ano fosse, efetivamente, dividida em duas.

Após uma saudação à peticionária, extensível aos restantes subscritores da petição, o deputado Ricardo Vieira (PSD) quis confirmar se, de facto, o problema principal que motivou a elaboração de uma petição tinha sido já resolvido. Tendo em conta a explanação da primeira subscritora, o deputado também perguntou quantos alunos com necessidades especiais sinalizados faziam parte da turma e, por fim, se a turma, dada a sua dimensão e composição, tinha apoio extra por parte de mais algum docente.

Em resposta às questões, a peticionária deu nota que a turma tinha um aluno devidamente sinalizado e que, no início do ano, o Conselho Executivo asseverou que a turma teria mais um docente em sala de aula, mas disse não estar habilitada a responder à questão porque já não acompanha a situação.

Em réplica, o deputado social-democrata referiu que a referência aos alunos com necessidades especiais faz-se sempre no plural, pelo que não compreende se é efetivamente apenas um aluno nestas condições ou se mais, tendo sido esclarecido que um está sinalizado, mas que a peticionária julga haver outro aluno que também necessita de um maior acompanhamento.

Já na segunda ronda de questões, a deputada Catarina Cabeceiras (CDS-PP) perguntou se a turma do 4.ºano tinha ficado com oito alunos e se esta era uma situação que agradava aos pais e encarregados de educação. Perguntou, também, se a questão da divisão da turma do primeiro ano voltou a ser abordada após o início do ano letivo.

Em jeito de esclarecimento, a primeira peticionária explicou que a turma do quarto ano continuou com os dez alunos que vinham do 3.ºano e que, naturalmente, os pais e encarregados de educação nada têm de negativo a apontar em relação a esse facto. Já no que toca à segunda questão, explicou que foi colocada à votação, em Conselho Pedagógico, as duas possibilidades – ter uma turma com níveis mistos ou separar o 4.º e o 1ºano, sendo que haveria apenas uma turma do 1.ºano -, tendo-se optado, por unanimidade, pela segunda hipótese.

Por último, interveio a deputada Délia Melo (PSD) para questionar se, depois do início do ano letivo, os pais e encarregados de educação tentaram saber como têm decorrido as aulas e que avaliação faz a escola – professores e Conselho Executivo – da decisão tomada.

Em resposta, a peticionária explicou que já não tem acesso a algumas informações, dado que houve eleições para a Associação de Pais e Encarregados de Educação, órgão do qual já não faz parte. Disse desconhecer se houve alguma informação acerca do trabalho feito até ao momento, mas garantiu que a situação continua a preocupar os pais, por se tratar de um ano de transição.

Em réplica, a deputada questionou quantos alunos vinham da turma do pré-escolar, tendo sido esclarecida que a turma se constituiu com alunos das três turmas do pré-escolar que apresentavam idade de ingressar no 1.ºciclo.

• **Audição do Conselho Executivo da EBS das Flores, ocorrida no dia 24 de outubro de 2023:**

O Presidente do Conselho Executivo, professor João Quaresma, fez uma resenha dos acontecimentos que levaram à elaboração da petição em análise. Assim, começou por referir que a primeira proposta do órgão executivo foi apresentada à Direção Regional de Educação, depois de ouvido o Conselho Pedagógico do dia 27/06/2023, onde não esteve presente a Senhora Maria João Lourenço, na condição de representante da Associação de Pais e Encarregados de Educação da escola, nem se fez representar. A proposta previa a constituição de três turmas. Em resposta, surgiu a sugestão de se agrupar a turma mais pequena do 1.º ano com a do 4.º ano, o que motivou a indignação dos pais e fez com que elaborassem a presente petição. Acrescentou que durante o final do mês de agosto, foi contactado pelo Diretor Regional da Educação, que já tinha tomado conhecimento da petição e que propôs a junção de ambas as turmas do primeiro ano. A escola não dispensou ouvir o Conselho Pedagógico nesta matéria, que deliberou a favor da proposta, desde que à turma, que teria 22 alunos, fosse garantido um apoio especial. Assim foi e têm dois professores em permanência na sala, devido ao fecho da escola de Ponta Delgada, que tinha apenas dois alunos, e conseqüente alocação dos recursos humanos daquela escola na sede da unidade orgânica.

O Presidente do Conselho Executivo explicou que toda a celeuma foi criada devido ao que está legislado, nomeadamente ao que está definido no Regulamento de Gestão Administrativa e Pedagógica de Alunos (RGAPA), onde se define que a turma padrão do primeiro e segundo ciclo terá 18 alunos, não devendo ser inferior a 15 nem superior a 20.

Para o órgão de gestão da escola, neste momento, passados cerca de um mês e meio de aulas, não seria benéfico proceder à divisão da turma. Aliás, o mesmo

afirmou perentoriamente que a turma está a funcionar muito bem e que os pais até agora não têm manifestado preocupação relativamente ao trabalho levado a cabo pelas professoras.

Aberta a primeira ronda de questões, inscreveu-se o deputado Ricardo Vieira (PSD) que perguntou qual tem sido a aceitação dos pais em relação à decisão tomada e o que têm manifestado os professores que trabalham com a turma, isto é, se consideram que os alunos têm sido prejudicados nas suas aprendizagens devido à dimensão e composição da turma.

Em resposta, o professor João Quaresma afirmou que não tem recebido qualquer queixa por parte das professoras, nem por parte dos encarregados de educação. A situação mais delicada que existe nesta turma é a de um aluno com perturbação do espectro do autismo, tem que sair algumas vezes da própria sala de aula, acompanhado por uma docente. Acrescentou que o facto de ter dois docentes dentro da mesma sala de aula proporciona um ensino de qualidade a estes alunos, pelo que não estão, de forma alguma, a ser prejudicados.

De seguida, usou da palavra a deputada Catarina Cabeceiras (CDS-PP) que questionou quantos casos de alunos sinalizados existiam na turma e o que tem sido transmitido pelos professores que acompanham a turma, mormente se tem sido registada alguma preocupação que comprometa a qualidade do ensino e as aprendizagens dos alunos ou se está a decorrer tudo dentro da normalidade.

A responder às questões, o Presidente do Conselho Executivo referiu que existe um aluno com necessidades especiais e que exige um acompanhamento mais próximo e existe outro que está também sinalizado, mas não exige tanta atenção.

No que toca à evolução dos alunos, foi partilhado que tem havido aceitação por parte dos pais relativamente ao funcionamento da turma e tem havido também

por parte das docentes um feedback positivo relativamente ao empenho e ao desempenho de todos os alunos, não havendo qualquer tipo de constrangimentos devido à dimensão da turma nem à presença de alunos sinalizados.

Por fim, interveio o deputado José Eduardo (PS) que pediu que se precisasse o número de alunos na turma, visto que a peticionária falava em 23, mas o Conselho Executivo mencionava 22. Ademais, e atendendo ao que foi exposto pela primeira peticionária, perguntou se seria possível dividir a turma, uma vez que existem dois docentes dedicados em exclusivo à turma.

O Professor João Quaresma confirmou que a turma era composta por 22 alunos e que a divisão da turma é possível, mas poderia originar problemas. Nesta sequência lembrou que a alteração do Estatuto da Carreira Docente fez reduzir o tempo letivo dos docentes do primeiro ciclo, pelo que seriam necessários mais recursos humanos para trabalhar com a turma. Falou na dificuldade inicial que teve em preencher os horários que ficaram vagos na escola e afirmou que o fecho da escola de Ponta Delgada permitiu dar resposta às necessidades que tinham neste ciclo, uma vez que os recursos alocados àquela escola passaram para a unidade orgânica, motivo pelo qual conseguiu ter mais um professor a dar um auxílio permanente na turma do primeiro ano. Concluiu dizendo que a solução encontrada foi a melhor para todos, porque permite um apoio constante aos alunos. Nas suas palavras, “Acho que os alunos iriam perder mais do que o que ganhavam se neste momento e nesta altura separássemos as turmas”.

Na segunda ronda de questões, interveio o Deputado Ricardo Vieira (PSD) no sentido de compreender se esta visão do Conselho Executivo e dos professores que acompanham a turma tinha já sido passada aos pais e encarregados de

educação, uma vez que a peticionária alegou que os mesmos continuavam preocupados com a situação dos seus educandos.

Em resposta, foi esclarecido que a representante dos pais e encarregados de educação pediu esclarecimentos por escrito sobre a situação, tendo obtido informação do mesmo teor que aquela que acabara de passar durante a audição. Acrescentou, ainda, que o Conselho Executivo está sempre disponível para dialogar com os pais e encarregados de educação e que defende também uma participação ativa dos mesmos na vida escolar dos seus educandos. Por esta razão, lamentou o facto de a peticionária, na condição de representante dos pais e encarregados de educação, tenha faltado, e não se tenha feito substituir, em reuniões de grande importância, como a reunião em que se tratou de questões tão estruturantes como a constituição de turmas, a preparação do ano letivo e a discussão do encerramento ou não de um estabelecimento de ensino. Para o Presidente do órgão executivo da escola, a presença do representante dos pais e encarregados de educação é fundamental para poder dar a sua opinião e para que consiga também perceber qual foi o princípio subjacente à tomada de determinadas decisões.

A terminar, garantiu que a separação das turmas levaria a uma diminuição da qualidade do ensino para os alunos.

• **Audição da Secretária Regional da Educação e dos Assuntos Culturais, ocorrida no dia 24 de outubro de 2023:**

A Secretária Regional, Dra. Sofia Ribeiro, começou por explicar todo o processo de preparação de um novo ano letivo, referindo que a Secretaria que tutela recebe as propostas por parte das unidades orgânicas em relação a várias matérias, sendo a constituição de turmas uma delas. As propostas são analisadas tendo por base a verificação da conformidade legal com aquilo que é requerido

e a boa gestão dos recursos disponíveis, inclusive a bolsa de recrutamento de professores.

Ora a constituição requerida para o primeiro ciclo da Escola Básica e Secundária das Flores não cumpria com o disposto no Regulamento de Gestão Administrativa e Pedagógica dos Alunos (RGAPA), que faz menção que a turma padrão do primeiro ciclo, no ensino público, é constituída por 18 alunos, não devendo ser inferior a 15 nem superior a 20, exceto quando não seja possível outra distribuição. Como uma das turmas era de 8 alunos, estava-se perante uma situação que fugia ao disposto no RGAPA, mas para além disso, e situação mais gravosa, era de que poderia haver dificuldades na colocação de recursos humanos em número suficiente para atender às necessidades.

Feito este preâmbulo, explicou o processo que conduziu ao cenário atual, da junção das duas turmas do 1.ºano, tal como explicado pelo Presidente do Conselho Executivo na sua audição, e sublinhou que a proposta mereceu parecer favorável pelo Conselho Pedagógico.

Aberta a primeira ronda de questões, pediu a palavra a deputada Catarina Cabeceiras (CDS-PP) que deu nota das posições contraditórias das duas audições que antecederam a da Secretária Regional, em que de um lado a peticionária dizia ser pretensão dos pais levar em diante a separação das turmas e do outro o Presidente do Conselho Executivo dizia que não há queixas dos pais e que a divisão da turma prejudicaria os alunos. Neste seguimento, questionou qual a posição da governante.

Em resposta, a Secretária Regional começou por fazer referência ao artigo 20º, número 3, do RGAPA – “As turmas que integrem alunos aos quais sejam aplicadas medidas adicionais, e que exijam particular atenção do docente, ou medida seletiva de redimensionamento da turma, têm a capacidade reduzida até 15 alunos”, dizendo não ser o caso verificado. A governante explicou que não há, na turma, alunos sinalizados com medidas adicionais, mas sim um que tem

direito a medidas seletivas de apoio psicopedagógico, pelo que não há a necessidade normativa de se fazer uma redução do número de alunos na turma. Tendo o Conselho Executivo assegurado que não seria possível fazer um acompanhamento letivo de acordo com as componentes curriculares se houvesse lugar ao desmembramento desta turma em duas, a governante entende que a solução encontrada é a única que faz sentido.

Seguidamente, o deputado Ricardo Vieira (PSD) usou da palavra para questionar se a Secretária Regional partilhava da opinião veiculada pelo Presidente do Conselho Executivo, quando referiu que a divisão da turma seria mais prejudicial do que benéfica.

Em esclarecimento, a governante referiu que há um aspeto formal que é acompanhado e verificado pela Direção Regional de Educação e de Administração Educativa e também pela Secretaria Regional que tutela, mas as questões em específico da pertinência do acompanhamento pedagógico são analisadas pelas instâncias pedagógicas dos órgãos de gestão da própria escola e, portanto, são as escolas que terão um melhor conhecimento da realidade dos alunos e das turmas. De acordo com a Secretária Regional, a partir do momento em que o Conselho Executivo dá a indicação que é preferível estar a trabalhar com a turma nestas condições, a tutela nada tem a opor. Acresce que a dividir a turma, seriam necessários mais recursos humanos, o que seria uma dificuldade.

Por último, o deputado José Eduardo (PS) pediu a palavra no sentido de sublinhar que o disposto no RGAPA continua a não ser cumprido, uma vez que o artigo lido pela Secretária Regional (artigo 20.º, número 3) também faz referência ao número máximo de alunos por turma e que, na situação em análise, é ultrapassado.

Em comentário à observação feita, a Secretária Regional deu nota que sempre aconteceu e sempre acontecerão situações em que não se consegue cumprir na íntegra com as balizas que são definidas no RGAPA e referiu que ao nível do

primeiro ciclo do ensino básico, o número médio de alunos por turma na Região é de 13,9, o que representa um número inferior ao estipulado como limite mínimo de alunos por turma no primeiro ciclo. Neste seguimento, explicou que tal sucede quando não é possível fazer outra redistribuição e quando têm de gerir os recursos humanos disponíveis e com capacitação para se encontrar as melhores soluções para os nossos alunos.

A terminar, e no seguimento da explicação avançada pela governante, o deputado José Eduardo (PS) solicitou um levantamento das situações registadas na Região em que o número de alunos por turma ultrapassa o limite máximo e/ou não atinge o limite mínimo que se encontra definido no RGAPA.

CONCLUSÕES E PARECER

Considerando as pretensões dos peticionários e o teor das audições efetuadas, a Comissão Permanente de Assuntos Sociais deliberou, por unanimidade, emitir o seguinte parecer:

1. Considerando que a presente petição foi subscrita por um grupo de 338 cidadãos, dos quais 329 com correta identificação, deve a mesma ser apreciada em Plenário da Assembleia Legislativa, nos termos e para os efeitos do disposto no respetivo Regimento;
2. A primeira peticionária explicou que aquando da constituição de turmas, no final do ano letivo transato, a escola propôs à Direção Regional da Educação e Administração Escolar que fossem formadas duas turmas do primeiro ano, uma com oito alunos e a outra com catorze. Não tendo sido aceite, foi feita uma contraproposta que indignou os pais e encarregados de educação e motivou a presente petição, a saber, a composição de duas turmas, sendo que uma

resultaria da junção de dois níveis - alunos do 1.ºano com alunos do 4.ºano - e a outra seria composta unicamente pelos restantes alunos do 1.ºano.

3. Antes do arranque do ano letivo, e por proposta da Direção Regional da Educação e Administração Escolar, com a validação do Conselho Pedagógico da escola, com votação por unanimidade, foi revertida a situação, separando os níveis, mas mantendo os alunos do 1.ºano todos juntos, perfazendo um total de 22 alunos na turma.
4. Em relação à solução encontrada, o Conselho Pedagógico deixou a recomendação de se reforçar o apoio à turma, dada a sua dimensão e composição.
5. Ainda que a peticionária reconheça que uma parte das reivindicações explanadas na petição foi já sanada, a mesma reiterou que é preocupante a dimensão do grupo, agravada pelo facto de haver alunos com necessidades especiais, pelo que os pais e encarregados de educação continuam a considerar que o melhor seria separar os alunos em duas turmas.
6. Os órgãos de gestão da escola têm uma visão diferente e, de acordo com o Presidente do Conselho Executivo, não seria benéfico proceder à divisão da turma, porque a mesma conta com dois docentes em permanência em sala de aula, pelo que está a funcionar muito bem.
7. No que toca à evolução dos alunos, o Presidente do Conselho Executivo partilhou que tem havido aceitação por parte dos pais relativamente ao funcionamento da turma e tem havido também por parte das docentes um feedback positivo relativamente ao empenho e ao desempenho de todos os alunos.
8. Para o Presidente do Conselho Executivo, o facto de haver dois docentes dentro da mesma sala de aula proporciona um ensino de qualidade a estes alunos, pelo que não estão, de forma alguma, a ser prejudicados, situação que se alteraria se a turma fosse dividida em duas, desde logo porque seriam

necessários mais recursos humanos, o que seria difícil de garantir, dados os constrangimentos no recrutamento de pessoal docente.

9. Face às opiniões contrárias veiculadas pela peticionária durante a sua audição, o Presidente do Conselho Executivo lamentou o facto de os representantes dos pais e encarregados de educação por vezes faltarem a reuniões de grande importância, uma vez que nas mesmas são tomadas decisões e esclarecidas dúvidas que, neste caso em concreto, poderiam ter evitado a petição, porque se compreenderia o princípio subjacente à composição das turmas.
10. Tendo o Conselho Executivo assegurado que não seria possível fazer um acompanhamento letivo de acordo com as componentes curriculares caso se verificasse o desmembramento da turma em duas, a responsável pela pasta da Educação entendeu que a solução encontrada era a única que fazia sentido.
11. Em justificação ao não cumprimento do previsto no Regulamento de Gestão Administrativa e Pedagógica de Alunos, a governante afirmou que nem sempre se consegue cumprir na íntegra com as balizas que estão definidas, quer pela impossibilidade de se proceder a uma redistribuição diferente, quer pela necessidade de se gerir os recursos humanos disponíveis e com capacitação para se encontrar as melhores soluções para os nossos alunos. A corroborar tal facto, está o número médio de alunos por turma do primeiro ciclo na Região que é de 13,9, o que representa um número inferior ao estipulado como limite mínimo.
12. Do presente relatório deve ser dado conhecimento ao primeiro subscritor, bem como ao membro do Governo Regional com responsabilidade e competência na matéria.

Ponta Delgada, 3 de novembro de 2023.

A Relatora, Délia Melo.

O presente relatório foi aprovado por unanimidade.

O Presidente, Joaquim Machado.

Presidente: Muito obrigado, Senhor Deputado.

Está apresentado o relatório. Estão abertas as inscrições.

Pergunto se há inscrições?

(Pausa)

Senhor Deputado José Sousa, faça favor, tem a palavra.

(*) **Deputado José Sousa (CH):** Muito obrigado, Senhor Presidente.

Senhoras e Senhores Deputados, Senhores Membros do Governo:

Antes de tudo, quero dar os parabéns à iniciativa desses 338 cidadãos, em particular à Senhora Maria João Lourenço, na qualidade de primeira subscritora.

Este problema até que foi resolvido com alguma rapidez e não havia necessidade até de ter acontecido, não fazia qualquer sentido juntar uma turma de primeiro ano com a turma do quarto ano, mas quero parabenizar as pessoas pela iniciativa que tiveram e que deviam ter mais iniciativas dessas, para trazer os problemas cá dentro, porque não é só este problema que existe nas escolas, existem muitos outros: falta de material escolar, as infraestruturas estão a cair aos bocados, estão abandonadas. Portanto, eu dou os parabéns a essas pessoas por esta petição, mas também sei agradecer a rapidez com que o problema foi resolvido e espero que dessa forma e com esse aprendizado que não volte a acontecer.

Muito obrigado.

Presidente: Muito obrigado, Senhor Deputado.

Senhora Deputada Cecília Estácio, tem a palavra, faça favor.

(*) **Deputada Cecília Estácio (PSD):** Obrigada, Senhor Presidente da Assembleia.

Senhoras e Senhores Deputados, Senhor Presidente do Governo, Senhoras e Senhores Membros do Governo:

Em nome do Grupo Parlamentar do PSD, quero saudar a peticionária, Dra. Maria João Lourenço, bem como todos os subscritores, por este ato de cidadania que permite que os assuntos cheguem até nós e que consigamos ouvir todas as partes envolvidas.

A petição que hoje apreciamos aqui, o relatório, é intitulada pela constituição de duas turmas do primeiro ano em Santa Cruz Das Flores é já extemporânea e analisada apenas agora devido à crise política que vivemos nos últimos meses, com a dissolução da Assembleia.

Foi admitida em Comissão a 4 de setembro de 2023, a pouco mais de uma semana para o início do ano letivo. Para uma situação, a qual criam a resolução concreta, que ocorria, exatamente, durante este ano letivo, que agora está a uma semana de chegar ao fim.

Havia, portanto, como já foi aqui explicado na leitura do relatório, uma decisão da tutela de constituir na EBS de Santa Cruz uma turma composta por alunos do primeiro ano e outra composta por alunos do primeiro ano, com alunos do quarto ano, ou seja, dois níveis diferentes na mesma turma.

Esta decisão estava assente em questões relacionadas com recursos humanos, como é do conhecimento de todos, e com o número mínimo e máximo de alunos de cada turma.

Esta junção, inicialmente prevista, gerou efetivamente desacordo, como foi aqui apresentado, e os pais e encarregados de educação demonstraram esse mesmo desacordo, que deu origem a esta petição. Perante esta situação, foi preocupação da Direção Regional da Educação e Administração Escolar, encontrar rapidamente uma solução viável. Por isso mesmo, ainda antes do arranque do ano letivo, foi decidida a separação dos alunos que estavam numa

turma do primeiro com o quarto ano e formar-se uma única turma de primeiro ano. Esta situação foi validada no Conselho Pedagógico da EBS.

A esta turma, composta agora por 22 alunos, número que ultrapassa o número máximo de alunos estipulado pelo RGapa e com um aluno com necessidades educativas especiais, foi alocada mais uma professora, que era também uma das reivindicações. Esta professora era uma professora que vinha da escola de Ponta Delgada, que entretanto fechara e, portanto, era já um recurso existente.

Ainda, assim, a solução encontrada não agradou os pais e os encarregados de educação que mantiveram a reivindicação de criar duas turmas do primeiro ano. O certo é que, aquando da audição ao órgão executivo da escola, o mesmo foi de opinião - como foi aqui dito - que não seria benéfico a divisão da turma, pois se isso fosse feito, seriam necessários novos recursos para conseguir cumprir com todas as componentes curriculares.

Ou seja, a turma tinha duas professoras em permanência, mas se fosse dividida, ficaria cada professora alocada a uma turma, tendo em conta que ainda acresce uma criança com necessidades educativas especiais, nunca seria vantajoso para os alunos.

Portanto, para que esta divisão fosse exequível, tendo como base o interesse pedagógico dos alunos, seria necessário mais recursos humanos e todos sabemos dos constrangimentos no recrutamento de pessoal docente na ilha das Flores, que aguardam ainda os incentivos para atenuar estes problemas na falta de fixação de professores, que poderiam já estar em desenvolvimento, não tivesse sido o orçamento reprovado.

Para além do apresentado, também nos foi dito pelo órgão de gestão da escola, que não haviam recebido queixas dos professores ou mesmo dos pais encarregados de educação, pelo que a turma se manteve com a mesma constituição.

Estando já a uma semana o término do ano letivo e em contato com o Conselho Executivo da EBS, na passada quinta-feira, foi-nos transmitido que o ano letivo decorreu dentro da normalidade. A turma funcionou muito bem e o feedback das professoras é positivo.

Conclui-se então, que todas as decisões tomadas pela tutela foram pensadas com base no interesse pedagógico dos alunos, prevalecendo sempre o bem-estar dos mesmos e garantindo a qualidade do ensino e a prova disso é o testemunho dado pelo Conselho Executivo da EBS ainda na semana passada e que é a entidade com maior e melhor conhecimento da situação.

Obrigada.

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM, e dos Membros do Governo)

Presidente: Muito obrigado, Senhora Deputada.

Pergunto se há mais inscrições?

(Pausa)

Senhor Deputado António Lima, tem a palavra, faça favor.

(*) Deputado António Lima (BE): Muito obrigado, Senhor Presidente.

Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados, Senhor Presidente do Governo, Senhoras e Senhores Membros do Governo:

Começo por saudar os funcionários, na pessoa da primeira peticionária, Senhora Maria João Lourenço.

Salientar esta iniciativa de trazer este Parlamento uma matéria relacionada com a educação, com o percurso escolar de um conjunto de alunos e as preocupações, efetivamente, com a qualidade do ensino, com a adequação do

número de alunos por turma e com a junção, ou não de turmas, que é uma matéria sempre delicada e que suscita como é natural, preocupação por parte dos cidadãos, neste caso dos pais e encarregados de educação.

A presente petição, iniciada por um grupo de pais e encarregados de educação, manifestaram-se no ano passado, contra a constituição de uma turma do primeiro ano, com a junção de uma turma do quarto ano da Escola Básica e Secundária da ilha das Flores.

Esta situação foi parcialmente sanada com a junção de duas turmas do primeiro ano, separando uma destas, da turma do quarto ano, a que tinha sido junta e é, de facto, um alerta, em primeiro lugar e estamos no fim do ano letivo, do ponto de vista prático, não há nada que se possa fazer nesta altura, mas é de facto um alerta para as dificuldades, ao nível dos recursos necessários para as escolas da Região nas ilhas de menor densidade populacional, como é evidente, mas que não se resumem a essas localidades, mas também que se alastram e que se sentem também nas ilhas maiores e até nas zonas mais populosas.

A solução que se encontrou, neste caso em concreto, sendo possivelmente ou pelo menos mais do agrado dos pais encarregados de educação, melhor do que a solução inicial, apresenta, como é evidente também algumas fragilidades, nomeadamente um número de alunos superior ao definido no regulamento de gestão administrativa e pedagógica de alunos para o primeiro ciclo.

Como é evidente, a necessidade da criação de condições para a fixação de docentes é fundamental e urgente e é uma das medidas capazes de atenuar um problema que tem múltiplos fatores e que se vai certamente agravar nos próximos anos.

O reforço da formação de professores é outra medida essencial, ainda para mais no contexto, como já referi, em que não só as aposentações, como o reconhecimento do tempo de serviço dos professores no continente, levará à saída de muitos docentes do sistema educativo regional, seja pelas reformas,

seja pela sua mobilidade nas diversas administrações educativas - Açores, Madeira e continente - poderá causar uma pressão adicional sobre os recursos nos Açores.

Em suma, compreendemos as reivindicações dos peticionários, compreendemos as suas preocupações e compreendemos também que a solução encontrada não é a ideal, mas que sirva efetivamente esta situação como mais um alerta para a difícil situação que nos espera, cada vez mais, ao nível dos recursos na educação.

Muito obrigado.

Presidente: Obrigado, Senhor Deputado.

Pergunto se há mais inscrições?

(Pausa)

Senhor Deputado José Eduardo, faça favor.

(*) **Deputado José Eduardo (PS):** Senhor Presidente da Assembleia, Senhoras e Senhores Deputados, Senhor Presidente do Governo, Senhoras e Senhores Membros do Governo:

Uso a palavra para, em primeiro lugar, saudar em meu nome pessoal e do Grupo Parlamentar do Partido Socialista, os peticionários, pais e encarregados de educação, entre outros cidadãos, que assinaram a petição que hoje se encontra em análise, ressaltando a sua ação cívica e o seu propósito através desta petição, que pretendia demonstrar a sua insatisfação e preocupação, relativamente à forma como a Secretaria da Educação pretendia resolver uma questão que, como se veio a verificar, tinha outras formas de ser solucionada.

Para se perceber, esta petição deu entrada no Parlamento em agosto de 2023. Foi subscrita por 329 cidadãos que entendiam que a constituição de uma turma que juntava alunos do primeiro e do quarto ano para o ano letivo 2023 2024,

não respeitava nem reconhecia o que estava estipulado no Decreto Legislativo Regional n.º 5/2023 A, de 17 de fevereiro.

Ao contrário do proposto pela EBS das Flores, reiterado pelo Conselho Pedagógico daquela escola, a constituição de duas turmas de primeiro ano, tendo uma turma 8 alunos e outra 15, foi rejeitada pela Secretaria Regional da Educação e Cultura, Direção Regional da Educação, que entendeu constituir uma turma só do primeiro ano e uma outra de primeiro e quarto ano.

E o que ressalva aqui e é importante destacar, desde logo, é o desrespeito da tutela pela escola, que é quem, na primeira instância conhece a sua comunidade. E, se por ventura, hoje, se pode considerar que a solução encontrada foi a possível, a intenção dos pais foi sempre a de que a turma fosse dividida em duas, para garantir maior qualidade das aprendizagens e um acompanhamento mais próximo aos alunos, visto que o número de alunos na turma, 23, está acima do previsto por lei e a acrescentar a esta situação, existe um aluno com necessidades especiais, pelo que requer maior atenção.

Para a petionária o que defendia na audição era que o elevado número de alunos na turma é uma circunstância que comprometerá o desempenho dos mesmos e terá implicações no futuro destas crianças.

Por parte da escola e do seu Conselho Executivo é preciso ressaltar que sempre estiveram ao lado de uma melhor solução para o problema, sendo que não dispensaram nunca ouvir o Conselho Pedagógico nesta matéria, que deliberou a favor da proposta da tutela de juntar as duas turmas de primeiro ano, desde que, à turma, que teria então 22 alunos, fosse garantido um apoio especial. Assim foi e tem, de momento, dois professores em permanência na sala devido também, infelizmente, mas necessário, ao fecho da escola de Ponta Delgada, que tinha apenas dois alunos e conseqüente alocação dos recursos humanos daquela escola na sede da unidade orgânica.

Não podemos esquecer que a Senhora Secretária na sua audição começou por dizer que a turma não podia ter oito alunos por causa do RGapa e terminou a dizer que nem sempre se consegue cumprir o RGapa.

No seguimento dessa explicação, lembro que solicitei um levantamento das situações registadas na Região em que o número de alunos por turma ultrapassasse o limite máximo e não atingisse o limite mínimo que se encontra inscrito no RGapa.

Lembro e convém voltar a fazer-lhe o pedido, pois ainda aguardo pela informação e até para prevenir surpresas que podem acontecer em setembro próximo.

É que é verdade, esta petição, apesar de já estarmos quase no final do ano letivo e de parte dos assuntos por ela levantados estarem ultrapassados, levanta vários assuntos relacionados com a problemática da educação e, nomeadamente, com a escola das Flores, desde logo, sendo essa escola numa das chamadas ilhas pequenas, levanta, desde logo, a questão da fixação de professores. Relembre-se, a propósito, o que disse a Prof. Rosa Maciel num artigo do jornal: “Dos cerca de 90 professores em quadro de escola e em quadro de ilha (segundo Rosa Maciel), 48 nunca puseram os pés para trabalhar nas Flores e a maior parte deles está colocada por afetação nas ilhas de São Miguel e Terceira.”

E, relacionado com isto, podemos lembrar que, passado praticamente um ano da aprovação do estatuto da carreira de docente dos Açores, no Parlamento, muitas das suas intenções não passaram do papel, como é o caso do apoio à fixação de docentes na nossa Região, uma medida que nem sequer está prevista no plano e orçamento para 2024, apesar de todos os anos faltarem docentes nos Açores.

Pergunto, a este propósito, se a Portaria de 14 de fevereiro de 2024 vai ser cumprida?

E ainda pergunto, se a Região tem condições para aguardar pelo ano letivo 2025-2026, para ter os incentivos à fixação de docentes que a Senhora Secretária anunciou e prometeu?

Mas mais, o Governo dos Açores anunciou recentemente que prevê que até 2030 se reformem 900 professores na Região. Faltou foi dizer o resto da informação: quantos por ano? de que ilhas? em que grupos? O que vai fazer o Governo Regional dos Açores para colmatar essa situação? Pretendem esperar por 2030? Ninguém sabe.

O Governo Regional é *useiro e vezeiro* em atirar anúncios para o ar, independentemente da sua gravidade, sem qualquer sentido de estratégia.

E, por falar em estratégica, ou na falta dela, basta lembrar aquilo que já dissemos neste plenário e que tem a ver com a equiparação da carga horária entre professores e educadores. Esta medida foi e é, da mais elementar justiça, mas teve inevitáveis consequências nas IPSS e no ensino particular, concretamente na faixa etária até aos cinco anos de idade, onde a oferta pública não chega para suprir as necessidades.

O que tem feito o Governo? Não sabemos!

Mas, voltando ao assunto e à petição, porque vejo que estou a incomodar muito, vou voltar a petição.

Deputado Pedro Pinto (CDS/PP): Ó Sr. Deputado, não incomoda nada! Gostamos muito de o ouvir!

O Orador: ... Há oito meses, eu próprio solicitei à Senhora Secretária Regional da Educação, Cultura e Desporto - na altura ainda não tinha desporto - um levantamento das situações registadas na Região, em que o número de alunos por turma ultrapassava o limite máximo e/ou não atingisse o limite mínimo, que se encontra definido no RGapa. Ainda aguardo esta informação, volto a dizer, será que é desta que vou ter?

Secretário Regional dos Assuntos Parlamentares e Comunidades (Paulo

Estêvão): Oh Sr. Deputado, sabe que não podemos responder nesta fase!

O Orador: Espero que daqui a três meses não tenhamos que repetir o que já dissemos em setembro do ano passado, sobre a falta de professores, a falta de assistentes técnicos que a escola reclama de forma insistente e do mais essencial, que é o devido financiamento para que não voltem a acontecer situações como no passado, em que o fecho da central de serviços partilhados da ilha das Flores, uma decisão irrefletida deste Governo Regional, o orçamento das despesas decorrentes da escola ficou a zero, ou seja, a escola não teve orçamento para resmas de papel, que foi buscar outros serviços públicos na ilha, ou até mesmo para papel higiénico e só dispôs deste, porque houve uma empresa privada que se chegou à frente e o adquiriu para oferecer à escola.

(Protestos impercetíveis de alguns Deputados da bancada do PSD)

O Orador: Esta foi a dura realidade que não queremos que regresse. Ainda e só para terminar, pergunto-lhe por outra questão premente e que nos tem chegado como reivindicação, por parte dos professores, dos pais e dos alunos e dos restantes cidadãos da ilha das Flores, para quando estão previstas as prometidas obras na EBS das Flores? E se já foram os técnicos à escola das Lajes para se inteirar do custo das obras para a realização do contrato ARAL, que foi assegurado com a Câmara Municipal?

Deputado João Bruto da Costa (PS): Devia respeitar este Parlamento!

O Orador: Será caso para dizer que *longe da vista, longe do coração*. Sei que não me poderá responder, chegamos ao que interessa, às questões, mas deixo aqui, não como perguntas, mas como um apelo para que sejam anseios que possam ser contemplados e realizados a breve trecho.

Enfim, esta teria sido uma intervenção de apoio a uma posição e de possível congratulação pela solução encontrada, não fossem tantas as questões que este

Governo tem colocado ao normal funcionamento da escola das Flores, de um modo particular, e dos Açores de um modo geral.

Deputado João Bruto da Costa (PS): O Senhor devia ter vergonha desse comportamento!

O Orador: Este Governo Regional tem estado igual a si próprio, descuidado, desatento e a deixar muitos assuntos entregues a si próprio, sem uma orientação sem uma estratégia.

Presidente: Senhor Deputado, agradeço que termine.

O Orador: Vou terminar, Senhor Presidente, apesar da minha intervenção estar a causar...

Presidente: Apesar da sua intervenção estar muito fora do âmbito da petição.

O Orador: Não está, não está! Sem uma estratégia e, no caso da educação, tem-se traduzido num irregular arranque do ano letivo na nossa Região e também na ilha das Flores, com prejuízos evidentes para as famílias e para os alunos florentinos.

Muito obrigado.

Vozes dos Deputados da bancada do PS: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS)

Presidente: Muito obrigado, Senhor Deputado.

Senhor Secretário Regional, pede a palavra para?

(*) **Secretário Regional dos Assuntos Parlamentares e Comunidades (Paulo Estêvão):** Senhor Presidente, para solicitar um protesto, tendo em conta as declarações que foram efetuadas pelo Senhor Deputado, nas quais nos acusou de negligências diversas e apresentou um conjunto de falsidades, em relação ao desempenho do Governo nesta matéria.

Presidente: Tem a palavra, Senhor Secretário Regional.

(*) **Secretário Regional dos Assuntos Parlamentares e Comunidades** (*Paulo Estêvão*): Senhor Presidente, Senhores Deputados, Senhores Membros do Governo:

Eu quero começar por dizer que estou há muitos anos nesta Casa e que o comportamento do Senhor Deputado do Partido Socialista, que acabou de fazer a intervenção, não é um comportamento aceitável.

Não é um comportamento aceitável, porque em primeiro lugar, desrespeita profundamente os peticionários. Os peticionários não querem que a sua petição seja instrumentalizada, em relação a um conjunto de políticas ...

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM, e dos Membros do Governo)

... na área da educação que eles não colocaram em causa. O que os peticionários querem é que aquela questão concreta que apresentaram, seja aqui discutida e não querem ver a sua a sua petição instrumentalizada com objetivos políticos e partidários.

Portanto, a primeira, a primeira referência que quero fazer é que, é algo profundamente errado utilizar a petição dos cidadãos para fazer política partidária.

O senhor deveria ter-se circunscrito àquela que era a petição. E, porque é que o senhor não se circunscreveu ao objeto da petição? Porque, em relação ao objeto da petição, a mesma foi respondida e o problema foi resolvido. É por isso que o senhor não se circunscreveu.

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM, e dos Membros do Governo)

Finalmente, dizer-lhe Senhor Deputado, lamento profundamente, porque nem sequer é - reconheço, Senhor Deputado – essa a sua forma habitual de se expressar aqui no Parlamento. Quer lançar um conjunto de acusações falsas, em relação ao Governo que, não tendo o Governo nesta figura regimental, a capacidade de se defender e o senhor sabe perfeitamente, inclusivamente fazendo perguntas que o Governo não pode responder, porque não tem oportunidade regimental de responder.

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM, e dos Membros do Governo)

E é por isso, Senhor Deputado, que eu lhe quero dizer: se quer discutir a política de educação, se tem perguntas para fazer, faça-o no momento regimental correto, faça perguntas quando as mesmas podem ser respondidas. Faça apreciações e discute a política de educação, quando tiver oportunidade de ter contraditório, Senhor Deputado, porque isso é que é a democracia. A democracia sem contraditório não é verdadeiramente um sistema que funcione.

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM, e dos Membros do Governo)

Termino, Senhor Presidente, dizendo apenas que o desempenho do Governo está à vista de todos, em relação aos professores, em relação às melhorias das condições dos funcionários que trabalham nas escolas. Tudo isso está a ser analisado na sociedade açoriana e nós estamos prontos para discutir todas estas temáticas.

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM, e dos

Membros do Governo)

Presidente: Muito obrigado, Senhor Secretário.

Senhor Deputado José Eduardo, para uma contraprotesto tem a palavra, faça favor.

(*) **Deputado José Eduardo (PS):** Muito obrigado, Senhor Presidente.

Senhoras e Senhores Deputados, Senhoras e Senhores Membros do Governo:

Em nada e em absoluto faltei àquilo que era a minha lealdade e o meu devido respeito para com os peticionários desta petição.

Aliás, esta petição vem no seguimento das muitas falhas que eu aponte em relação àquilo que foi a origem da divisão das turmas e da junção das turmas. E a verdade é que, a falta de incentivos para a fixação dos professores também é um destes motivos. A questão da diminuição dos horários ou da equivalência dos horários também foi um dos motivos reiterado pela escola.

Há pouco, a Senhora Deputada Cecília Estácio, e bem, falou daquilo que foi o argumentário da questão dos professores e da escola das Flores ter dito que estava bem. Também a escola das Flores falou comigo, ainda hoje, e disse-me exatamente as coisas que eu hoje apliquei aqui.

Portanto, se alguém anda a falar inverdades, não é este Deputado que aqui está, porque até, por norma, traz sempre as questões devidamente documentadas ...

Vozes dos Deputados da bancada do PS: Muito bem! Muito bem!

O Orador: ... e desde abril de 2021 que ando a falar nisto e nunca me retirei do debate, Senhor Secretário dos Assuntos Parlamentares.

Aquilo que digo e reitero na minha intervenção, mantém-se, é um apelo para que este Governo não volte a fazer com que, em setembro voltemos a ter problemas de abertura do ano escolar na ilha das Flores.

Muito obrigado.

Vozes dos Deputados da bancada do PS: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS)

Presidente: Muito obrigado, Senhor Deputado.

Tem a palavra o Senhor Deputado Nuno Barata.

(*) **Deputado Nuno Barata (IL):** Senhor Presidente, Senhores Deputados, Senhores Membros do Governo:

Eu peço a palavra, nesta altura do debate desta petição, em primeiro lugar para saudar os peticionários, a sua atitude cívica, que é sempre de relevar, mas também pela forma motivada como este debate decorreu.

É facto que alguns daqueles problemas que os peticionários aqui trouxeram, decorrem de problemas vetustos e que não tem a ver, obviamente e diretamente, com o objeto da petição, mas que não pode também ser ignorados, convenhamos.

Aliás, é isso que se tem feito no debate de quase todas as petições nesta casa e ainda há pouco não debatemos uma, porque se andou aqui na tática política de quem é que ia falar primeiro ou de quem é que ia falar depois.

Porque o debate das petições tem este problema, que é nós não termos direito de resposta.

Mas, também não posso deixar de referir a habilidade do Governo em utilizar uma figura regimental, para depois fazer aqui o combate político.

O Governo que ainda ontem não deu resposta às bancadas parlamentares desta Assembleia, num debate onde tinha tempo e mais do que tempo para responder.

Secretário Regional dos Assuntos Parlamentares e Comunidades (Paulo Estêvão): Deu, deu!

Vozes dos Deputados da bancada do PS: É verdade!

O Orador: Não deu, não senhor!

Portanto, este Governo, não tem legitimidade para se queixar de não ter tempo para responder, ou que o Regimento não lhe permite responder nuns casos e naqueles que têm legitimidade para responder e o Regimento permite responder, não responde.

Não responde, não responde e foram 8 perguntas que não foram respondidas por desrespeito para com os açorianos, porque nós somos os açorianos.

Muito obrigado.

Deputado José Pacheco e Deputada Hélia Cardoso (CH): Muito bem! Muito bem!

Presidente: Muito obrigado, Senhor Deputado.

Pergunto se há mais inscrições?

(Pausa)

Senhora Deputada Catarina Cabeceiras, faça favor.

(*) Deputada Catarina Cabeceiras (CDS-PP): Obrigada, Senhor Presidente.

Senhoras e Senhores Deputados, Senhores Membros do Governo:

Começo por saudar os peticionários, por via da primeira cidadã, a Senhora Maria João Lourenço, na qualidade primeira subscritora e daquilo que representa uma petição na aproximação da população aos seus eleitos e, como tal, saudar os peticionários.

Depois, relativamente a esta matéria, como já foi transmitido, esta petição trouxe aqui uma preocupação principalmente dos pais e encarregados de educação relativamente à questão da formação da turma.

Situação esta que já está resolvida, mas de qualquer forma queria também saudar os peticionários nesta sua intervenção cívica, sabendo e reconhecendo que muitas vezes os encarregados de educação, claro que querem o que entendem como melhor para os seus educandos e foi esta circunstância que fez

com que apresentassem esta petição, em que se ouviram todas as partes, desde a peticionária, ao Conselho Executivo, o Governo Regional para que também pudesse ser feita a análise a esta matéria, que era trazida por via da petição.

A verdade é que a questão da formação das turmas e da existência de turmas com mais de um ano letivo, a verdade que não é a se calhar o que se pretende é o ideal na construção das turmas, mas é algo que já foi utilizado diversas vezes, ao longo dos anos. Quantos de nós, é que se calhar, nas nossas freguesias não estivemos em turmas em que eram agregados mais do que um ano, na medida em que não existia o número de alunos suficiente para a constituição da turma e até também porque há uma componente que é importante na própria formação e na educação dos alunos, que é também o contato com outras crianças e falo da realidade com a qual tenho mais proximidade, por exemplo, em São Jorge, há uns anos atrás era efetivamente uma realidade exigida em alunos, turmas em que tínhamos o primeiro e o quarto ano, o terceiro e segundo ano, ou vice-versa, exatamente para ter um núcleo número de alunos suficiente também para aquilo que devem ser as aprendizagens e o contato entre todos os alunos.

Depois, e também não posso deixar de o fazer e aposto que foram as intervenções que me antecederam, primeiro dizer ao Senhor Deputado do Partido Socialista que aqui, na minha análise, aquilo que foi a sua intervenção, nem é questão da abordagem que fez e quis fazer uma abordagem relativamente a questões que estavam relacionadas, no seu entender, com a petição. A questão é estar a usar essa figura para fazer perguntas ao Governo, sabendo à partida que este não pode responder.

Deputada Andreia Cardoso (PS): Ele não fez perguntas. Fez recomendações.

A Oradora: Fez, fez perguntas ao Governo Regional. Está registado no diário das sessões e basta analisar, porque também poderia usar essa figura, sabendo que existem outras figuras regimentais: interpelações ao Governo, debates de urgência (até o próprio Partido Socialista utilizou essa figura esta semana), para

gerar um debate naquilo que é o vosso entendimento e a vossa posição sobre a educação. Não, utilizá-lo nesta figura da petição, sabendo que a própria Secretária não poderia responder porque também poderia eu, desta bancada, perguntar ao Partido Socialista efetivamente qual é o entendimento, relativamente a todos os progressos que têm sido feitos na carreira docente, em que temos tantos professores com uma estabilidade que antes não tinham ou até, e fiquei aqui na dúvida, do que é no seu entendimento, relativamente àquilo que foram as conquistas para os professores do primeiro ciclo e do pré-escolar, que me pareceu que estaria contra aquelas que foram estas conquistas reconhecidas por tantos professores, educadores, que estão com outra motivação.

E, portanto, podia também usar essa figura, mas estou certa que depois da inquietude que o senhor deputado demonstrou, teremos aqui uma oportunidade, será promovido pelo Partido Socialista um debate sobre educação, para que todos possamos intervir e dar as nossas posições, sobre aquilo que é o entendimento da educação nos dias de hoje.

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM, e dos Membros do Governo)

Presidente: Muito obrigado, Senhora Deputada.

Pergunto se há mais inscrições no âmbito desta petição?

(Pausa)

Não havendo, vamos dar por concluída a apreciação da mesma e vamos fazer um intervalo.

Regressamos às 17 horas e 30 minutos.

Eram 17 horas e 10 minutos.

Presidente: Senhoras e Senhores Deputados, vamos retomar os nossos trabalhos.

Eram 17 horas e 36 minutos.

Senhoras e Senhores Deputados, vamos entrar no ponto 9 da nossa agenda. Senhor Deputado Pedro Neves, para uma interpelação, faça favor.

(*) **Deputado Pedro Neves (PAN):** Obrigado, Senhor Presidente.

Senhoras e Senhores Deputados, Senhores Membros do Governo:

Senhor Presidente, isto é um pedido que eu vou fazer, relativamente aos pontos 9 e 10, bem como o ponto 11 e 12. Isto porque as urgências do ponto 9 do ponto 11 não cumprem com o Regimento desta Assembleia Regional.

E não cumprem porque, de forma bastante simples, as temáticas, tanto da parte da anteposta da IL, bem como da proposta de Decreto Legislativo Regional do Governo, são obrigados ao cumprimento do artigo 129º do Regimento que têm que ouvir obrigatoriamente o poder local, nomeadamente a AMRAA, bem como ANAFRE.

Bem sei que poderão dizer que isto não é exatamente igual àquilo que aconteceu em 14 de julho de 2021, com a iniciativa do PAN, em como a Mesa mandou abaixo a urgência, porque eu não cumpria com esse requisito e a Mesa fez isso muito bem. Eu não fui capaz de meter a urgência, relativamente neste caso, era sobre a ferra dos touros de azoto ou de fogo e foi para a comissão durante mais de um ano, aquilo que podia ser *limpinho* durante julho, mas tenho que dar, obviamente, razão à Mesa.

Mas podem dizer sim, mas tanto a iniciativa do IL, bem como a do Governo, que são similares, mas têm diferenças, já têm, obrigatoriamente, pareceres da legislatura anterior.

O que é verdade, tem esses pareceres, contudo, há aqui duas diferenças: por um lado e é registado na nota de admissibilidade pela parte dos serviços, que diz. Isso mesmo, relativamente à às duas iniciativas, o qual eu logicamente posso concordar com os serviços, da parte do IL, mas *levado à letra*, o artigo 129.º, como é anteposta não pode, obviamente, estar no mesmo lado que o projeto ou uma proposta de decreto legislativo regional, porque o artigo 129.º diz que, a audição da AMRAA e da ANAFRE: “é a comissão competente que deve promover a consulta das associações municípios, bem como da ANAFRE, quando se trata de projetos ou propostas de decreto legislativo regional, respeitando as autarquias locais.”

Da parte do IL é uma anteposta, por isso, se levarmos à letra, a iniciativa do IL não tem qualquer problema com isto, mas vai ter obviamente, relativamente ao artigo 130.º.

No artigo 130.º, da parte do IL, que a audição do Conselho de Ilha, mas vocês dizem: “não é preciso esta audição, porque não vai haver uma alteração, em termos de ordenamento do território.” Não é verdade, porque os planos de pormenor concretizam detalhes sobre a ocupação de uma determinada área, que têm como referência a Lei de Bases Gerais da Política Pública dos Solos, de Ordenamento do Território e do Urbanismo.

Por isso, não se pode aceitar esta urgência. Pode-se aceitar a urgência normal para baixar à Comissão.

Esta Mesa não pode aceitar uma urgência, a qual tem dispensa de comissão. Da parte do Governo é mais simples, porque podem dizer que vão fazer a avocação, que foi feito anteriormente n legislatura anterior, algo que tem essa legitimidade. Contudo, perderiam completamente a coerência, nomeadamente

da parte do grupo Parlamentar do PSD, porque o PAN Açores pediu, o mês passado, na CAPADS, exatamente a mesma coisa, uma repetição de uma iniciativa de legislatura anterior e não foi aceite, nem pelo Grupo Parlamentar do PSD, nem pelo Grupo Parlamentar do PS que eu avocasse as audiências da ANAFRE, do qual davam parecer positivo ao fogo de artifício, mas tinham razão, porque a ANAFRE, foi ouvida novamente e deu um parecer negativo, apenas com uma diferença de uma sessão legislativa. E, por isso, tenho que dar razão, as pessoas são maleáveis, as pessoas são permeáveis e com uma legislatura nova as coisas mudam. Por isso eu peço que não seja aceite essa avocação, porque é da legislatura anterior.

Se aceitarem essa a vocação, do qual temos dois pesos e duas medidas, uma coisa é aquilo que fizeram ao PAN Açores, tanto da parte da iniciativa em 2021, bem como da iniciativa do fogo de artifício na CAPADS, em que fiz uma avocação, então eu tenho que dizer que, esta Mesa não pode aceitar, porque a proposta do Governo não tem uma audiência à AMRAA e é obrigado a ouvir a AMRAA e a ANAFRE. Não é **ou** a ANAFRE, mas **e** a ANAFRE.

Mesmo se não concordarem comigo, com a proposta de alteração que se mete a ilha do Corvo, a qual não tem uma freguesia, estamos a meter uma autarquia, neste caso uma Câmara Municipal e, obrigatoriamente, com esta alteração somos obrigados a ouvir a AMRAA.

Por isso, eu peço à Mesa, e pela lealdade que eu tenho pelo Senhor Presidente, devido à sua isenção, ...

(Aparte inaudível)

O Orador: Por favor, não me interrompa neste momento, porque eu sou até técnico e não político e não tem nada a ver PAN, porque eu sou favorável às duas iniciativas. Eu vou votar a favor das duas iniciativas, após ouvir e cumprir o Regimento, esta Mesa não pode aceitar as duas urgências, tanto da parte do IL

que é a Anteproposta de Lei n.º 3, bem como a proposta do Governo de Proposta de Decreto Legislativo Regional n.º 8.

Muito obrigado.

Presidente: Muito obrigado, Senhor Deputado.

Posso entender isso como um recurso para plenário da minha decisão de admissão da urgência?

(Pausa)

A Mesa, neste momento, admitiu as iniciativas e as urgências com os fundamentos, exatamente, que estão nas notas técnicas e, portanto, o que o Senhor Deputado pode é, recorrer da minha decisão de admissão para o Plenário e nós teremos que votar.

Senhor Deputado Nuno Barata, faça favor.

(*) **Deputado Nuno Barata (IL):** Senhor Presidente, Senhores Deputados, Senhores Membros do Governo:

Peço a palavra para requerer oralmente a retirada da dispensa de exame em comissão da minha iniciativa.

Mantenho a urgência e retiro o pedido de dispensa de exame em comissão.

Muito obrigado.

Presidente: Muito obrigado, Senhor Deputado.

Está resolvida esta questão, então vamos passar à discussão da urgência.

Ponto 9, Pedido de urgência da Anteproposta de Lei n.º 3/XIII, primeira alteração à lei n.º 72/2019, de 2 de setembro - Regime Jurídico da Regularização dos Chãos de Melhoras, apresentado pela representação parlamentar da Iniciativa Liberal.

Tem a palavra o Senhor Deputado Nuno Barata para justificar a urgência.

(*) **Deputado Nuno Barata (IL):** Senhor Presidente, Senhores Deputados, Senhores Membros do Governo:

A urgência com esta iniciativa, prende-se com o facto de a iniciativa demorar bastante tempo a ser debatida na Assembleia da República.

Aliás, ela esteve quase um ano na comissão competente até que, por via da dissolução da Assembleia Legislativa Regional dos Açores, a iniciativa caiu na República, ela não caiu porque foi dissolvida a Assembleia da República, mas sim porque foi dissolvido o Parlamento dos Açores.

E, pelo facto, de nós entendermos que a iniciativa é urgente, na medida em que ficou demonstrado, ao longo dos últimos anos, desde a iniciativa originária, apresentada pelo Governo do Partido Socialista de então, com a entrada apenas de nove pedidos de regularização, por via dessa legislação, que ela contém obstáculos à regularização destes Chão de Melhoras.

É nesse sentido que a Iniciativa Liberal entende que a iniciativa carece de ser debatida com urgência na comissão.

Muito obrigado.

Presidente: Obrigado, Senhor Deputado.

Pergunto se há inscrições, no âmbito da urgência?

(Pausa)

Senhor Deputado João Vasco Costa, faça favor, tem a palavra.

(*) **Deputado João Vasco Costa (PS):** Muito obrigado, Senhor Presidente.

Senhores Deputados, Senhores Membros do Governo:

O entendimento do Partido Socialista relativamente à urgência é o mesmo que aquele que é apresentado pelo proponente pela Iniciativa Liberal, tratando-se de uma situação que é efetivamente obsoleta, é anacrónica e é, de alguma forma, penosa até para as pessoas que se encontram naquela situação.

Contudo, Senhor Presidente, gostaria de dar-lhe uma opinião diversa, que não passará de apenas uma mera opinião, uma vez que o proponente retirou a dispensa de exame em comissão. O que aqui está em causa e a interpelação feita pelo PAN invoca o artigo 129.º do Regimento, que se prende com a obrigatoriedade de audição da ANAFRE e da AMRAA.

Acontece que, esta situação aqui, analisa o direito de propriedade e não diretamente as autarquias locais e, portanto, a questão aqui poderia ter sido perfeitamente ultrapassada, no nosso entendimento, mas relativamente à urgência, nada temos a opor e vamos estar a favor da mesma.

Presidente: Muito obrigado, Senhor Deputado.

Senhora Deputada Sabrina Furtado.

(*) **Deputada Sabrina Furtado (PSD):** Obrigada, Senhor Presidente.

Senhoras e Senhores Deputados, Senhoras e Senhores Membros do Governo: Perante a retirada de dispensa de exame em comissão, referir-me-ei apenas à urgência, naturalmente, como sabe o Senhor Deputado, Nuno Barata e a Iniciativa Liberal que representa, este é um assunto também bastante importante para o grupo parlamentar do PSD.

Todos nós conhecemos alguém que tem estes casos para resolver e, naturalmente, votaremos a favor da urgência, porque mais 30 dias também não será por aí que este assunto não se resolve antes de 2029, que é o prazo limite da lei em vigor para a ilha de São Miguel.

Naturalmente, que com a dissolução da Assembleia da República, o diploma caducou e, portanto, só para dizer, Senhor Presidente, que o grupo parlamentar do PSD também votará a favor da urgência.

Obrigada.

Presidente: Obrigado, Senhora. Deputada.

Senhor Deputado Pedro Neves, tem a palavra.

(*) **Deputado Pedro Neves (PAN):** Muito obrigado, Senhor Presidente.

Senhoras e Senhores Deputados, Senhores Membros do Governo:

O PAN votará favoravelmente a urgência e quer agradecer à Iniciativa Liberal para que não houvesse aqui um problema, do qual os deputados não poderão cumprir com o próprio Regimento. Nós temos esse dever de cumprir com o Regimento.

Apenas para fazer uma ressalva ao Senhor Deputado do PS, que aquilo que eu invoquei foi o artigo 130.º para o IL, que tem a ver que temos que ouvir o Conselho de Ilha e não a AMRAA, nem a ANAFRE, porque na minha honesta opinião, a anteposta do IL, nem tem que se quer ouvir, nem a ANAFRE, nem a AMRAA, porque é uma proposta e o artigo 129.º pede só para propostas e para projetos de decreto legislativo regional.

Obrigado.

Presidente: Muito obrigado, Senhor Deputado.

Pergunto se há mais inscrições no âmbito da urgência?

(Pausa)

Senhor Deputado Pedro Pinto, faça favor?

(*) **Deputado Pedro Pinto (CDS-PP):** Muito obrigado, Senhor Presidente.

Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados, Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Membros do Governo:

O CDS votará favoravelmente esta urgência, para que rapidamente possa vir a ser votada em Plenário esta proposta, depois de cumpridos todos os formalismos legais e regimentais, porque efetivamente é um assunto que se arrasta há demasiado tempo.

Temos uma janela temporal para a sua resolução relativamente curta. A resolução desse assunto é incompatível com a legislação que está em vigor e, portanto, urge resolver esses problemas relacionados com a habitação e,

portanto, está ao nosso alcance essa resolução. Não vai ser por mais 30 dias que ela não vai ser resolvida e, portanto, estamos favoráveis à urgência.

Muito obrigado.

Presidente: Muito obrigado, Senhor Deputado.

Pergunto se há mais inscrições?

(Pausa)

Não havendo, vamos votar o pedido de urgência:

Pedido de urgência da Anteproposta de Lei n.º3/XIII, Primeira alteração à Lei n.º 72/2019, de 2 de setembro, Regime Jurídico de Regularização dos Chãos de Melhoras:

As Senhoras e os Senhores Deputados que concordam com o pedido de urgência, façam o favor se manterem como estão.

Secretária: O pedido de urgência da Anteproposta de Lei n.º3/XIII, apresentada pelo IL, foi aprovado por unanimidade.

Presidente: Muito bem, tendo sido aprovada a urgência, a iniciativa baixará à comissão competente para a emissão do respetivo relatório.

Senhor Secretário Regional, faça favor.

(*) **Secretário Regional dos Assuntos Parlamentares e Comunidades** (*Paulo Estêvão*): Senhor Presidente, Senhores Deputados, Senhores Membros do Governo:

Senhor Presidente, da parte do Governo e em relação à proposta de Decreto Legislativo Regional que estabelece o Regime Jurídico, Cooperação Técnica e Financeira entre a administração regional autónoma e as freguesias e associações de freguesias da Região Autónoma dos Açores, o Governo retira a despesa em comissão, mantém urgência e solicita que seja analisada em Comissão, no prazo de 15 dias.

Presidente: Muito bem, tendo sido retirado a dispensa de exame vamos nos debruçar sobre o pedido de urgência e para justificar a urgência tem a palavra o Senhor Secretário Regional dos Assuntos Parlamentares.

(*) **Secretário Regional dos Assuntos Parlamentares e Comunidades** (*Paulo Estêvão*): Senhor Presidente, Senhores Deputados, Senhores Membros do Governo, Senhor Presidente do Governo:

O Governo apresenta aqui uma proposta de decreto legislativo regional que estabelece o novo Regime Jurídico, Cooperação Técnica e Financeira entre a administração regional autónoma e as freguesias e associações de freguesias da Região Autónoma dos Açores.

O propósito é, de facto, tornar e também como sabem que tem vindo a ser transmitido, existirá um pacote financeiro muito substancial para este ano e para os próximos anos, em relação a esta matéria, o que significa que as freguesias terão muito mais condições para exercerem as suas funções, as suas competências, exercerem e darem uma resposta local às necessidades que se constatarem no âmbito dos seus respetivos territórios.

É urgente que o possam fazer de acordo com uma legislação que cria, além do mecanismo financeiro muito superior, também cria um conjunto de procedimentos que introduzem maior transparência, maior equidade no âmbito da seleção dos processos e que retiram também uma carga burocrática muito acentuada.

Portanto, o propósito é auxiliar, de forma urgente, as freguesias a desempenhar aquela que é a sua missão junto das populações e é por isso que nós consideramos que a urgência deve ser aprovada por esta câmara, de forma a que as freguesias passem a ter este mecanismo, que é um mecanismo que vai melhorar e muito, significativamente neste contexto tão específico, vai melhorar muito o seu funcionamento e o acesso a este novo regime é, de facto, uma questão de grande urgência.

Presidente: Obrigado, Senhor Secretário Regional.

Está justificada a urgência.

Estão abertas as inscrições.

(Pausa)

Senhora Deputada Sabrina Furtado.

(*) Deputada Sabrina Furtado (PSD): Obrigada, Senhor Presidente.

Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados, Senhoras e Senhores Membros do Governo:

Em primeiro lugar, Senhor Presidente, creio que é este momento de enaltecer a atitude do Governo Regional dos Açores, que perante a uma questão de última hora, e para que não fique absolutamente nenhuma dúvida perante ninguém, decide manter a urgência deste diploma, mas baixá-la à Comissão, para que seja então efetuada novamente a audição da AMRAA e da ANAFRE.

Eu recordo o histórico, porque é importante, neste momento, recordarmos o histórico deste diploma.

Este diploma entrou nesta casa na última legislatura. Foram feitas as audições na comissão, como deve ser, foi produzido um relatório, como deve ser produzido. No último orçamento, está contemplado e no orçamento que foi aprovado, um fundo para o desenvolvimento das freguesias, que obviamente este diploma tem que ter correspondente.

Portanto, no último ano já bastantes freguesias esperaram pela aprovação deste diploma. No último ano e aquando de dissolução do Parlamento, este assunto teve que ser novamente adiado nos Açores.

Este é um marco e um diplomas histórico que este Governo quer deixar para o futuro, em relação à cooperação com o poder local. Não podem as nossas juntas de freguesia esperar e adiar ainda mais a resolução dos seus problemas,

contudo, e mesmo conscientes de tudo isto, para que não reste nenhuma dúvida sobre o tipo de atitudes que o Governo Regional dos Açores confere a tudo aquilo que faz, acho bem que tenha sido então, havendo dúvidas, tenha sido baixado à comissão o diploma.

Naturalmente, será muito mais célere do que foi a última apreciação na comissão e naturalmente também estaremos aqui ao lado dos autarcas de freguesia dos Açores e deixar-lhes uma palavra de conforto para que entendam, porque nem toda a gente entende as lógicas parlamentares se simplesmente as desconhece, nós estamos a falar de pouco menos de um mês para que ele, efetivamente, fique pronto a ser debatido novamente.

Obrigada.

Deputado Paulo Gomes (PSD): Muito bem!

Presidente: Muito obrigado, Senhora Deputada.

Senhora Deputada Sandra Costa Dias, faça favor.

(*) **Deputada Sandra Costa Dias (PS):** Muito obrigada, Senhor Presidente, Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados, Senhor Presidente do Governo, Senhoras e Senhores Membros do Governo:

Esta é uma matéria que há muito é anunciada pelo Governo desde 2021 que as freguesias dos Açores aguardam por esta promessa e pela concretização da mesma e, portanto, falar-se de urgência deste diploma, em 2024, é mais do que natural.

Dizer-se que hoje o Governo tem uma atitude, ao retirar o diploma. É uma questão regimental, não restava outra alternativa, depois daquilo que foi apresentado pelo Senhor Deputado Pedro Neves.

Para além disto, dizer que na audição ao anterior diploma que não é exatamente o mesmo que foi apresentado a esta Casa, a AMRAA não foi ouvida, portanto, já estava também ferido desta falha, por parte da análise em comissão.

Mas, o grupo parlamentar do Partido Socialista não enaltece esta atitude do Governo, num processo que foi trapalhão desde o início, mas reconhece a urgência e aprova esta urgência a favor das freguesias, que há muito, desde 2021, aguardam por este programa de financiamento.

Obrigada.

Presidente: Obrigado, Senhora Deputada.

Senhor Deputado Pedro Neves.

(*) **Deputado Pedro Neves (PAN):** Obrigado, Senhor Presidente.

Senhoras e Senhores Deputados, Senhor Presidente, Senhores Membros do Governo:

O PAN, obviamente, vai votar favoravelmente esta urgência, bem como também já disse que irei votar favoravelmente à própria iniciativa. Não tem a ver, nem com a importância, não é uma irresponsabilidade da minha parte, porque eu sei a importância tanto da parte da Iniciativa Liberal, bem como da parte do Governo, que são iniciativas bastante importantes. É como dever de Deputado que eu tinha, senti-me impelido e obrigado a cumprir com o Regimento e, por isso, vamos votar favoravelmente esta urgência e agradeço pela vossa seriedade em ter retirado, da parte da comissão.

Obrigado.

Presidente: Senhor Deputado Nuno Barata, tem a palavra, faça favor.

(*) **Deputado Nuno Barata (IL):** Senhor Presidente, Senhores Deputados, Senhores Membros do Governo:

A Iniciativa Liberal votará favoravelmente esta urgência, pelas razões que já tinha aduzido, aquando de outro debate, sobre a mesma temática.

Nós acolhemos as preocupações das freguesias. Aliás, na legislatura passada, Iniciativa Liberal começou o seu trabalho parlamentar, precisamente visitando todas as freguesias dos Açores, constatando todos os seus problemas, todas as

suas dificuldades, mas principalmente reconhecendo o trabalho fundamental dos autarcas de freguesia, como linha da frente da política nacional.

É com agrado que vejo as outras bancadas parlamentares também se associarem a esta urgência e fico a aguardar expectante as propostas de alteração que vão *desatrapalhar* a proposta do Governo, vindas do Partido Socialista.

Muito obrigado.

Presidente: Muito obrigado, Senhor Deputado.

Pergunto se há mais inscrições?

(Pausa)

Senhor Deputado José Pacheco.

(*) **Deputado José Pacheco (CH):** Obrigado, Senhor Presidente.

Senhoras e Senhores Deputados, Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Membros do Governo:

Apenas para dizer que, o Chega irá acompanhar a urgência disto. Com alguma pena, mas com certeza, legitimamente. Não vamos discutir o diploma e temos dito repetidas vezes que os nossos autarcas, cada vez mais, precisam deste respeito e desta dignidade. O Senhor Presidente, Governo, que foi autarca, compreende isto melhor do que ninguém e pelos muitos autarcas que temos nesta casa, o meu respeito, porque eu sempre os considereirei os primeiros soldados da linha da frente e contem connosco para a melhor solução possível.

Muito obrigado.

Presidente: Muito obrigado, Senhor Deputado.

Senhor Deputado Pedro Pinto, faça favor, tem a palavra.

(*) **Deputado Pedro Pinto (CDS-PP):** Muito obrigado, Senhor Presidente.

Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados, Senhor Presidente do Governo, Senhoras e Senhores Membros do Governo:

Naturalmente, que o CDS irá aprovar esta urgência.

Trata-se de um diploma que vem estabelecer um regime de apoio às freguesias muito importante e muito significativo e, portanto, aguardamos com ansiedade a sua entrada em vigor, o mais rapidamente possível, obviamente cumprindo e fazendo cumprir aquilo que são os preceitos legais e o Regimento e uma vez cumpridos, esperamos que possamos analisar e votar ainda no próximo mês de julho, para que, ainda este ano, seja possível às freguesias poderem candidatar-se a estes apoios financeiros, que são muito importantes para os projetos que têm para desenvolver nas suas autarquias.

Muito obrigado.

Presidente: Muito obrigado, Senhor Deputado.

Pergunto se há mais inscrições no âmbito da urgência?

(Pausa)

Não havendo, vamos votar este pedido de urgência da Proposta de Decreto Legislativo Regional n.º 8/XIII, estabelece o Regime Jurídico da Cooperação Técnica e Financeira entre a administração regional autónoma e as freguesias e associações de freguesias da Região Autónoma dos Açores:

As Senhoras e os Senhores Deputados que concordam com o pedido de urgência, façam o favor de se manter como estão.

Secretária: O pedido de urgência da Proposta de Decreto Legislativo Regional n.º 8/XIII, apresentado pelo Governo regional dos Açores, foi aprovado por unanimidade.

Presidente: Senhoras e Senhores Deputados, após aconselhamentos de alguns líderes parlamentares e propriamente do Governo, nós deixamos, por minha decisão, uma petição por apreciar.

Reconheço que esta não é a melhor iniciativa para chamar a atenção dos senhores deputados, porque se é um desrespeito pelos peticionários não apreciar esta petição, é também um desrespeito para com a Mesa, os senhores deputados, insistentemente, não se inscreverem nas iniciativas atempadamente.

Ainda outro dia, também observava o Senhor Deputado Joaquim Machado, quando estive na Presidência, quase a pedir por favor, aos senhores deputados para se inscreverem.

Isso não é desejável, não é aconselhável e isso também não contribui para o prestígio dos trabalhos parlamentares, mas também reconheço que aquela iniciativa não é a melhor para dar esse exemplo e não tenho problema nenhum em admitir o erro e ,se não houver oposição de ninguém, abro a possibilidade de se apreciar a petição em causa.

Pergunto, se há oposição?

(Pausa)

Não havendo, dou a palavra para apreciação dessa petição ...

Senhor Deputado Nuno Barata, faça favor tem a palavra.

(*) **Deputado Nuno Barata (IL):** Senhor Presidente, Senhores Deputados, Senhores Membros do Governo:

Uma palavra apenas para me solidarizar com o Senhor Presidente da Assembleia, não só pelo facto de ter tomado a iniciativa que tomou, perante a não inscrição dos senhores deputados. Acho que fez muito bem.

Não era a iniciativa adequada para fazer isso, uma vez que estávamos a debater uma iniciativa que vem de fora, eu diria, da participação cívica, que tantas vezes aqui enaltecemos.

Mas, também não queria deixar passar este momento, sem parabenizar o Senhor Presidente por este ato de contrição que acabou de fazer perante essa Assembleia, que é representativa de todos os açorianos.

Muito obrigado.

Presidente: Obrigado, Senhora Deputado.

Senhora Deputada Andreia Cardoso, faça favor.

(*) **Deputada Andreia Cardoso (PS):** Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados, Senhor Presidente e Membros do Governo:

O Partido Socialista concorda com a decisão do Senhor Presidente, entendemos que de facto, assiste razão ao Senhor Presidente em determinados momentos as inscrições demorarem excessivamente, inclusivamente nossas, naturalmente, mas também entendemos e foi isso que eu tive oportunidade de manifestar, que a iniciativa que estava em discussão é uma iniciativa de cidadãos e que deve merecer a apreciação de cada um dos partidos e representações parlamentares nesta Assembleia, por uma questão de respeito dos petionários.

E, por isso, Senhor Presidente, concordamos com a decisão que nos propõe.

Presidente: Obrigado, Senhora Deputada.

Senhor Deputado José Pacheco, faça favor.

(*) **Deputado José Pacheco (CH):** Obrigado, Senhor Presidente.

Senhoras e Senhores Deputados, Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Membros do Governo:

Eu não consigo ficar calado com uma coisa destas. Eu tenho assistido frequentemente a este compasso de espera, que até já dá algumas graças da parte do Senhor Presidente, mas isso deixou de ter graça. Ou os senhores levam isso a sério... querem-se inscrever, querem debater as coisas, vamos a elas.

Eu compreendo uns segundos. Agora, às vezes estamos aqui largos segundos. Se é para brincar com isto e fazer disto uma tenda de circo, não contem comigo.

Senhor Presidente, eu não acho que tenho que tenhamos novamente de voltar a debater isso. Tiveram oportunidade, da parte do Chega, não tínhamos inscrição nenhuma. Quem não quis debater, não debateu, teve toda oportunidade. É um exemplo e daqui para a frente, Senhor Presidente, peça que este exemplo seja seguido.

(Aplausos dos Deputados da Bancada do CH)

Presidente: Muito obrigado, Senhor Deputado.

Senhora Deputada Catarina Cabeceiras.

(*) Deputada Catarina Cabeceiras (CDS-PP): Obrigada, Senhor Presidente.

Senhor Presidente, Senhores Deputados, Senhor Presidente, Senhores Membros do Governo:

Relativamente a esta matéria, a verdade é que, ao longo desta semana, não foi a primeira vez nesta sessão plenária, mas ao longo das sessões plenárias acontece a situação que aconteceu nesta petição, que é, está tudo à espera de ver quem é que se inscreve primeiro. E, no caso da petição, uma vez que é só uma inscrição, acaba por ter ainda outra relevância, porque aí aqueles que se pretendiam inscrever, à espera de haver uma inscrição.

A verdade é que este alerta foi dado várias vezes pelo Senhor Presidente nesta câmara e contra nós falamos, pode às vezes acontecer também ficarmos nessa situação.

Pode não ter sido a iniciativa ideal para acontecer, mas também uma vez que cada grupo parlamentar tem uma única intervenção, ainda mais, à espera uns dos outros ficam. Mas, também entendo que é um desrespeito pelos peticionários, estarmos todos a aguardar, a ver quem é que se vai inscrever, para ver se alguém fala primeiro. Isso também é um desrespeito pelos peticionários.

E, por isso, entendo, a decisão foi tomada, o alerta foi dado pelo Senhor Presidente diversas vezes e, como tal, temos nós que aprender com este com esta situação que aconteceu, para não se repetir no futuro.

Presidente: Muito obrigado, Senhora Deputada.

Senhor Secretário Regional dos Assuntos Parlamentares, tem a palavra.

(*) **Secretário Regional dos Assuntos Parlamentares e Comunidades** (*Paulo Estêvão*): Senhor Presidente, Senhores Deputados, Senhor Presidente e Membros do Governo:

Da parte do Governo, nós consideramos ...

Deputado Berto Messias (*PS*): Ó Sr. Presidente o que é que o Governo tem a ver com o Regimento?! O que é isto?!

O Orador: ... o Governo não fala na petição, mas mesmo assim queremos transmitir aquela que é a nossa perspetiva sobre esta matéria, uma vez que participamos, com muito gosto nos trabalhos que se realizam nesta Assembleia e damos o nosso contributo aos senhores deputados.

E, aliás, os senhores deputados dirigem-se muitas vezes aos membros do Governo e bem.

Senhor Presidente, o que nós consideramos é que este episódio, tal como outras situações idênticas, demonstram a urgência de revisão do Regimento.

Todas estas questões podem ser alteradas, podem ser previstas de forma regimental. Há muitas outras questões que, do ponto de vista regimental, podem ser consideradas e há, neste momento, algumas insuficiências no funcionamento do Parlamento dos Açores que podem ser resolvidas.

De qualquer das formas, Senhor Presidente, relembro aqui e relembro todos os açorianos que há um Regimento, há uma proposta que foi elaborada na legislatura passada, está concluída, está feita, só falta ser analisada e muitas das questões de funcionalidade ficarão assim resolvidas.

Se há muitos problemas que nós temos aqui no Parlamento, isso tem a ver

muitas vezes com o facto de não termos sido ainda suficientemente rápidos e céleres a resolver o conjunto de questões que podemos resolver com uma simples alteração do Regimento, que está pronto e que só precisa de ser analisado.

Muito obrigado, Senhor Presidente.

Presidente: Obrigado, Senhor Secretário Regional.

Pergunto se há mais alguma inscrição?

(Pausa)

Tendo tido a oposição do Senhor Deputado José Pacheco, eu pedia que reconsiderasse, Senhor Deputado.

(Pausa)

Portanto, não havendo unanimidade, nós não vamos voltar à iniciativa. E avançamos nos nossos trabalhos ...

Senhor Deputado Carlos Silva, faça favor. Pede a palavra para?

(* **Deputado Carlos Silva (PS):** Senhor Presidente, para uma interpelação.

Presidente: Para uma interpelação tem a palavra, Senhor Deputado.

(* **Deputado Carlos Silva (PS):** Senhor Presidente, para pedir um intervalo regimental de 30 minutos.

Presidente: Eu peço aos Líderes e ao Senhor Secretário Regional que se abeirem.

(Pausa)

Senhoras e Senhores Deputados, Senhor Presidente, Senhores Membros do

Governo, a Conferência de Líderes deliberou, por unanimidade, encerrar os nossos trabalhos por hoje e recomeçar amanhã, às 10 horas, com o PTAP.

Até amanhã.

Boa tarde a todos.

Eram 18 horas e 14 minutos.

(*) Texto não revisto pelo Orador.

Deputados que faltaram à Sessão:

Partido Socialista (PS)

Vasco Ilídio Alves Cordeiro

Partido Popular Monárquico (PPM)

João António Mendes de Mendonça

A redatora, *Sara Azevedo*